

Roberto Amaral

A serpente sem casca

Da 'crise' à Frente Brasil Popular

2ª edição, revista e ampliada



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do
Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente | Marcio Pochmann
Vice-presidenta | Fátima Cleide
Diretoras | Isabel do Anjos e Rosana Ramos
Diretores | Artur Henrique e Joaquim Soriano

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial | Rogério Chaves
Assistente editorial | Raquel Maria da Costa
Revisão | Angélica Ramacciotti
Projeto gráfico, editoração e capa | Patrícia Jatobá

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 – São Paulo – SP
Telefone: (11) 5571 4299
www.fpabramo.org.br

Copyright © Roberto Amaral
Direitos desta edição cedidos à Fundação Perseu Abramo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A485s

A serpente sem casca: da 'crise' à Frente Brasil Popular/Amaral Roberto. - 2. ed., rev. e ampl. -
São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
304 p.

Inclui apêndice.
ISBN 978-85-5708-014-0

1. Política - Brasil. 2. Frente Brasil Popular. 3. Crise. I. Título.

CDU 32(81)

CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo - CRB 10/1507)

Para Teresa
(como sempre)

Intertexto

Bertolt Brecht

Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro

Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário

Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso
Porque eu não sou miserável

Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei

Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.
Caminante no hay camino
sino estelas en la mar.

António Machado
(Extraído de *Proverbios y cantares [XXIX]*)

Sumário

AGRADECIMENTOS	15
APRESENTAÇÃO	17
NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO	21
INTRODUÇÃO	41
I - DA CRISE À FRENTE	55
O complexo de vira-latas, ontem e hoje	57
O avanço solitário do pensamento conservador	60
É preciso vomitar o “sapo barbudo”	64
O ovo da serpente	68
A ladainha do atraso	71
Violência, violências	76
A alienação conservadora	80
Para pôr um fim à ópera bufa	84
O PSB renunciou ao seu futuro	89
A imprensa como o principal partido da oposição	91
O desafio atual do governo	95
Não ao golpismo	98
Os tempos que virão pela frente não serão fáceis	102
A reforma que não cairá do céu	106
<i>House of Cards</i> e a política brasileira	111
Vencemos as eleições; falta ganhar a política	116
O projeto de poder de Eduardo Cunha	120
O que Vargas ensina para a política atual	124
Crise e impasse institucional	129
A miséria da política	133

A Avenida Paulista e as esquerdas	138
Uma Frente popular pelo Brasil	143
A frente ampla: instrumento estratégico de resistência e avanço	147
O golpe branco do parlamentarismo de fato	151
Em busca de instituições acima de qualquer risco	155
A falência do presidencialismo	159
A serpente já furou a casca	161
A mediocridade faz a festa	166
Michel Temer e a mosca azul do golpismo	168
A urgência da Frente Brasil Popular	172
A direita mira longe	178
Não é Dilma que está em jogo. É a democracia.	181
O antipetismo em nome de um moralismo de fancaria	184
Apontamentos sobre a crise republicana	189
Por que tanto ódio?	192
Brasil, de golpe a golpe	196
Vargas, Juscelino, Lula	201
Golpe e resistência	206
II - PORQUE FRENTE, PORQUE AMPLA	211
Porque Nacional, porque popular, porque Frente Brasil Popular	212

III - A CRISE: QUAL A SAÍDA	225
Mesa-redonda no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro	227
Palestras e debates - <i>Luís Fernandes, Roberto Amaral, Tarso Genro</i>	230
IV - APÊNDICE	271
Frente de esquerda na diversidade da esquerda - <i>Tarso Genro</i>	273
Aonde vamos? <i>Epitácio Brunet</i>	278
V - FRENTE BRASIL POPULAR	285
Manifesto ao Povo Brasileiro	287
Carta aos militantes do Partido Socialista Brasileiro	289
SOBRE O AUTOR	293

AGRADECIMENTOS

Pedro Amaral, Epitácio Brunet, Manuel Domingos, Luiza Erundina de Souza, Ricardo Santana, Pedro Celestino, Tarso Genro, Rogério Chaves, Sérgio Sérvulo, L.C. Bresser-Pereira, Leo Malina, Carta Capital online, Iris Campos, Luís Manuel Fernandes, João Pedro Stedile, Clube de Engenharia, Francis Bogossian.

APRESENTAÇÃO

Tarso Genro

Roberto Amaral é uma figura emblemática da esquerda brasileira e além de ter sido ministro de Estado do primeiro governo Lula, ocupou um papel destacado na reorganização do PSB, que emergiu – na época – como uma das grandes possibilidades políticas e organizativas da nossa esquerda. Seu currículo vem da clandestinidade, com Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Mário Alves, atravessa as lutas pela redemocratização, como militante e formulador e, hoje, com uma incrível energia e vontade política, põe a sua experiência e inteligência a serviço de um novo projeto: a organização de uma nova Frente política – com hegemonia da esquerda democrática – no momento em que os valores do liberalismo de direita, que pareciam mortos, ressurgem com uma força extraordinária.

Este pequeno volume é um grande degrau na construção desta Frente, no momento em que distintos grupos políticos, organizações da sociedade civil, movimento sindical, intelectualidade – de dentro e fora da academia – setores e grupos partidários nem sempre afinados com as suas direções, lançam cartas políticas, manifestos, textos de protesto e de propostas, para buscar uma renovação no projeto de desenvolvimento, que atingiu positivamente a vida de mais de 50 milhões de brasileiros.

Momento também, que a direita tradicional e uma boa parte da centro-direita, que se apresentava como reconciliada com a democracia, se aproxima do fascismo, da intolerância, da defesa de políticas de apartheid econômico e social, que caracterizam o ideário mundial neoliberal. Nesta postura, são apoiados vergonhosamente pela mídia oligopolizada, que, se é verdade, que nunca esteve preocupada com o cumprimento das suas obrigações democráticas e nacionais, previstas na Constituição Federal, passou a ser um aglomerado político de defesa dos valores mais reacionários da direita e dos “ajustes”, promovidos sob a tutela do capital financeiro em todo o mundo. Além disso, promove uma cobertura unilateral e manipulatória, contra a esquerda, ao centrar exclusivamente neste campo político a paternidade dos casos de corrupção, que estão sendo apurados e descobertos no país.

Há, portanto, em andamento, no Brasil, uma crise da democracia, tal qual foi constituída pela Carta de 88. E uma crise da economia, pelo sentido “ortodoxo”, que vem sendo dado pelo governo, às medidas econômicas para atenuar, aqui, os efeitos da crise global do capitalismo. Ao não conseguir resistir às pressões que vem da sua própria base partidária, da qual dependem todos os governos para governar dentro da Constituição, o governo federal adota o receituário dos seus adversários, para tentar retomar o crescimento. Esta dupla crise chama a uma movimentação de “fora para dentro”, para ser debelada a partir de uma perspectiva de esquerda e democrática. Tanto de “fora para dentro” dos partidos, para colaborar com eles, na invenção de um “ajuste” político, nos seus programas de desenvolvimento, como de “fora para dentro”, do governo, para que ele não permaneça refém da parte mais conservadora da sua coalizão.

Só uma ampla Frente, nacional e popular, fundada nos valores da democracia e do pluralismo político da nossa esquerda histórica, em conjunto com os movimentos, a intelectualidade acadêmica e não acadêmica, as lideranças partidárias e independentes, podem, neste momento, resgatar a vontade de mudança que retirou o país do atraso e da estagnação

e nos tornou um país mundialmente acatado e respeitado. A luta contra as desigualdades sociais, que permanecem ainda brutais no Brasil, é o próximo capítulo desta unidade. Roberto Amaral é um protagonista político de primeira e um emblema moral desta disputa.

NOTA À SEGUNDA EDIÇÃO

Para muitos de nós tem sido difícil identificar a serpente quando apenas o embrião está à vista. Sempre que isso ocorre, a peçonha nos alcança.

Entre a primeira e esta segunda edição , a crise política brasileira agravou-se, caminhando para um impasse derivado do esforço pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff levado a cabo em circunstâncias que configuram um golpe de Estado de fato continuado e, dele decorrente, a posse de um presidente sem respaldo na soberania popular. Daí esta segunda edição, necessariamente revista e ampliada, desta feita lançada pela Fundação Perseu Abramo (FPA).

A partir de julho de 2015, logrou avanços a política de “cerco e aniquilamento” com a qual a direita brasileira intenta, não de agora, encerrar a proposta dos governos de centro-esquerda de fazer do Brasil uma nação soberana, desenvolvida e socialmente inclusiva. Estamos em face de ação concertada que reúne a maioria parlamentar conservadora, o grande capital – tanto o capital rentista quanto a burguesia subsidiada da Avenida Paulista, com ou sem ramificações internacionais, tanto quanto os capitães do agronegócio – e as corporações dissidentes da alta burocracia estatal. Mencionem-se, a propósito, setores do Ministério Público

Federal (MPF) sob o comando do Procurador Rodrigo Janot, da Polícia Federal (PF), e do Poder Judiciário – e os meios de comunicação de massa (destaquem-se a liderança ideológica e a hegemonia do Sistema Globo). Dessa arregimentação não está ausente, sequer, o Supremo Tribunal Federal (STF) que, fortemente partidarizado, reivindica a condição de árbitro-geral da República. Na Câmara destacou-se, nesta legislatura e nos últimos episódios, a presença do pantanoso “baixo clero” e da chamada bancada BBB (bíblia, boi e bala), liderada ideologicamente pelo que há de mais atrasado na militância evangélica, cuja visão primitiva ficou evidente na exposição quase unânime dos votos do dia 17 de abril de 2016, tragicômico desfile de personagens ridículos diante das câmeras de TV, assistido, por horas, pela população incrédula e desconcertada.

O Senado Federal seguiu-lhe os passos.

Essa conjunção pôs de manifesto a crise institucional que envolve os três Poderes da República: um Executivo coartado, sitiado, sem forças para governar, um Legislativo no auge de insolúvel crise ética, magnificando a crise do sistema representativo e, por fim, mas igualmente importante, a politização/partidarização intervencionista e expansionista do Judiciário, que o corrompe. Agravando a crise política o réquiem do sistema de partidos, maximizando a crise da democracia representativa, vítima mortal do presidencialismo de coalizão.

O somatório indica profunda crise política caminhando para o impasse institucional, revelada exatamente em momento de grande polarização ideológica e grande participação popular (este é, por sinal, seu lado bom).

Estamos, igualmente, e não pela primeira vez – pois assim tem sido desde as negociações da Independência – sob o condicionamento de interesses externos, voltados, presentemente, para a captura do Pré-Sal e para o realinhamento do Brasil à visão geopolítica dos EUA, o que significará a renúncia a qualquer protagonismo.

Penso que na história republicana brasileira não há precedente de concertação tão poderosa. Registre-se, ademais, que estamos apenas em meio à travessia do Rubicão e, neste momento, sem nenhuma visão para além

do horizonte que nos é dado contemplar a olho nu. Os artigos que a seguir poderão ser lidos insistem numa tese: a deposição da presidente Dilma Rousseff não esgota o golpe, pois, trata-se de peça vestibular, necessária para o grande projeto de tomada de assalto ao poder, mas sempre apenas ponto de partida, longe de qualquer fim e sua conformação, anunciada pelo programa peemedebista “Uma ponte para o futuro” (que Fernando Henrique Cardoso batizou de ‘pinguela’), aponta para graves retrocessos sociais, políticos e econômicos. Como anunciou o placar do 17 de abril, a nova coalizão assumiu com o respaldo de uma maioria parlamentar que tudo pode querer e tudo pode fazer, inclusive profundas reformas constitucionais – e aqui e em toda parte em que alcança o poder, não importam os meios empregados, a direita trata de rever as conquistas sociais e populares alcançadas no período precedente. Para o futuro imediato o novo governo (um governo não eleito), antes de instalado, já anunciava, para serem executadas por um Congresso carente de legitimidade, medidas umas já refugadas pela opinião pública, outras que jamais seriam aprovadas pelo voto se algum candidato ousasse defendê-las em campanha eleitoral. Aliás, esse programa foi claramente recusado nas últimas quatro eleições.

No plano estritamente institucional, registra-se o avanço metodológico da doutrina dos golpes de Estado. Corriqueiramente, na América Latina e no Brasil de forma particular e intensa, sempre que contrariada por governos populares (que a grande imprensa grafa como ‘populistas’) a direita apelava – com sucesso, diga-se de passagem – à intervenção das Forças Armadas, facilmente mobilizadas pelo apelo do anticomunismo e do combate à corrupção, discurso ainda hoje de forte ressonância na caserna. Contemporaneamente em recesso, os golpes militares são substituídos por outros modelos de fratura e são operados ora por maiorias Parlamentares ocasionais, ora por Judiciários partidarizados e sempre a serviço da ordem reacionária. Desta feita, e por essas razões, o golpe de 2016 se desfez das vestes tradicionais e propiciou a cassação do mandato legítimo da presidente Dilma Rousseff sem os abalos clássicos, especialmente se considerarmos a história republicana, aquela que teve um ciclo

encerrado em 1985, cujo próprio fim foi o anúncio de um novo ciclo (dele derivado, mas destinado a ser sua negação), este cujo esgotamento os dias de hoje anunciam. A república inaugurada com a Constituição de 1988 dá seus últimos vagidos.

Mas esta não é a história toda, pois, livres da ditadura da japona, corremos o risco de nos ver sob o império da toga, levado ao extremo por um STF que seguidamente transgride a Constituição na qual se funda sua autoridade e – aproveitando-se da atual fragilidade representativa do Poder Legislativo – se auto-constitui como Poder Moderador, pairando sobre os demais Poderes, pairando sobre a soberania popular, pairando mesmo sobre a Carta que lhe cumpre velar.

O que virá está sendo costurado nas entranhas da vida social em nível ainda não perceptível pelos sismógrafos do processo histórico.

Não se pode, porém, deixar de realçar, no processo em curso, o nefando papel nele desempenhado por Eduardo Cunha, projeto de Joseph Fouché, notável pela sua admiravelmente constante ausência de caráter. Rei Midas invertido, corrompe tudo o que toca: pessoas, coisas, instituições. Assim, o impeachment da presidente Dilma Rousseff, já de si inconstitucional – é inquestionável sua agressão ao art. 85 da Constituição Federal – nasce imprestável, maculado pela desonra. Nesses termos, o Congresso Nacional revelou a exata extensão da tragédia do sistema político-eleitoral brasileiro – de que sua composição, aliás, é fruto – capaz de levar de roldão a democracia representativa, sem solução à vista. Afinal, não é sensato esperar que os parlamentares de hoje livrem a legislação das mazelas e vícios que garantem a reprodução de seus mandatos.

A conjuntura desagradável, todavia, não deve ser vista como fato novo na cena política brasileira. O que se destaca é o aprofundamento da crise da representação que se vem agravando eleição após eleição desde seu nascimento com o regime de 1946, distanciando o mandatário da vontade soberana do eleitor. A intervenção do poder econômico, avassaladora, corrompendo candidato, voto e partidos, desnaturando as campanhas eleitorais; a presença nociva do poder político, acentuada com a emenda per-

missiva da reeleição, fruto da era FHC; a ação permanente dos meios de comunicação de massa, partidarizados, atuando como parte no processo eleitoral, organizando-se como verdadeiro partido, partido 'de novo tipo', posto que independe do julgamento eleitoral; a falência do sistema de partidos, na realidade, ressalvadas as exceções de praxe, um amontoado de siglas que nada dizem, pois sem programa são, sem doutrina, sem ideologia, sem projeto de país; e a governar partidos e eleições uma legislação elaborada exatamente para assegurar a sobrevivência de um sistema que desnatura a representação – esses são alguns dos elementos construtores da crise da representação que, atingindo todos os Poderes, atinge de forma tão contundente o Poder Legislativo.

Para além dos problemas que se encerram na institucionalidade há, porém, o registro das mobilizações populares, por si só um fato político a comemorar, não fosse o ódio de classe constituindo-se em fator de unidade das manifestações marcadas ora pela intolerância, ora por verdadeiras inclinações profascistas não vividas entre nós desde os idos de 1950; intolerância e inclinações profascistas que contaminam o plenário do Congresso mediante a inaceitável apologia da tortura, da xenofobia e de uma certa misoginia.

Assim, o conteúdo das manifestações de rua, os pronunciamentos durante a votação na Câmara dos Deputados – para além de seu resultado com a vitória acachapante do Sim – indicam (repito, para além e muito além do impeachment) que estamos nos encaminhando para uma inflexão autoritária e para a formação de uma exceção declarada contra as forças populares, em particular contra as esquerdas e suas organizações, inflexão essa tanto mais profunda quanto o centro, pelo menos até aqui ausente politicamente, se alia à direita e à extrema-direita e, de uma forma ou de outra, aliado ou simplesmente omissivo, é subsumido pela pregação reacionária, incapacitado de promover qualquer ação conciliatória como aquelas dos tempos em que era liderado por figuras como Tancredo Neves, lamentavelmente sem descendência na política. Nesse nível se encontram e se misturam os discursos das faixas nas ruas e das palavras de ordem e em

sua esmagadora maioria os votos dos deputados apoiadores do Sim. As frequentes menções a Deus, pátria e família – em meio às demais justificativas inacreditáveis de voto – não apenas expressaram uma certa visão de mundo, como lembraram as ‘Marchas da Família com Deus pela Liberdade’, organizadas nas vésperas do triste 1º de abril de 1964. Viu-se naquele espetáculo circense, de circo de horrores, quase tudo, menos referência à acusação que justificaria a cassação do mandato da presidente, mencionada por pouquíssimos parlamentares. Em qualquer hipótese, o predominate foi o retrocesso político anunciado pelo primitivismo fundamentalista religioso, sugerindo o que podem ser os anos vindouros.

Não cabe aqui, e neste momento, analisar como uma vitória política e eleitoral tão recente – as eleições de novembro de 2014 – transformou-se na contundente derrota parlamentar de 17 de abril, confirmada no veredicto de 31 de agosto do Senado federal. Outra crônica falará do isolamento político-popular do governo e da criação das condições subjetivas para a onda golpista. É certo que a força desconstitutiva da oposição nasceu da concertação reacionária, mas é de justiça destacar o papel de alguns de seus atores. A função, ao mesmo tempo de aríete e ímã organizador é, uma vez mais – eis uma constante da história republicana brasileira! – exercida pela grande imprensa, que também constrói o discurso ideológico unificador da oposição, como de hábito fundado no combate à corrupção, na manipulação dos conceitos de ética, liberdade e democracia. Aliás, o papel da grande mídia, desde a redemocratização de 1946, tem sido esse, o de criar as condições subjetivas para o golpe (de que a direita busca sempre lançar mão quando se vê ameaçada em seus interesses) e de em seguida legitimá-lo, mediante a construção autônoma da narrativa: em 2016, como em 1954 contra Vargas (o homem e o que ele representava), como nos idos do desenvolvimentismo juscelinista (1956-1961), como na preparação de 1964, contra o homem Jango e o que ele representava como promessa de emergência das massas, o eterno fantasma a povoar os pesadelos das classes dominantes. Cartel de empresas que impõe o monopólio ideológico, agem esses meios – no Brasil se constituindo como principal partido da oposição reacionária – como agentes do

processo histórico, de costas tanto para os interesses das grandes massas, quanto para os interesses do país. A chamada grande imprensa jamais assumiu os intentos de construção de nossa soberania a partir de um projeto de desenvolvimento sustentado e independente. Exatamente por isso sempre remaram os grandes veículos contra as iniciativas de política externa independente, em quaisquer regimes.

Evidentemente, as crises que explodiram em 1954 (deposição de Vargas), em 1961 (crise da legalidade consequente à renúncia de Jânio Quadros e a concordata que levou à implantação do parlamentarismo de ocasião) e em 1964 (deposição de Jango e instauração da ditadura militar) guardam distinções históricas entre em si e relativamente à crise de nossos dias. Em cada momento, um Brasil distinto, política e economicamente. Um país antes agrário e meramente agroexportador que se transforma em industrializado, uma população rural que se transmuda em urbana. Uma dessas distinções, no plano político, é o esvaziamento da Guerra Fria, transformando hoje em anacronismo ridículo o anticomunismo, mas naqueles idos vivida como uma obsessão dos EUA, reproduzida artificialmente entre nós pelas nossas classes dominantes.

Conservam, porém, essas crises, como ponto comum aos três momentos, (i) a reação sempre negativa das classes dominantes à emergência das massas e (ii) a oposição, ainda das classes dominantes, ao projeto, comum ao varguismo e ao lulismo, de desenvolvimento nacional autônomo. Apesar das resistências do petismo dos primeiros tempos à herança varguista, o fato é que sempre esteve a uni-los o sonho partilhado de construção de uma potência industrial, associada a um forte mercado interno e a uma classe trabalhadora protegida. Como autônomo, entenda-se sem ruptura com as regras do capitalismo internacional, mas reduzindo ao suportável a dependência nacional com relação aos interesses das metrópoles econômicas, EUA e União Europeia à frente. Nada de revolucionário e nada além de um nacionalismo moderado, portanto. Mesmo assim, tanto o varguismo e seus herdeiros quanto o lulismo foram alvo de resistência da pequena burguesia e de setores do grande capital.

As classes dominantes brasileiras, como respondendo a um reflexo condicionado, agem em solidariedade aos interesses dos centros hegemônicos da economia internacional e por eles é respaldada sempre que entram em conflito com a ordem interna: seja a disfunção da ordem decadente, seja a ‘ameaça’ da ordem emergente. Não foram diversas as histórias de 1954 e de 1961. Mesmo o janismo, ideologicamente de origem udenista, conheceu a oposição conservadora à sua política externa, terceiro-mundista em um mundo que para nossas classes dominantes estava polarizado pela díade EUAxURSS, ou capitalismo versus comunismo, e em cujo bifrontismo já havíamos ‘tomado partido’ como servidores da geopolítica dos EUA. Independentemente da associação ideológica e econômica do grande capital nacional às metrópoles centrais, o fato objetivo é o tamanho de nossa economia e nossa presença regional, que transformam nosso país num ator político – e ator que por isso mesmo precisa ter seus movimentos acompanhados de perto. Às questões econômicas óbvias somam-se importantes condicionantes geoestratégicas, perdurantes, mesmo após a declaração de caducidade da Guerra Fria com a debacle do Leste europeu. O encontro do descontentamento interno com as apreensões do capital internacional acende o pavio do rastilho de pólvora.

No segundo governo Vargas (1951-1954), uma das pontas da crise militar foi o Memorial dos Coronéis (1954) deflagrado contra a proposta do ministro do Trabalho, João Goulart, de reajustar em 100% o salário-mínimo, congelado havia 11 anos. Para sua deposição pesou a política social, a política nacionalista e pró-estatizante: a criação da Petrobras (1953) e o monopólio estatal do petróleo, a criação da Eletrobras e do BNDES (1952), o programa nuclear... João Goulart, presidente da República sucedendo a Jânio Quadros, insistiria, a um só tempo, nas políticas sociais (recusadas pelo seu antecessor) e na tentativa de um projeto nacional de desenvolvimento, no qual se destacavam as ‘reformas de base’, as quais, nada obstante haverem assustado à grande burguesia, simplesmente pretendiam modernizar o Estado (projeto de Vargas iniciado no Estado Novo) e a economia brasileira, dentro do mais rigoroso respeito às regras do modelo capitalista.

Jango, porém, vimos, associava as duas balizas varguistas à política externa independente, herdada do governo conservador de Jânio Quadros, mas desde sempre identificada como antiamericanista, isto porque uma de suas teses fundamentais, a ‘autodeterminação dos povos’, era vista como uma forma de dizer Não ao intervencionismo dos EUA. Outro ponto de contato das crises do varguismo e do lulismo são as denúncias de corrupção, o grande instrumento de apelo à classe média e à caserna. Em 1954, os golpistas conquistaram os corações da classe média e dos militares denunciando um “mar de lama” que correria pelos inexistentes porões do Palácio do Catete. Em 1964 não havia uma operação “Lava Jato”, portanto inexistia uma denúncia específica, mas tal não impediu que a propaganda oposicionista, uma vez mais conquistando a classe média, se firmasse na denúncia inespecífica de uma corrupção difusa. Mas o centro, nesse momento, foi o anticomunismo, antídoto às reformas de base – modestas aos olhos de hoje – empunhadas pelo governo João Goulart.

Em 2016, o motivo condutor da direita é novamente o combate à corrupção, desta feita e por razões óbvias, desapartada da obsessão anticomunista.

A existência de uma articulação político-militar norte-americana, envolvendo recursos políticos, materiais e logísticos nas conspirações contra os governos Vargas e Jango, está hoje fora de questionamento. Não afirmo que a História se repete, mas é preciso registrar as dificuldades dos EUA de conviverem com uma política externa brasileira “ativa e altiva”, para usarmos a expressão de Celso Amorim. Essas dificuldades ocorrem desde Jânio Quadros (1961), à exceção de Castelo Branco (1964-1967) no mandarinato militar, de Collor (1990-2002) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) na segunda redemocratização. A política externa formulada e executada pelo trio Celso Amorim-Samuel Pinheiro Guimarães-Marco Aurélio Garcia conheceu, nesses seus 13 anos de vigência, ademais da resistência de setores do corpo diplomático brasileiro, seguidos momentos de atrito com a política do Departamento de Estado Americano, seja no palco internacional, seja no âmbito regional. O primeiro deles foi o esva-

ziamento, pelo Brasil, do projeto da Alca, contraposto pelo fortalecimento do Mercosul, pela criação da Unasul, do Conselho de Defesa da América do Sul, da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (Celac) primeira tentativa de articular apenas nações dessas regiões – e da recusa de transformar as Forças Armadas em milícia contra o narcotráfico. Especial destaque cobra a integração com a África do Sul, China, Índia e Rússia, constituindo o BRICS, a abertura para o comércio com o hemisfério Sul – em particular com a África – e a aliança comercial com a China, que se transformou em nosso principal parceiro econômico. Em síntese, ao restabelecer a política externa independente, fazendo cessar a dependência levada ao extremo nos governos Collor e FHC, a chamada “era Lula” adotou um protagonismo jamais bem assimilado. No plano estratégico-militar, na sequência da Estratégia Nacional de Defesa, optou pela parceria com os suecos – que ainda estão fora da OTAN – para a fabricação de nossos caças supersônicos e associou-se aos franceses para a renovação de nossa frota de submarinos convencionais e para a construção de nossos futuros submarinos de propulsão nuclear. Como as reações a essa política contribuíram para desestabilizar o governo Dilma Rousseff é tema por estudar, certamente apenas quando, como ocorreu relativamente aos eventos que conduziram ao golpe de 1964 e sustentaram a ditadura, os arquivos dos EUA forem abertos ao público.

De uma forma ou de outra não se pode acusar as esquerdas brasileiras de protagonismo nas crises republicanas. Será esta uma especificidade latino-americana? Uma vez mais foi a direita quem optou pelo rompimento com a coabitação no governo de centro-esquerda. Com seu gesto fez esboçar a ilusão da conciliação de classes que há décadas domina as estratégias das esquerdas brasileiras e dos governos trabalhistas, e que tanto encantou o lulismo, depois de haver conquistado o varguismo, levando ao final conhecido. Tanto o varguismo como o lulismo, nos seus respectivos modelos de conciliação, intentavam – mediante a exacerbação dos lucros (Lula tem razão quando proclama que ‘nunca na história deste país os banqueiros ganharam tanto’ quanto no seu governo) – conquistar o apoio das

oligarquias para suas políticas de incorporação das massas à vida política, ao trabalho e ao consumo, pondo tudo no mesmo balaio. Esse arranjo, que os sociólogos uspianos chamam, para desqualifica-lo, de 'populismo', é sempre pro-tempore, provisório. Chega, inevitavelmente, o momento em que a concordata não pode ser mantida e esta é a hora do rompimento, pela oligarquia. Às vezes sem aviso-prévio. Ameaçada a acumulação capitalista, a crise econômica nacional, agravada pela crise internacional que corre o mundo a partir da quebra do sistema financeiro dos EUA (2008), a burguesia brasileira assumiu – rompendo com o governo e aderindo ao golpismo – a cisão do país em dois hemisférios ideológicos em oposição.

Devem as esquerdas à direita, ademais, a exposição, à luz do sol, da luta de classes que parecia definitivamente subsumida, negada pelas forças reacionárias e ignorada pelo discurso e pela ação das esquerdas, mesmo da esquerda socialista, mesmo das organizações original e historicamente revolucionárias. Esses dois blocos se apresentaram, simbolicamente, nas manifestações de rua. Trata-se, porém, de mero reconhecimento, com todas as consequências para a luta social, de uma divisão histórica. O registro cabe, tão só, como desmascaramento da "paz social". Essa cisão, porém, sabemos todos, escamoteada ou não, relativizada, minimizada, despolitizada, percorre nossa História, desde sua construção colonial, pois nascemos como nação de senhores e de escravos, de brancos e de negros, de ricos e de pobres, de doutores e de iletrados, de homens e de mulheres em situação de desigualdade, de senhores de direitos e dos portadores de obrigações, os de cima e os de baixo. As desigualdades econômico-sociais se desenvolvendo de par com as gritantes desigualdades regionais que quase deceparam o Império e persistem na República que se diz federativa. Nessa polaridade, os de cima jamais aceitam que os de baixo aspirem a mudar de patamar, descendo o morro ou trocando as periferias pelas Avenidas Paulistas e Atlânticas de todo o país.

O grande avanço político constituído pelas manifestações trouxe para as ruas esses dois Brasis prenhes de contradições, pondo na ordem do dia a luta de classes pari passu com a questão democrática, recuperada pelas

esquerdas. De uma forma ou de outra, a direita também rompeu com o pacto que ensejou a Carta de 1988 e, assim, contribuiu para aprofundar a crise constituinte. Objetivamente, ingressamos em momento que poderíamos definir como “ponto morto”, uma passagem entre a ordem decorrente da redemocratização e do pacto de 1988 e a expectativa de uma nova ordem que no horizonte de hoje não se pode prever. Enquanto isso, o presidencialismo de coalizão já escancarou sua irrecuperável ruína, após tornar o país absolutamente ingovernável; aprofunda-se a desmoralização do mandato popular, o que elimina a substância da democracia representativa, sem que sejam dados os mínimos passos nas sendas de uma democracia participativa. De sua parte, o colapso do sistema de partidos faz inviável o jogo parlamentar, e a teórica separação tripartite dos Poderes é superada pela hipertrofia e partidarização do Poder Judiciário, concomitantemente com a judicialização da política, que a abastarda, a esvazia, a deslegitima. A saber, estão postos na mesa todos os ingredientes da crise constituinte que poderá alimentar a crise institucional que o golpismo aprofunda: depois que a exceção abre suas comportas nada mais contém a violência. O que chamo de crise, repito, não teve no impeachment nem seu ponto de partida, nem seu ponto de chegada, mas, decerto, aquele foi, tem sido até aqui, seu momento mais agudo.

Mas a direita não é o único ator desta história

A direita lançou mão de seus métodos de sempre, mas o fez a partir dos graves erros da esquerda, e particularmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e do governo: erros estratégicos, erros táticos, erros políticos, erros administrativos e graves e injustificáveis erros éticos como a leniência com a corrupção e, finalmente, a opção por uma política econômica na contramão de seu discurso clássico, do discurso da candidata e do veredicto do eleitorado, somatório de erros que levou o governo ao isolamento político-partidário-popular, isolamento que contaminou o PT e suas principais lideranças e isolamento que explica a insatisfação das ruas.

Em hipótese alguma podem as esquerdas alegar qualquer sorte de surpresa em face dos desdobramentos das movimentações de rua. Já em 2014, no curso da campanha eleitoral e principalmente nos seus últimos momentos e logo após a vitória eleitoral da presidente, ficou claro que a direita brasileira, inconformada com a derrota, mais uma vez estava disposta a qualquer jogo que lhe possibilitasse a tomada do poder, ainda que ao custo do rompimento da institucionalidade, pois para os fins almejados, perdido mais uma vez o caminho natural do voto, todo fim tornar-se-ia sancionável.

Desde meados do primeiro governo Dilma, mas acentuadamente a partir das eleições de 2014, o ovo da serpente anunciava sua peçonha. Não o viu quem não quis. Em 2013, as “jornadas” já haviam mudado de caráter, atropeladas por protofascistas, e isto constituiu um fato novo na recente história republicana. Essa crônica é narrada na primeira parte deste livro e mostra o processo contínuo de isolamento político e social da articulação no poder, decorrente de sua incapacidade de constituir uma base parlamentar confiável, ou pelo menos assecuratória do exercício do governo.

Nesse cenário, os erros estratégicos do governo apenas atapetam a caminhada oposicionista que, num crescendo que começa com o pleito de uma canhestra revisão de votos, descamba para o golpismo a céu aberto, escancarado com a adesão ostensiva de Michel Temer vice-presidente da República e seu beneficiário. A chamada divisão polar do país já estava exposta pela campanha eleitoral e pelos números do segundo turno. Cabe ainda lembrar que as classes dominantes no capitalismo – aqui e alhures – são, de essência, antidemocráticas e golpistas; democracia ou ditadura, legalidade ou ilegalidade, não integram qualquer código de valores por elas reconhecido, posto que não passam de instrumentos, meios, de realização de seus interesses. O fato concreto é que a direita só faz concessões à democracia quando pressionada por instinto de sobrevivência, porque o sistema de acumulação da propriedade e da renda é incompatível, em nossos países, em nossos tempos, com o exercício durável da democracia formal, dessa que enseja momentos de emergência das massas. Daí o golpismo cíclico. Nesse contexto, quando não é abolida, a Constituição é vio-

lentada. Na tragédia de nossos dias com o concurso de um STF nascido, como se sabe, como seu guardião.

Já no vestibular da crise atual – cujo clímax hoje ninguém pode prever – ficou claro ao observador que o objetivo das classes dominantes brasileiras não era, tão só – o que já não seria pouco –, a deposição da presidente Dilma Rousseff. Estava à vista que o grande objetivo (de curto, médio e longo prazos) era e é a destruição das forças de esquerda (a partir da destruição do Partido dos Trabalhadores), culminando com a destruição política de Luiz Inácio Lula da Silva, a mais importante liderança da esquerda brasileira. E todos sabemos quanto é danosa e irrecuperável a liquidação de um patrimônio simbólico. No caso concreto, ademais, o símbolo Lula é patrimônio que extrapola a crônica brasileira. Estamos, pois, em face de uma operação ainda inconclusa.

A tese é esta: a deposição da presidente Dilma era a porta que precisava ser aberta para dar passagem a um governo fundado no retrocesso social.

Muito do que viveremos nos tempos que nos aguardam está condicionado pela agenda do governo Temer, sempre de transição. Dele já se vivem as consequências da adoção do catecismo neoliberal que, no caso brasileiro de hoje, compreende a sotoposição dos interesses das grandes massas e a rendição do trabalho aos interesses do grande capital; redução do Estado (e redução dos investimentos) e retomada das privatizações, redução dos gastos da seguridade social (de que dependem os pobres) e maior *superávit* primário para pagar os juros da dívida (o que só interessa à banca internacional), redução dos investimentos públicos e continuidade da política de juros altos, flexibilização das relações de trabalho e paulatina revogação das conquistas dos trabalhadores mediante a perseguida revogação da CLT, símbolo da “era Vargas” que Fernando Henrique Cardoso prometeu enterrar. Trocando em miúdos: em plena recessão, o aprofundamento dos conflitos sociais no momento em que cresce e se aprofunda a organização popular. Esse quadro confirma uma tese deste livro: o projeto em curso visa, por meio de um golpe de Estado de novo tipo, à tomada do poder sem voto para implantar e sustentar um governo politicamente autoritário, socialmente

regressivo e economicamente neoliberal-ortodoxo, pró-EUA, com as consequências que não precisam ser explicitadas. Enfim, a captura do Estado pelos derrotados nas urnas, para a realização de um programa de governo também previamente rejeitado. O que se opera presentemente não é uma simples troca de guarda, mas uma mudança de eixo da economia e da política e nos valores culturais. Escamoteada pelo discurso dos grandes meios de comunicação, que procuram naturalizar o golpe e legitimar o retrocesso, a questão de fundo é a de sempre: o Brasil que queremos. A revanche dos sem voto tem endereços certos: o Bolsa Família, o ProUni, o Minha Casa, Minha Vida, o Luz Para Todos, em síntese, todos os projetos de compensação social, ensejadores da ascensão das massas. Mas significa, igualmente, a alienação da soberania nacional, simbolizada na entrega do Pré-Sal, e no abandono das políticas nuclear, espacial e de defesa.

O neoliberalismo, com o qual acenam as forças do golpe – e nesse sentido é exemplar o “Ponte para o Futuro”, projeto de governo com o qual o PMDB formalizou sua decisão de tomada do poder numa forma muito própria de golpe de mão – implica o aprofundamento da recessão associada a juros altos, donde a queda maior do PIB e o aumento do desemprego, ingredientes perfeitos da crise social que demanda a repressão aos movimentos sindicais e populares, repressão tanto maior quanto contará com a resistência dos que, alimentadas as esperanças da ascensão social, dela não estarão dispostos a abrir mão.

O projeto que este livro registra e denuncia é a institucionalização da exceção jurídico-política dentro da ordem formalmente democrática. Estamos nas primícias de uma inflexão autoritária declarada contra os interesses populares e a soberania nacional e as esperanças de construção de uma sociedade aberta, plural, inclusiva e tentativamente justa. Daí a necessidade, da nova ordem, de destruir as organizações populares de esquerda e seus ícones, se possível desmoralizando-os moralmente diante da sociedade que sempre os respaldou. A luta de classes não pode mais ser escamoteada. Até mesmo a direita resolveu assumi-la, para desgosto dos liberais. Paralelamente, alterando matizes, soam os clamores por um novo

modelo civilizatório cujo pleito está patente em questões para as quais as esquerdas tradicionais não estiveram atentas, como as questões de gênero, os desafios ecológicos, os direitos e as reivindicações das populações LGBT e de todas as minorias.

Eis a fase da crise que esta segunda edição procura registrar com os textos que lhe foram aditados, derivados da colaboração com a Carta Capital online.

Dentre as muitas similitudes já levantadas desses diversos momentos da continuada crise republicana, há uma distinção que precisa ser considerada, pois ela dialoga com as expectativas de conflito social. Trata-se do nível da organização social-sindical dos dias de hoje, comparativamente aos eventos anteriores. O movimento social brasileiro, que esteve ausente nas crises passadas, seja quando de sua fermentação, seja após sua eclosão – não teve condições de defender Vargas em 1954 e menos ainda teve condições de reagir ao golpe de 1964 –, está, hoje, muito mais e melhor organizado e desfruta de condições de resistência ao governo neoliberal, necessariamente autoritário, porque um governo neoliberal, entre nós e nas atuais circunstâncias é, por definição, antipopular. A ameaça protofascista contribuiu – e eis seu efeito contraditório – para a unidade do movimento sindical e a unificação da luta, de que a Frente Brasil Popular é, ao mesmo tempo, fruto e agente.

A Frente Brasil Popular surgiu como resultado da acumulação da experiência das forças populares e de esquerda. O elemento aglutinador, determinado pela realidade histórica, foi a defesa do governo Dilma no que ele representava, no que diz respeito à legalidade democrática, ao desenvolvimento econômico socialmente inclusivo e à inserção soberana do Brasil no mundo, mas àquele objetivo, tático, jamais esteve circunscrita, pois foi pensada, sempre, como projeto estratégico de longo prazo e tarefas, embates, de curto e médio prazos. Pensar e, principalmente, agir estrategicamente, torna-se ainda mais relevante quando o enfrentamento contra o golpe é, hoje, uma fase de luta vencida. Não obstante haveremos perdido a batalha parlamentar do impeachment, a experiência revelou a

boa oportunidade da criação da Frente e, em todo o processo, o acerto de suas diretrizes e ações que apontam para sua continuidade como núcleo de oposição ao governo Temer.

Uma vez mais a história revela o acerto das políticas de Frente e a necessidade de nelas insistir. De outra parte, o avanço das forças de direita exige o aprofundamento da unidade do movimento social – partidos, movimento sindical, movimentos sociais de um modo geral — e da política de unidade como método, seja no campo social, seja nas lutas econômicas e, também, no campo eleitoral, o que levará ao aumento da influência da Frente Brasil Popular na sociedade. Para atender a tais desafios, a Frente haverá de encontrar uma forma de organização adequada.

Superada a primeira fase, a do enfrentamento à proposta golpista, apresentam-se como desafios a conservação das conquistas políticas e sociais dos trabalhadores e a defesa da soberania nacional, de par com a retomada do desenvolvimento e o combate sem quartel ao governo títere. Ou seja, resistência e avanço. Trata-se, pois, de priorizar, a um só tempo, o enfrentamento ao governo ilegítimo e a defesa das conquistas sociais, sem perder de vista que na política de resistência está embutida a política de avanços sociais. A concepção de Frente, como meio de ação, tem o significado prático de fortalecimento da resistência popular mediante a incorporação de novos atores, mas nele não se encerra, pois a própria ação tem o efeito didático de produzir a unidade na luta.

Seu feito mais importante é a consolidação da concepção frentista de luta

Para o amargo desfecho de 2016 foi fundamental a conquista, pela direita, da classe média, tarefa desta feita facilitada pelo encontro das denúncias de corrupção com a política lulista ensejadora da ascensão social das massas. A classe média não se incomoda com os avanços dos ricos, pois almeja compartilhar seus dividendos. Teme ela, porém, que a ascensão das classes populares possa vir a ameaçar seus privilégios. Esse receio logo

é mobilizado e facilmente transformado pelo veneno midiático em resistência ao mais fraco. Para levar a classe média a defender os interesses das elites (ou mesmo seus próprios interesses), a estratégia da reação é sempre a mesma: jogar as lideranças de esquerda na vala comum da corrupção, onde, aliás, a direita sempre se banquetou e se banqueteia. Eis por que, a serviço desse poder sem peias, sem limites éticos ou legais, as estruturas estatais dissidentes – os órgãos de investigação, a Polícia Federal, os ministérios públicos, as instâncias judiciais, os juízes de primeira instância e os tribunais superiores, a Receita Federal etc. – têm, hoje, uma só missão: dizer que Luiz Inácio Lula da Silva é um político corrupto.

A acusação à presidente não conseguiu indicar uma só hipótese de crime de responsabilidade e não foi por deslize administrativo que foi punida, mas por haver perdido maioria na Câmara dos Deputados (com que é dito é redito, não soube “negociar” e isso é, ademais de uma contrafação ética, uma violência inominável no leito do presidencialismo). Trata-se, pois, de ato político, estritamente político – e nossa Constituição, presidencialista, presidencialismo aliás reafirmado nas eleições de 2014, não prevê impedimento de chefe de Estado nesses termos.

O fruto do golpe contra Dilma Rousseff é um governo sem respaldo na soberania popular, mácula incurável, derivado de um esbulho, carente de toda e qualquer sorte de legitimidade, à míngua de qualquer respaldo ético, pois arquitetado na traição e operado por um deputado-réu, naquele então senhor de barão e cutelo de um colegiado sobre o qual pesavam e pesam acusações as mais graves. O fruto desse golpe é um governo chefiado por um político menor, sem apoio popular, comprometido, porém, com as reformas neoliberais que compreendem o aprofundamento do programa de ajuste – rejeitado pela população – cuja tesoura incide diretamente sobre os bolsos e os direitos dos trabalhadores. Um governo sem personalidade, sem luz própria, condicionado por uma maioria congressual caríssima, pantanosa que é, e pela espada de Dâmocles de eventual cassação pelo TSE da chapa Dilma-Temer. O próprio Michel Temer é acusado de envolvimento direto em esquemas de corrupção em benefício pessoal e do PMDB,

que presidia, e a qualquer momento pode ser descartado pelas forças hoje dominantes, que maquinaram e efetivaram o golpe e ainda lhe dão sustentação. As circunstâncias constroem um cenário de dificuldades.

A História terminou?

Independentemente do desfecho imediato da crise política, permanecerá intocada a fratura exposta da crise de legitimidade que corrói os poderes da República e ameaça a democracia representativa, reclamando a reorganização política do país. A ordem jurídica de hoje, as normas de hoje, as estruturas de hoje, o Estado de hoje não mais atendem às necessidades de nosso desenvolvimento nem às demandas da complexidade que caracteriza a mudança social das últimas décadas.

A crise política, porém, é o anúncio de um fim de ciclo. A democracia representativa, o presidencialismo e sua versão degenerada – o presidencialismo de coalizão que o governo ilegítimo tenta recuperar –, o processo eleitoral corrupto e corruptor, fundado no abuso do poder econômico que desnatura a vontade da soberania popular, acusam um fim de ciclo e indicam no horizonte o novo ciclo que se está costurando nos escaninhos imperscrutáveis do processo histórico.

É prudente não retirar das nossas planilhas de cálculos as hipóteses de impasse institucional chamando a Nação para decisões as mais graves.

Normalmente, é sob a ameaça dos adversários que as praças de guerra se organizam, o que explica, nos dias de hoje, a permanente mobilização dos setores avançados da sociedade reunindo o disperso, unificando e organizando as forças populares e democráticas e os partidos de esquerda em torno de propostas que dizem respeito à retomada do projeto de construção de um país desenvolvido, soberano e socialmente justo, e, antes de tudo, vivendo a plenitude democrática. Aos movimentos sociais cabe preparar-se para uma longa e dura jornada de lutas em defesa dos direitos trabalhistas e sociais e da soberania nacional. Afinal, o que está em jogo é o Brasil das próximas décadas.

INTRODUÇÃO

A característica singular do ovo da serpente é a quase transparência de sua membrana, o que permite ao observador, conhecendo a peçonha ainda em gestação, antever a víbora que, adulta, poderá picá-lo. Por isso, trata-se, sempre, de bela e precisa imagem para lembrar, no presente, o que pode estar nos reservando o futuro. Esse futuro – mera probabilidade – está nas mãos do observador com olhos para ver, pois, interrompendo ou não o processo biológico, e aí então assumindo o papel de agente, poderá estar decidindo pela vida ou pela morte. Mas, a partir do conhecimento da ameaça, não mais lhe será dado o direito de, amanhã, ferido o calcanhar, arguir surpresa. Ao não intervir, o sujeito histórico opta pela cumplicidade.

O ovo da serpente em si não é nada, senão uma possibilidade de vida, de vida conhecida que enseja a vidência do que pode vir, ou seja, do que está sendo gestado.

É uma antevisão, um alerta.

Ingmar Bergman, em filme notável, talvez sua obra-prima, descreveu a vida do após Primeira Guerra Mundial, o encontro da Alemanha com a República e a democracia representada pela Constituição de Weimar, mas, igualmente, a Alemanha dos “loucos anos”, de hiperinflação, assassinatos, fracasso industrial, desemprego, antisemitismo, xenofobia e violência.

Não por outro motivo o denominou de “O ovo da serpente”. Enxergava naqueles tempos a gestação do nazismo, no que poucos naquela altura acreditavam.

Muitos, ainda hoje, minimizam o significado do que está sendo gestado nas entranhas da nossa crise atual.

Veze várias, o movimento social parece desenvolver-se, espalhar-se, como ondas, ora serenas, ora violentas, em movimentos mais ou menos sucessivos, quase sincrônicos. O que as modula não está à vista do praiado. Lembro a onda absolutista autoritária – antidemocrática por definição –, de desrespeito aos direitos humanos, à liberdade, à livre circulação, que, intoxicada de violência e xenofobia, construiu as duas primeiras guerras mundiais. Esse período dista de 1914 até o final da segunda grande guerra, em 1945. Entre uma e outra, a convulsão europeia. Assistiu a Humanidade à construção do nazismo, do stalinismo e do militarismo do império japonês. A tragédia da guerra civil espanhola, e a ascensão do franquismo e do salazarismo. Vimos seu preço. A paz de 1945, anunciada pelo cogumelo atômico sobre Hiroshima e Nagasaki, nasceu trazendo em seu ventre a Guerra Fria e, nos EUA, o macarthismo, a bestialização do anticomunismo de indústria, e a intolerância, a Ku-klux-kan e o acirramento do racismo. A era da esperança fez o reencontro da Europa (de parte dela) com a liberdade e chegou até nós com a queda do Estado Novo. Mas a democracia é regime muito frágil, e surge entre nós, como uma onda, a sequência das ditaduras sul-americanas – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Equador, Peru. Finda a Guerra Fria, nosso subcontinente é bafejado por nova onda, desta feita democrática e popular: Argentina, Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia, Uruguai, Peru, Brasil...

Recentemente tivemos – recebida com surpresa por operar-se em região há séculos dominada pelo autoritarismo – a “Primavera árabe”, cujos frutos, porém, limitaram-se à constitucionalização da Tunísia. O outro lado foi a ditadura militar retomando o controle do Egito. Seguem-se o “Podemos” espanhol e o *Occupy Wall Street*, que percorreu diversas cidades dos EUA, e o *Syriza*, que trouxe um pouco de espe-

rança ao povo grego, apenas isso. Mas segue-se também a emergência do *Tea Party*, ainda nos EUA.

O movimento social muitas vezes se processa em subterrâneos que não nos é dado conhecer. Corre manso pelas entranhas da vida social, silencioso, imperceptível, corroendo como caruncho, despercebido até que um dia explode, sem explicação aparente. Nas vésperas do notável maio de 1968, Daniel Conh-Bendit, seu principal líder, reclamava da pas-maceira da vida universitária francesa. Uma disputa estudantil com a reitoria da Universidade de Nanterre, que não permitiu os alojamentos comuns para moças e rapazes, terminou na irrupção estudantil, que, logo-logo, correria o mundo como rastilho de pólvora que contaminou a Europa, chegou aos EUA e mesmo até nós, em plena ditadura, numa onda libertária imprevista. Como imprevista seriam a queda do Muro de Berlim (1989) e o suicídio da URSS. Imprevistas também foram, respeitadas as distintas proporções, as jornadas brasileiras de junho de 2013, detonadas por aumento de alguns centavos nas passagens de ônibus da cidade de São Paulo. Surpreendente seria, igualmente, entre nós, a ascensão brasileira da direita, como movimento, ação e pensamento, alcançando seu clímax, até aqui, em 2016. Esses fatos e movimentos, alguns de caráter revolucionário, não são frutos do acaso, do improvisado. Não nasceram quando vieram à tona. Sua arquitetura vinha sendo montada peça por peça, longe das lentes e dos sismógrafos dos sociólogos. Mas deixavam sinais para os que desejassem ver.

Nem todos se detiveram na observação do ovo da serpente.

O hoje antecipa o amanhã. Sem forma pré-definida. Os fatos reproduzem-se segundo uma lógica interna, própria deles, que faz com que o passado influa no presente e no futuro.

Nos tristes idos de 1954, a sociedade brasileira foi despertada para um “mar de lama” que correria nos inexistentes porões do Palácio do Catete, onde, em instalações modestas e quase monásticas, se comparadas ao fausto contemporâneo, trabalhava e vivia o presidente Getúlio Vargas. A onda antivarguista era promovida por uma oposição competente tanto

quanto vituperina e inescrupulosa, que compreendia o Congresso, os partidos e, principalmente, a grande imprensa, atuando todos em concerto.

Concerto que se repete hoje.

Desastrado atentado ao jornalista Carlos Lacerda levou à morte um de seus guarda-costas, capitão da aeronáutica. O que, sob todos os títulos configurava crime comum, ensejou à FAB assumir as investigações sobre o homicídio, instalando-se o que então se chamou de “República do Galeão”, em referência à Base Aérea do Rio de Janeiro onde o IPM, comandado por coronéis daquela arma, foi instalado. Não podendo impedi-la, o governo recuou, e a partir daí não pôde mais resistir. Logo, o inquérito militar aberto para apurar um assassinato, transformou-se em inquérito político sem limitações jurisdicionais ou temáticas, e a “República do Galeão”, transformou-se em casamata do golpismo. E desse *bunker* os coronéis passaram a disparar torpedos contra o presidente da República e seu círculo mais íntimo. A deposição do presidente passou a ser o alvo, o atentado o grande pretexto. Sem apoio popular, hostilizado pela opinião pública manipulada pela grande imprensa, sem o apoio dos trabalhadores que o haviam elegido, e, finalmente, sem apoio militar, abandonado por seus ministros, Vargas se viu só. Nas ruas estavam de mãos dadas pedindo sua renúncia os liberais, os estudantes, os comunistas e a UDN – a direita raivosa de então –, na qual, se inspira a direita raivosa de hoje – PSDB, DEM, PPS, PSB e quejandos – liderada ideologicamente pela grande imprensa, como hoje e como em 1964. O desfecho faz parte da História. No dia do enterro de Vargas, as grandes massas, turbas acordadas e tardiamente enfurecidas, queimaram os carros dos jornais *O Globo* e *Tribuna da imprensa*, da direita, e os jornais da imprensa comunista.

Nos tristes idos de 1964, muitos liberais e democratas, que não haviam lido Brecht, engrossaram os arreganhos da direita que prometia cadeia para os comunistas e os corruptos “encastelados no governo Jango”, cuja posse não haviam conseguido impedir em 1961. Duas das principais acusações contra o presidente eram o pleito das reformas de base (entre elas a

reforma agrária, pela qual ainda lutamos) e a política externa independente, herdada de seu antecessor, Jânio Quadros, e montada por Afonso Arinos e Santiago Dantas. Combatiam a UDN e o lacerdismo o apoio do Brasil a Cuba, e nossa defesa do princípio da autodeterminação dos povos. Nos primeiros momentos da ditadura, revelados seus propósitos com o 'Ato Institucional' e as violências contra os direitos civis, ainda assim nossos liberais não se sentiram ameaçados. Mesmo quando seus vizinhos começaram a ser presos ou a "desaparecer", não se assustaram. Ora, eles eram apenas pequenos burgueses, tinham emprego e endereço certo e viviam do seu trabalho. Quando os militares bateram às suas portas tomaram um susto, mas nada mais havia por ser feito. Insaciável, o dragão devorava a todos, não poupando, sequer, seus áulicos, muitos dos quais foram se encontrar na cadeia com os comunistas com os quais haviam terçado armas.

Carlos Lacerda, o cassador cassado, foi encontrar-se no exílio com Juscelino e Jango.

O recuo suicida dos liberais italianos, nos anos 1920, atapetou a marcha de Mussolini ao poder, assim como o recuo dos comunistas (anos 1930) evitando o combate à direita alemã, facilitou a ascensão do nazismo. Os comunistas alemães pensavam que o absolutismo hitlerista precipitaria a revolução popular, e os liberais italianos confiavam nas tropas de Mussolini combatendo os comunistas e assim lhes ensejando o caminho livre para o poder. Deu no que deu. A covardia europeia, recusando apoio à República espanhola, facilitou a tomada do poder por Franco, e, assim, terminou por colaborar com a política do III Reich.

Nas vésperas de abril de 1964, Luiz Carlos Prestes, em lamentavelmente famosa conferência na Associação Brasileira de Imprensa-ABI, no Rio de Janeiro, nos garantia, com sua autoridade até então incontestada, que não havia a menor possibilidade de um golpe de Estado no Brasil. Apesar dos precedentes de intervencionismo militar, mesmo muito recentes, o secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro nos falava do legalismo e da tradição democrática dos militares brasileiros e, de forma particular, a origem popular dos oficiais do Exército brasileiro.

Mas tudo isso, felizmente, é, ao menos por enquanto, outra história... e a História “não se repete”, a não ser como tragédia e farsa. Deixa, porém, lições, que nem todos, sabem recolher, ou só a aprendem muito tardiamente. E quem não aprende com os erros, está condenado a repeti-los.

O processo histórico não se move nem linearmente, nem como uma equação algébrica ou uma lei da física, por mais bela que uma ou outra possa ser. Não há leis determinando o caminhar dos fatos, imperial como a lei da gravidade. Muito menos essas leis caminham por sendas ditadas pela vontade dos deuses. O Olimpo é uma metáfora. A história é feita na Terra, pelos homens. Nenhum passado é reprodutível, a não ser nas conhecidas formas de tragédia ou farsa. Mas seu conhecimento abre e ilumina ao bom caminhante as sendas por percorrer no presente. Dessa forma, visitar o passado pode ser antecipar-se ao futuro.

Sabemos que os fatos – sem apelo a qualquer sorte de *maktub*, ou de determinismo, ou de cientificismo como fonte explicadora da história –, são contribuintes de outros fatos, o que enseja ao observador a possibilidade de antecipar-se à sua evolução, nela procurando intervir, seja para acelerar o processo, seja para tentar impedir seu desenvolvimento, conhecido o que pode ser o porvir.

Com a conhecida imagem do ovo da serpente procuro significar que estão dadas, para quem quiser ver, as condições para um perigoso processo de ruptura do pacto social que possibilitou a Constituinte quase progressista de 1988, agredida em seus aspectos mais socialmente avançados já a partir de sua promulgação, indicando de logo a resistência dos setores conservadores. Dois presidentes se destacaram, com sucesso, nessa faina, José Sarney e FHC. Esse processo desconstitutivo atinge o paroxismo – haverá ainda campo para seu avanço? – com o atual Congresso (2014-2018) que simplesmente confirma a predição de Ulisses Guimarães ao afirmar que a “legislatura seguinte seria sempre pior do que a antecessora”. O Congresso ordinário, sem mandato constituinte, revoga um a um os avanços assegurados pelo pacto que tornou possível a Constituição de 1988.

Assustadora é a convicção de que há consonância ideológica e ética entre a maioria parlamentar de hoje e seus atuais dirigentes. Resta saber se essa mesma contemporaneidade política milita entre o eleitorado e a ação parlamentar. Se o Congresso que aí está legitima os atos de seus líderes – evidência clara como a luz do sol – resta-nos a amarga pergunta: esse caminhar para trás representa também o pensamento majoritário de nossa sociedade? Se a conclusão plausível é pela coerência entre o pensamento social e a ação retrógada do Congresso, perguntar-se-á, agora como desafio: como explicar as transformações que revelam o Brasil de hoje na contramão do avanço social medido a partir da Constituição de 1988 e a redemocratização?

O país vinha, conquista após conquista, avançando socialmente, numa trilha iluminada por valores democráticos e progressistas. Um novo Brasil parecia nascer com as vitórias eleitorais da oposição; tinha-se a sociedade brasileira majoritariamente identificada em torno das campanhas contra a Tortura, pela Anistia, pelas Diretas Já, unificada na eleição indireta de Tancredo, no *impeachment* contra Collor e finalmente, nas eleições e reeleições de Lula e Dilma Rousseff. E no apoio popular a seus governos.

Como explicar a crise de hoje, cujo ponto de partida é a desconexão entre o voto que escolhe o presidente e aquele que na mesma eleição preenche as cadeiras da Câmara dos Deputados e de parte do Senado Federal? Como explicar que o mesmo eleitorado, na mesma eleição, consagre um candidato a presidente e eleja um Congresso que lhe será hostil? O que pretendo pôr de manifesto é o subterrâneo da crise política, a saber, a falência do modelo de política e do modelo de Estado, o modelo de presidencialismo, entre nós batizado de ‘de coalizão’. Trata-se do fracasso do processo político eleitoral proporcional, fundado na farsa, na manipulação do poder econômico – que a direita deseja aprofundar facilitando a contribuição financeira de empresas nas campanhas eleitorais e no financiamento de partidos e candidatos – na manipulação do poder político, que distorce a vontade eleitoral. Trata-se da exaustão do “presidencialismo de coalizão”. Trata-se da impossibilidade fática de operar-se uma verdadeira reforma política, pois é consabidamente impossível esperá-la daqueles

que se beneficiam de seus equívocos e vícios. Trata-se da necessidade de reforma de um Estado concebido para não funcionar, senão com o conservador dos interesses da classe dominante. A contrapartida do Estado disfuncional é a incapacidade governativa, derivada do pacto imposto pelo “presidencialismo de coalização”, mas é igualmente a consequência de uma estrutura montada para impedir o fazer. Vivemos formal e objetivamente a grande crise constituinte – que nasce, aliás, como Estado brasileiro e a Carta outorgada de 1824.

O fato objetivo é este: encontra-se, o atual governo, originariamente de centro-esquerda, sem maioria parlamentar, sob o cerco de um processo que, sob o comando do PMDB, abandona o centro e se filia à direita, a caminho de um golpismo que nega suas origens.

Mas ainda não é tudo. Fruto ou causa dessa ascensão conservadora, que hoje pervade toda a sociedade brasileira, vivemos o encontro do esvaziamento da chamada sociedade civil organizada – dominada por certo nihilismo – com a crise das instituições da República, incapazes de atender a contento suas obrigações constitucionais: o povo se ressentido do Estado que não lhe assegura os serviços de que carece; não se identifica com o Poder Legislativo, que em regra só legisla segundo os interesses próprios dos parlamentares, e de seus financiadores, e ao fim e ao cabo se sente frágil, inseguro, à míngua de direitos diante de um Judiciário incompetente, de uma Justiça que tarda e falha, de um “sistema” que só pune os pobres.

Diante do quadro parlamentar há uma só certeza: a atual legislatura nada aprovará de remotamente progressista.

Da sociedade não se pode esperar a defesa da política, que jamais foi, para as grandes massas, forma de realização de seus interesses. Mas do progresso não pode cuidar a classe dominante, beneficiária e sócia de todos os desarranjos que contaminam a política e a coisa pública, privatizada, pois, na medida em que fracassam os meios republicanos crescem as negociações de cúpula, no vértice do poder presidencial, onde se encontram os grandes líderes políticos e os líderes do grande capital financeiro.

A crise da Política é a crise da representação que ilustra a crise constituinte, peças da grande crise do Estado, desaparelhado para gerir a sociedade emergente, sociedade de massa sem ascensão social e econômica em meio à crise econômica alimentada por fatores internos e exógenos, condicionada pelos humores políticos, econômicos e financeiros da globalização, um bem-sucedido projeto estratégico de poder das grandes potências.

O plano interno parece repetir, e o registro não se faz pela vez primeira, os ventos que sopram das metrópoles, com o avanço do pensamento e da prática de direita, que hoje domina a Europa, com a falência dos partidos socialistas e comunistas e a rendição da social-democracia. Aqui o cenário é a renúncia da social democracia que se transforma no baluarte do pensamento e da ação de direita, levando consigo seus satélites como o PPS, o trânsito do PMDB para a direita, o haraquiri ideológico do PSB, a anomia dos partidos do campo da esquerda, o recuo do movimento social como um todo, notadamente do movimento sindical, contido em reivindicações econômicas. Desapareceram as lideranças liberais e os quadros de esquerda mingam, como mingam as instituições e as lideranças da sociedade civil. É nesse vácuo – e não obstante o fracasso do neoliberalismo que detonou a crise econômica – que, lá e cá, crescem as forças da reação, do conservadorismo e da xenofobia. Não só o conservadorismo político-congressual-partidário, mas o pior de todos: o conservadorismo entranhado na sociedade, que, excitada pelos meios de comunicação de massa, transborda para a intolerância.

Aqui, vínhamos de 12 anos de relativo sucesso de uma sequência de governos de centro-esquerda que possibilitou a entrada de mais de 40 milhões de brasileiros na economia e no consumo, promovendo a mais notável ascensão social da História republicana. Hoje, esse governo sofre um cerco sem similar, hostilizado pelos meios de comunicação de massa, em nosso país um verdadeiro partido político e um poder, ao contrário dos demais, sem limites, sem fiscalização, sem normas a seguir, sem código de ética a observar, agindo à margem e contra a soberania popular. Por força mesmo da unidade ideológica dos meios de comunicação, o governo

é também hostilizado por setores do PMDB (que, nada obstante, participa do governo e comanda sua política...), o mais poderoso partido político da República, hostilizado pelo Congresso (presidido pelo PMDB nas duas Casas legislativas), finalmente, e por tudo isso, e muito em função de sua política econômica, hostilizado nas ruas.

Esse quadro ensejou a realização, entre nós, de um especioso “golpe branco”, de que resultou a instalação, em pleno presidencialismo, reafirmado em 2014, de uma espécie de “parlamentarismo de fato”, mostrengo híbrido que, avançando sobre os poderes da Presidência da República, qual insaciável moloch, agrava a ineficiência do Estado, dificulta o enfrentamento da crise econômica e aprofunda a crise política. Se não governa, logra dificultar o funcionamento do Executivo.

A aliança dos grandes meios de comunicação com as forças mais retrógradas do Congresso forma o nosso *tea party*. No plano econômico, intenta transferir o Pré-sal da Petrobras para as petroleiras multinacionais, e promove a facilitação dos processos de privatização das estatais brasileiras; no plano social impõe a pauta do atraso que compreende a diminuição da maioria penal, a redução da idade mínima para o ingresso no trabalho, a terceirização e a precarização do trabalho, o fim da demarcação das terras indígenas, restrições às ações e políticas públicas antidiscriminatórias, a flexibilização do conceito de trabalho escravo, restrições ao atendimento de mulheres vítimas de estupro, a quase liberação da posse e porte de armas, incitando e cevando, com o conteúdo e a forma de sua militância política uma variada gama de manifestações de intolerância no dia a dia dos brasileiros: a intolerância religiosa (que se supunha erradicada num Estado laico, num povo miscigenado e numa cultura sincrética); a violência sexual e a violência contra a mulher, além da colonial violência contra os negros, criando mesmo uma atmosfera em que o diferente, o outro, é um inimigo que precisa ser hostilizado, verbal ou fisicamente. Se possível, eliminado.

Para a realização de seu projeto não basta à direita inviabilizar o governo da presidenta Dilma Rousseff: tornou-se preciso depô-la, daí a campanha pelo *impeachment*. Mas ainda não será tudo, porque é preciso,

também, destruir o Partido dos Trabalhadores, e, a partir dele, destruir as organizações de esquerda. Mas mesmo tudo isso ainda não será suficiente, pois o grande objetivo de hoje é desconstituir, junto ao povo, a imagem de Luiz Inácio Lula da Silva. Após o trágico 24 de agosto de 1954 e a ascensão dos militares, os golpistas foram surpreendidos, em 1955, com o retorno triunfal do derrotados, com a eleição de Juscelino Kubitschek, tendo João Goulart, o herdeiro do varguismo, como vice. Por isso, para os golpistas de hoje que são a reprodução dos golpistas de ontem e de sempre, a mesma classe dominante, é preciso destruir, hoje, com Lula, para impedir a eventualidade do retorno, em 2018, dele ou do que ele representa.

Essas são as questões discutidas na primeira parte deste volume, que encerra uma seleção de artigos meus publicados semanalmente na versão *online* da revista *Carta Capital* (a quem agradeço o espaço concedido), com algumas poucas exceções de outros órgãos, indicados abreviadamente, como a *Carta Capital* (CC), ao cabo de cada texto.

Estes artigos foram selecionados em face da temática comum – a tentativa de análise dos vários aspectos das “crises” brasileiras (a face econômica, a face política, a face ideológica, a face estratégica, a face ética) – e guardam, como linha comum, o tratamento político e ideológico. Foram, neste volume, editados seguindo a ordem cronológica. Tenham-se como obra de um militante da democracia e do socialismo, sem preocupações formais, preocupado fundamentalmente, tão-só e, sobretudo, em usar essa tribuna para uma discussão negada pelos grandes meios.

Nesses textos, uma crítica recorrente às esquerdas brasileiras (sempre no plural) é o abandono da reflexão, levando à paralisia dos partidos e organizações do nosso campo. Repetindo: se a reflexão sem a ação em nada resulta, como dizem os ativistas em férias, a práxis sem reflexão, sem conhecimento da realidade, leva ora à doença infantil do esquerdismo, ora à anomia. Este livro não pretende preencher essa lacuna – que é de origem orgânica – mas, como o colibri da fábula que tentava apagar o incêndio da floresta levando água ao fogo – simplesmente procura fazer sua parte. A inação é serviçal dos que querem a perpetuação do *statu quo*; o esquer-

dismo é, ao fim e ao cabo, um auxiliar das forças da reação. Obra de militância, esta é, de certa forma, também, obra coletiva, pois, para além de uma opinião pessoal, procura interpretar o pensamento e as angústias de um segmento das esquerdas brasileiras insatisfeito com o que vê e temeroso com o que pode ser obrigado a ver amanhã.

Muitos desses textos (agradeço a colaboração de Iris Campos e Pedro Amaral na sua seleção) foram, antes de publicados submetidos a companheiros de militância, colegas de trabalho que sempre contribuíram com a chegas e conselhos. Agradeço a colaboração de Pedro Amaral, Pedro Celestino, Epitácio Brunet e Sérgio Sérvulo.

A segunda parte “Porque Frente, porque ampla, porque nacional, porque popular”, encerra uma análise crítica que tentei mais profunda do quadro nacional, e a construção de uma alternativa de ação política que me parece ser uma Frente democrática, por isso não esquerdista; aberta aos partidos, mas não partidarizada; política, mas sem olhar para as eleições, popular, nascida de baixo para cima, a partir do debate com estudantes, trabalhadores, empresários, políticos com ou sem mandato, partidos, organizações da sociedade civil. Aberta a todos os que estiverem convencidos da necessidade de resistência ao assalto da direita, e aberta aos que acreditem ser possível construir um país diferente e melhor, mais justo, caminhando em busca da igualdade social. Ou seja, como é afirmado ao final do texto, nessa Frente cabem todos os brasileiros que lutam pelo progresso e pelo desenvolvimento nacional, pela soberania, pela construção de nossas riquezas com distribuição de renda, pela defesa da empresa nacional, pelas garantias dos trabalhadores, pelo desenvolvimento, pela democracia.

Esse texto (“Porque Frente, porque ampla, por que nacional, por que popular”) também foi lido pelos companheiros acima assinalados, e ainda pelo meu amigo Tarso Genro que me homenageia com sua “Apresentação”, e lido ainda pela guerreira indomável Luiza Erundina (que assina uma carinhosa “orelha”) e pelo professor Luiz Carlos Bresser-Pereira, cujas sugestões, acatadas, agradeço. E agradeço uma vez mais a contribuição de

todos, e reitero o óbvio: as deficiências e erros persistentes são de minha exclusiva responsabilidade.

Um agradecimento particular ao meu amigo Ricardo Santana, que consegue defender-me nos meus permanentes (e lamentavelmente crescentes) conflitos com o computador.

A terceira parte traz os debates da mesa-redonda realizada no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro (agradeço formalmente a colaboração e boa-vontade de seu presidente, Francis Bogossian), no dia 22 de abril de 2015. Subordinada ao tema “A crise, qual a saída?” reuniu intervenções do professor Luís Fernandes (da PUC e da UFRJ), do governador Tarso Genro e minhas.

Nessa mesa-redonda foi, pela primeira vez, levantada a proposta de constituição de uma Frente popular, afinal consolidada como Frente Brasil Popular, cujo Manifesto – aqui reproduzido no Apêndice – foi lançado, pelos movimentos sociais, em Belo Horizonte, em 8 de setembro de 2015.

Na sequência dessa Mesa foi realizada uma outra no Sindicato dos Engenheiros de São Paulo (23 de abril), denominada “Em defesa da legalidade democrática e da soberania nacional”, a qual contou com a participação do ex-governador Cláudio Lembo, do jurista Marcelo Lavenere, ex-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e da professora Selma Rocha (USP), e que teve Roberto Amaral como moderador, a quem coube levar a proposta de criação da Frente ao “Grupo Brasil” (24 de abril), coordenado então por esse grande líder popular que é João Pedro Stedile.

A quarta parte, “Apêndice”, traz: I – um instigante artigo de Tarso Genro – “Frente de esquerda na diversidade da esquerda”, II – o documento “Aonde vamos?”, primeira formulação para uma análise crítica da crise, discutida na primeira reunião pública realizada pelo autointitulado “Grupo reflexão”, do Rio de Janeiro, origem da mesa-redonda e do lançamento do “Movimento pró Frente nacional popular e democrática”, realizado no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, com o patrocínio dessa entidade, do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP) e do Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos (Cebela) no dia 29 de junho de 2015 e III – o Manifesto de Lançamento da Frente Brasil Popular, já referido.

A análise crítica tem uma função: construir alternativas. Este, o desafio para o qual procuramos respostas, olhando para a frente, partindo do quadro objetivo para o Brasil que queremos e podemos construir, pensando no novo, no amanhã, no progressista, no avançado.

Que esses textos permitam a necessária reflexão para o entendimento dos tempos que vivemos. Estamos diante do ovo da serpente, que nos lembra, no presente, o que o futuro nos reserva. A partir da consciência da ameaça, resta-nos identificar as saídas que nos distanciem da antevisão do que está sendo gestado. Identificadas as ameaças, organizemo-nos para enfrentá-las. Esse, o desafio.

Laranjeiras, maio de 2016.

Roberto Amaral



I

DA CRISE À FRENTE

O complexo de vira-latas, ontem e hoje

(...) A ponte Rio Niterói é, portanto, uma linda obra turística, cuja prioridade não se justifica em um país de escassos recursos que se defronta com necessidades berrantes que aí estão nesta mesma região do País, clamando pela ação do Governo.

Eugênio Gudín, *O Globo*, 02.03.74.

Foi Nelson Rodrigues, em crônica às vésperas da Copa do Mundo de 1958 (*Manchete esportiva*, 31.05.58), quando a seleção brasileira partia desacreditada para a disputa na Suécia, quem grafou o conceito de “complexo de vira-latas”, resumo de um colonizado e colonizador sentimento de inferioridade em face do estrangeiro e do que vem de fora, seres e coisas, símbolos e ideias.

Impecável a definição, cujas raízes nos levam à empresa colonial e ao escravismo, à dependência cultural às diversas Cortes que sobre nós reinaram e ainda reinam.

Peca, porém, o teatrólogo genial e reacionário militante, ao atribuir tal “complexo” a fenômeno nacional, como se fosse ele um sentimento de nosso povo, de nossa gente, pois nada é mais povo brasileiro do que o torcedor de futebol.

Esse sentimento existe, mas regado pela classe dominante brasileira, desde a Colônia, que sempre viveu de costas para o país e com os sonhos, as vistas e as aspirações voltadas para a Europa. Terra de “índios desafeitos ao trabalho”, de “negros manemolentes e banzos” e “europeus de segunda classe”, nosso destino, traçado pelos deuses, seria o de eternos coadjuvantes. História própria, industrialização, destino de potência... ah, isso jamais!

Nem no futebol, pois havíamos perdido as copas de 1950 (esta em casa!) e 1954 justamente porque éramos (eram nossos jogadores) um povo mestiço, eis a explicação racista e colonizada.

Pensar grande, pensar na frente, projetar-se no mundo e na História, isso é coisa de visionários ou políticos “populistas”.

Tal cantochão reacionário foi construído pelos pensadores dos interesses dominantes (desde os liberais que no Império advogavam o “embranquecimento da raça” e por isso, só por isso, chegaram a admitir a abolição da escravidão), e ainda hoje é o refrão da direita impressa.

Para essa gente, o destino de nosso país era o de exportador de café e importador de manufaturas (“por que produzir aqui, se podemos importar o produto estrangeiro, melhor e mais barato?”), e agora nosso destino conformado deve ser o de exportador de soja e minério *in natura*. Amanhã, que os fados dele nos protejam, o destino que nos devotam é de exportadores de óleo bruto, como o Iraque, o Irã, a Venezuela, a Arábia Saudita...

O único engenho concedido ao nosso povo é o carnaval, comercializado pela tevê monopolizada. Mas dizem ao nosso povo, os jornalões, que não temos capacidade de construir meia dúzia de estádios.

Um bom representante desse pensamento conservador – que no Império ceifou pioneiros como Mauá – é Eugênio Gudín, criador (ao lado de Octavio Gouvêa de Bulhões) do ensino da economia em nosso país, e fundador do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), da Fundação Getúlio Vargas. Monetarista e antidesenvolvimentista, antivarguista e antijuscelinista, iluminador do neoliberalismo brasileiro, combatia qualquer ideia de intervenção do Estado na economia, a mínima que fosse, repudiava o apoio (com incentivos ou não) à industrialização, e defendia

com unhas e dentes, desconsiderando a realidade objetiva, o equilíbrio financeiro e a austeridade fiscal.

Gudin, como a maioria dos economistas, gostava de falar em “custo de oportunidade”, que procura medir o que poderia ter sido feito em saúde, educação e mais isso e mais aquilo, com os gastos de determinada obra ou melhoramento. Por exemplo, quanto poderíamos ter investido em saúde se não investíssemos na transposição do São Francisco, em que pese ao preço de deixar à míngua milhões de brasileiros do semiárido nordestino.

Por isso, Gudín, como a classe dominante e a direita impressa, foram contra Brasília e mesmo contra a ponte Rio-Niterói (vimos na epígrafe), e são, agora, contra o trem-bala que ligará Campinas-São Paulo ao Rio de Janeiro.

Ainda na ditadura, o falecido *Jornal do Brasil* insurgiu-se contra as obras do metrô em nossa cidade, sob o tacanho argumento de “que ainda não haviam sido esgotadas as possibilidades do transporte de superfície”. (Ninguém insinuará que estaria recebendo propina da máfia dos ônibus).

Chateaubriand, nosso Cidadão Kane, mobilizou sua cadeia de jornais e rádios para combater os investimentos da União na triticultura gaúcha “porque era muito mais barato importar trigo dos EUA”, que então renovavam seus estoques de guerra.

Agora mesmo há os que julgam desperdício os investimentos em hidroelétricas e em Angra III.

Ora, em país que de tudo carece, tudo é urgente e igualmente tudo é adiável. Mais importante do que o “custo de oportunidade” é a oportunidade do investimento, ainda que signifique o atraso de obras e serviços “inadiáveis”.

Assim foram os investimentos dos anos 1950 na Petrobras (que Gudín e outros consideravam um desperdício, até porque “o Brasil não possuía petróleo”) e a seguir os investimentos da estatal em pesquisa, de que a prospecção em águas profundas é apenas um dos frutos. Aos míopes daquele então, pergunto: que seria o Brasil de hoje dependente da importação de petróleo? Que será o Brasil de amanhã sem energia elétrica?

Aí então é que não podemos pensar em saúde e educação universais. Mas, para os áulicos do conservadorismo, tudo o que significa investimento com vistas ao futuro deve ser adiado, como supérfluo. Daí o desmantelamento tecnológico de nossas forças armadas, daí o atraso da indústria nuclear, daí o atraso da indústria espacial, daí o atraso na produção de fármacos, na recuperação das ferrovias.

Paremos aqui, pois o rol é interminável.

O Brasil de hoje mostra a relevância dos “injustificáveis investimentos” na construção de Brasília (incorporando à economia mais da metade do território nacional) e da ponte Rio-Niterói, a qual, aliás, já dá sinais de saturação.

Todo mundo pode construir seu trem-bala. Podem o Japão, a China, a Itália, a França, a Espanha... mas o Brasil, não, pois aqui “há outras necessidades exigindo recursos”. E na China e na Espanha por acaso já não há mais nada pedindo investimentos? Seus críticos, do trem, de boa e de má-fé, reduzem o projeto à ligação entre as duas maiores metrópoles do país, ou seja, a um simples sistema de transporte, o que, convenhamos, por si só já o justificaria.

Mas aos esquecidos lembremos o processo de urbanização que essa nova via proporcionaria, criando em torno de seu trajeto e de suas estações novas condições de vida e moradia, desafogando os grandes centros, atraindo serviços e indústrias, ou seja, promovendo desenvolvimento que ensejará investimentos em saúde, educação, saneamento etc.

(CC, 21.12.12)

O avanço solitário do pensamento conservador

Retomo a questão das reformas estruturais, esfinge a desafiar nossos governos de centro-esquerda (por que não as fazemos?) e desafio ideológico a provocar as esquerdas brasileiras. Quanto a estas, a evidência é que, afogadas pela necessidade de vitória eleitoral, terminamos renunciando ao

debate, abrindo, assim, caminho para o avanço solitário do pensamento/ideário conservador.

O Brasil profundo, até 2012, vem votando na esquerda, ou mais precisamente em candidatos filiados a partidos programaticamente de esquerda, mas os “corações e mentes” são conquistados pelo monopólio da direita impressa, com a demolição da política (de que depende a democracia) e da esperança (de que depende a esquerda). Um só dado: pesquisa em poder do TSE informa que 80% dos jovens brasileiros rejeitam a política, não creem na política, muito menos nos partidos e nos políticos. A tragédia não diz respeito exclusivamente às esquerdas (embora sua responsabilidade seja dominante) mas a todos que defendem o processo democrático: tire-se da política a política, os partidos e os políticos, o que ficará de pé para dar sustentação à vida democrática?

Já vimos esse filme.

Para ganhar, a esquerda brasileira (e que dizer da francesa de hoje e de seu lamentável Partido Socialista? Ou da esquerda inglesa em face de um Partido Trabalhista reacionário?) está convencida de que precisa ganhar setores à sua direita (o centro e a direita propriamente dita) e para ganhá-los torna-se bem comportada nas alianças eleitorais, no discurso, e no programa, o qual, mesmo tímido, é o primeiro a ser jogado de lado, pois no governo a abelha rainha é a “governabilidade”. Para governar se impõem concessões, nas alianças que prometem tranquilidade parlamentar, nas composições políticas, necessárias, com o empresariado e o monopólio da informação (com quem aspira estabelecer um *modus vivendi*), os movimentos sociais e os sindicatos. Estes são levados à redução corporativa, ou seja, renunciam ao debate político – a vítima de sempre –, em benefício da estabilidade do governo que ajudaram a eleger e têm o dever histórico de sustentar.

Diz-se que essa tragédia política é filha natural do presidencialismo brasileiro, ao possibilitar eleições de quadros populares (Lula e Dilma) e ao, ao mesmo tempo, negar-lhes maioria parlamentar para governar e conservar-se no governo, cujo poder precisam partilhar com outras forças sem abrigo na soberania popular, a começar pelo famigerado “mercado”, com tudo o que

lhe é implícito e consequente. A fragilidade parlamentar é contornada pela construção rentista (daí “presidencialismo de coalizão”) de maiorias heterodoxas, internamente contraditórias e conflitivas. Nas composições eleitorais, em prejuízo sempre da grande política, as coligações se fazem e se compram em função dos minutos que o partido agregado traz para a campanha eleitoral do candidato; no governo, a coalizão é determinada pelo número de parlamentares que podem ser arregimentados nas votações de interesse do Palácio do Planalto. Collor não caiu por força de seus muitos desmandos, mas, porque não dispunha de maioria congressual, quando perdeu o apoio das ruas. Lula, apoiado nas ruas, conheceu o risco da ausência de base congressual, em 2005, o que quase lhe impôs um *impeachment*. Corrigiu-se.

Por isso mesmo, tendo, pelo menos a partir do segundo governo Lula, maioria congressual suficiente para fazer as reformas estruturais, não as ousamos. Nem mesmo promovemos a institucionalização dos nossos programas sociais – Luz para todos, Minha casa minha vida, Bolsa Família etc. – os quais, assim simples programas e não políticas de Estado (nível ao qual não são alçados) correm o risco de serem jogados na lata de lixo na primeira derrota eleitoral que soframos, alternativa que não desejamos mas para a qual precisamos estar atentos, pois conquistamos um governo republicano e não uma monarquia.

Ora, nossas eleições apenas se justificam – pelo menos esse deveria ser o sentimento coletivo – enquanto instrumento de reforma (isto mesmo, apenas reforma, ainda no âmbito da correlação de forças atual e sem abalar as bases do sistema) do Estado. Fora daí, a política fica reduzida a uma discussão despolitizada, inodora, em face de índices de eficiência administrativa, como se os feitos administrativos não tivessem alma e coração políticos e ideológicos.

A reforma do Estado brasileiro (ou sua simples modernização) se discute desde sempre, mas as transformações significativas se operam na transição da estrutura monárquica para a republicana, quando, numa aparente contradição, se consolida o poder rural-oligárquico, reacionário, antidesenvolvimentista, ensejando a ditadura da política do “café com leite”.

A “revolução”, de 1930, um conflito interoligárquico, se resolveu mediante sua negação, o golpe de 1937, que implantaria a ditadura Vargas. Assim é que, sob o autoritarismo, começaria a construção do moderno Estado brasileiro, tanto do ponto de vista político-social (a estruturação da ordem burocrática com o DASP, a legislação trabalhista e previdenciária etc.), quanto do ponto de vista econômico, criando a infraestrutura sobre a qual poderia o país, no seu capitalismo tardio, ingressar na industrialização, a promessa de libertação de todas as amarras do subdesenvolvimento. São dessa época o Código de Águas, o Conselho Nacional do Petróleo, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho.

A construção dessa base seria retomada no Segundo período Vargas, o democrático (1951-1954), de viés nacionalista, quando o Estado retoma o papel indutor do desenvolvimento. É dessa fase a Petrobras. Nenhuma reforma do Estado, porém. Nada obstante, a reação negativa das forças conservadoras.

A era Vargas, que o tucanato jurou enterrar, renasceria, tênue, no quinquênio JK (1956-1961) e o seu surto industrialista, dependente do capital estrangeiro. De novo, nenhuma reforma estrutural, embora, e talvez seja essa a melhor herança do quinquênio, tenha o país descoberto que o subdesenvolvimento não era um determinismo, como ensinavam os pensadores do conservadorismo e do desenvolvimento nacional dependente dos interesses das grandes potências.

A questão das “reformas de base” veio à tona, com todas as letras e as consequências conhecidas, no governo Goulart (1961-1964). Os pleitos de hoje são ecos do pleito de então: reforma agrária, reforma urbana, reforma política, reforma da educação...

A ditadura militar, de Costa e Silva em diante, retoma o projeto modernizante, mas seu objetivo era fortalecer o Estado conservador. A reforma política de então visava a sufocar a democracia, e a reformada educação destrói a escola pública.

Os primeiros governos reformistas, após o fim do regime militar, seriam os dois períodos Lula, continuados por Dilma. Mas, não obstante

sustentar-se em uma correlação de forças, a qual, ampla, amplíssima, e talvez por isso mesmo (pela sua heterogeneidade), não lhe assegura a realização de uma só das “reformas de base” das quais ainda carecemos no terceiro milênio. Está por ser feita a reforma tributária, a primeira peça da real democratização de nosso país, como a reforma do Judiciário, como a reforma política sem a qual a democracia representativa permanecerá como agora, uma promessa frustrada pelo controle do poder econômico e o monopólio dos meios de comunicação de massa. Não se fez a reforma do ensino militar, que continua reproduzindo o pensamento de direita. Não se reviu o pacto federativo. Ou seja, o Estado da esquerda é, ainda, o Estado deixado pelos militares e aperfeiçoado em suas distorções perversas nos oito anos de FHC.

Aparentemente preocupadas tão-só com a ocupação burocrática do Estado, as esquerdas ficaram à direita dos governos que ajudaram a eleger, e, renunciando nossos partidos aos seus deveres como vanguarda, transformaram-se em instrumento de acomodação das massas, pela via da domesticação dos sindicatos.

Penso que este seria o debate que os partidos de esquerda deveriam promover, talvez até em conjunto, no vestibular das eleições de 2014, quando seremos julgados mais pelos nossos erros e omissões do que pelos nossos muitos méritos como gestores do Estado burguês.

(CC, 15.04.13)

É preciso vomitar o “sapo barbudo”

Quem quiser, no que resta de esquerda brasileira, que construa castelos de areia sobre a ilusão do fim da luta de classes, ou da conciliação dos interesses populares com a burguesia reacionária, rentista, quatrocentona, de nariz arrebitado e cartórios na Avenida Paulista. Nossas “elites” conservadoras têm consciência de classe, mais aguda e mais profundamente arraigada que os dirigentes da Força Sindical. A classe dominante (vai a expressão em

desuso como homenagem ao sempre saudoso Florestan Fernandes) conhece seus objetivos e sabe escolher os adversários segundo a “periculosidade” que atribui a cada um. Uns são adversários passageiros, ocasionais, outros são inimigos históricos, que cumpre o quanto antes eliminar.

Lula, considere-se ele intimamente de esquerda ou não, socialista ou não, é, independentemente de sua vontade, esse inimigo fundamental: de extração operária está, no campo da esquerda, no campo popular e no campo das lutas sociais. Para além, portanto, das reivindicações econômicas do sindicalismo, quando chegou a encantar certos setores da burguesia que nele viam então apenas uma alternativa sindical aos cartéis do ‘peleguismo’, e do que restava de varguismo e comunismo. Hoje, queira ou não, continua a ser o “sapo barbudo” que a direita foi obrigada a engolir, mas está sempre tentando regurgitar. A direita – imprensa ou partidária (esta sob o comando daquela, ambas mercantis, desligadas do interesse nacional) –, ao contrário de certos setores pueris de nossa esquerda, age em função de seus objetivos estratégicos e em torno deles se unifica. Recua, quando necessário, em pontos secundários em face de dificuldades conjunturais para avançar no fundamental, exercitando a lição leninista do “um passo atrás, dois à frente”. Muitos de nós operamos na inversão da frase.

No governo, cingido à realidade fática da “correlação de forças”, nosso governo (o de coalizão liderado pelo presidente Lula, que abarcou todos os partidos de esquerda e mais os apêndices que foram do centro à direita assistencialista) deixou de realizar as reformas políticas, da estrutura estatal, que poderiam, passo a passo, abrir caminho para uma efetiva, ainda que a médio e longo prazos, alternância de poder.

Neste ponto, conciliou com mais competência que Vargas e Jango (pois se manteve no poder e o conservou ao fazer sua sucessora), para realizar o que não conseguiram esses seus antecessores, atingidos por golpes de Estado, do que Lula se livrou em 2005. O governo Lula, porém, realizou, o inaceitável pelo grande capital: transferiu o centro ideológico dos interesses do Estado para as maiorias marginalizadas pelo capitalismo predador, o que o tornou inimigo estratégico da direita brasileira. E, audacioso – rompendo

com o complexo de vira-latas das “elites” econômicas alienadas ao forâneo –, construiu (salvas a Amorim – Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia) uma inserção soberana no cenário internacional, rompendo com décadas de submissão aos interesses externos, cujo exemplo maior é oferecido pelas administrações dos dois Fernandos. Ao contrário de Jânio, que acenava no plano externo com uma política independente para no campo interno realizar uma política recessiva e antipopular e dependente, Lula, que encontrou falido o país de FHC, rompe com a submissão recessivista para colocar o Brasil na rota do desenvolvimento com distribuição de renda, incorporando à cidadania milhões de brasileiros até então marginalizados. E ao mesmo tempo avança em sua política externa “ativa e ativa”.

Para a burguesia reacionária essa política soou como um rompimento com a “Carta aos brasileiros”, e era o sinal para a tentativa de desestabilização do governo.

Tudo o que se segue é história recente, daí decorrente. Nada de novo, portanto.

A direita brasileira foi sempre, é, e sempre será golpista. O fato objetivo é que a direita não faz concessões à democracia, porque o sistema de propriedade e concentração de renda é incompatível com o exercício durável da democracia formal, daí o golpismo cíclico. Nesse contexto, quando a Constituição não é abolida, ela é estuprada. Na tragédia de nossos dias com o concurso de um STF nascido para por ela velar.

Não podendo derrotar Vargas, impôs-lhe o golpe de Estado de agosto de 1954, consumado com a posse de Café Filho e o governo títere, e antinacional, de Eugênio Gudin/Eduardo Gomes/Juarez Távora. Derrotada pelo povo na tentativa de impedir a posse de Jango, impôs-lhe o golpe de Estado de 1964, abrindo as portas para a ditadura militar, o grande legado histórico da UDN e da “grande imprensa”. Antes, por cinco anos, tentara, inclusive mediante intentonas militares e seguidos pedidos de *impeachment* (e a oposição dos jornalões de sempre) desestabilizar o governo JK. Ora, se o presidente era um quadro do pessedismo conservador, tinha como vice o inaceitável Jango e sua administração ainda abrigava comunistas e

políticos e técnicos de esquerda, ainda que ao lado de Roberto Campos. Em 1954, para fazer face ao nacionalismo de Vargas, a direita inventou um “mar de lama”, que, como as armas de Saddam Hussein, jamais existiu. Em 1964 a aleivosia foi uma “conspiração comunista” que a simples fragilidade do governo, derrubado sem resistência, revelou fantasiosa. Agora, e como sempre, os herdeiros do golpismo, aprendizes medíocres do lacerdismo anacrônico, investem na injúria e na mentira para tentar denegrir a honra do mais importante líder popular contemporâneo.

Eis um inimigo que precisa ser destruído, como a era Vargas que FHC prometeu apagar da história.

Uma notória revista de questionável padrão ético, alimentada por “segundo consta” e “segundo teria dito” um réu da Ação Penal 470, procura, uma vez mais e não pela última vez, politizar o julgamento do “mensalão”, tentando aproximá-lo do ex-presidente. Este objetivo é perseguido, incansavelmente, mediante intrigas e futricas, desde 2005.

A imprensa levanta a tese e, como respondendo a um reflexo condicionado, como o cão de Pavlov, os Partidos de direita assumem a acusação leviana como bandeira de lutas, repercutem no Parlamento as aleivosias da imprensa que, repercutindo a resposta parlamentar, voltam ao tema.

Estranha história: são as atuais forças da reação – PSDB e DEM (e o penduricalho do PPS) – as fundadoras, no primeiro governo FHC, da grande fraude que foi a compra de votos para assegurar a imoral aprovação da emenda permissiva da reeleição. Foi o PSDB que, no governo de Eduardo Azeredo, com os personagens de hoje, fundou o “mensalão”. Foi o DEM do “mosqueteiro” Demóstenes¹ quem deu sustentação à quadrilha de Cachoeira e foi o DEM de Arruda² quem instalou o “mensalão”, no Distrito Federal. São essas as forças que apontam o dedo sujo na direção do presidente Lula.

A história não se repete, sabemos (a não ser como tragédia ou farsa) mas no Brasil ela é recorrente: direita impressa, meramente mercantil ou

1. O procurador e senador Demóstenes Torres (DEM), cassado em 2012 pelo seu envolvimento com Carlinhos Cachoeira.

2. José Roberto Arruda, ex-senador, governador do Distrito Federal (DEM), cassado em 2010 por chefiar esquema de corrupção em seu governo, conhecido como ‘Mensalão do DEM’.

partidária, ou seja, a direita em quaisquer de suas representações, reiteradamente derrotada nas urnas, está sempre em busca de uma crise política salvadora, que a leve ao poder, pelo golpe de Estado se necessário, já que pelo voto não o consegue. A infâmia, a mentira, a calúnia, são, no caso, preços moralmente irrelevantes que a reação brasileira está disposta a pagar para “varrer a era Lula”.

(CC, 24.09.12)

O ovo da serpente

Todo estudante de primeiro semestre de qualquer curso de Comunicação Social conhece muito bem as muitas teorias sobre o papel dos meios de comunicação de massa como correia de transmissão dos interesses da classe dominante – e não do Estado, acrescento eu, porque é possível identificar fraturas entre os interesses de um e de outro, na medida em que o aparelho estatal abre fendas para a penetração de apelos das chamadas classes subalternas, no exercício de seu papel (do Estado burguês) de acomodação dos interesses gerais em benefício da preservação dos interesses soberanos, os do capitalismo, cada vez mais internacional (diz-se hoje globalizado) e cada vez menos nacional. Por isso mesmo, a “globalização” é também um projeto político que intenta minar as soberanias nacionais. Daí, é exemplar o comportamento da imprensa brasileira, a distonia entre os interesses nacionais e aqueles expressos pelos grandes meios, cujos interesses se vinculam materialmente aos interesses da metrópole hegemônica.

Com muitos anos de atraso penso finalmente estar respondendo a pergunta que me fez colega ministro do governo Lula: – *Amaral, porque a imprensa brasileira é mais reacionária do que a média dos empresários?*

A pergunta se justificava porque (estávamos em 2003) já era unânime a oposição mediática num quadro no qual o empresariado brasileiro era o grande beneficiário da nova política externa e da nova política econômica de Lula, irmãos siamesas. Ora, a emergência brasileira (e daqueles países

com os quais mais tarde formaríamos o Brics) não interessava às grandes potências, nem do ponto de vista da disputa de mercado, nem do ponto de vista estratégico.

A história de hoje explica a antecipação da imprensa brasileira, atenta, de coração e alma, ao pulsar dos interesses metropolitanos.

O sucesso de Lula, no embate, é conhecido. Sua construção se deu quando o presidente, quebrando a barricada mediática, estabeleceu o diálogo direto com as grandes massas, que conquistou, em defesa de seu mandato e de seu governo, portanto, da democracia. À grande imprensa que, apesar do rádio e da televisão, não conseguira chegar, politicamente, aos humilhados e ofendidos de sempre, restou o espaço vazio de seu campo tradicional de atuação ideológica, a classe média, insegura e reacionária por definição. Descobriu-se, então – ensinou-nos a popularidade do presidente –, que a imprensa já não era aquela formadora de opinião de que falavam os tratados de sociologia. E revelou-se também bastante relativo o decantado poder da classe média de influir na formação da consciência nacional. O “mundo” brasileiro comportava algo para além de Ipanema e da Avenida Paulista. Falavam os rincões libertados do coronelismo, sensíveis aos apelos dos reajustes do salário-mínimo e dos ganhos do Bolsa família. É verdade que continuavam e continuam assistindo às novelas da *Globo*, mas sem ouvidos para a pregação do *Jornal da Noite*.

Ocorre, porém – há sempre outro lado –, que os ganhos dessa história limitaram a capacidade de avaliação da esquerda brasileira, que, vitoriosa eleitoralmente sem haver travado a disputa ideológica, passou a menosprezar o papel da chamada *media*, deixando de fazer contraposição ao seu discurso ideológico. O que estou pretendendo dizer é que os jornalões, as rádios e as televisões estão ganhando o discurso ideológico que se dissemina junto à crescente classe média, irradiando valores conservadores. Ante a falência material e ideológica dos partidos da oposição conservadora, a velha imprensa primeiro dita-lhes a pauta, para, no segundo momento, assumir a pregação fundamentalista que nem o DEM nem o PPS têm mais forças para sustentar. Esse discurso reatualiza o moralismo udenista, arcaico

e farisaico de natureza, e assim, uma vez mais, nossos problemas estruturais, como ao tempo do lacerdismo e do janismo de campanha eleitoral, são reduzidos ao combate à corrupção. Fracassada a varredura janista e a guerra aos marajás do primeiro Fernando, criou-se a fantasia da “faxina” com o que a direita esperava exorcizar o lulismo.

Não se fale mais em desenvolvimento do país, em defesa da empresa nacional, muito menos em distribuição de renda. Basta fechar a Esplanada dos Ministérios e com ela o Congresso Nacional, a “fonte de todos os males”. Mas não nos dizem o que colocar em seu lugar. Os militares? Os empresários? O tal “mercado”? Os “técnicos”? Ah!, sim, os técnicos, eis outro dogma do catecismo reacionário: se o mal é dos políticos, basta substituí-los por “técnicos” – como o Sr. Mailson da Nóbrega, hoje “consultor de empresas”, que nos legou uma inflação de cerca de 2.000% ao ano, quando o ministro da Fazenda que a debelou foi o político Fernando Henrique Cardoso, em ação política capitaneada pelo sempre injustiçado presidente Itamar Franco, outro político de carreira.

No fundo, no perverso fundo, está o projeto essencial da direita em todo o mundo: excluir da política a própria política. Esse, o “valor” que a direita impressa está passando sem que a esquerda, embalada pelo sucesso político-eleitoral, lhe dê combate, na ilusão de que o não explícito inexistente, sem olhos para ver o ovo da serpente ou o caruncho que devora em silêncio as entranhas do madeirame.

A visão contemporânea da esquerda eleitoralmente vitoriosa, convencida pelo pragmatismo de que o objetivo eleitoral deve comandar as questões políticas, a saber, a vitória da tática sobre a estratégica, a vitória do imediato tangível sobre o projeto final, a renúncia ao debate ideológico e principalmente às suas consequências, têm facilitado, até pelo seu silêncio, a propagação dos valores antipolíticos e antidemocráticos da direita, que avança, sorradeira, como erva daninha, a sugar nossa própria seiva. Quando disputamos o poder pelo poder outra coisa não estamos fazendo senão reproduzindo a tática do adversário histórico. Ora, isso é um doce suicídio: a direita pode disputar o poder

pelo poder, pode alimentar projetos pessoais que se sobreponham aos partidos, pode negar a política, pode apegar-se ao imobilismo, e ainda assim estará ideológica e politicamente coerente com seus interesses, simplesmente porque o poder já lhe pertence.

(CC, 24.01.12)

A ladainha do atraso

Olhando da perspectiva do tempo,
é pena que o brasileiro não seja mais cordial,
como antes afirmavam os cientistas sociais.

Carlos Heitor Cony, *Folha de S. Paulo*, 09.02.14.

Enquanto a novela do canal onipresente escancara “o primeiro beijo *gay* da televisão brasileira”, a *Folha de S. Paulo* (9.2.14) anuncia que “Medo de agressão faz *gays* andarem em grupo em SP”. Um automeado “justiceiro” mata, em plena luz do dia, à queima roupa, um “suspeito” de 20 anos de idade. O horror que explode no tristemente famoso complexo de Pedrinhas, no Maranhão, é um mero indicador da violência do sistema penitenciário brasileiro, uma micro amostra da crise social brasileira.

Os jornais do Rio de Janeiro noticiam que “milícias” de jovens “justiceiros”, para alívio de uns e medo de outros, percorrem as deliciosas ruas do bairro do Flamengo, dia e noite, não para namorar, mas para “limpar” o bairro da presença indesejável de mendigos e pequenos delinquentes, porque dos outros deve cuidar a polícia.

Dessas *blitzes* sanitárias tivemos recentemente ilustrativo retrato. Um grupo de jovens de classe média – desses muitos “meninos” que andam de bermudas, calçam tênis e brincam de *skate* nas calçadas –, prendeu um trombadinha de 15 anos de idade, negro, surrou-o e o deixou preso, nu, atado a um poste – pelourinho pós-moderno – por uma trava de bicicleta, que mais lembrava o garrote vil da Espanha franquista. A ação foi digna dos grupos *Ku-klux-kan* de triste memória, e as fotos estampadas pela imprensa

lembram a África do Sul do *apartheid*, deixando-nos a amarga pergunta: recuamos tanto assim em nosso processo civilizatório? A barbárie, porém, é festejada em prosa e verso por locutores, chamados inapropriadamente de “âncoras”, portanto jornalistas, de um dos telejornais brasileiros e por seus êmulos nas dezenas/centenas de programas policiais, de rádio e tevê, necessariamente reacionários, espalhados por todo o país.

A foto, na dramaticidade que só a imagem encerra, revela a presença, forte, potente, da tradição oligárquica e racista produzida por 300 anos de escravidão e iniquidade. Mas revela principalmente os novos tempos em construção. Lembra o Brasil arcaico que queremos superar – aquele Brasil que o saudoso Eduardo Coutinho fotografou, para denunciar, no seu imortal *Cabra marcado para morrer*. Um Brasil ainda muito forte que se agarra com todas as forças no passado para impedir o nascimento do futuro. O velho, cheio de vigor, ameaça o novo, sem forças para nascer. É o Brasil da casa grande que não se conforma com a implosão da senzala, na qual, assim pensa a classe dominante, deveriam estar, ainda hoje, os muitos que não cabem na pequena mesa onde se banqueteam os poucos donos do poder.

Penetrando através os sulcos abertos pelo autoritarismo larvar, a visão de mundo de direita se espalha pela sociedade e está presente nas instituições, nas relações sociais, nas relações interpessoais, nas relações econômicas e nas relações políticas, empedrando corações e manipulando mentes. Construindo homens e mulheres de cidadania diferenciada, segundo a renda, a cor, o gênero, a origem, a naturalidade. Não se trata de caruncho carcomendo entranhas, mas de um vírus. Espero estar enganado, mas desconfio de que, se não lhe for oposta resistência, breve essa peçonha poderá ter infectado todo o organismo social.

O tal de “rolezinho”, um passeio programado de jovens pobres e “de cor” pelos *shoppings* de luxo em São Paulo, é reprimido por seguranças privados, armas em punho, pela polícia, e, inacreditavelmente, proibido pela justiça, que deveria assegurar o direito de ir e vir de todos, senão fosse uma justiça de classe, de olhos bem abertos para ver as diferenças e proteger o mais

forte. O espaço público é de todos, mas esses jovens vêm, na sua maioria, das periferias e, por isso, são negros e pobres. E pobres porque negros.

Com a ascensão social e econômica esses jovens passaram a reivindicar o direito de circular nos salões até aqui inacessíveis. Ora, na sociedade de classes o bom pobre é aquele que “conhece o seu lugar”, a saber, fora dos templos do consumo, onde sua presença só faz perturbar a consciência tranquila da pequena burguesia, que, supõe ela, nada ter a ver com a pobreza e a concentração de renda, de que é simplesmente a beneficiária. Torna-se insuportável a presença desses pobres intrometidos que, até, já deram adeus aos ônibus interestaduais e viajam de avião “entulhando os aeroportos”.

No Rio de Janeiro, virou moda subir o morro “pacificado” e desfrutar da linda vista do Vidigal ou do Chapéu Mangueira. A classe média e turistas confraternizam. Se o asfalto pode subir, os do morro não podem pensar em descer! Imagina se amanhã os pobres resolvem governar...

Na Câmara dos Deputados, um conhecido parlamentar, ex-oficial do Exército, bem formado e bem nutrido pela caserna, vocaliza o pensamento de direita que contamina a classe média brasileira e aplaude a violência com seu português claudicante: *“Praticaram [os agressores] um ato corajoso [30 jovens parrudos contra um menino de 15 anos...] quem deu uma surra nesse vagabundo, porque os moradores estão cansados de serem roubados e assaltados por essa gentinha”*.

É em nome de tais valores que esse deputado pleiteia a presidência da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos. Nos púlpitos eletrônicos, institucionais, nossa gente, crédula, prostra-se à mercê da pregação diária do primitivismo e do medo, medo que passa a ser a característica de nossos tempos. Com seu óbolo, seu dízimo, sua esmola, tirados do arroz e do feijão, enriquece empresas de toda sorte, inclusive poderosas empresas de comunicação, mas guarda a esperança de que, se aqui na terra a realidade é tão severina, no além que lhe promete o pregador-empresário terá a vida eterna.

Diariamente nas emissoras de rádio, o tempo todo, nos finais de tarde nos canais de televisão, o cantochão é a ladainha do atraso. As programações das emissoras de rádio (valho-me do que ouço nos táxis), em todo o país, a toda hora mas pela manhã principalmente, reunindo

grupos de idiotas adrede selecionados, em programas de falsos debates, abusa-se do direito de desinformar e formar mal, defende-se a violência como resposta à violência, a discriminação e os preconceitos mais primários. No altar da irresponsabilidade o pleito da pena de morte, a exaltação da repressão policial como alternativa a “uma justiça que não pune” e a um Poder Legislativo ‘que não vota a redução da maioridade penal’. Este, aliás, é Poder execrado. E para todos eles, os tais “debatedores”, o grande mal é a política e os políticos, sem os quais, lembremos, não há democracia alguma, uma das lições da última ditadura, instaurada em 1964 exatamente para livrar a nação dos políticos e da política. Deu no que deu. Para compreender o filme será necessário pedir uma *reprise*?

É sempre assim que o ovo da serpente é chocado.

Em nome da liberdade de imprensa, e em plena democracia, hoje, desapareceu o debate, desapareceu o contraditório, desapareceu o confronto ideológico, restrito a dois ou três “jurássicos” com seus textos circulando em públicos restritos. Em seu lugar foi instaurado o discurso monocórdio da direita, unívoco, a mesma ideologia, repitamos sempre, que construiu as bases políticas do golpe militar que, em nome da democracia, a aboliu por 20 anos. A direita parece haver ganho uma guerra que não precisou disputar. O adversário capitulou.

Longe do articulista temer o avanço político ou mesmo eleitoral dessa direita. Ela sempre perdeu as eleições e vem sendo derrotada seguidamente pelo voto popular, pelo que a única alternativa que conhece é o golpe de Estado, em qualquer de suas múltiplas modalidades. Por isso repudia a política e os políticos, e se coloca à margem dos partidos.

A questão que procuro sublinhar é o espaço crescente que passa a ocupar em nosso país o pensamento da direita orgânica. Ele está hoje presente em todos os aparelhos ideológicos; está na burocracia e na tecnoburocracia; está nas salas de aula; está no Poder Judiciário, está no Poder Legislativo em seus diversos níveis; avança, até, entre o chamado mundo do espetáculo. Se começa pela grande imprensa, transborda para a Aca-

demia, passando pelos movimentos estudantil (aí estão os *Blackblocs*, de nítida inspiração fascista) e sindical, este de corte puramente econômico e dominado pelo “sindicalismo de resultados”. Aliás, buscar resultados, tão só o resultado, a qualquer preço, inocular como valor essencial o “ganhar a vida” a qualquer preço, ao preço até da honra, o mais rapidamente possível, se possível sem muito trabalho (para isso está de portas abertas o mercado financeiro), a velha doutrina do “levar vantagem sempre”, essa é a grande vitória ideológica da direita no Brasil. Na contraface, a ausência do pensamento progressista, na medida em que os partidos revolucionários sucumbiram e os partidos que se diziam de esquerda e os que se dizem da esquerda reformista são dominados pelo império do sucesso eleitoral, este também a qualquer preço, mesmo que seja ao preço da renúncia a programas e doutrinas.

Desapareceram, como formuladoras de pensamento e ação, e assim mobilizadoras da chamada “opinião pública”, as grandes entidades da sociedade civil, hoje fantasmas de um passado que não conseguem reviver, pois a história não dá meia volta. Não são mais os estudantes que saem às ruas mobilizados por suas entidades de classe. São os jovens desorganizados em busca de causa. Extinguiu-se o que o sempre saudoso Antônio Houaiss chamava de “pensação”, a arte (dever) do livre pensar, mas pensar sempre, produzir sempre. Pensar o Brasil, suas crises e suas soluções, pensar o povo brasileiro.

Na ausência do pensamento de esquerda, silente, na ausência do pensamento e da formulação socialistas (órfãos), na ausência do confronto ideológico (evitado pela esquerda), crescem o pensamento e a ação da direita, monopolizando as correias de transmissão de ideias, a formação de militantes, de quadros, de pensadores, de formuladores.

Não há mais necessidade dos *Chicago boys*. Eles podem ser formados aqui mesmo.

(CC, 12.02.14)

Violência, violências

A discussão da violência na política não é trivial. Ela se justifica e pode até ser um imperativo moral, quando se vive numa ditadura desumana. Revoltar-se contra o nazismo era o que deveria fazer qualquer ser humano decente. Mas a violência deixa de ter cabimento quando há Estado de Direito e, além do mais, democrático, como governo eleito pelo povo – como hoje acontece no Brasil.

Renato Janine Ribeiro. *Valor Econômico*, 17.02.14.

A violência, como conceito descontextualizado, é prima irmã da barbárie e, deste ponto de vista, é moralmente indefensável, embora seja, do ponto de vista estratégico – da guerra, por exemplo – não só aceitável, como legitimada, disciplinada que é por tratados, pelas convenções de Genebra de 1949 e seus protocolos de 1947, aos quais, por sinal, o Brasil aderiu. Vale lembrar, ainda, a existência do Tribunal Penal Internacional, sediado em Haia, com competência para julgar e punir aqueles que, na ação, cometem crimes de guerra. Todos os Estados modernos se preparam para a guerra, mobilizando recursos materiais e humanos.

Renato Janine Ribeiro lembra uma violência absolvida pela ordem moral que nos rege:

(...) a que se levanta contra ‘uma ditadura desumana, como a nazista. Neste caso, a violência que se ergue contra o Estado opressor deriva de um imperativo moral, e, assim, é sancionada pelo senso comum enquanto é condenada aquela outra levada a cabo no ambiente de um Estado de direito, principalmente quando se trata de direito democrático.

Exemplo dessa segunda espécie seria a violência que tomou as ruas de nosso país e cujo momento mais dramatizado teve como palco a cidade do Rio de Janeiro, no último dia 6 de fevereiro. A morte do cinegrafista San-

tiago Andrade, no pleno exercício de sua profissão, não foi, todavia, o pior momento, nem foi a primeira morte estúpida e revoltante. Antes de Santiago morreu a gari Cleonice Vieira de Moraes, em junho passado, em Belém, após inalar gás lacrimogênio lançado pela Polícia Militar em confronto com manifestantes; Fernando da Silva Cândido, manifestante, morreu no Rio em agosto passado, também de complicações respiratórias causadas por gás lacrimogênio; Douglas Henrique Oliveira e Luiz Felipe Aniceto de Almeida, estudantes, perderam as vidas em junho do ano passado, em Belo Horizonte, após caírem de um viaduto quando tentavam fugir da polícia.

Pouco antes da fatalidade que levaria Santiago, o ambulante carioca Tasman Amaral Accioly, idoso, foi colhido por um ônibus ao tentar fugir da confusão – de novo e sempre a repressão policial contra manifestantes –, que se instaurou em plena Central do Brasil, no Rio de Janeiro. (A lista de vítimas não fatais é interminável, e compreende ainda a publicitária Renata da Paz Andrade, que perdeu a visão do olho esquerdo ao ser atingida por estilhaço de bomba lançada pelo Batalhão de Choque da PM fluminense, quando participava de protesto em 20 de junho último, e Rani Messias Castro, jovem espancada também por PMs no Rio. Na extensa lista de profissionais da imprensa agredidos, temos, por exemplo: Giuliana Vallone, repórter da *Folha de S. Paulo*, atingida no olho por disparo da Tropa de Choque da Polícia Militar, em São Paulo; o fotógrafo japonês Yasuyoshi Chiba, agredido pela PM no Rio e o jornalista Pedro Ribeiro Nogueira, espancado por policiais em São Paulo).

O professor emérito e autor admirado não se refere à violência que grassa na Venezuela contra governo legítimo, “eleito pelo povo”, como é o caso do presidente Nicolás Maduro. Não está claro o que pensa Janine relativamente aos “idos de junho” que recentemente voltaram à tona no Rio de Janeiro, com o lamentável acidente (acentuo a qualificação) que levou a vida de um profissional da imprensa, como poderia ter sido de um policial (atrabiliário ou não) ou mesmo de um manifestante, “cidadão de bem”, ou mesmo de um *blackbloc*, ou de qualquer um dos vândalos de extrema direita, fantasiados de anarquistas, cuja única razão de ser é dar ensejo à criminali-

zação dos protestos, como sempre quis a classe dominante, assustada com as ruas tomadas pelo povo rebelado com o sistema e seus símbolos.

Para muitos observadores, e Janine é um deles, a violência – ação de grupos minoritários organizados e identificados – é tão gratuita que passa a matizar e qualificar toda a manifestação, em sua essência espontânea e pacífica.

O assassinato do cinegrafista é lamentável e condenável moral e legalmente (e neste último aspecto o aparato estatal está tomando, tempestivamente e com aparente competência, as providências cabíveis no Estado de direito democrático), mas nem por isso pode ser o elemento redutor de um movimento social mais profundo, cujas características, motivos e desdobramentos estão acicatando as interpretações de cientistas sociais e de exegetas em geral.

Recuperando conceitos cristãos e humanitários de um verdadeiro evangelizador, homem de Deus, o arcebispo e intelectual Helder Câmara, mestre Janine condena a “violência” daqueles que recorreram à violência da “luta armada” contra o regime militar brasileiro. O padre, continuo lendo o professor, era contrário a essa violência “*dizendo que bom no uso das armas é quem já pratica a violência, a número 1. Vai um estudante de Ciências Sociais vencer no tiro um atirador do Exército? Sem chance!*”. E qual a alternativa? A palavra, ensinam-nos Janine e D. Helder.

Penso que a sanção aos meios, no caso, não pode derivar de sua efetividade, mas do dever moral (íntimo, subjetivo) do indivíduo indignado levado a reagir.

Na França invadida, os *maquis* (em condições abissalmente desfavoráveis em face do exército nazista) optaram pela guerra, a guerra de guerrilha, a sabotagem e, se quiserem, o terrorismo. Assim agiram Mandela e seus companheiros de guerrilha na África do Sul do *apartheid*. Foram absolvidos pela História, como heróis, quase sempre heróis mortos em combate. No julgamento moral de outros tantos, políticos, militares, intelectuais e civis, a opção mais lógica foi o colaboracionismo. No caso brasileiro, a violência da resistência armada revelou-se

ineficaz como estratégia de combate à ditadura. Mas a ineficiência não lhe suprimiu a razão moral.

É evidente que a violência da guerra destruiu a violência do nazismo, mas não só ele. Foi a violência que garantiu a abolição dos escravos nos EUA da Guerra da Secessão, por exemplo, e foi a violência da Revolução Francesa que doou ao mundo o “século das luzes”.

Não creio, porém, que tenha sido a “palavra” que derrubou em nosso continente as ditaduras argentina e chilena, para citar as mais conspícuas. Nem as sanguinárias ditaduras de Batista em Cuba e dos Somoza na Nicarágua. Como ignorar prisões, torturas, assassinatos, exílios, banimentos?

Nem foi a palavra, mas foram lutas de libertação nacional que derrotaram as tropas portuguesas na África. Há mesmo um certo idealismo em considerar que a palavra “derrotou o comunismo”. Se a referência é à ditadura soviética, de viés estatista e não socializante, é quase pueril ignorar o papel, este sim revolucionário, da crise econômica abalando em suas raízes aquele capitalismo de Estado, como é injustificável ignorar o papel dissolvente da Guerra Fria e das guerras quentes que o abalado império soviético teve de enfrentar na luta de vida e de morte imposta pelo império americano e seus aliados (OTAN à frente).

Em um ponto, e talvez seja esse o eixo essencial, estamos de acordo: a violência física, na hipótese brasileira, serve, hoje, apenas, aos que pretendem alimentar o discurso e a ação da direita. Mas onde ela está? A violência, no quadro brasileiro de hoje, precisa ser combatida, sim, e a primeira providência é não permitir que a direita protofascista – que têm os meios de comunicação a seu serviço – estigmatize, na opinião pública, a ação das massas na rua como violência, para que assim acolha a violência do aparato repressivo como simples reação de defesa. Como “violência gera violência”, a direita fascista precisa da violência das ruas para exercer a violência que lhe é própria.

(CC, 20.02.14)

A alienação conservadora

Vivemos, vive a Humanidade, sob o avanço do pensamento conservador, produto de visões de mundo que remontam ao mais puro fascismo. Um só exemplo é a onda de racismo e xenofobia que domina a Europa.

Da Europa, “este nobre continente” que, após séculos de colonialismo predador e genocida nos deu o fascismo, o nazismo e o stalinismo e duas guerras mundiais, sopram os ventos do mais tacanho ideário conservador, de par com o recuo ideológico e político da esquerda, sob todos os seus matizes, ou seja, englobando desde os comunistas às organizações social-democratas.

Os mais velhos dirão: “eu já vi este filme”. A crise financeira mundial em que vivemos desde 2008 – produto da alucinada desregulamentação do mercado imposta pela ideologia do neoliberalismo –, não foi o gatilho detonador desse recuo, pois o fenômeno vem de décadas, remontando, para fixarmos um momento histórico, à “queda do muro de Berlim” e ao desmantelamento da URSS, com todos os seus significados e consequências geoestratégicas, políticas, econômicas e militares. Alguns poucos indicadores: o fim do Pacto de Varsóvia e a expansão da OTAN para além do Atlântico Norte, a desagregação do “Leste Europeu” e a incorporação pela União Europeia (um *moloch* que jamais se sacia) dos antigos países “comunistas” europeus, o consenso de Washington, a onda neoliberal e a ditadura intelectual do pensamento único.

Nessa mesma Europa e nessa mesma “onda” desaparecem – com algumas exceções, como a portuguesa e a grega – os Partidos Comunistas ocidentais, e a tragédia mais notável foi a do justamente festejado Partido Comunista Italiano (PCI), conhecido pelas suas ideias renovadoras e pujança organizacional. Seu féretro levou consigo o eurocomunismo que chegou a entusiasmar alguns intelectuais brasileiros, filiados à esquerda comunista tradicional e leitores de Gramsci.

Cheia de si, a direita chegou a proclamar “o fim da História” e o fenechimento do marxismo e das ideias socialistas. Uma versão dessa tolice é o

anunciado fim da disjuntiva esquerda-direita, de livre curso ente nós. É um dos discursos da “pós-modernidade”.

Hoje, antigos partidos socialistas, como o português e o francês, no governo, optam por políticas reacionárias. Na França, a “novidade” é a ascensão de François Hollande, lamentável contrafação de François Mitterrand. Portanto, não se pode considerar extemporâneo o crescimento da ultra direitista Marine Le Pene e de sua Frente Nacional, caminhando para tornar-se o maior partido da França. Organizações outrora de esquerda, como o Partido Trabalhista inglês (LP) de Harold Laski, se confundem com os partidos conservadores. Na Alemanha, a Social Democracia (SPD) é sócia menor dos conservadores (CDU) de Merkel. A Itália, até recentemente comandada pela direita grotesca de Berlusconi, é hoje governada pela direita pré-fascista de Matteo Renzi. É consenso entre os analistas que as eleições europeias de final deste maio trarão o aumento significativo de votos da extrema direita. Concluamos: nos EUA a “esquerda” é representada pelo Partido Democrata de Barack Obama... A China (em conflito com o Vietnã) cuida de seu capitalismo de Estado.

No mundo e no Brasil – para o bem e para o mal não somos uma ilha – o avanço do cardápio conservador tem as características de uma hegemonia ideológica: faz parecer que os interesses de uma classe – a classe dominante – coincidem com os interesses da maioria, ou seja, dos pobres. Assim é que vemos desqualificar a política quem mais precisa dela, combater o Estado quem mais depende dele, criticar a presença do governo quem mais precisa dela. É a vitória da manipulação ideológica.

Os jornalões festejam nas recentes pesquisas de opinião os altos índices de eleitores que nas eleições presidenciais deste ano (2014) integram o grupo dos indecisos e dos que se propõem a votar nulo ou em branco, enquanto outros muitos dizem rejeitar os partidos políticos e reduzir a política à corrupção, sempre enfocada pelos meios de comunicação no corrupto, para que se demonstre a ineficiência do Estado, esquecendo-se do corruptor, um agente do mercado, pois é ele quem de fato maneja os cordões. Para essa alienação trabalham diuturnamente os aparelhos ideoló-

gicos da classe dominante, à frente de todos e o mais eficiente de todos, os grandes meios de comunicação, com o propósito de desqualificar a política e de desconstituir o Estado, para promover o neoliberalismo e o mercado, e ao fim impor a verdade única. A ação desses meios promove uma verdadeira guerra ideológica, visando à alienação, ao desenraizamento, ao desânimo, à impotência cujo fim é convencer o povo de que as coisas são assim porque assim devem ser, e nada há por fazer, senão conformar-se.

Sejam quais forem as razões explicativas, o fato objetivo é que vivemos um repouso intelectual-ideológico, com a ausência do debate, o silêncio da Academia, os pleitos corporativistas do mundo sindical sem vida, a paz de um movimento estudantil preocupantemente bem comportado. Não há teses por defender, não há bandeiras por levantar. Os idos de junho de 2013 – eloquente sinal de insatisfação – não deixaram legado político. Talvez em face de sua essência anarquista, terminaram diluídos na ansiolítica, na antiorganização, contra os partidos e os sindicatos. É verdade que acicataram a sociedade, assustaram governo e vida política, mas, passados os eventos, tendem a deixar atrás de si o silêncio, como o *Occupy Wall Street*. Sua força – a não organização, o voluntarismo – é igualmente sua limitação. Ficou, porém, uma advertência: o larvar descontentamento de nosso povo, insatisfeito com sua qualidade de vida, insatisfeito com a escola que lhe oferecem, com o transporte que lhe oferecem, com a moradia que lhe oferecem, com a saúde que lhe negam. Uma irritação generalizada que ainda não encontrou seu alvo. Por enquanto é apenas denúncia de decepção, consciência do malogro e muito desassossego.

A hegemonia conservadora que pervade os partidos de esquerda – que não souberam administrar nem a relação partido-governo e nem muito menos as relações partidos-movimento social, contamina o modo como tendemos a avaliar a inserção internacional do Brasil. Dispensando a análise empírica – estamos nos habituando a muita opinião e pouca informação e nenhuma reflexão – somos levados a crer que o melhor para nosso povo é atrelar o desenvolvimento brasileiro ao da Europa e ao dos EUA – que continuam sendo nossas matrizes civilizacionais – e de embalo atrelar nossa visão

de mundo à visão de mundo deles, nossos valores aos valores deles, nossa cultura à cultura deles. Embora saibam todos e saiba mais do que todos a classe dominante colonizada, que nem a União Europeia e nem os EUA estão – porque jamais estiveram – propensos a fazer as concessões que nos interessam em nossas relações comerciais. Igualmente, não estão interessados no desenvolvimento tecnológico brasileiro, pois bloqueiam nosso programa espacial, nosso programa nuclear, nosso desenvolvimento em cibernética e em nanotecnologia. O FED (Banco Central dos EUA), aliás, voltemos à economia, não costuma pensar no Brasil ou na Argentina quando decide cortar juros para estimular o aquecimento da economia dos EUA. Nem muito menos nos considera para alguma coisa o Banco Central Europeu, cuja política cambial visa a facilitar suas exportações para nossos países (e fortalecer seus produtos nos nossos mercados internos) e dificultar as importações de nossos poucos produtos exportáveis, *commodities* inclusive.

Mas, que esperar, seriamente, de concessões de uma Europa às voltas com o Pacto de Estabilidade imposto por Bruxelas e suas políticas de cortes e demissões, crescendo a 0,2%? Nessa Europa existem hoje 36 milhões de desempregados. Apesar de tanta obviedade, a classe média, marioneta nas mãos da classe dominante, alienada, faz cara feia toda vez que se defende nossa abertura ao comércio com o maior número de países, e especialmente com a América do Sul, a África e a Ásia. Apesar de o caminho da diversificação das parcerias haver-se revelado tão importante quando o do enfrentamento da crise de 2008. Para essa gente – e dela é porta-voz o candidato tucano – o único caminho é fechar as portas do Mercosul, entregar-se à UE e retomar a Alca. Assim, ao final, seremos um grande Porto Rico.

Outro instrumento dessa perversa busca da alienação – utilizado à saciedade pelos meios de comunicação e os intelectuais da classe dominante –, é a técnica do despistamento que visa a trazer para a cena política temas irrelevantes ou periféricos, à custa do esquecimento das questões estruturais que afetam o país, a democracia e a qualidade de vida de nossas populações. Enquanto a pauta da grande imprensa traz ao debate questões vencidas nas eleições de 2010 e que foram o cavalo de batalha do candidato da direita, como

aborto, homossexualismo e liberdade religiosa, importantes, mas marginais diante do vulto de nossos problemas sociais e econômicos, em xeque, são postos de lado os temas de interesse concreto para a vida das pessoas, como a brutal, crescente e injusta concentração de renda: aqui (dados de 2012), os 10% mais ricos detêm 42% da renda e 40% dos brasileiros, os mais pobres, respondem por apenas 13% da renda nacional; a renda real do trabalho do 1% de mais ricos é 87 vezes superior à dos 10% dos mais pobres. Como na matriz, é alta a desigualdade – nada obstante os esforços de inclusão social levados a cabo nos últimos 12 anos – e baixa a taxa de crescimento econômico, a qual, mantida, nos assegurará a pobreza por mais 50 anos.

Assim, nada discutindo ou discutindo o supérfluo, evitamos o debate em torno de questões cruciais para a vida das pessoas como a expansão do mercado interno, a política de distribuição de renda e aumento do poder de compra dos trabalhadores. E o crescimento, se possível sem inflação.

Por essas e outras trampas, nosso povo, que até pouco tanto se orgulhava de seu país, volta a deixar-se dominar pelo derrotista sentimento de inferioridade que o faz descreer até de si mesmo. A destruição do orgulho de ser, da satisfação do pertencimento e do amor próprio, é a forma mais eficaz de minar uma nação. Em seu lugar se instala a idealização do outro, superior, mais culto, mais forte, destinado à vitória e ao sucesso, cujo reverso é o autodestruidor “complexo de vira lata”.

A alienação proposta pela direita tem um só objetivo: soterrar a alma nacional.

(CC, 21.05.14)

Para pôr um fim à ópera bufa

Ninguém, em sã consciência, acredita que as mazelas da vida política brasileira serão resolvidas pelo golpe de mágica de uma reforma eleitoral. Mas certamente concordamos, todos, que o atual sistema nos está levado a um impasse decretado pela rejeição da política e dos partidos, com os quais

não se identifica a cidadania. A reforma é, pois, um ponto de partida, porque a História ainda não registrou democracia sem partidos e partidos sem política. Esta não é cassada apenas pelos golpes do autoritarismo. Atingem-na, ferindo-a no âmago, a anomia popular que se transforma em indiferença que transita para o despreço. Não se trata, apenas, da crise da democracia representativa, agônica. Esta forma de delegação, se bem que relativamente jovem, é instituição em crise em todo o mundo, como em crise estão os partidos, aqui e no mundo, como demonstram as recentes eleições europeias e a indiferença do eleitorado brasileiro, a pouco mais de três meses da escolha do presidente da República, direito só é readquirido em 1989.

A recuperação da política dificilmente será operada sem mudanças profundas do processo eleitoral e do sistema de partidos. Serão ainda reformas tópicas, enquanto não é possível ou recomendável a reforma política, que depende de uma Constituinte, por uma razão muito simples: não se pode esperar dos atuais quadros do Congresso nacional alterações legislativas que ameacem o mando político e a máquina de eleições e reeleições. De nossos parlamentares quase tudo se pode esperar, menos o suicídio.

Enquanto não avançam as propostas de reforma sistêmica, estrutural, pensemos no que é possível, ainda que difícil, no cenário atual.

Começemos por uma reforma constitucional que revogue a reeleição dos mandatos majoritários, fonte de exacerbação da manipulação da vontade eleitoral, por intermédio tanto do abuso do poder político, quanto do abuso do poder econômico, irmãos germanos de idêntico falseamento da vontade eleitoral, agredida ainda pela exposição televisiva de seus preferidos e pelos púlpitos mediáticos transformados em trampolim eleitoral. Dessas todas, difícil indicar qual a maior e mais nociva violência. Ademais do óbvio, assinala-se as condições desproporcionais da disputa eleitoral, com um candidato no governo, contratando e comprando e pagando serviços e mais isso e mais aquilo; usufruindo e beneficiando-se de presença permanente e inevitável na mídia, e as candidaturas concorrentes, mendigando espaços e contribuintes. Da mesma forma é preciso limitar, no Legislativo, a sequência interminável de reeleições: o ofício do parlamentar, no mandato, presentemente, é assegu-

rar-se (“como Deus seja servido”) de sua renovação, sem compromissos com o mandato. O eleitor vota em um deputado ou senador e ele já no primeiro dia, e por todo o mandato, pode licenciar-se para ocupar cargos no Executivo. Por que não cultivar a experiência de outros regimes presidencialistas, que exigem a renúncia do parlamentar que optar pelo exercício de função noutra Poder?

A cada episódio eleitoral mais aumenta a manipulação do poder econômico, que se serve da porta aberta pelo encarecimento, injustificável e inaceitável, das eleições, tornando seu custo abusivo, antidemocrático e imoral. Movimentam-se milhões, que jamais saem dos bolsos dos candidatos, e candidatos só podem ser aqueles que admitem recorrer aos famosos financiadores – os quais, por óbvio, não despendem gratuitamente (isto é, sem retorno) altas e às vezes altíssimas somas de dinheiro. Daí os “caixas dois” e “três”, ou os “recursos não contabilizados”.

Os programas eleitorais de rádio e de televisão durante a campanha, grande conquista democrática, financiados pela União, não equalizam, porém, a disputa. Antes de tudo, segundo o partido ou coligação a que pertençam, os Partidos são distinguidos por absurdas variações de tempo que vão de 30 segundos a até 15 minutos ou mais. De outra parte, os programas não servem ao exercício do debate das ideias, mas à megalomania de “marqueteiros” e seus custos se tornam abusivos, elevando ainda mais o custo das eleições, donde o alto custo cobrado pela conquista do mandato, donde tudo o que se sabe... Gira e mexe, o candidato está à mercê do poder econômico. Por que não trocar pelo debate as atuais disputas plásticas, as ingerências tecnológicas, os truques e as trucagens, ou seja, toda a parafernália posta em uso para manipular a vontade do eleitor? Por que não pensar em programa de rádio e de televisão em que a presença seja exclusiva do candidato, sem âncoras, sem astros, sem vedetes, sem “apoiadores”, mas simplesmente fazendo o seu discurso, expondo o seu programa (caso exista)? Infinitamente mais barata essa alternativa ensinaria a escolha mais consciente e mais livre pelo eleitor.

Qualquer que seja sua metodologia, é urgente a adoção do financiamento público e exclusivo de campanhas eleitorais, assim democratizadas e comprometidas com a isonomia, campanhas que devem ser torneio político

– afastando-se, portanto, do que são hoje, mera disputa entre publicitários despolitizados e sem formação ética, “vendedores” de candidatos e candidaturas como se vendem sabão, pasta de dente e cerveja, pesquisadores, intérpretes de pesquisas de opinião e de “tendências eleitorais”, pesquisas quantitativas quase sempre desmentidas pelo eleitorado, elaboradas muitas vezes para assegurar o financiamento privado, pesquisas e marqueteiros que, com a visão de publicitários, desfazem as diferenças e as distinções políticas, a elas opondo o discurso dito “científico”, calculado, milimetrado e, por isso mesmo, fruto da mesma ciência. Esse discurso é o mesmo para todos os candidatos – respeitadas inflexões irrelevantes, como aquelas que na publicidade distinguem os sabonetes do mesmo laboratório, ou as cervejas da mesma fábrica. Independe do partido e do candidato, pois este é levado a dizer o que o marqueteiro-‘cientista’-mago lhe diz ser o discurso que o eleitorado quer ouvir, assim como detectado pelas suas pesquisas. Donde o discurso comum, necessariamente pasteurizado, homogeneizado, pois todos os candidatos têm acesso às mesmas pesquisas e às mesmas análises e a variação entre os marqueteiros-intérpretes, que se revezam nas campanhas, é apenas de orçamento. O marqueteiro que no Brasil faz a campanha de Lula é o mesmo que na Venezuela faz a do candidato da direita e no Brasil faz ao mesmo tempo campanhas de candidatos de esquerda e de direita e aparentemente não há nada de mais nisso, pois eles são “técnicos” e os partidos de “esquerda” se coligam com os de “direita”. Tudo, partidos e candidatos, não passa, nesse contexto, de “produto a ser vendido”.

Outra distorção é a política de coligações, estabelecidas não pela força da concordância programática, mas pela necessidade de tempo de rádio e de televisão, sem o qual nenhuma candidatura é competitiva. Assim, nos pleitos majoritários. Nas eleições proporcionais, para os legislativos, a distorção é ainda mais grave, porque as coligações se tornam inevitáveis e ainda mais daninhas. São buscadas por força da necessidade de agregar tempo de televisão – determinado pela soma dos tempos de cada partido, determinado pelo número de deputados federais –, mas são necessárias principalmente para assegurar a eleição de candidatos de partidos que, correndo

isoladamente, não teriam condições de alcançar o quociente eleitoral. Assim, votando no candidato **a** do partido **x**, o eleitor corre o risco de eleger o candidato **b** do partido **y**! Vota em quem quer, mas elege quem não quer.

Como esperar autenticidade de um processo assim tão distorcido? Como esperar que o eleitor se sinta representado?

E o vereador ou deputado eleito nessas condições, uma vez no mandato, quase sempre se considera – e eis outra deformação –, uma instituição acima dos partidos, acima de orientações programáticas, à margem das direções partidárias, inatingível pelas orientações de bancada. Assim, pertencer à bancada de um partido dito progressista ou de um partido assumidamente conservador não faz a menor diferença, como não faz diferença se o partido é situacionista ou milita na oposição. Simplesmente porque os programas de governo apresentados pelos candidatos são meras peças literárias, de acentuado sabor ficcional, elaboradas por intelectuais sem qualquer noção de “pragmatismo”. Por isso mesmo são engavetados imediatamente após o pleito.

Por essas manhas e artimanhas é que os partidos (na sua maioria internamente autoritários) não valorizam o instituto da fidelidade. Antídoto é o voto de legenda em listas pré-ordenadas, associado à proibição de coligações proporcionais. Esse modelo fortalece os partidos, depura as nominatas de candidatos do apelo recorrente a milionários financiadores de campanhas, de arrivistas da política como astros de televisão (neste campo incluídos os pregadores mediáticos), ex-jogadores disso e daquilo, atualmente catados pelos partidos para fortalecer suas legendas.

Outra história é a democratização dos partidos, que jamais se obterá pela via legislativa. Isto requer um longo processo de decantação. Pede-se tempo. Mas a simples proibição de coligações poderá separar projetos de partido e legendas de aluguel, essas (e são tantas!) organizadas como empresas comerciais. Distinguem-se dos armazéns de secos e molhados porque, ao invés de vender batatas, vendem tempo de televisão.

O que impera, hoje, é a mixórdia, donde a lassidão ética. Donde a desmoralização dos partidos, dos políticos e da política.

Vivemos uma farsa, o processo político e político-eleitoral é uma comédia bufa, uma insanidade. Uma perigosa mistificação que pode ser medida pela distância crescente entre povo e política, eleitor e políticos, cidadania e instituições democráticas, solapadas pelo descrédito advindo da desmoralização do mandato eletivo.

(CC, 10.06.14)

O PSB renunciou ao seu futuro

A recém-revelada disputa interna no PSB não tem como cerne a disputa da presidência do partido. O que está – e sempre esteve – em jogo é a definição do modelo de Brasil que queremos e, por consequência, do partido que queremos. É nesse ponto que as divergências são insuperáveis, pois entra em jogo uma categoria de valores incompatível com a pequena política.

Quando se alia a Aécio Neves, o PSB renega seus compromissos programáticos e estatutários. Joga no lixo da história a oposição que moveu ao governo FHC e o esforço de seus fundadores para instalar no solo da paupérrima política local uma resistência de esquerda, socialista e democrática.

No plano da política imediata, essa decisão que dividiu o PSB, talvez de forma definitiva, revoga a luta pela qual Eduardo Campos se fez candidato (e os pressupostos de sua tese, encampada lealmente por Marina Silva na campanha), a saber, a denúncia da velha, nociva e artificial polarização entre PT e PSDB, que só interessa, dizia ele, aos verdadeiros detentores do poder.

Como honrar esse legado tornando-se refém de uma de suas pernas, justamente a mais atrasada? O resto é a pequena política, miúda, a politicagem dos que, não podendo formular, reduzem o fazer político aos golpes e aos “golpinhos”, à conquista das pequenas sinecuras das estruturas partidárias e à promessa de recompensa nos desvãos do Estado. Insistir nesse tipo de prática é outro erro.

Que a crise do PT sirva ao menos de lição. E quem não aprende com a história está condenado a errar seguidamente. Aliás, estamos em face

de uma das fontes da tragédia brasileira: a visão míope, tomando o que é acessório como o principal, o episódico como o estratégico, a miragem como a realidade.

Nessa decisão em que o PSB jogou pela janela sua própria história e fez em pedaços a galeria de seus fundadores, movido pela busca do poder pelo poder, o partido renunciou ao seu futuro. Podendo ousar construir as bases do socialismo do século 21, democrático, optou pela cômoda rendição ao *status quo*. O partido renunciou tanto à revolução como à reforma.

Um partido socialista não pode se conciliar com o capital em detrimento do trabalho, aceitar a pobreza nem a exploração do homem pelo homem, como se um fenômeno irrevogável fosse. Um partido socialista não pode desaparecerhar o Estado para melhor favorecer o grande capital, muito menos renunciar à sua soberania e aliar-se ao capital financeiro internacional, que constrói e que construirá crises necessárias à expansão do seu domínio. Ora, ao dar apoio a Aécio Neves, o PSB resolveu se aliar à social-democracia de direita, abandonando o campo da esquerda.

O pressuposto de um partido socialista é o debate, o convívio com as diferenças e a prevalência da lealdade e da ética. Quando esse tronco se rompe, é impossível manter a copa de pé.

A vida partidária exige liturgia. Como presidente do Partido Socialista Brasileiro, procurei me manter equidistante das disputas, embora tivesse minha opção. Isento, ouvi as correntes e dirigi a reunião da comissão executiva que optou pelo suicídio político-ideológico que não pude evitar.

Anfitrião recebi, segundo meus princípios éticos, o candidato escolhido pela maioria. Cumprido o papel, estou livre para lutar pelo Brasil que sonhamos, convencido de que apoiar a presidenta Dilma Rousseff é, hoje, nas circunstâncias, a única opção para a esquerda socialista, independentemente dos muitos erros do PT, no governo e fora dele.

(FSP, 14.10.2014)

A imprensa como o principal partido da oposição

Os fenômenos políticos exigem longa e lenta gestação; quase sempre trata-se de gravidez imperceptível. A construção ideológica demanda tempo. Como o fenômeno social, é desenhada, passo a passo, traço por traço. O fato social, embora venha a lume muitas vezes como uma explosão, inesperada, não nasce quando se manifesta: antes, a História lhe cobrou demorada fermentação. Há sempre um fato detonador, a gota d'água, que só é conhecido a posteriori.

Uma crise estudantil na Universidade de Nanterre – provocada pela resistência da reitoria em permitir que rapazes frequentassem os alojamentos das moças –, foi o gatilho da irrupção estudantil de 1968, que, partindo de Paris, tomou o mundo como um rastilho de pólvora. Em entrevista recente a jornal brasileiro, Daniel Cohn-Bendit, o revolucionário daquela época, declara que uma semana antes da “explosão” era insuportável a modorra universitária.

Tivemos, recentemente, a “primavera árabe” que terminou sentando-se nos jardins de *Wall Street*. Mas, no século passado, os melhores exemplos de “irrupção imprevista” são oferecidos pela queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, na verdade conclusões de processos políticos há muito em andamento, corroendo as entranhas do socialismo real como o caruncho que silenciosamente devora a árvore.

A chamada ascendência do pensamento conservador, que surpreendeu os desavisados na manifestação eleitoral de direita que tomou conta de setores ponderáveis das camadas médias de São Paulo e de outras cidades, também não é filha do acaso, embora não atenda a uma necessidade histórica, o que poderá decretar a brevidade de sua existência.

Mas a semente foi plantada e está sendo bem regada. Ou, o ovo já está na incubadora. Trata-se de fenômeno que vem sendo trabalhado há anos. Nada é fruto do acaso ou efeito sem causa.

Há décadas – desde os idos da ditadura e malgrado ela – sociólogos da comunicação e outros pesquisadores preocupados com a política vêm tentando alertar o pensamento político sobre as consequências, já antevistas

naquela altura – da ação ideológica goebelliana dos meios de comunicação, de especial os meios eletrônicos, sobre as massas. Notadamente quando o sistema, caso brasileiro, caracteriza-se pela concentração empresarial e o monopólio ideológico.

Assim, a questão posta na mesa, já então, ia para além da denúncia do oligopólio que controla as empresas de comunicação no país (quatro a cinco famílias) e de seu significado para a gestão democrática da cultura e da informação; tratava-se de pôr a nu – tarefa de fácil demonstração – o monopólio do conteúdo dos meios, presos ao discurso único, uma das expressões mais contundentes do autoritarismo. Os liberais, que sempre defenderam a liberdade das empresas (de seus donos) pensando que defendiam a liberdade de imprensa, não cuidaram de defender a liberdade de opinião, inexistente se não há diversidade ideológica. E na imprensa brasileira não há.

Aqui se casam dois fenômenos gratos ao autoritarismo. De um lado, a concentração de empresas, de início imposta pelo capitalismo financeiro monopolista; a redução do número de meios e dos veículos, impondo as cadeias nacionais de rádio, de televisão e de jornais, centralizando as fontes de opinião e informação, assegurando o monopólio ideológico – facilitado, ademais, pelo desenvolvimento tecnológico que impediu ou reduziu a concorrência a um jogo entre poucas empresas donas dos veículos sobreviventes. As indústrias jornalísticas passaram a depender, fundamentalmente, de investimentos maciços de capital, enquanto a produção intelectual passou a ter custo irrelevante, com a emissão em rede ou em cadeia e a reprodução nacional do material gráfico gestado no centro hegemônico.

Hoje, neste país de extensão continental e de extraordinária diversidade cultural e regional, possui nossa população apenas algo como três jornais nacionais (esses ditando a pauta dos demais), umas poucas cadeias de rádio (operando em nível nacional), algo como quatro redes nacionais de televisão (expulsas as programações locais) e uma só informação, e uma só orientação ideológica, porque os meios periféricos reproduzem o pensamento dos meios centrais, produtores, que articulam e distribuem a mesma visão ideológica. A saber, o ideário de direita.

Esse pensamento único, destilado diariamente por todos os veículos e por todos os meios, nas reportagens, nos artigos, nos editoriais, nos noticiários, no entretenimento, haveria de ter resposta no comportamento da opinião pública (que já se diz “opinião publicada”) e atingir profundamente as camadas urbanas e nelas principalmente os segmentos superiores das diversas classes médias que, eleição após eleição, vêm se apartando do voto progressista. Mas a esses setores, que conservam poder de influência sobre os demais estratos sociais, não ficou adstrita, prova-o a votação que nesta eleição, um recorde desde 2002, obteve o candidato da direita à Presidência da República.

Se é verdade que as grandes massas apoiaram, majoritariamente, a candidatura progressista de Dilma Rousseff, não é menos verdade que a votação de Aécio Neves compreende setores que vão muito além das classes médias. Embora assumindo os interesses da burguesia e do grande capital, a candidatura do PSDB conquistou segmentos expressivos das camadas populares, de trabalhadores e assalariados em geral, que, por óbvio, se identificaram com seu discurso reacionário, e assim votaram contra seus próprios interesses.

A exegese do fenômeno, deixo para os doutos. Nos limites deste artigo apenas pondero que entre as muitas causas – fragilidade das organizações populares, fracasso político dos partidos de esquerda no poder, crise do sindicalismo, desmoralização da política, e mais isso e mais aquilo – há que se considerar o papel ideológico dos meios de comunicação de massa.

Essas considerações me ocorreram após assistir a vídeo sobre a manifestação de sábado último na Avenida Paulista (SP), nos pilotis do MASP.

Na melhor escola fascista, a provocação política associa a violência oral à brutalidade física, cenas que podem ser conferidas no endereço <http://vimeo.com/110697471>.

Não se trata de ato trivial, nem isolado. Fatos como esse não haviam sido vistos no Brasil nem mesmo durante os duros embates de 1963-1964, na meticulosa preparação do golpe de 1º de abril. Naqueles idos, é sempre bom lembrar, a grande imprensa foi fator decisivo na desestabilização do

governo João Goulart e na construção do discurso aglutinador das oposições, que logo transitaria para o pleito puro e simples da intervenção militar. E naqueles anos a imprensa ainda não era um oligopólio de poucas empresas, nem haviam as redes e as cadeias nacionais, recurso que facilitaria a mobilização popular e a construção de um clima antigoverno.

Nos nossos dias, a imprensa transformou-se no principal partido da oposição, oposição que se instala nos primórdios do governo, atravessa seus primeiros três anos, se fortalece na campanha eleitoral e, finda esta, não ensarilha as armas: mantendo hoje o combate de sempre, e crescentemente mais aguerrido, já faz oposição a um governo que sequer se instalou!

Está à vista o conluio entre a direita partidária e os meios de comunicação visando à desestabilização do governo, na tentativa, quase desesperada, de criar clima emocional para a campanha do *impeachment*, pois, a partir dele, todas as cartas podem ser jogadas. Há perfeita confluência entre o pedido de recontagem dos votos formulado oficialmente pelo PSDB, a postulação absurda e antirrepublicana do *impeachment*, e os atos de 1.º de novembro na capital paulista.

Nas manifestações paulistanas o analista encontrará todos os elementos clássicos do fascismo: anticomunismo arcaico, xenofobia, preconceito regional, exaltação do militarismo (surge até um “Partido Militar Brasileiro”) e da violência, defesa da ditadura, ódio disseminado, desprezo pela democracia e profundo desrespeito à soberania popular. Os cartazes anunciam seu programa: intervenção militar como reprimenda a um povo que “não sabe votar”. O vídeo revela que o público da manifestação é formado, em sua esmagadora maioria, por jovens (e até crianças) de classe média bem posta.

Sem comparações forçadas ou ilações ou previsões, lembro que na Alemanha nazista também foi assim: o maior campo de ação da propaganda nazista foi a classe média.

É preciso fazer gorar o ovo da serpente.

(CC, 05.11.14)

O desafio atual do governo

A tarefa dos democratas e progressistas, hoje, é fortalecer o governo Dilma no Congresso, para que possa fazer frente à coalizão de centro-direita, e junto à cidadania, para avançar com reformas.

A chamada classe-média alta e a pequena burguesia descobriram que a emergência dos pobres – a ascensão dos de baixo – cobra-lhes dividendos: para que muitos tenham algo a mais é preciso que poucos tenham um pouco menos. Esse preço, no entanto, parece-lhes muito alto. Os ascendentes miram sempre patamares mais elevados, e os que já lá estão temem essa chegada, pois não há garantia de espaço para todos. No frígido dos ovos, alguém haverá de ceder, e o medo da queda é mais forte do que o sonho que acalanta a subida. Sob o pavor de uma eventual regressão social, que na verdade não as ameaça, as camadas médias urbanas tentam impedir a mobilidade social – este, o novo “fantasma” a rondar a sociedade fundada na desigualdade de classe.

É contra a ascensão dos pobres que berra e se mobiliza a direita brasileira, açulada pelo discurso de uma oposição biliosa. Seu combustível é o medo.

A direita no Brasil e em todo o mundo, hoje como sempre, jamais teve compromissos com a democracia, pois jamais titubeou em fraturá-la sempre que a defesa de seus interesses colocou essa alternativa. Foi assim, entre nós, em 1954 no golpe que se concluiu com o suicídio de Vargas; foi assim em 1955, na tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek e na pretensão de sustar-lhe o governo, mediante duas intencionas militares, Jacareacanga e Aragarças. Foi assim em 1961 na tentativa de impedir a posse de João Goulart, foi assim em 1964, quando ela, a direita, rasgou a Constituição e implantou uma ditadura. E será sempre assim, sempre que a violência lhe parecer como instrumento de conquista ou conservação do poder.

Para qualquer sorte de golpe (e não pensemos mais tão-só nos formatos tradicionais de golpes de Estado) é preciso fazer contemporâneas as condições objetivas e subjetivas. Essas são preparadas principalmente por intermédio da grande imprensa e, hoje também, pelas chamadas “redes

sociais”. Por isso mesmo, a tentativa de desconstrução de Dilma e de seu governo não conhece limites e se transfere da campanha eleitoral para um segundo governo que sequer se instalou. A intolerância é a matéria-prima.

A tarefa que se coloca para os democratas e os progressistas brasileiros, hoje, é fortalecer o governo Dilma e a liderança da presidenta. Fortalecer no Congresso para que possa fazer frente à coalizão de centro-direita, mas igualmente fortalecer junto à cidadania, para que possa avançar com as reformas que o país reclama e constituíram a base ideológica de sua campanha; fortalecer para enfrentar as distorções do “presidencialismo de coalizão” – e a primeira delas é a formação de sua atual “base parlamentar de governo”, com suas notórias fragilidades políticas, ideológicas e éticas. Se o encontro heterodoxo entre partidos sem parentesco ideológico ou programático, ou comportamental, é indispensável (e o é), faz-se igualmente indispensável que a presidenta encontre respaldo na sociedade, no movimento social em todo o seu espectro. É preciso fortalecer a presidenta como *conditio sine qua non* para o funcionamento da República, no presidencialismo, qual o praticamos. É preciso fortalecer a presidenta para que, livre, leve a termo o governo de suas próprias aspirações mirando para além das circunstâncias atuais e livre de compromissos que, voltados a um amanhã ainda invisível, sirvam apenas para tolhê-la no presente.

Fortalecê-la para enfrentar a aliança imprensa-partidos de oposição. Não obstante o desempenho eleitoral dos partidos que constituem a base do governo, não há qualquer segurança parlamentar para Dilma e seu governo na próxima legislatura, pois sua base de apoio parlamentar é inconfiável, como o demonstram as crescentes dificuldades enfrentadas pelo governo nas duas Casas do Congresso.

Junte-se à fragilidade da base governista a promessa de guerra com que ameaça o país uma oposição movida pelo ódio gratuito e pelo ódio pago, açulando os instintos mais primitivos de uma direita sem perspectiva histórica, mas com muita capacidade de causar danos. Junte-se a essas armadilhas a fragilidade do sistema de partidos e, principalmente, a fragilidade dos partidos que caminham no campo democrático-progressista, acentuadamente

apartados do movimento social; junte-se os amuos de uma classe-média receosa da competição social representada pela ascensão dos de baixo. Junte-se aos obstáculos que se apresentam à presidenta Dilma, já antes do início do segundo mandato, a oposição– política, ideológica, doutrinária – que lhe move uma imprensa sem assento na ética, desligada dos interesses do país e de sua gente, contra os quais milita; uma imprensa reacionária que no Brasil exerce funções partidárias sem se submeter à legitimação do voto.

Louvem-se, pois, todas as propostas visando à constituição de Frentes de esquerda e de centro, para, com papéis obviamente distintos, assegurar a sustentação do governo. Na sugestão do governador Cid Gomes – apoio-me no precário noticiário da imprensa – a essa Frente de Centro caberia uma certa contraposição às tergiversações do instável e inconfiável PMDB. A uma Frente de esquerda – acrescentamos nós, caberia reunir os partidos desse naipe para constituir o que inexistente hoje e inexistiu no governo Lula: um núcleo progressista hegemônico cuja solidez político-ideológica possibilitaria a convivência com uma base de centro com participação mesmo de configurações conservadoras.

Do ponto de vista estratégico, a proposta é oportuna, correta e ingente. Ocorre, porém, que não podemos pensar em Frentes de Partidos quando partidos não temos, o que, suponho, é verdade que dispensa demonstração. Pois os nossos são partidos de fancaria, mera necessidade jurídica para a disputa de eleições, amontoados de deserdados de ideias, dominados por “caciques” regionais, interesses corporativos contraditórios, sem disciplina, sem programas, mas plenos de interesses. Mais efetiva do que uma Frente de Partidos, para o que quer que seja, indico a Frente de Parlamentares – por exemplo, uma Frente de parlamentares de Esquerda, ou de deputados e senadores progressistas, eis meras ideias – reunidos em torno de objetivos comuns e unificadores, para além das legendas nas quais estejam abrigados. Mas isso ainda seria muito pouco, pois o país, nesse transe, carece de frentes políticas suprapartidárias, reunindo parlamentares e políticos de um modo geral, dialogando com a sociedade e principalmente trazendo para o círculo político as aspirações e as pres-

sões populares, que devem ser estimuladas. Uma Frente política que reúna toda sorte de lideranças, populares, sindicais, universitárias, para uma ação política e politico-organizacional casada com uma profunda reflexão sobre nosso país e seus impasses, sobre nosso governo e seus objetivos estratégicos, sobre a política e sua crise, sobre a esquerda e sua crise, sobre o socialismo e sua crise... uma reflexão que, “passando a limpo” todas as questões do presente, e livre de *parti pris* ideológico, nos faça ingressar em uma nova contemporaneidade.

Uma reflexão e uma ação, um agir orientado pela análise crítica orientada para o fazer. Um fazer que compreenda uma nova relação com os movimentos sociais (neles incluídas as organizações sindicais e o movimento estudantil); uma nova organização partidária e um novo sistema de partidos que concilie o pragmatismo com a ética, a opção eleitoral com a preservação de princípios democráticos. Uma ação que altere a correlação de forças a favor dos pleitos democráticos, que requerem reformas estruturais que não se encerram na democratização dos meios de comunicação – sem a qual, porém, pouco poderá ser feito.

Mas o primeiro dos desafios, o mais imediato, é garantir, a favor do governo, a sucessão na presidência da Câmara dos Deputados.

(CC, 14.11.14)

Não ao golpismo

O ex-presidente e ex-sociólogo FHC (“Esqueçam o que escrevi”) pode orgulhar-se do laurel de “príncipe dos intelectuais orgânicos da direita”, correndo algumas cabeças à frente do inefável Gilmar Mendes, por sinal uma de suas piores crias. O magistério do ex-presidente, é ministrado, hoje, em entrevistas e “tijolaços” semanais publicados em dois jornalões brasileiros. No último domingo, FHC agride a inteligência de seus ex-colegas de USP ao ecoar uma bobagem criada por Aécio, o presidenciável derrotado. Afirma que, com o anúncio de sua equipe econômica, a presi-

denta Dilma estaria desdizendo o que pregara na campanha, ignorando que, no presidencialismo, a política econômica é ditada pelo presidente. Ele se mede pelos fatos e não pelos seus operadores.

Outra bobagem, essa muito sua, é – por isso e por aquilo – pôr em dúvida a legitimidade do mandato outorgado à presidenta reeleita pela soberania popular. Em contorcionismo digno de sociologia de botequim, o ex-presidente tenta deslegitimar o pronunciamento eleitoral, ao escrever que a presidenta teria sido eleita “apenas” pela metade (que ele diz “atrasada”) do eleitorado brasileiro; daí resulta uma conclusão igualmente falsa, e reacionaríssima: a metade que votou no candidato da direita seria uma metade mais “qualificada”, e mais “qualificada” porque – e daí vem a saraivada de besteiras cediças – seria constituída de brasileiros moradores dos centros mais dinâmicos do país (outra mentira), portanto “mais capacitados” e mais “independentes”.

Ele, que tanto critica o presidente Lula quando este indica a divisão do país entre ricos e pobres, inventa uma nova polaridade: de um lado os “sabidos”, aqueles que votam com a direita, e, de, outro, os outros, nós os que votamos em Dilma. Os pobres de espírito. Longe de causar espécie, conquanto sempre lamentável, o texto do ex-sociólogo apenas põe em relevo suas conhecidas más qualidades: o elitismo (que no antipovo, e em particular no antinordestino, cheira a xenofobia), a narcísica auto adoração, e o cinismo contumaz.

A vitória de Dilma foi pouco celebrada, diz ele. Onde e por quem? Nos círculos frequentados por Fernando Henrique e sua caterva, sem dúvida alguma. O Gero, em sinal de luto, nem terá funcionado na noite da apuração. Mas multidões (povo vale?) vibraram, cantaram e dançaram de alegria Brasil afora.

Ao longo do fastidioso artigo, vai-se descobrindo que o autor toma como exemplo de gestão moderna e eficiente a sua própria presidência, a qual, de mãos dadas com as oligarquias e o atraso político, e associada ao estamento rentista, entregou a Lula um país quebrado, com desemprego em alta, estagnação econômica, juro na estratosfera, reservas internacionais

quase secas, inflação na casa dos dois dígitos, e alta rejeição popular. Entreguismo descarado (embutido em programa de privatização que terminou cunhado como “privataria”) e subserviência nas relações internacionais. E desesperança, certamente sua herança mais perversa. A desesperança que fez nosso povo desacreditar de sua própria capacidade de construir um país rico, soberano e, acima de tudo, justo. Ceticismo que nos últimos 12 anos foi transformado em esperança, sonho que a grande imprensa intenta destruir para exercer mais facilmente a dominação ideológica.

Convenientemente, se esquece o ex-presidente da longa administração do seu PSDB em São Paulo, que nos legou uma crise hídrica sem precedentes e vários escândalos nunca apurados, o mais recente o do cartel do metrô e a negociata dos trens.

Esquece-se também, protegido pelo silêncio da mídia, do mensalão do PSDB mineiro, o mensalão fundador, de Eduardo Azeredo e Aécio Neves, o notável construtor de aeroporto privado com recursos públicos. O argumento simplório do professor, segundo o qual os mais “dependentes” do governo votaram em Dilma exatamente por serem “dependentes” e dependentes por serem pobres, e dependentes e pobres por morarem predominantemente nas regiões mais pobres do Brasil (convenientemente o ex-sociólogo se esquece de que Dilma ganhou no Rio de Janeiro e em Minas Gerais) teria que ser contraposto, por exemplo, pelo dado de que São Paulo, o Estado com maior número de beneficiários do Bolsa Família em termos absolutos, deu vitória eleitoral a Aécio. De dicotomia em dicotomia, o ex-sociólogo tenta fazer crer numa distinção PT-esquerda (atraso) x PSDB (modernidade). Ora, a direita simbolizar a modernidade! A essa barbaridade chama-se “contradição em termos”. Na verdade, o ex-presidente pretende mesmo estabelecer o voto de qualidade, velho sonho das elites depravadas, a cujo seio passa a vida inteira pedindo ingresso.

É sabida a ojeriza dos setores reacionários ao voto popular “Meu voto não pode valer tanto quanto o de uma lavadeira”, já diziam no século passado os cafeicultores paulistas e fluminenses e os pecuaristas mineiros. Filhos temporãos da República Velha são saudosistas da ditadura. Infelizmente, o

ex-presidente FHC, uma das suas vítimas gratuitas, mais uma vez renega seu rápido passado progressista (que lhe valeu uma vaga de suplente de senador), ao enveredar pela perigosa tese de que a eleição de Dilma foi legal, mas não legítima. Desavergonhadamente adere ao golpismo.

De legitimidade não carecem o mandato conquistado pela presidenta Dilma, nem seu Partido, convidado a fazer autocrítica (que todos aguardamos) de seus muitos erros, que atingem toda a militância de esquerda do país.

É preciso ter claro, porém, que está em curso uma operação de desconstrução do regime, com alvos claros e definidos, tendo como mote o combate à corrupção (que não se nega), ao falso “mar de lama” que, inventado pela elite reacionária, derrotou Getúlio e Tancredo, por ironia da História redivivo pelo seu neto Aécio: desmoralizar a Petrobras, para permitir a entrega do Pré-sal ao capital estrangeiro, promessa de Aécio, e desestabilizar as grandes empresas nacionais de engenharia, para abrir o mercado brasileiro, o segundo canteiro de obras do mundo (o primeiro é o chinês) às empresas estrangeiras. Não importa que a percepção popular, medida pelas últimas pesquisas do IBOPE e do *Datafolha*, seja a de que o governo Dilma é o que mais combateu a corrupção na nossa História. Importa desconstruí-la para derrubá-la.

O golpe moderno de há muito superou as formas arcaicas do intervencionismo militar. Ele pode operar-se por decisões congressuais (Paraguai) ou judiciárias (Honduras), ou pela via do *impeachment*, ou por outras que juristas do sistema saberão engendrar no momento oportuno e atendendo às circunstâncias. Aliás, no Brasil de hoje, o golpe, fracassadas outras alternativas, chama-se desidratação do poder político e moral da presidenta. Se foi impossível evitar sua eleição, evite-se sua posse como se tentou em 1955 impedir a posse de JK; se de todo essa operação se revela impossível, então se inviabilize seu governo, dissolvendo o poder político e moral da presidenta, fragilizando sua liderança, enfim, atando-a ao imobilismo, impedindo-a de fazer as reformas que interessam ao povo e assustam as “elites”.

Resistir ao golpe é preciso. Apesar da carência de lideranças ativas, a hora é de ação, de mobilização popular para espancar de vez o miasma golpista

que as velhas e novas vivandeiras sussurram nas casernas e nos gabinetes, e os jornalões amplificam. Falta mais afirmação governativa e sindicatos nas ruas, falta a voz do governo e de seus defensores, moucos e surdos.

Falta mais política ao governo e faltam política e ação ao PT (principalmente a ele) e aos partidos da “base”, de modo a fortalecer a sustentação política desse e do próximo governo, que, por circunstâncias variadas, já começou.

Ao fim e ao cabo, é oportuno, para vencedores e para derrotados, e até para os golpistas de carteirinha encangados com os golpistas de conveniência e os golpistas profissionais, aos “inocentes úteis” da direita e aos liberais recolhidos ao silêncio, e aos provocadores, reler um texto de Florestan Fernandes, o Sociólogo que faz falta (Tempo Social, outubro de 1995):

Não se pode esquecer que a História é cruel com aqueles que pensam que ela é eterna, porque na verdade ela não é eterna, ela muda suas faces, muda suas exigências e pode se converter num abismo, e pode afogar todos aqueles que não perceberem que é o momento de mudar o rumo.

(CC, 10.12.14)

Os tempos que virão pela frente não serão fáceis³

As primeiras e mais graves nuvens negras se dissiparam. Vencidas todas as guerras e guerrinhas que compreenderam, até, o arreganho golpista, a presidenta foi diplomada e dia 1º de janeiro inicia seu segundo mandato, que pode ser um segundo ciclo no ciclo petista-popular governante desde 2003. Mas não conte a presidenta Dilma com um “céu de brigadeiro”.

Superada uma crise – interna ou exógena, política ou econômica, real

3. A frase que serve de título é atribuída por Carta Capital (nº 830) ao ex-presidente Lula, em passagem recente por Brasília.

ou engendrada– outras virão, e as que não chegarem naturalmente serão geradas ou agravadas, com ou sem base fatural, por uma oposição raivosa comandada por uma imprensa hostil, como jamais se viu neste país, senão nos idos que prepararam o “Agosto de 1954”.

A oposição – partidária e mediática – derrotada nas eleições e derrotada no intento de deslegitimar o pronunciamento eleitoral, recusa-se a ensarilhar as armas, voltadas agora à tentativa de, fragilizando a presidenta, dificultar política e administrativamente seu governo, e, assim, impedir a continuidade programática. Ou seja, como não foi possível impedir nem sua eleição nem a posse (com que ameaçaram JK), tentará a direita impedir seu governo – tornando-o politicamente inviável (Jango) até o limite do golpe, se não for possível impor à presidenta a agenda conservadora, em nome da “governabilidade”.

O cerco está à vista. Derrotada, e derrotada em pleito que espelhou alto nível de politização do eleitorado, a oposição não se deu por vencida, e vem tentando impor com nomes e modelos a política econômica do governo Dilma e o ponto de partida é a satanização de qualquer política que não seja a velha cartilha do FMI e dos *Chicago Boys* que tanto prejuízo já causaram a este país. A imposição da velha e fracassada política não precisa justificar-se (trata-se de um dogma dos jornalões e isto basta, pois o dogma se autojustifica, como um preconceito), embora o que prometem já tenha sido visto e vivido por brasileiros, chilenos e argentinos: desemprego, desaceleração econômica e recessão, objetivo, aliás, fácil de alcançar, se considerarmos o desempenho do PIB brasileiro nos últimos dois anos. Por isso e também por isso não se discute a política econômica, senão a partir do mágico “ajuste fiscal”, com o qual nos ameaça o conluio dos capitães da imprensa com os barões do sistema financeiro rentista, parasita e predador. A Avenida Paulista já festeja a expectativa de aumento continuado de juros, e os jornalões dedicam-se à tarefa de bombardear qualquer discurso desenvolvimentista. Tudo é aceitável, menos a retomada do crescimento que ensejou, nos últimos 12 anos, o ingresso de mais de 40 milhões de brasileiros – a maioria negros e nordestinos, e todos pobres ou muito pobres – no mercado de consumo. Muitos, milhares, alcançaram, até,

o ingresso na universidade, antes exclusividade das chamadas classes médias.

O terreno é promissor para o desastre prometido: crise política e econômica europeia, crise asiática (recessão japonesa) e a realização da esperada queda do crescimento do PIB chinês, desaceleração da economia latino-americana, crise no Mercosul e entre os BRICS. E desarranjos em nossa economia, uns reais, outros maximizados pela oposição e todos tonitruidos pelos jornalões e pela revista, e pelos “economistas” mediáticos do grande canal de tevê.

O caminho será esse se não reagirmos, e a forma mais eficiente de reação é o apoio popular ao governo Dilma.

Tenhamos consciência, todavia, de que a presidenta terá de enfrentar esses desafios tendo como retaguarda uma base parlamentar inconfiável e um Congresso (em crise moral, diga-se de passagem) que só lhe tem proporcionado dissabores, que inevitavelmente crescerão se o governo, como sugerem os dados de hoje, não conseguir controlar a Presidência da Câmara dos Deputados.

Esse é o pano de fundo do quadro político que, pelo menos aparentemente, orientou a composição do Ministério, a saber, a necessidade de, olhando para 2018, considerar o desempenho do governo *pari passu* com a “governabilidade”, que se resume em atender aos partidos da base e assegurar maioria no Congresso. As negociações com o poder econômico e outros “poderes” se dão por outras vias.

Mas o ambiente, lamentavelmente, é este: Congresso conservador, oposição raivosa, imprensa unanimemente hostil e fragilidade parlamentar, a partir da fragilidade de sua própria base partidária, comandada por um PT tímido na ação política e inibido na liderança dos movimentos sociais – sua origem e sua razão de ser.

Falta ao governo Dilma hoje, e poderá faltar ainda mais em função do enfrentamento da crise, o apoio das ruas, aquele que Lula foi buscar em 2005. Mas apoio que não cai do céu como chuva, pois muito depende do discurso presidencial, de suas primeiras e segundas medidas. O apoio e mobilização das massas dependem da doação de uma militância ainda

retraída, à espera do anúncio dos rumos do governo, e, dessa forma, inconscientemente, renunciando a influir na sua concepção, talvez certamente mais importante do que a ocupação dos gabinetes da Esplanada dos Ministérios, com Joaquim ou Manuel, representantes desta ou daquela corrente partidária. É preciso resolver o impasse, pois a inação só favorece à direita.

Tudo isso o próximo governo terá de enfrentar – em meio a uma ameaçadora instabilidade política que se anuncia para os primeiros meses de 2015 – comandando uma estrutura estatal paralítica, uma burocracia inoperante, uma ordem administrativa absolutamente caótica, a clamar aos céus por uma reforma do modo de operação do Estado.

Ao contrário do que supõem lideranças partidárias e boas cabeças pensantes do Planalto, a reforma política não é panaceia para todos os males de nosso tempo, e a simples prioridade que lhe temos dado é significativa do atraso do processo político brasileiro que já reclamou reformas estruturais e infraestruturais, as chamadas “reformas de base” (anos 1960) que ainda não realizamos, e que precisamos realizar nos próximos quatro anos: reforma agrária beneficiando o pequeno produtor, reforma do ensino e da universidade, incluindo reforma do ensino militar, reforma do Judiciário, reforma fiscal, implicando a taxação das grandes propriedades e das grandes fortunas, reformas que requerem governo forte, como a regulamentação das empresas de comunicação de massa, que, ademais, depende de ampla e efetiva mobilização nacional. Tudo o que a direita quer evitar, e pode evitar se a mobilização das massas não for o outro lado do fracasso dos partidos: fracasso como instituições políticas, como instrumento da organização popular, fracasso como projeto de país e de governo.

Fracasso que contaminou o movimento sindical partidarizado. Está na hora de pensar grande, e assim consideramos pensar o amanhã despojado de *parti pris*. Rever tudo, as organizações partidárias e a crise particular da esquerda socialista e dos partidos de esquerda e os ditos partidos progressistas, rever nossos programas, nossos objetivos, nossos projetos, e buscar alternativas que favoreçam a emergência das massas, e enfrentem

as ameaças veladas ou não que se levantam, por enquanto como mera prospecção, ao processo democrático duramente reconquistado pelo povo brasileiro. É fundamental rever o caráter das atuais relações entre partidos de esquerda e os movimentos sociais.

Cabe à esquerda – e nos valem da expressão grafada por Darcy Ribeiro – passar a limpo o país a partir de sua própria autocrítica, preparando-se para a mobilização de todas as forças populares em uma grande frente progressista que compreenda parlamentares (independentemente de filiação partidária) que com seus princípios se vejam comprometidos, movimentos sociais, sindicatos e centrais sindicais, lideranças sociais e comunitárias, com o objetivo de resistir à ascensão da direita, defender o avanço social, a soberania e a nacionalidade, o Estado e seu papel de indutor do desenvolvimento nacional e, como coroamento, o aprofundamento da democracia.

(CC, 31.12.14)

A reforma que não cairá do céu

O pleito e a defesa de uma reforma política se ouve, se escreve e se lê, desde o fim da ditadura e a revogação dos regulamentos castrenses que coartavam a vida político-eleitoral brasileira. É, ainda hoje, o mote de resistência de comentaristas mediáticos e de comentaristas cultos, de sociólogos e cientistas políticos – e, até, de dirigentes partidários –, à esquerda e à direita. Todos identificam o mesmo mal (a crise de legitimidade), todos concordam com sua causa (o regime eleitoral brasileiro) e todos se juntam na indicação da saída: a reforma política. E se assim é, por que não se faz essa “reforma”? Um, porque não há clareza quanto ao seu conteúdo. Se é unanimidade como tese, transforma-se em pomo de discórdia quando a discussão se objetiva em pontos concretos. Dois, não se fez a reforma principalmente porque não podem fazê-la os beneficiários dos vícios que ela deverá eliminar. Por óbvio.

Este, o primeiro e grave impasse. A “reforma”, como consensual-

mente colocada, se encerra numa pura, embora não necessariamente simples, reforma eleitoral. Tem-se, portanto, como apartada, questão verdadeiramente crucial, que é a Reforma do Estado. O regime democrático, nas suas limitações, vai bem, obrigado. Crise após crise e marolas após marolas, e eleições após eleições, segue sem abalos, sem ameaças à sua continuidade o processo democrático representativo retomado em 1985. Ouso mesmo afirmar que o atual regime, considerada sua estabilidade, ouve os aplausos da História. Se a ordem constitucional e democrática de 1946 – esmagada em 1964 pelos tanques após apenas 18 anos de vida –, viveu em sua curta experiência uma sequência de fraturas institucionais, estados de sítio e golpes militares, a democracia de nossos dias se fortalece no seu exercício pleno, sem crises institucionais, sem ameaças mais graves de ruptura, sem aventuras e sem “pronunciamentos” militares.

Não é aí, portanto, que se encontram os problemas, nem é a eles que nos referimos quando tratamos de “reforma política”. O objeto, neste caso, é a crise de legitimidade do mandato eleitoral, decorrente da ingerência manipuladora do poder econômico e do poder político, da qual ingerência o monopólio empresarial e ideológico dos meios de comunicação de massa é um seu instrumento, certamente o mais difícil de ser enfrentado. A união desses elementos constitui o solvente da soberania popular, na qual, todavia, se arrimam a democracia e a representação.

Este artigo tratará, exclusivamente, do que chamarei de crise eleitoral resumida num processo eletivo que persistentemente vem afastando o eleitor do eleito, o mandatário do mandante. Outra questão, porém conexa, é a crise agônica dos partidos políticos.

Desde as eleições de 1985, e num crescendo, as campanhas eleitorais vêm sofrendo transformações que terminam por impedir ou dificultar o debate, o diálogo, o confronto de ideias e, principalmente, a participação popular. Estranha democracia... Os militantes são substituídos por “cabos eleitorais” remunerados para dar vivas ou vaias, carregar faixas ou fazer número nas caminhadas de rua. Desapareceram os comícios, as passeatas, as mobilizações de massa. De outra parte, tanto o legislador ordinário quanto o TSE vêm,

legislação após legislação, norma após norma, adotando medidas cujo pretexto, anunciado, é reduzir o custo das campanhas eleitorais. E, no entanto são elas, a cada pleito, crescentemente e absurdamente mais caras. É que a campanha de rua, feita pelo povo, pelo eleitor, pelo militante, foi transferida para o rádio e para a televisão e entregue aos novos proprietários da política, profissionais na manipulação, chamados de marqueteiros, que transformam a disputa eleitoral em um vídeo show alienado. Gastam-se fortunas financiadas pelos empreiteiros, que depois cobram o investimento nas licitações governamentais. O marketing político domina a imagem e o discurso léxico, controla o que os candidatos devem dizer e o que não devem dizer, controla os debates, dita perguntas e respostas e escreve seus programas de governo, que de resto ninguém leva a sério.

Os programas de governo não refletem linhas partidárias, mas sondagens de opinião, e como todos os candidatos têm acesso às sondagens de opinião a diferença entre um programa e outro é a mesma entre seis e meia dúzia. A campanha mostra-se um teatro de maus atores atados a enredos com os quais nem sempre concordam, mas que precisam recitar, pois o *script* traduz a estratégia do mago para alterar os indicadores das pesquisas manipuladas. Na campanha eleitoral são postas de lado as direções partidárias, os candidatos se despersonalizam. Enfim, a política é exilada. Ao lado dos programas do horário eleitoral, reinam os “debates” promovidos pelas tevês e organizados de tal sorte que não há possibilidade de debate digno desse nome. Ao fim e ao cabo, vamos à votação.

Esse, o permissivo e pernicioso quadro das campanhas majoritárias. A “reforma” não é uma questão técnico-legislativa e não é meramente jurídica, pois trata-se, fundamentalmente, de uma questão política. Reformar para quê? Eis a questão, pois há na praça reformas para todos os gostos e ideologias. Há as que visam a reduzir cada vez mais as possibilidades de expressão popular ou de aprofundamento democrático, como as várias propostas que pretendem reduzir a duração das campanhas (em prejuízo do esclarecimento público e em benefício dos candidatos com grande exposição na mídia) ou que querem introduzir entre nós o voto majoritário

para as eleições legislativas, os diversos modelitos de voto distrital, até o distritão do vice-presidente da República e a candidatura avulsa proposta por Marina Silva, que acaba de vez com os partidos, com a fidelidade partidária, com a vida política orgânica.

Pensemos numa reforma que tenha como leme e rumo aumentar a participação popular legítima. Por força do atual regime, a decisão eleitoral se desloca dos palanques e das ruas para a tevê e o rádio. Nesse quadro, por óbvio, maiores condições de disputa terão aqueles candidatos que dispuserem de maior tempo de rádio e de televisão, e, por óbvio de novo, quanto maior o número de partidos em torno de uma candidatura, maior será o tempo de rádio e de televisão. Se assim é, e o é, a engenharia política consiste em adquirir (lamentavelmente o verbo é mesmo este) o maior número possível de alianças partidárias, eufemismo para designar o aluguel de legendas sem viabilidade eleitoral. Nada de afinidade ideológica – donde coligações esdrúxulas reunindo partidos de direita e de esquerda (e partidos de lado nenhum), opositoristas e situacionistas.

Um remédio está em proibir, em qualquer coligação, seja majoritária seja proporcional, a soma de tempo de rádio e tevê dos diversos partidos. Fecha-se o balcão.

A interferência marqueteira é um embuste, um elemento corruptor, pois seu objetivo explícito é manipular, distorcer a opinião política, violentando a autenticidade do pronunciamento eleitoral. Ademais, eleva assustadoramente os custos das campanhas, donde a captação de recursos, venham de onde vierem, com as consequências sabidas. Por que não começar acabando com essa distorção? Despidos de efeitos mágicos, longe do “padrão *Globo* de televisão”, os programas de rádio e de tevê (tempo pago às emissoras pelos contribuintes, o que o TSE omite em suas “chamadas” e desinforma batizando-o de “horário eleitoral gratuito”) passariam a ser o momento da verdade dos candidatos, aquela hora em que, de cara limpa, cada candidato apresenta seus projetos, sua visão de mundo e suas ideias, e não as implantadas pelo marqueteiro, mediante artifícios de linguagem cênica. Assim, e simplesmente com essa medida, já melho-

rariamos o conteúdo das campanhas, reduziríamos seus custos hoje astronômicos e, de quebra, determinaríamos a redução das siglas, levando à inanição as siglas-cartório (mais de dois terços das atuais), cuja existência se justifica tão-só para alugar (bem remuneradamente) o tempo de rádio e de televisão. Acima de tudo, estaríamos contribuindo para a maior autenticidade do veredito eleitoral, o que já justificaria o ensejo. Medida complementar é proibir, na prestação de contas das campanhas e dos partidos (como hoje é vedada a contratação de “artistas” para os *showmícios*) o dispêndio com marqueteiros e pesquisas de opinião. E fixação de teto para gastos nas campanhas eleitorais pelos partidos e pelos candidatos.

Mais grave é o sistema das eleições proporcionais, que padece todos esses males e a eles adita suas distorções específicas, como a compra de votos e de “colégios” eleitorais, o assistencialismo quase sempre custeado por verbas subtraídas do serviço público, o amparo nas estruturas governamentais, que vai da sinecura e do empreguismo puro e simples ao *lobby* remunerado e bem pago, às comissões por verbas e verbinhas, às comissões dos empreiteiros e às doações por “dentro” e “por fora”. Bom candidato é o que conta com a simpatia dos meios de comunicação de massa, com apoio econômico privado ou de base corporativa. Até o mármore das escadarias do TSE sabe que quase nenhum candidato tem condições econômicas de financiar sua campanha.

Não é sem razão que a qualidade ética do Congresso cai a cada legislatura e que a cada eleição recebemos um Congresso cada vez mais conservador. Esse que se instala em fevereiro próximo será paradigmático dessa dupla tendência.

Consequência de tudo isso e de muitas outras coisas, temos, hoje, 32 partidos políticos, 28 dos quais com representação no Congresso, e todos com direito a tempo de televisão.

Ainda relativamente às eleições proporcionais, é fundamental a introdução do sistema de listas preordenadas (fechadas), donde o voto na legenda partidária. Mas essa medida, largamente empregada e de forma vária em grande número de democracias, exige uma prévia reforma do sistema partidário e do processo decisório interno, que carece de práticas

democráticas. Nossos partidos, a maior parte deles sem história, refletem, em suas estruturas e em sua vida interna, vale dizer, em sua inorganicidade, a lamentável natureza da sociedade brasileira, um autoritarismo larvar, conquanto anacrônico, que resiste a todo esforço de modernização.

Há ainda duas medidas fundamentais. Para o pleito majoritário o fim dessa aberração que é a reeleição tal é praticada entre nós e, com vistas a todas as eleições, sejam majoritárias sejam proporcionais, o financiamento público mediante critério isonômico que ponha todos os candidatos em condições de igualdade de disputa.

Há outras medidas de igual ou maior profundidade democrática para as quais, porém, os liberais e reacionários torcem o nariz arrebitado. Cito: o direito de o eleitor revogar o mandato legislativo ou executivo (que os anglo-saxões chamam de *recall*); a redução das atuais exigências para o recebimento de propostas legislativas de iniciativa popular e a necessidade de referendo para a vigência de emenda constitucional.

Todas essas são iniciativas que contribuem para a melhoria do sistema, mas não resolvem a crise substantiva, que é a dos partidos políticos, na sua esmagadora maioria sem identidade, todos ou quase todos sem ideologia, sem vida programática mas com ativa existência pragmática... enfim, sem representação social, sobrevivendo burocraticamente graças à exigência (correta, diga-se de passagem) legal de prévia filiação partidária para a disputa de cargo eletivo. E a ajuda do fundo partidário.

(CC, 06.01.15)

House of Cards e a política brasileira

Em entrevista ao repórter Raimundo Costa (*Valor Econômico*, 23.01.2015, EU&FDS, p.6), Eduardo Cunha, o mais proeminente líder do PMDB na Câmara dos Deputados e candidato à disputa pela Presidência da Casa⁴,

4. Seria eleito Presidente da Câmara dos Deputados no dia 1º de fevereiro de 2015.

reagiu abespinhado quando comparado a Frank Underwood, protagonista da série televisiva norte-americana *House of Cards* (uma lição de ciência política que dispensa a maioria dos cursos de graduação oferecidos pelas universidades brasileiras): “*Eu acho isso [a comparação] um absurdo. Eu vi essa série. Existem três diferenças clássicas, ali: o cara é um assassino, o cara é um corrupto e o cara ainda é um homossexual. Não dá para eu aceitar essa comparação. É ofensiva*”.

Tem razão o deputado, ele não é o Frank Underwood brasileiro, simplesmente porque ninguém o é, posto que se trata, o personagem, da caricatura mediana do político de sucesso dos EUA. Frank é aquele que no Parlamento se levanta do que aqui chamamos de “baixo clero” e chega às culminâncias do poder. Caricatura e mosaico, pois é um cadinho de defeitos ressaltados para a mais didática compreensão e denúncia. Denúncia que vale como um documentário de Michael Moore, ou uma *avant première* do filme “Abutre” (presentemente nas telas brasileiras), que mostra a que pode levar a associação de um *freelance* sem escrúpulos com um canal de tevê capaz de tudo... pela audiência. É verdade, de igual modo, que tanto o assaltante que se torna repórter quanto a editora de telejornalismo que a ele se associa, são a versão exasperada de um jornalismo sem limites. Também são caricaturas, mosaico e síntese dos muitos defeitos de um veículo sem código de ética, à mercê da receita de publicidade que jorra em função da audiência, atraída e cevada por manchetes e escândalos, pelo grotesco e pelo escatológico.

O argumento da série, volto para *House of Cards*, olha para os EUA, mas retrata também – sem que disso tenham consciência os autores – a vida política brasileira com a precisão de uma fotografia sem retoques.

Mas vai além, e aqui reside seu grande mérito. Retrata os subterrâneos da Casa Branca e do Congresso e invade os intestinos do Poder, onde se mesclam e se entrelaçam a corrupção, o tráfico de influência, a aliança promíscua entre a política e os meios de comunicação – agentes e objeto conscientes de manipulação –, as perigosas relações fonte e repórter, a busca abjeta pela informação, o vale tudo em que tudo é permitido, a prostituição inclusive. Revela o processo de construção e desconstituição de lideranças

partidárias, com o concurso de jornais e canais de televisão mobilizados por repórteres em paranoica luta pela ascensão na carreira, e revela, principalmente, a articulação da *realpolitik* – poder econômico, meios de comunicação (e seus anunciantes), ONGs e “entidades beneficentes”, lideranças parlamentares e políticos influentes de um modo geral, a ação ostensiva de *lobbies* sem limites éticos ou escrúpulos – nas salas e antessalas do Capitólio e da Casa Branca. E nas alcovas. Toda essa gente, ou seja, o jogo de interesses por ela representado, tem acesso ao “Salão Oval” e influencia o exercício da Presidência da maior potência econômico-militar do mundo, inclusive em suas decisões estratégicas, como a guerra e a paz.

O personagem Frank Underwood – uma ficção, lembremos – simboliza o político de sucesso que, de golpe em golpe de astúcia, livre de qualquer respeito humano ou considerações éticas, caminha em linha ininterruptamente ascendente de sua pequena província sulista até Washington, o Capitólio e a Casa Branca. Seu *leitmotiv* é a ambição sem limites. Os meios são o ardil, a astúcia, a matreirice, a conjuração, a dedicação integral às maquinações políticas, a perseverança na busca de seus objetivos pessoais. E um tanto de ousadia e crueldade. O assassinato, o perjúrio, o adultério, a traição são apenas meios que se justificam por estarem a serviço de uma causa legitimadora: o poder. A que preço? Ora, isso não entra em consideração, pois a política, essa política, tem sua própria ética.

Dirigindo-se ao olho câmera do espectador, ele nos diz: “O caminho para o poder [sua obsessão] é coberto de hipocrisia e crime. Mas não de arrependimento.”

É evidente que esses traços de caráter, que incluem o cinismo, não estão presentes, ao mesmo tempo, em um só político, nem muito menos se diz que todo político, nos EUA ou no Brasil, seja um êmulo de Underwood.

Menos ainda que toda mulher se identifica com Claire, sua fria companheira, sócia e cúmplice, em todos os empreendimentos e farsas e maquinações. Diz-se que essas deformações de caráter, em doses variadas para cada ente, estão presentes na vida política contemporânea, inclusive no Brasil, vivas entre executivos, líderes partidários, jornalistas e empresários.

O que ocorre é que Eduardo Cunha – tanto quanto Renan Calheiros –, representa a média de seus pares.

Gostemos ou não de admiti-lo, Cunha é uma perfeita tradução do Parlamento que aí está, eleito por nós nas condições conhecidas. Não é um acidente, não é um peixe fora d'água (como de certa forma era Severino, um incidente “fora da curva”), mas, ao contrário, um bem acabado produto do meio, sob mais de um aspecto, incluído o *modus operandi*. “Empresário da política”, como seu colega de Câmara deputado Chico Alencar o definiu, Cunha apenas domina muito bem artes que outros manejam com menor destreza. Com todo o devido respeito por Luiza Erundina, Alessandro Molon, o citado Chico, Glauber Braga e outros tantos: Eduardo Cunha é a cara da maioria.

Os critérios jornalísticos do canal de televisão de Los Angeles, onde se desenvolve a trama de “Abutre” são uma anomalia que a crítica cinematográfica magnifica para melhor denunciar. Sabemos, por exemplo, que nenhum canal brasileiro explora tão intensamente o grotesco, mas sabemos que o grotesco está presente em nossas telas e nelas merece destaque. Uma vez mais, trata-se de um mosaico dos muitos defeitos e deslizes éticos que acompanham a televisão em quase todo o mundo.

Assim entre nós. E como! São as regras do jogo, as regras da sociedade de consumo, que entronizou no altar de suas adorações o deus capital, o deus lucro, o deus sucesso, o deus audiência, o deus receita publicitária. Sociedade que construiu sua própria moral, apartada da moral que pesa sobre o homem comum. A moral, que põe na cadeia como vagabundo o trabalhador desempregado, proíbe ao mesmo tempo o pobre e o rico de dormir ao relento e roubar um naco de pão (a sentença, sabe-se, é de Anatole France), mas trata a sonegação de impostos, direito dos poderosos, como um procedimento perfeitamente coerente com as regras do jogo capitalista. Regras como a corrupção ativa, cujo alvo pode ser desde o guarda de trânsito, o diretor da grande empresa ou o alto funcionário público, que precisa ser subornado para que a concorrência cartelizada seja ganha pela empresa previamente eleita no jogo de

seus pares. As sobras do superfaturamento seguem para paraísos fiscais, onde alimentam contas insondáveis, depois de aqui financiar eleições, em todos os níveis. São as contribuições declaradas e as contribuições não declaradas, todas ausentes do Imposto de Renda e das prestações de contas dos candidatos, porque agasalhadas em “receitas não contabilizadas”, eufemismo para nomear o caixa dois.

E eis assim exposta a raiz de tudo. A propósito, no escândalo da “operação Lava Jato”, a cena está repleta de empresários e executivos, enlaçados com políticos dos mais diversos coturnos em uma vasta gama de crimes, ainda em apuração.

É o réquiem da grande política de que nos fala Gramsci. Não mais utopia ou sonho. Não mais D. Quixote. Só os Sanchos Panças, matreiros, descasados da inocência.

De fato, não há inocentes nem ingênuos nessa política. Está mais para o oportunismo do escudeiro simplório e pedestre do que para a fantasia do cavaleiro anacrônico, o valor é determinado pela equação custo-benefício e a ação é condicionada pelo império das circunstâncias, que tudo absolve e justifica, inclusive a orfandade de princípios.

Absolve quando se trata do vencedor. Vê-se o fazer político dominado por uma práxis que consagra o poder pelo poder, como meio e como fim. Não se diz que os fins justificam os meios: simplesmente os meios se transformam em um fim.

Toda vez que o político cede ao pragmatismo e reduz seus projetos ao interesse ou à ambição pessoal, toda vez que encerra a política nos limites do curto prazo, toda vez que abandona a esperança de fazer o bem público, a política se reduz a um negócio, a uma traficância, a uma fraude. Porque a política não é, apenas, uma racionalização menor, oportunismo, a busca de resultados práticos e imediatos. Precisa ser a busca do bem público.

Quando vence a *realpolitik*, a política se transforma em sua contrafação.

(CC, 29.01.15)

Vencemos as eleições; falta ganhar a política

114

A SERPENTE SEM CASCA

Começamos pelos desafios que aguardam o segundo mandato de Dilma Rousseff, revelando um segredo de Polichinelo: será difícil seu governo, e as razões explicativas ficam mais evidentes se cotejarmos o quadro de hoje com aquele da posse e início do governo Lula, que chegava ao Planalto em 2003 bafejado por uma espetacular vitória política cimentada em acachapante maioria eleitoral, ainda que em segundo turno. Uma e outra, fontes de legitimação, abriram caminho para uma transição civilizada, e criaram junto ao povo um clima de euforia, que era também autêntico voto de confiança no novo governante. Finalmente, haveria real mudança de (visão) de governo, ainda que a ruptura sonhada em 1989 tivesse de ser conscientemente adiada. Tantos anos postergada, chegara em 2002 a vitória que não pudéramos comemorar em 1989. Mas na festa de 2003 cabiam todos, inclusive liberais conservadores e as forças de Sua Excelência o Mercado, o Todo Poderoso de ontem e de hoje, pois o novo ministério confirmava os compromissos da “Carta aos Brasileiros”.

A confiança nacional majoritária (leia-se: a torcida quase unânime pelo êxito do antigo torneiro mecânico) encontrava terreno fértil numa conjuntura político-econômica internacional favorável, alimentada pela crise (que alguns chamam de “decadência”) do monopólio dos EUA, o fracasso do intervencionismo militar unilateral, oferecendo condições para que o presidente comandasse, como desejava, uma política externa que seu chanceler cunharia como “ativa e altiva”. No plano econômico, colhíamos os bons frutos do *boom* da economia internacional comandada pela China, que crescia ininterruptamente a taxa de dois dígitos/ano, o que tornou possível contornar “a herança maldita” da era FHC e, não sendo pouco, ainda retomar o crescimento. O país que, em 2002, insolvente, pedira socorro ao FMI, em 2004, após um ano com Lula, passaria a credor daquela agência e via seu PIB marcar 4,9%. Crescera só 0,6% no ano anterior.

No plano da política interna, isto é, da pequena política, o governo se assegurava de numerosa, conquanto muito pouco fiel, maioria parlamentar ao preço conhecido pela República e pelo “presidencialismo de coalizão”, caríssimo, principalmente quando o governo oriundo dos movimentos sociais e por eles apoiado, prefere, para garantir sua auto sustentação, as negociações de cúpula, com as cúpulas partidárias, as capitánias partidárias e as oligarquias partidárias, os partidos e os partidinhos de fancaria, as bancadas corporativas e setores selecionados do empresariado.

Não obstante, o governo Lula foi solapado pela crise de 2005 (ainda não encerrada em suas causas e suas consequências deletérias) que quase levou ao *impeachment* o mais popular presidente da República desde Getúlio. O resto é história sabida. Relembro os bons ventos que sopraram a favor da nau lulista (ressalto os méritos do timoneiro) para evidenciar, em contraste, as dificuldades à espreita de Dilma.

A primeira observação é a crise econômica. Vários são seus elementos e entre eles está a reversão da economia mundial, detonada pela explosão da bolha imobiliária nos EUA, a implosão do sistema financeiro internacional e a recessão que em seguida se alastrou pelo mundo, abalando a Europa e o euro. Vivemos desde 2008 conjuntura agravada pela crise externa, que compromete o bom desempenho da economia brasileira. Dilma, vimos, não conseguiu até aqui livrar-se dos efeitos de dois elementos perversamente contemporâneos: a repercussão em nossa economia (i) daquela debacle do capitalismo e (ii) a desmoralização da política (que vem de longe), qual a praticamos, e dos partidos, assim como os fazemos. Some-se a essa união diabólica a crise de identidade do PT, carregando consigo – para onde? – o que sobrou de uma esquerda crescentemente inorgânica e fatidicamente sem teoria e prática, e, por isso mesmo, atônita diante de processo histórico que não consegue interpretar.

A crise econômica torna agudos os conflitos com as forças conservadoras e antidesenvolvimentistas, daí a unanimidade da grande imprensa e as defecções (ou chantagens) de parcelas da base partidária nas votações fundamentais no Congresso. Dilma, desde que ousou contrariar os inte-

resses da banca, ao determinar a queda dos juros que historicamente asfixiam nosso desenvolvimento, tornou-se alvo de sistemática desconstrução de imagem, o que veio a lhe custar a perda do apoio da classe média e de significativas camadas urbanas, que, de fundamentais no festejado primeiro ano do mandato, transformam-se no principal obstáculo na corrida para a reeleição.

A opção majoritária da classe-média pelo candidato da direita, aparentemente ampliada no pós-eleitoral, está viva, e assim deverá permanecer pelo segundo governo Dilma, cuja instalação, aliás, essa parcela do eleitorado tentou impedir, lembrando a crise que envolveu a eleição, posse e governo de Juscelino Kubitschek. Aliás, a campanha contra Dilma (contra sua eleição e já contra sua posse e governo) se anunciou em junho de 2013, nas primeiras mobilizações de rua e nos apupos nos estádios da Copa das Confederações. Quem não quis ver e ouvir, não viu nem ouviu, e, não vendo nem ouvindo, ignorou o pedido de mudanças. Deu no que quase deu.

O quadro econômico que aguarda a presidenta não é tranquilizador, nem no Brasil, nem no mundo. Com muito esforço, chegamos ao fim de 2014 com o crescimento zero do PIB. Festejamos haveremos saltado fora da recessão técnica. No plano global, as expectativas não são melhores; o crescimento mundial deve girar em torno de 1%, os BRICS continuarão crescendo a ritmo cadente e a China não passará de 6% ou 7%/ano. A Europa patina, o Japão se reencontra com a recessão, e as taxas de crescimento dos EUA são modestas. Há uma difícil jornada a ser percorrida até a consolidação política e econômica do Mercosul. A crise europeia acentuará nossas disputas na OMC.

Dilma cedeu, e fê-lo bem, ao tentar dividir São Paulo e acenar para o agronegócio. Anulou duas áreas de atrito. Faz-se mister, entretanto, não perder o rumo estratégico que, afinal, foi o responsável pela sua difícil vitória: manter o desenvolvimento econômico associado à defesa dos interesses da soberania nacional e preservar e aprofundar as conquistas sociais, tudo isso em frente a uma imprensa hostil, em meio a uma crise institucional que se agrava a cada dia, dialogando com 28 partidos políticos que

nada representam (com pouquíssimas exceções, vá lá), e ainda dependente de Congresso rejeitado pela opinião pública.

As concessões táticas não podem alterar os fins estratégicos, e seus limites são sempre condicionados pelo núcleo hegemônico.

Já no primeiro governo Lula, o “presidencialismo de coalizão” (“coop-tação”, “aquisição”, “aluguel” ou *leasing*) revelava sua degradação, e a democracia representativa afundava na ausência de legitimidade, agravada, eleição após eleição, construindo as bases da crise de hoje: a crise da política, do sistema de partidos, do processo eleitoral. Essa crise – que é da representação – alcançou seu paroxismo em 2014, e seu melhor retrato é a composição do Congresso Nacional, cadinho de nossas misérias. A tarefa difícil será facilitada na medida em que a esquerda se reorganize, nossos partidos se reencontrem com as ruas, o movimento sindical (deixando os gabinetes da Esplanada) recupere a política e os movimentos sociais retomem autonomia, tendo como principais eixos de atuação as seguintes bandeiras:

1. Resgatar o papel estratégico da Petrobras na exploração das riquezas do pré-sal, ancorando o desenvolvimento da indústria em extensa cadeia produtiva (P&D, engenharia de materiais, nanotecnologia, robótica, indústrias naval e petroquímica);

2. Atender às demandas da população urbanizada (habitação, saneamento e mobilidade), o que exigirá investimentos em pequenas e médias indústrias que empregam mão de obra de baixa qualificação;

3. Apoiar a expansão do agronegócio, capital intensivo, fundamental para a geração de recursos externos indispensáveis ao desenvolvimento. É bom registrar que o desenvolvimento dos EUA desde meados do século XIX tem uma das suas razões no fato de esse país ter-se transformado em celeiro do mundo;

4. Apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar, cada vez mais importante no abastecimento de gêneros que chegam à mesa do nosso povo.

(*Revista Esquerda Petista*, n. 3, fev.2015)

O projeto de poder de Eduardo Cunha

118

A SERPENTE SEM CASCA

Invertamos a sentença notável de Clausewitz (*Vom Kiege/Da Guerra*), para afirmar que a política é a guerra por outros meios. Uma e outra estão subordinadas a uma estratégia (o que se procura conquistar) sustentada em ações táticas (o que fazer) necessariamente servidoras do objetivo final. No curso da peleja as táticas podem mudar e os aliados ser trocados.

Na guerra, as batalhas raramente cumprem o roteiro previamente traçado pelos estados maiores. Já a política (mais precisamente aquilo que Gramsci chamava de a “pequena política” e é disso de que se trata na cena brasileira) é a “arte” do possível, da maleabilidade, da resiliência e do contorcionismo, conquanto que o grande objetivo – a conquista ou manutenção do Poder –, seja garantido.

Para esse efeito, os fins justificam os meios, e os meios variam segundo a elasticidade ética do sujeito. Na guerra e na má política. Eis o que as unifica. A guerra é, por definição, a barbárie, e a política raramente é a arte do bem comum. Há casos, mesmo, de absoluta ausência de limites; é quando a política fica a serviço do arrivismo e os interesses do Estado, o bem público, o interesse coletivo, sucumbem como figuras de uma retórica “para inglês ver”.

Vargas, considerado por gregos e troianos como o mais hábil (e por isso mesmo o mais longo) de nossos políticos estadistas, desenvolveu como ninguém o ir e vir, o somar e o dividir. E, na vida, transitou da ditadura para a democracia. Atribui-se à sua verve a afirmação segundo a qual, na política, “não podemos ter amigos tão íntimos que com eles não possamos romper, nem inimigos com os quais não possamos nos reconciliar”. É a arte que admite a perda dos anéis como preço para a preservação dos dedos (no caso, representando o poder).

Foi seu arquiinimigo, Carlos Lacerda, quem levou a sentença ao paroxismo. Líder civil do golpe de 1964, mas incompatibilizado com os militares, vai procurar salvação na aliança com os destratados da véspera, Juscelino

Kubitscheck e João Goulart, sem se sentir no dever de fazer a autocrítica das ofensas, das mentiras e das infâmias. De certa forma dizia para seu eleitorado e seguidores: esqueçam o que fui (mais tarde outro político diria “esqueçam o que escrevi”). Sua frustrada Frente Ampla tinha por objetivo reunir os diferentes que, por razões distintas (ideológicas, políticas, morais etc.), enfatize-se, lutavam contra o regime castrense.

É o exemplo de um bom fim absolvendo todos os meios, bons e maus. Lincoln, o estadista modelo, viveu a um só tempo a guerra e a política. Para obter da Câmara dos Representantes a aprovação da medida que abolia a escravatura, mentiu para os congressistas e prorrogou a miséria da guerra civil. Mas seu objetivo era humanista e meritório. O que a história registrou foi o fim da escravidão e a vitória do Norte sobre os reacionários do Sul.

Essas reflexões deitam olhar sobre o novo Congresso empossado em 1.º de fevereiro, e, nele, particularmente, sobre a nova Câmara Federal e seu novo presidente que tão bem a representa, como a imagem de um espelho. A nova legislatura confirma a sentença de Ulisses Guimarães, que tanto conhecia o poder que liderou por muitos anos: “a próxima Câmara será [sempre] pior do que a anterior”. A agravada tendência conservadora da legislatura recém inaugurada era a única certeza de que dispunham os especialistas em antecipações do óbvio.

O domínio ético-político do chamado “baixo clero” anunciava, com mais segurança que os informes meteorológicos, a vitória do líder Eduardo Cunha, bem calçado por anterior e bem calculado acordo com os jornalões, objetivado no compromisso de impedir a tramitação de qualquer iniciativa – governamental ou não – que vise a regulamentar a ação das empresas proprietárias de meios de comunicação sujeitos a concessões públicas, regulamentação, aliás, cobrada pela Constituição de 1988 (v. Artigos 220 e segs.).

Relativamente à reforma política, as posições do presidente Cunha são as piores possíveis, derivando do livre financiamento empresarial das eleições, via contribuições aos candidatos e partidos, ao “distritão” do saudoso Michel Temer (alguém sabe por onde anda ele em meio a tanta turbulência?), pelo qual desaparece a representação proporcional, desaparecem

os partidos (que tal uma democracia representativa sem partidos?) e as minorias são condenadas ao silêncio.

A reação da grande imprensa é de entusiasmo diante de suas primeiras iniciativas – Ah! como a história nos prega peças! – tidas como moralizantes daquela Casa pouco respeitada, que respeitada agora precisa ser, para o que der e vier. E pode vir muita coisa. “Teremos sessões nas tardes das quintas feiras”, exclama o grande jornal, como se anunciasse a salvação da República.

Representante do conservadorismo, vocalizando o atraso ideológico do fundamentalismo pentecostal mais primitivo, que manipula, inclusive do ponto de vista da exploração econômica, Eduardo Cunha, no entanto, representa acima de tudo os interesses avançados do capitalismo financeiro, trafegando, lépido e fagueiro, à vontade, senhor de si, pelos meandros da Avenida Paulista. Para esse mister ele é confiável – político urbano e fluminense – o que não ocorre com seu colega Renan Calheiros, nordestino vinculado à decadente economia açucareira, em síntese, um político provinciano; e já não é promessa de poder o atual vice-presidente da República, com data certa para ser sacado da política. Já se lhe cobram a saída da presidência do PMDB, o que poderá conceder em proveito do projeto maior, que, sabe, não comandará.

O projeto de Cunha, se originalmente respondia tão só a uma ambição pessoal, então tida como desmedida, transforma-se em projeto prioritário das forças conservadoras que entreveem a possibilidade de retomar o controle da política e do que, com esse controle, se transforma em mera consequência. Cansado do “amadorismo” do PSDB e quejandos, voltam-se também significativos segmentos do Brasil moderno – a banca, os grandes meios de comunicação, segmentos contrariados do mundo industrial, crescentes camadas da classe média urbana mobilizadas para o moralismo – para o PMDB velho de guerra e sua comprovada capacidade de conviver com o Poder, que bem sabe controlar e usufruir como nenhum outro partido.

Cunha foi pinçado graças à sua inegável competência como articulador, sua dedicação obsessiva aos objetivos a que se traça, sua convicção

militante de que os fins justificam os meios. Ele é instrumento e sujeito de um projeto de poder do qual é o artesão mais ostensivo, mas não o único, até porque essa artesanaria compreende muitos segmentos, para além do estamento político e político parlamentar. Nesse sentido, a presidência da Câmara Federal é o primeiro degrau dos muitos que ambiciona (a direita é seu corrimão), que pode costurar para si pessoalmente ou para outrem, não importa, conquanto que os interesses que representa sejam dominantes.

Neste sentido e para esses efeitos, Cunha já supera Michel Temer e, aliando-se a Renan Calheiros, nada mais nada menos que o presidente do Congresso Nacional, terá conformado a nova correlação de forças do PMDB, e, de resto, da República claudicante. Cunha não é mais, portanto, um quadro do “baixo clero” em ascensão, mas o mais poderoso político brasileiro depois da Presidenta da República (e com as mãos mais livres que as da Presidenta). É a nova cara do “novo” PMDB decidido a manobrar diretamente o Poder como senhor e sujeito, e não mais sob as asas do PT. Para tanto todos estão dispostos a vender a alma ao diabo, certos de que não vão entregá-la.

Na guerra, é desanimador para o general comandante da batalha a descoberta de que seus inimigos estão dos dois lados da linha de fogo. Mas, certamente, pior ainda é descobrir que seus comandados perderam o ânimo do combate. O mesmo se aplica à política, e aos partidos quando a militância arrefece na luta. O general fica sem condições de defender sua cidadela e enfrentar o inimigo; o político se vê de mãos atadas na defesa de seu governo. Na guerra e na política deixar-se acuar é reconhecer a derrota.

Os dados estão na mesa e a partida teve início. As pedras brancas, como sempre, são as primeiras a se movimentar e caminhando no rumo da área adversária prosseguirão, se não conhecerem resistência.

A conjuntura internacional desfavorável é uma peça no tabuleiro, como a crise econômica nacional tendente ao agravamento com a crise hídrica e, dela também consequente, a provável crise energética, mais ajuste fiscal, mais “lava jato”, mais a imprensa de sempre, mais o Congresso que temos, mais a base partidária de apoio do governo, sustentada pelo fisiologismo

descarado. Os dados da economia alimentam a crise política que também a ceva, com a contribuição inestimável de uma oposição partidária disposta a apelar para a desestabilização e o golpismo, e uma imprensa, sua aliada, que, na sua parcialidade antigoverno, ultrapassa as raias da ética. O enredo e seu desfecho são conhecidos.

Qualquer que seja a política do Planalto, seu ponto de partida deve ser o fortalecimento do governo e da figura presidencial, o que depende das ruas, dos movimentos sociais, mas, igualmente, de uma ordem partidária que, a começar pelo atônito PT, precisa vencer a anomia e recuperar a capacidade de luta.

Mas este é, igualmente, o momento das grandes lideranças, das lideranças partidárias; políticas, sociais e estudantis. E, acima de tudo, da afirmação da liderança da Presidenta Dilma Rousseff.

(CC, 11.02.15)

O que Vargas ensina para a política atual

Todo príncipe tem inimigos, porque, em regra, governar é tomar partido, por *A* ou por *B*, por isso ou por aquilo e atrás de tudo há, sempre, um interesse. Governar é, pois, administrar interesses. Os inimigos são inevitavelmente nomeados quando o príncipe escolhe com quem e para quem governar, ou, escolhendo não escolher, caminha indeciso entre os extremos da sociedade de classes e os interesses conflitados dos diversos grupos econômicos e seus tentáculos políticos.

Getúlio fez-se defensor dos pobres e assim despertou a desconfiança da classe média e o mau humor dos ricos; Miguel Arraes, governador de Pernambuco, atraiu o desagrado dos usineiros e donos da terra, por que assumiu como seus também os interesses dos camponeses⁵; pêndulo polí-

5. Refiro-me ao seu primeiro mandato (1962-1964) e ao 'Acordo do Campo' pelo qual os usineiros e donos de engenho de Pernambuco se obrigaram a pagar o salário-mínimo aos trabalhadores rurais.

tico, Jânio Quadros decidiu-se pelos empresários e adotou uma política externa independente, com o que perdeu o apoio dos conservadores, sem haver adquirido a confiança dos trabalhadores.

Casos há em que o prestígio do governante se desgasta na divisão interclasses –, pois, não é raro o conflito revelar-se entre os setores produtivos e o sistema financeiro. Outras vezes, ao tentar atender igualmente aos interesses de gregos e de troianos (digamos assim: dos operários, da classe média e do grande capital), o Príncipe, pouco cioso na defesa da coisa pública, termina perdendo a confiança de todos e por todos é desamado. Collor, sem clara base social ou econômica de apoio, sem partidos, terminou seu mandato como sabemos.

Nesses casos, quando mais carecia de apoio, o Príncipe não encontrou seus defensores naturais.

O inimigo do Príncipe é sempre um grupo de interesses, organizado ou não em torno de um partido, aqui tomado em seu sentido mais lato. Pode ser uma das várias frações do grande capital, ou os grandes proprietários. O inimigo pode estar dentro ou fora dos muros da cidade. Pode ser um adversário externo, o que, em regra, leva à unidade dos súditos em torno do seu líder, adiando disputas domésticas. Assim, Vargas, que acalentara a expectativa de apoiar o Eixo, unificaria a nação em 1942 com a declaração de guerra à Alemanha, e, mais recentemente, a última ditadura argentina prorrogou sua própria agonia com o massacre de seus praças nas Malvinas. Terminadas as guerras, Vargas é deposto e a Argentina, redemocratizada, condenando os militares à cadeia.

Muitas vezes, esse inimigo – interno ou externo – precisa ser inventado para poder garantir a coesão doméstica, quando o soberano percebe a existência de crise em suas bases. Como justificativa do golpe de Estado que implantou a ditadura do “Estado Novo”, os militares brasileiros inventaram, em 1937, a iminência de um levante comunista, brandindo estudo elaborado pelo próprio serviço secreto do Exército (refiro-me ao “Plano Cohen” redigido pelo naquela altura capitão Mourão, por ordem de seu

comandante, gal. Góis Monteiro⁶). Em 1954 os mesmos adversários, agora para derrubar o presidente constitucional, alegaram a existência de um “mar de lama” inundando os porões do Palácio do Catete, com o que a oposição levantaria a classe média contra Vargas.

Juscelino Kubitschek reencontrou-se com as bases populares que o haviam eleito em 1955 quando seu ministro da Fazenda, conservador, se indispôs com o FMI. Fidel Castro, porém, não precisou inventar a invasão da Baía dos Porcos e o bloqueio econômico político dos EUA para unificar o povo cubano. Praticamente derrotado, o Bush filho conquistou uma reeleição consagradora beneficiando-se do ataque às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001.

O pior adversário, no entanto, é, sempre, o que está dentro de casa, faz parte do governo, frequenta os palácios ou integra as fileiras do exército. Dezesete anos passados da instalação do “Estado novo”, Vargas lamentaria o concurso dos inimigos íntimos para sua tragédia pessoal, ao presidir, na madrugada de 23 para 24 de agosto a última reunião de seu ministério. Sun Tzu, muitos séculos antes de Mazarini, Pombal e Maquiavel, ensinou que, sem harmonia no Estado, não adianta ter exército; sem harmonia no exército não pode haver formação de batalha. Harmonia não é apenas a paz aparente da ordem interna, mas é também a disciplina da eleição do objetivo comum, aquele que torna secundários todos os demais projetos. As tropas, formando um corpo unido, impedem que os bravos avancem sozinhos (e sejam aniquilados) e que os covardes abandonem a luta, como fizeram os soldados de Ricardo III, deixando-o à mercê de sua má sorte. O Rei Lear foi condenado à tragédia quando, embriagado pelos elogios falsos das filhas cínicas, dividiu o reino da Bretanha.

O que é, porém, harmonia interna? Ora não se trata de conceito de aplicação universal e pacificada.

Getúlio Vargas afagou as classes empresariais e com elas também terçou armas; afagou os trabalhadores e por eles foi amado, afagou amigos e inimigos,

6. CF. BONAVIDES, Paulo e AMARAL, Roberto. in: *Textos políticos da história do Brasil*. 3ª ed. Senado Federal. 2002. Vol. VI.

foi amado e odiado. Governou sem grandes pesadelos de 1930 a 1945, a partir de 1937 chefiando uma ditadura. Mas quando a fortuna se voltou contra si, em 1954, não lhe foi possível enfrentar a adversidade, pois emergira a dissensão em sua retaguarda: traído dentro do Palácio do Catete (presidência conquistada legitimamente em processo eleitoral democrático), sem controle sobre ações criminosas supostamente praticadas em seu nome e no seu entorno, sob o fogo de uma imprensa vituperina e de uma oposição reacionária clamando junto aos quartéis indisciplinados pelo golpe de Estado, descobriu que não contava com seus ministros: estavam muitos deles entre os conspiradores, negociando sua renúncia. Inclusive o vice-presidente Café Filho e seu ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa. Tardiamente, Vargas compreendeu o significado do isolamento a que fora condenado: sua solidão político afetiva era uma metáfora de seu distanciamento da sociedade.

Os militares, aliados umas vezes e outras muitas conduzidos pelos líderes da oposição biliar e pela campanha dos grandes meios de comunicação, ao invés de defenderem o mandato de seu comandante, imperativo constitucional, conspiravam contra o presidente, cujo partido não foi capaz de protegê-lo contra os ataques inimigos, sem limites na injúria, na calúnia e na difamação. Quedou-se acuado como o tatu bola, enroscado em si mesmo. Ator, sujeito da História desde antes de 1928, quando se elege presidente do Rio Grande do Sul⁷, líder dos trabalhadores, Vargas escolheu entregar-se ao império das circunstâncias. De nada lhe valera a base trabalhista – construída meticulosamente durante o período ditatorial – que não acorreu em defesa de seu mandato. Já havendo perdido apoio da classe – média, desde sempre incomodada com seus namoros com os “marmiteiros”, via agora, de braços imobilizados, sem poder de reação, as massas populares – seu último esteio – também influenciadas pela onda moralista que percorria todos os escaninhos da sociedade, assustada pela campanha de imprensa com ecos no Congresso. Seus fiéis adversários ideológicos de direita encontraram-se nas ruas com o oportu-

7. Vargas ingressa na política em 1909 ao eleger-se deputado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

nismo e a incompreensão histórica da esquerda comunista, que também decidira fazer-lhe oposição.

Após campanha eleitoral marcada pelo nacionalismo e um sem número de teses comuns à esquerda de então – defesa da Petrobras e do monopólio estatal do petróleo, controle das remessas de lucros ao exterior, aumento real do salário-mínimo, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas etc. –, Vargas assumira a Presidência (1951) abraçando projetos progressistas e montara, para executá-los, um ministério de direita.

Seria, porém, traído pelo varguismo e a História, agora ingrata, não lhe deu tempo para a autocrítica.

O anúncio do suicídio inesperado (embora reiteradamente anunciado ao logo de sua vida), levantou como um sopro mágico as massas adormecidas que, como formigueiro atacado, ocuparam as ruas, em desespero, desordenadamente, anárquicas, sem rumo, sem alvo, sem perspectivas. Sem azimute político, sem liderança, avançaram ao mesmo tempo sobre os jornais da imprensa golpista e da esquerda comunista, identificada com o golpismo. O despertar da consciência coletiva chegara muito tarde, e agora a mobilização era só uma catarse coletiva inaproveitada, que logo levaria de volta as massas ensandecidas para o sossego medíocre.

Outro príncipe, na História do mesmo país, ele também amado pelos trabalhadores e pelos pobres, viu-se igualmente sob o foco de terríveis ataques orquestrados entre a oposição partidária e os meios de comunicação de massa, poderosíssimos como nunca. Não lhe acorreu o socorro dos partidos de sua base de apoio, e mesmo o partido que fundara mostrava-se abatido em face das acusações que pesavam sobre seus membros. Ao contrário de muitos de seus antecessores, porém, o príncipe lembrou-se do marquês de Pombal e decidiu romper com os áulicos, e trocou a solidão do poder pelo contato com as massas. Simplesmente optou pela política, decidindo exercê-la na plenitude possível. Foi ouvido pelo país e emergiu vitorioso, nas eleições que se seguiram.

Crise e impasse institucional

Finalmente posta à luz pelo ministro Teori Zavascki a aguardada Lista de Janot, revelou-se segredo de polichinelo, ao trazer à ribalta os personagens de sempre, a começar pelos inefáveis presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, antigos companheiros de aventuras de PC Farias e Fernando Collor de Mello, cuja história de desacertos éticos permanece em franco andamento. O ex-presidente está na lista dos que serão investigados pelo STF. Os demais – fora a luzidia lista de governadores e ex-governadores e ex-governadora – vêm do poderoso (e perigoso) “baixo clero”, típico de todas as casas legislativas, mas já é o bastante para relativizar o poder investigatório de uma CPI desde sua origem fragilizada politicamente, ao abrigar em sua composição deputados beneficiários de “doações” de campanha das empreiteiras que deverão investigar.

Até aqui, o que sabemos é o que nos diz a imprensa, que ativamente participou das investigações e está dando sua habitual contribuição para o julgamento popular que antecederá o julgamento do STF. Quero dizer que minhas observações são impressionistas, por desconhecer as provas e a fundamentação jurídico-fatual das acusações.

De qualquer forma, a bomba finalmente explodiu (pelo menos nas manchetes), para alívio de uns e insônia de outros, mas os estragos, até aqui, foram bem mais modestos do que aqueles previstos ou desejados pela crônica política, ávida por um terremoto capaz de abalar os alicerces do Palácio do Planalto. O qual, com lista ou sem lista, permanece como o alvo cativo de todos os arqueiros, mesmo dos amadores.

É disto que se trata. Nada, porém, afasta ou minimiza a existência de erros imperdoáveis na administração da Petrobras, reverberados, porém, como instrumento para promover a desestabilização do governo, ao fim e ao cabo o objetivo da classe dominante.

Sobre o que possa ser a realidade – e uma vez mais ela é menos importante do que sua versão – é evidente a existência de uma crise política atinando o governo já nos seus primeiros dois meses de exercício, imobili-

zando-o, enquanto mobiliza partidos, bancadas parlamentares, sindicatos e setores organizados e desorganizados da sociedade civil, todos a reboque da grande imprensa, senhora de barão e cutelo da política brasileira de nossos dias.

No próximo dia 13 de março, sindicalistas e petroleiros prometem abraçar a Petrobras, ameaçada de pagar a conta do assalto perpetrado por uma súcia de empresários, executivos desonestos e políticos de segundo quilate. E no dia 15 a direita brasileira, finalmente assumida como tal, isto é, como reacionária e golpista, ameaça ir às ruas para pedir o *impeachment* da presidenta Dilma.

A presidenta falou à nação no domingo 8, defendeu sua política, mas parece que não agradou aos principais beneficiários dos ajustes-reajustes, pois, diz a imprensa (eis sua versão dos fatos e a ela me atendo), sua fala foi recebida com panelaços nos bairros nobres do Rio de Janeiro (destaque para Ipanema e Barra da Tijuca), São Paulo (destaque para os Jardins), Belo Horizonte (Lourdes) e Brasília (o *Correio Braziliense* destaca Águas Claras bairro cidadela de classe média). Também não agradou aos empresários paulistas. Fez seu teste. Falta, tão-só, falar ao povo.

São os idos de março, antes dos idos de junho e do aziago agosto. Há uma crise e ela está sendo cevada de forma irresponsável, tendente a levar o país a um impasse institucional que pode transbordar da política para o conflito social. Aos semeadores de ventos recomenda-se conhecer as tempestades passadas.

Até aqui a ameaça de um impasse institucional vinha sendo açulada pelo avanço político e eleitoral de forças assumidamente de direita, partidárias e não partidárias, mediáticas em sua liderança, aliadas a setores irresponsáveis do capitalismo moderno (leia-se Avenida Paulista), unindo o capital financeiro nacional e internacional (este como sempre liderando aquele) ao que há de mais atrasado na política brasileira: o fisiologismo, o fundamentalismo religioso de raiz pentecostal-televisiva, a corrupção larvar pondo no mesmo balaio (como sempre), executivos inescrupulosos e políticos ávidos por “contribuições” via “caixa dois” para suas campanhas eleitorais. Esse ajuntamento golpista é coordenado política e ideologicamente pela grande

imprensa brasileira, que desempenha, hoje, entre nós, o mesmo papel desestabilizador – da economia, da política e do governo – levado a cabo em 1954 e nos idos de 1963-64, com as sabidas consequências.

Os fatos de importância histórica, lembrava Marx escrevendo sobre texto de Hegel, ocorrem, por assim dizer, duas vezes; a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.

Vivemos, presentemente, o chamado “terceiro turno”, inovação brasileira como a jabuticaba, denotativa porém do desapareço que as forças de direita (que antes recitavam o catecismo liberal) nutrem pelos princípios da democracia representativa, fundada no respeito ao pronunciamento da soberania popular, expressa mediante o voto. O desrespeito a tal princípio, como tudo na História, tem seu preço.

A algaravia – nos jornais ou nas ruas ou nas janelas – tem um só objetivo, qual seja o de deslegitimar, para daí desconstituir, o mandato conquistado em pleito de lisura incontestável. A crise – é apenas um pretexto, grave, ponderável, mas sempre apenas um pretexto. Vencido o especioso pedido de recontagem dos votos, a direita apela, sem pejo, para o impedimento; vencido mais este obstáculo – que a sociedade haverá de rejeitar –, a segunda fase do mesmo projeto será impedir a afirmação do governo Dilma. Nessa hipótese, a governante permanecerá no posto, mas jungida, amarrada, contida por um Congresso adverso, por uma maioria parlamentar partidária adversa, por uma imprensa unanimemente adversa, por uma classe dominante inimiga do progresso social que esse governo representa, por um poder econômico incompatibilizado com qualquer projeto de desenvolvimento nacional autônomo (de que a desconstituição da Petrobras, vetor do desenvolvimento industrial tecnológico do país é, apenas, o movimento de um peão no tabuleiro de xadrez). Não são poucos nem irrelevantes os adversários.

Qualquer que seja a análise, quaisquer que sejam as projeções, o consensual é o reconhecimento da crise.

Crise econômica e crise política, aqui como vasos comunicantes que se autoalimentam; mas igualmente crise de valores e crise de liderança,

crise de fim de ciclo que produz o vácuo, e, em nosso caso, o mais grave de todos, o vácuo de lideranças. A política está em crise, e nada mais diz ao povo, como não falam mais ao povo os partidos sem ideologia, sem visão programática, valhacoutos de interesses pessoais menores. Está em crise o Judiciário, que não julga e não promove a Justiça e se deixa confundir com juízes que se transformam em depositários infíeis de bens sob sua guarda. A imprensa, transformada em Poder da República, é um comércio que descarta a lisura. Por fim, um Congresso do qual está ausente a alma do povo e certamente vivendo sua pior e mais grave crise moral, desde a Constituinte de 1824.

Os fados, que nem os deuses governam, podem mudar o roteiro dos fatos projetados pelos homens e, assim, é possível trabalhar com uma reversão de expectativas na medida em que a lista do Lava Jato, anunciada como a pá de cal do governo, tenha transferido a crise, principalmente em seus aspectos políticos e éticos, para o Congresso. Mas, fundamentalmente, na medida em que o PT se recupere de seu colapso, que arrasta consigo a anomia do que ainda se chama entre nós de partidos ou organizações, senão de esquerda, pelo menos progressistas. Só a mobilização popular sem cachê pode afastar o golpe adrede preparado: a sangria do governo Dilma sob o controle de seus algozes, como, aliás, anunciou em sua coluna na FSP (9.3.15) o afoito senador Aécio Neves. E teve apoio entre os seus. “Quero sangrar a presidente”, endossaria, em encontro no instituto paulistano de FFHH, o sr. Aloysio Nunes Ferreira, também tucano e senador – com a delicadeza de fazê-lo em meio às celebrações do Dia Internacional da Mulher e da promulgação da Lei do Femicídio. Também conhecido como “Ceguinho”, apelido ganho nos seus tempos de desajeitado motorista de Carlos Marighela, o senador Nunes Ferreira é hoje orgulhoso sucessor do delegado Romeu Tuma como representante de São Paulo no Senado Federal. Para alguns, quiçá, uma trajetória ascendente.

A miséria da política

131

ROBERTO AMARAL

O processo histórico parece desenvolver-se em vagas sucessivas e contínuas, como as marés, insufladas por forças que não são menos intensas por não serem identificadas a olho nu. O que chamamos de processo histórico realiza-se no choque e no entrechoque dessas ondas que ora morrem tranquilas como espuma na praia, ora se quebram, violentas, provocando “ressacas” e, no extremo, maremotos. Cada processo social engendra sua onda e a sucessão de ondas engendra a “crise” mediante a qual se consume, se realiza para enfim sair de cena.

No Brasil de hoje, podemos afirmar que a “crise” é uma superposição de crises simultâneas, de tamanhos e significados variados, sem hierarquia ou ordem de precedência, pois vivemos um sistema de crises que funcionam como vasos comunicantes que se retroalimentam, numa espécie de autarquia perversa ou círculo vicioso.

Os otimistas dirão, comigo, que essa crise nem é especificidade brasileira, nem fenômeno de agora, pois se interliga com a crise internacional, mais uma “crise cíclica” do capitalismo, evidenciada, na sua configuração atual a partir da quebra (ano 2008) do mercado imobiliário dos EUA (anunciada pela quebra do mercado imobiliário japonês, início dos anos 2000), uma consequência do modelo de capital financeiro especulativo, cuja simples ocorrência pôs por terra as elaborações dos “cientistas” do neoliberalismo.

Dessa crise, herdeira de outras tantas, o movimento tectônico mais notável foi a quebra do Lehman Brothers (EUA), com os desdobramentos conhecidos para a economia global, atingindo em cheio a Europa e particularmente a comunidade do euro, mas a ela não se limitando, pois em recessão, já longa, vive o Japão. Instalava-se, assim, para surpresa dos *Chicago boys* e dos economistas da FGV, uma “nova onda”, similar à da década 1980-1990, marcada por crises severas tanto cambiais quanto financeiras, atingindo em cheio os países em desenvolvimento.

Era o prenúncio de mares encapelados na forma de uma nova instabilidade econômica, profunda e prolongada. Para uns, entre nós, era a ameaça

de um cataclismo, profundo como o *crash* de 1929 nos EUA, para outros, uma simples marola. Isso ou aquilo, sabemos agora, chegaria até nossos dias, e seria a justificativa do “ajuste fiscal” imposto ao país, segundo o modelo prussiano, pelo governo democrático de Dilma Rousseff.

Na Europa, antes da Grécia, e no rasto da implosão do sistema financeiro dos EUA, conheceram a agonia as economias de Portugal, Itália e Espanha. A orgulhosa França de De Gaulle é, hoje, quase só um departamento da Alemanha de Merkel. À crise econômica segue-se, nas suas pegadas, a crise dos partidos progressistas e do pensamento e da ação da esquerda ocidental, quando o fracasso do neoliberalismo parecia evidente como uma fratura exposta. Talvez seja essa a grande novidade do processo que vivemos com dificuldades para interpretar.

A China, fenômeno que cobra análise própria – virtual grande planta industrial do mundo –, se não está em crise, vive, presentemente, a desaceleração de sua economia, acostumada a crescimentos anuais de seu PIB em torno ou acima de 10% ao ano, e hoje havendo de conformar-se com “apenas” 7%. O mundo sabe o que isso significa para a economia global, e o sabemos muito bem os brasileiros, quando os preços de nossas *commodities* despencam em queda livre, e cai o volume bruto de nossas exportações – exportações, é preciso sempre lembrar, predominantemente de minérios e matérias-primas sem valor agregado, como soja em grão, carne, frangos etc.

E, assim, provamos o acre preço da reprimarização de nossa pauta de exportações, conhecemos as repercussões da teimosa política de juros altos (que Dilma tentou conter no início de seu primeiro governo) sobre a produção industrial e o consumo, associada a uma política cambial que favorece as importações e dificulta a disputa de nossas mercadorias no mercado internacional. Mesmo assim, não obstante tanta evidência, nada foi suficiente para convencer nossos industriais da necessidade de investir em inovação e desenvolvimento de tecnologias. O país, retornando à dependência agrícola dos anos 1930, realiza as promessas do capital financeiro: no vestibular da recessão, os bancos privados auferem (dados relativos a 2014) lucros variantes entre de 25 a 30% ao ano.

A crise política, que, de resto, segue os passos da crise econômica, ainda não revelou abalos sociais significativos, e o que parecia ser a “revolução das ruas”, a promissora “Primavera Árabe”, esgotou-se cedo como árvore de poucos frutos. Se restaurou a democracia ocidental na Tunísia, no Egito simplesmente trocou um presidente eleito por um ditador em armas. Igualmente não se conhecem consequências objetivas da ocupação de *Wall Street*, como, aliás, era previsível. Cabe aos esperançosos aguardar, torcendo pelo seu sucesso, os desdobramentos do *Syriza* grego e do *Podemos* espanhol.

A “onda” das ruas caminhou e chegou até nós, e, como é de seu feitio, sem se anunciar. O marco foram as primeiras manifestações de 2013, com seu voluntarismo, com seu anarquismo, com a característica diluição de teses e palavras de ordem, que o tempo e o cansaço cuidaram de esvaziar. O que eu chamaria, sem maior reflexão, de *anarcoespontaneísmo*, de um lado, mostrou, com crueza, a crise dos partidos políticos, socialmente superados, mas mostrou, igualmente, a imprescindibilidade da via orgânica (mais precisamente de uma via orgânica) como instrumento até aqui não superado para canalizar energias e produzir consequências.

Esvaziadas as ruas, ficou o nada de um movimento que gerou mais calor do que luz.

Na Europa, com as notáveis exceções espanhola e grega, já mencionadas, passadas as tempestades, ficaram as forças da reação ocupando os espaços cedidos pelas forças progressistas, quando mais fortes e robustas deveriam estar. Assim na Itália (que conheceu a degradação com Berlusconi), assim a França humilhada entre Hollande (representante de um partido socialista que abjurou o socialismo) e Marie Le Pen com seu fascismo ativo, assim na Grã-Bretanha, onde o partido trabalhista é a outra face do partido conservador, por sinal seguidamente vitorioso, como acabamos de ver nas eleições da semana passada, não obstante a queda da renda média da população inglesa em 2,4% de 2010 a 2014. Assim na Alemanha, onde o reinado autoritário de Ângela Merkel parece haver sepultado a social-democracia.

De comum nesse Ocidente ao qual pertencemos, a crise da política e nela, causa e consequência, a crise dos partidos políticos, entre nós vivendo e morrendo em lenta e perniciosa agonia.

Assim, no Brasil de hoje, a falência do sistema de partidos – caracterizados pela insustentável ausência de caráter político, de caráter ideológico e ético –, torna lógica, natural e autêntica a liderança de Eduardo Cunha, quadro representativo da Câmara que comanda e lidera; assim, torna-se lógico, coerente e compreensível que o PMDB, o partido do vice-presidente da República, seja o mais eficiente instrumento da oposição parlamentar e responsável pelas mais significativas derrotas do governo de Dilma Rousseff, cuja coordenação política administra.

Esse é o cadinho da mais grave e perdurante de nossas crises, a crise da representação, que, a um só tempo, tem origem e consequência na crise dos partidos políticos. Esta é a raiz da crise maior e mais profunda, e mais preocupante, a crise do fazer político, insinuando, lá adiante, no final do túnel, uma crise institucional de configuração indefinida aos nossos olhos de hoje.

A crise dos partidos é reconhecida por todos, e há unanimidade em torno da necessidade de uma reforma política, que, no entanto, não se faz, ou, quando se pretende levá-la a cabo, é para tornar ainda mais remota a legitimidade do processo eleitoral. Pois esse é o objetivo de quem pretende transformar em norma agasalhada pelo Direito Constitucional o financiamento das campanhas eleitorais pelo capital financeiro, a porta aberta para a corrupção legalizada, que, com o abuso do poder político, vigente em todas as esferas da vida nacional, manipula a vontade eleitoral e degenera a expressão da soberania popular. Abuso de poder desde sempre impune e hoje prática legalizada com a permissividade das reeleições.

Por fim, a mais aguda das crises, a exaustão do “presidencialismo de coalizão” levada ao paroxismo pela falência do sistema de partidos. Esse nosso presidencialismo, impondo a ingovernabilidade, firmou-se como instrumento de instabilidade política, espaço das negociações e das negociatas tornadas “necessárias”, abastardando a política e corrompendo as instituições. Não se trata, apenas, de profligar as negociações

que desconhecem o interesse público, mas de igualmente denunciar o descompasso político, ideológico e programático que se estabelece entre a vontade expressa pelo eleitorado na eleição majoritária, decidida por maioria absoluta de votos, e o caleidoscópio parlamentar derivado de 32 siglas com presença nas duas Casas, siglas sem corpo e sem alma, na maioria inorgânicas, bancadas parlamentares que se reproduzem em tantos quantos sejam os interesses (quase sempre escusos) de grupos e grupelhos, por defender.

Para além dos partidos legais, e denotando a falência comum, surgem aqueles outros “partidos” – e lamentavelmente os que realmente contam –, a saber, “bancadas” de interesses, como a “bancada dos ruralistas”, a “bancada da bala”, a “bancada evangélica”, a “bancada dos donos de rádio e tevê”, a “bancada do sistema financeiro”, a “bancada disso” e a “bancada daquilo”. É o opróbrio da política, o cadafalso do sistema de partidos, sem os quais, todavia, é impensável o funcionamento de uma democracia representativa.

Como pensar em solidez do poder democrático, se assim o vemos ameaçado, quando mais necessitamos de seu aprofundamento? Mas dos deputados e dos senadores, senão forçados por amplo movimento de massas – e quem tem condições políticas e morais de convocá-las? – não se pode esperar que legislem abolindo os vícios e as mazelas do sistema eleitoral que asseguraram suas eleições! Daí o reino da miséria da política, a política das verbas e das “verbinhas” arrancadas do erário – mediante todos os meios, inclusive a chantagem –, e negociadas com empreiteiras e a administração pública em seus diversos níveis, daí as “comissões”, as gorjetas, os subornos, as extorsões, as propinas. Esse sistema rejeita qualquer aprofundamento do processo democrático, como sinaliza a iniciativa popular na propositura de projetos de lei, o exercício do plebiscito e do referendo, e a revogação do mandato, o primeiro caminho para estabelecer a identidade entre o eleitor e o eleito.

São essas aspirações da democracia participativa consagradas pela Constituição de 1988 (Art.14), ainda à espera da legislação complementar, conquistas às quais outras precisam ser alinhadas, como o fim das reelei-

ções para os cargos majoritários, a limitação das reeleições sucessivas para a mesma função parlamentar, a obrigatoriedade de renúncia do mandato parlamentar para o exercício de função no Poder Executivo, a quebra automática do sigilo bancário de todo titular de função pública, e, mantidas as eleições no mesmo ano, a separação do sufrágio majoritário do parlamentar. E, ao fim e ao cabo, a instituição de mandato único de dez anos para os titulares dos tribunais superiores.

(CC, 15.03.15)

A Avenida Paulista e as esquerdas

O “15 de março” sugere advertências e enseja lições que certamente já foram consideradas pelo governo federal, e, espero, não passarão em branco pelos que ainda pensam e formulam (certamente fora dos partidos) nas esquerdas brasileiras, assim no plural, plural que esconde suas limitações orgânicas e ao mesmo tempo explicita sua desarticulação, tanto no plano teórico quanto no plano prático. Se não estuda a realidade, a esquerda é condenada a não compreendê-la, e, assim, se vê sem condições de formular uma estratégia, e sem estratégia fica sem capacidade de ação. Se a teoria resulta inútil quando não se transforma em ação, tampouco há prática sem teoria. A falência do pensamento e da prática de esquerda contamina o governo, e desse governo participam atores majoritários da esquerda brasileira, ao lado de forças conservadoras poderosíssimas. Sem uma estratégia clara, o governo, já vivendo contradições internas, vê-se condenado a operações táticas puramente reativas. Assim se explica a anomia política, que, se não explica tudo, explica quase tudo, inclusive a perda da classe média e o distanciamento de setores ponderáveis da juventude brasileira, que, tragédia nossa, abjura a política.

Assim também se explica porque, após tantas lutas e 12 anos de um governo nacional popular inequivocamente voltado para os interesses dos

mais pobres, o reacionarismo e o conservadorismo larvar que pervade a sociedade brasileira, de cima a baixo, encontrem ainda as ruas vazias e possam ocupá-las como o estão fazendo. Porque política não admite vácuos. O recuo da esquerda, evitando o combate à direita alemã, facilitou a ascensão do nazismo, assim como, antes, o recuo dos liberais italianos facilitou a chegada de Mussolini ao poder. Mas tudo isso, felizmente, é, ao menos por enquanto, outra história... e a História “não se repete”. Deixa lições, que nem todos sabem recolher.

Pela primeira vez desde 1964 – lembrai-vos da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” –, nossas direitas vão às ruas levando multidões, classe média, “elite branca” pouco importa, um milhão na Avenida Paulista como celebra a Rede Globo (reproduzindo informações da PM paulista), ou 210 mil como afirma o *Data Folha*, não importa; em qualquer hipótese serão sempre multidões, gritando *slogans* contra Dilma, que recém ajudamos a reeleger-se e que apoiamos.

Quantos dos manifestantes eram renitentes eleitores de Aécio no segundo turno? Informa o *Data Folha* (FSP, 13.3.15) que eram nada mais nada menos que 82%. A partir daí não se pode mais falar em “manifestação apartidária”. Mas a questão ainda não se reduz a números porque o fato objetivo é que parcela tão considerável do eleitorado, passado o pleito, continua mobilizada como se o processo eleitoral não estivesse esgotado e a presidenta tomado posse. A questão não se reduz a números porque as manifestações, políticas por natureza, não se pautam precipuamente por reivindicações políticas: o atrator é o ódio a um partido, ao PT, e à presidenta; a questão ainda não é aritmética, porque, também pela primeira vez (desconheço outro registro histórico) as direitas foram às ruas carregando consigo aqueles que sempre foram os símbolos das massas de esquerda nas ruas: o verde e amarelo, a camisa da seleção, o hino nacional (lembrem-se os leitores da campanha pelas “Diretas Já”?, com o Artur Moreira Lima ao piano e a Fafá de Belém cantando o hino nacional?).

Nesta apropriação (porque as esquerdas deixaram cair o bastão) há, todavia, menos amor ao Brasil do que ódio ao “outro”, o diverso. Como

muito bem assinala Luiz Fernando Vianna (FSP, 16.mar.15): “Ontem [domingo], em Copacabana, observando alas da classe média exercendo o direito democrático de odiar o PT, era impossível não perceber no uso do verde-amarelo o velho recurso de ocultar sob um signo de união (as cores nacionais) um desejo de exclusão: o país é 'nosso' e não 'deles'”.

Esse artifício é cediço como toda tática da direita, aqui e em todo o mundo: xenófoba, excludente, maniqueísta, egoísta. A praia é “nossa”, de fora fiquem os “farofeiros”; a universidade é “nossa”, de fora fiquem os pobres e os negros, que também devem ficar fora dos aviões de carreira; os pobres e negros (pobres por serem negros) não deveriam ter acesso ao crédito, pois os carros que hoje entulham as cidades não são os “nossos”, mas os “deles”, penetras em nosso capitalismo. Nosso é “o direito”, deles a “obrigação”. Na avenida Paulista – onde estão a Fiesp e as sedes dos grandes bancos e das grandes empresas, uma jovem manifestante conduzia (domingo) um cartaz no qual se lia: “Eu tinha empregada. Não posso ter mais porque não posso pagar os encargos sociais”. O “nosso” é uma delimitação de espaço (político, econômico, social, simbólico) que revive a grande disjuntiva da formação colonial brasileira denunciada por Gilberto Freyre: a casa grande e a senzala. O espaço do “nosso” é a casa grande; o espaço “deles” é... do lado de fora.

Simbólica das esquerdas brasileiras pós 1935 foi sempre a defesa da legalidade e da democracia, seguidamente fraturadas pela direita brasileira. Pois é essa direita – que golpeou a democracia em 1954 (suicídio de Vargas), em 1955 (tentativas de impedir a posse de JK), em 1961 (tentativa de impedir a posse de Jango e imposição do Parlamentarismo) e, finalmente, em 1964, o golpe vitorioso que nos custou anos de trevas – que nos vem agora falar em democracia no mesmo discurso em que claramente reivindica a ruptura da legalidade.

Não se trata de cotejar números, mas de encarar o sentido profundo da manifestação que não era, a sério, um protesto “apartidário” contra a corrupção (não se combate a corrupção ao lado de Agripino Maia, ou de Cunha, ou de Paulinho da Força, nem pedindo que a Presidência seja entregue ao PMDB), mas sim de um protesto para varrer o PT do poder.

E, varrendo o PT, varrer tudo o que cheire a esquerda. O objetivo é este, iluda-se quem assim achar melhor.

Não se trata de cotejar números, nem é necessário lembrar que o governo está submetido a um massacre mediático desde a vitória da presidenta Dilma. Nem como os meios se comportaram nas coberturas das passeatas do dia 13 e do dia 15 de março.

Após 30 anos do fim da ditadura, um jovem de 26 anos, morador do miserável bairro de Anchieta, no subúrbio carioca, desfila na Avenida Atlântica com um cartaz no qual se lê: “S.O.S. intervenção militar”.

É preciso que as esquerdas façam sua autocrítica (o expediente saiu de moda com o fim do “Partidão”?):

– Que fizemos nós que não conseguimos explicar à juventude de hoje o que é uma ditadura e, precisamente o que foi a nossa última ditadura? O que ela significou em 20 anos ceifando a liberdade – inclusive a liberdade de imprensa –, com seu inventário de milhares de exilados, de presos, de torturados e mais de 600 “desaparecidos”, eufemismo cínico para designar assassinatos não assumidos, deixando como legado econômico a maior dívida externa do mundo, uma inflação em torno de 250% ao ano e as mais altas taxas de desemprego?

Que erro cometemos para que essa reivindicação voltasse à tona 50 anos após o golpe, e 30 anos após a retomada do processo democrático?

Nas caminhadas e passeatas tivemos presenças e ausências significativas. A presença de um anticomunismo *démodé* e artificial (a serviço de que e de quem essa idiotice temporã?), as agressões bestiais a Paulo Freire, os insultos pornográficos a Dilma e a Lula e ao PT, pedidos de *impeachment*, e muita condenação ao insuportável clima de corrupção que nos assola, corrupção que a esquerda apenas vê pelo lado sociológico, enquanto a classe média somente vê pelo lado ético. Também neste ponto, as esquerdas precisam fazer sua autocrítica.

Corrupção é corrupção, e não deixa de ser corrupção porque a crise que ela gerou está sendo usada, como todos sabemos, ora para debilitar

o governo, ora para debilitar a economia destruindo economicamente a Petrobras, principal responsável pelos mais de

500 mil empregos do setor de óleo e gás.

Mas houve ausências. Os manifestantes que pediram, e o fizeram justamente, cadeia para os políticos corruptos, se esqueceram dos empresários – grandes empresários, todos com suas empresas na Avenida Paulista e ávidos por comprarem os ativos da Petrobras que estão à venda porque eles a assaltaram; são responsáveis e ao mesmo tempo beneficiários da corrupção ativa que promoveram, eles é que maquinaram o cartel de empreiteiras formado para assaltar a Petrobras. E desta feita as ruas não falaram em reforma política, nem em reforma agrária, nem em reforma alguma. Não se falou em educação, não se falou em mobilidade urbana. Nenhuma crítica ao Congresso nem aos seus presidentes, nem mesmo a Sarney, nem a ninguém. Donde se conclui que tudo está bem.

De comum, em todas as manifestações, o ódio ao PT, desafiado a refazer-se sob pena de levar consigo, em sua crise – crise política no plano interno, crise de identidade ideológica e crise manifestada no desapareço que hoje lhe dedica a sociedade – todas as forças de esquerda brasileiras.

Certamente seus dirigentes já terão feito o exercício que a presidente iniciou na mesma tarde de domingo. Há uma crise, e ela não é irrelevante, e precisa ser atacada de frente, e logo. Há fundamentos econômicos consideráveis alimentando a crise política. Há uma crise na relação de governo-presidente com as ruas mobilizadas pelos partidos de oposição, à frente de todos, consabidamente, o maior e mais influente deles, a grande imprensa. Há uma crise nas relações do governo com o Congresso e essa crise dificulta a governança, que, assim, corre o risco de ter dificuldades com suas bases de sustentação social, já assustadas com a parte que lhes cabe no “ajuste fiscal”. E há a evidente crise de sua (do governo) base parlamentar, formada em sua grande maioria – eis um dos aspectos da tragédia brasileira – por partidos-siglas (porque formações gelatinosas sem esqueleto e sem eixo); essa crise tem dois nomes, o seu partido, o PT, paralisado, atônito, acossado na imprensa, incomodado no Congresso, hostilizado nas ruas, e o PMDB, infiel e ressabiado. O Congresso permanece

distante do controle do governo e a ele hostil, como também hostil ao PT. O segundo maior partido da Câmara está fora da Mesa, exerce papel secundário na principal CPI da Casa, criada, aliás, tão só, para gerar problemas ao governo e ao PT. O que vem logrando. A presidenta certamente já está conversando com o ex-presidente Lula, o único líder capaz de retomar o diálogo com as ruas, e a última esperança de salvação para o PT. E o vice-presidente da República – até há pouco arredo – é, a olho nu, o único personagem que, a esta altura, pode trazer de volta o rebanho peemedebista para formar uma base qualquer, antes que sua liderança seja totalmente erodida dentro do próprio partido, pelos seus aliados e concorrentes Eduardo Cunha e Renan Calheiros.

A busca da governabilidade é tão difícil quanto necessária.

(CC, 18.03.15)

Uma Frente popular pelo Brasil

Como se houvésemos descoberto a pólvora, políticos, analistas, a academia – e as ruas – descobrem a existência, entre nós, de uma articulação conservadora de nítida atração pelo pensamento e pela ação de direita, em termos até então ignorados, ignorados desde os tristes idos de 1963-64. Como nada no mundo, esse fenômeno não é obra nem de Deus nem do diabo.

O avanço, igualmente orgânico e ideológico, da direita, decorre, fundamentalmente, da crise do pensamento e da ação de esquerda. Fenômeno comum à Europa ocidental chega até nós com anos de atraso, desmentindo a ilusão de que a América Latina seria eternamente (do ponto de vista político) uma ilha progressista, contrastando com o avanço das forças conservadoras no velho mundo. Lá, a crise da política em geral trouxe consigo a crise da socialdemocracia (que transitou para a direita) exatamente e estranhamente no momento em que o fracasso do neoliberalismo impõe a recessão econômica e seu filho dileto, o desemprego.

Já antes, ainda atingidos pelos escombros do Muro de Berlim (pesou a carga simbólica) ruíram os partidos comunistas, a começar pelo grande

partido de massas que era o PCI de Gramsci e Togliatti. O fracasso dos comunistas e socialdemocratas abriu espaço para a emergência e avanço de figuras que transitam do burlesco ao trágico, como ilustram Berlusconi, Sarkozy e Marie Le Pen, ao lado do conservadorismo de Cameron e Ângela Merkel, cujas lideranças foram recentemente confirmadas nas urnas. Aqui o quadro é similar, com o Partido Comunista Brasileiro transformando-se em sua contrafação, o PPS, o PSB renunciando ao sonho de seus fundadores e retirando-se do campo da esquerda, e o PSDB renunciando à socialdemocracia para transformar-se naquilo que o DEM não conseguira ser: o primeiro grande partido da direita brasileira. As eleições de 2014 já se realizaram sob esse signo.

A crise da esquerda brasileira, assim, não é nova, nem nasceu com a crise do PT de hoje, que apenas a agudizou. Após 40 anos de ascensão continuada e conquistas eleitorais (dentre as quais por quatro vezes seguidas conquistando a Presidência da República) o campo popular (onde, evidentemente, nem todo mundo é de esquerda) se vê ameaçado de ceder posições. Depois de 1974, com a vitória eleitoral do MDB que começou a desestabilizar a ditadura, seguiram-se a luta pela Anistia, a campanha pelas Diretas Já e, culminância, a derrota da ditadura no colégio eleitoral. Nesses momentos, forças progressistas, liderando setores liberais avançados, empurraram a direita para trás. Quando se inicia o quarto período de governo de centro-esquerda, a reversão desse processo é inquietante.

Antes, as esquerdas brasileiras, assim mesmo no plural, esquecidas do dever da reflexão, haviam seguido acriticamente o comando do PT, o partido hegemônico do campo, que, a partir de 2002, optara pelo pragmatismo eleitoral que levaria todos à vitória eleitoral. No governo, porém, essas forças, despreparadas do ponto de vista ideológico, cobriam a abdicação de certos princípios programáticos, e as forças destinadas historicamente à renovação terminaram por adotar como suas as práticas conservadoras sempre rejeitadas pela esquerda. A crise de valores foi fatal e suas consequências são de domínio público.

A reflexão sem prática é inócua, dizem os ativistas (em férias), esquecidos de que a práxis sem reflexão leva ora à “doença infantil do esquerdismo”, ora ao voluntarismo, ora, como agora, à anomia. As esquerdas também erraram quando não se prepararam para exercer um governo de centro-esquerda em país capitalista, de formação autoritária, sabidamente conservador. E, por haver perdido o hábito da reflexão, não compreenderam, nossas lideranças, a realidade na qual foram chamadas a atuar, braços dados com uma base parlamentar conservadora, e sofrendo, sem reação, o ataque de uma imprensa unanimemente reacionária. E, desconhecendo a realidade, ficaram sem condições de estabelecer sua própria estratégia. Condenaram-se, assim, a ser governadas pelo adversário.

Despreparados estrategicamente, PT e seus aliados governaram segundo o modelo tradicional-conservador. Diante da emergência reacionária, os partidos estão hoje atônitos, sem resposta política, sem formulação, sem ação. Não falam e não agem, por não saberem o que dizer e o que fazer, após haverem, coletivamente, renunciado ao enfrentamento ideológico.

Cabe ao PT, após a autocrítica que ainda não fez, não só proceder à (auto)revisão (política, ideológica e orgânica), mas, fundamentalmente e de forma urgente, construir uma estratégia de ação, e construir um programa que fale ao Brasil de hoje. Mas esse “programa” não pode ser um mero discurso: a sociedade aguarda atos e fatos. Trata-se de refundar-se, no que esta expressão encerra de mais radical. No caso das esquerdas, o imperativo é a revisão de nossos paradigmas, rever-se política e ideologicamente, rever-se do ponto de vista orgânico, rever a práxis. Voltar a pensar e formular. Precisamos voltar a falar com o povo, os trabalhadores e os estudantes. Ter discurso e atos audíveis e visíveis não apenas pelos nossos militantes. É preciso romper o casulo para o qual refluímos.

A análise da crise só se consolida, se enseja uma alternativa. As forças populares, no Brasil e no mundo, têm a tradição dos movimentos de frente política, com fins eleitorais ou não. Foi uma frente popular, integrada por trabalhadores, estudantes, intelectuais e militares, que fez no Brasil a vitoriosa luta pelo “O petróleo é nosso”. Foi uma frente democrática, unindo

esquerda e liberais, que derrubou o “Estado Novo”. Foi a frente política de todos os adversários da ditadura que nos legou a redemocratização.

Nossa crise – da democracia representativa, do presidencialismo como tal e do presidencialismo de coalizão de forma específica, crise da democracia ameaçada, crise da institucionalidade diante das seguidas ameaças ao pronunciamento da soberania popular em 2014 – exige das esquerdas brasileiras o patrocínio e a liderança de um imenso movimento de massa com o objetivo de enfrentar a ascensão conservadora e promover reformas políticas profundas, que nossos governos não tiveram forças para sequer intentar, e por isso mesmo o Estado de hoje é o mesmo de 2002 e a correlação de forças permanece adversa.

Essa grande mobilização exige a formação de uma Frente, não só de partidos, mas que, nucleada ou não por partidos, seja fundamentalmente uma frente popular, nascida das organizações de massa da sociedade civil e nacional, porque uma vez mais se coloca como prioridade a defesa do país. Precisamos de uma frente nacional popular, na qual os partidos do campo da esquerda terão acolhimento, mas lado a lado do movimento social, dos sindicatos e dos trabalhadores e assalariados de um modo geral, do movimento estudantil, de políticos com ou sem vinculação partidária, de intelectuais e pensadores, de liberais e democratas progressistas, de todos aqueles que, enfim, entendam como chegada a hora de lutar: 1) pela democracia no seu significado mais amplo, nele entendida como peça destacada a democratização dos meios de comunicação; 2) pela defesa da soberania nacional como pilar de qualquer programa político; 3) pelo fim de todas as desigualdades e discriminações; 4) pela defesa e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores e assalariados de um modo geral; e, corolário, 5) lutar pela retomada do desenvolvimento com distribuição de renda.

Resta-nos a esperança de que se firmem reações, como o *Podemos* espanhol e o mais ou menos vitorioso *Syriza* grego, mas é preciso lutar firmemente para que seus influxos cheguem até nós.

(*Carta Maior*, 19.03.15)

A frente ampla: instrumento estratégico de resistência e avanço

Ao final do memorável pleito de 1989 propusemos, Jamil Haddad e eu, ao PT e ao seu líder e candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a institucionalização, ampliada ou não, da Frente Brasil Popular, responsável pela mais importante campanha eleitoral realizada até aqui, desde a redemocratização de 1984. Foi aquele, é preciso recordar, um pleito rico do ponto de vista político (nada a ver com os debates das últimas eleições presidenciais), ensejando uma discussão ideológica que jamais se repetiria, e que, talvez, até pela sua riqueza, tenha sido condenada ao esquecimento.

A Frente, integrada por um pequeno, mas vibrante, PT (vibrante tanto quanto sectário, em um purismo que não conseguiu preservar), congregava o saudoso PSB de Jamil Haddad, então partido da esquerda socialista, e o PCdoB, numa disputa na qual enfrentou gigantes como PMDB, PFL e o PDT de então, liderado pela figura carismática, histórica e forte de Leonel Brizola. Pois essa Frente, sem abdicar de princípios, sem marqueteiros, levou o líder metalúrgico – dito e redito sem viabilidade eleitoral – a disputar o segundo turno das eleições com o candidato das forças conservadoras, do grande capital e dos grandes meios de comunicação de massa, à frente dos quais estava, como sempre, ativo e interveniente, o indefectível *Sistema Globo de Televisão*.

Naquele também memorável segundo turno perdeu a Frente Brasil Popular as eleições, como se sabe, nas circunstâncias conhecidas. Mas, antes, aglutinara em torno de si todas as forças populares do país, todos os partidos progressistas de então (inclusive os hesitantes PDT de Brizola, o PSDB ainda de Mário Covas, e o PCB, este já sob o controle dos liquidacionistas), intelectuais, artistas, a universidade, trabalhadores, e as grandes massas urbanas num processo crescente de politização, pois ainda ecoavam a luta contra a ditadura e a campanha pelas Diretas Já, certamente a mais significativa mobilização popular conhecida pela República, lembrando a hoje também, convenientemente deslembada, campanha d’“O petróleo é nosso”.

Víamos então, na ideia da Frente, a possibilidade de manter sob nossa influência as diversas correntes políticas que haviam ocorrido à campanha do segundo turno, mas que não eram eleitoras nem do PT nem dos demais partidos – correntes, aliás, que não se sentiam identificadas ou atraídas pelo quadro partidário brasileiro, em reconstrução naqueles anos. Lembremos, era a primeira eleição direta para presidente, desde 1960! Ancilar a esse propósito havia, assim sentíamos, a necessidade de dar organicidade e proporcionar atividade permanente aos nossos partidos, em interação com a sociedade, ou seja, compreendendo a sociedade em sua complexidade, rasgando os limites da militância. Sem sermos pitonisas, antevíamos os embates a que seríamos chamados a travar com o governo Collor e sua base conservadora. Mas, acima de tudo, nós que havíamos vivido o fim do governo Jango e a insurgência da ditadura, víamos na Frente, por limitada que fosse, a possibilidade de manter as esquerdas brasileiras (naquela altura já pensávamos em “forças progressistas”) unidas também “fora da cadeia”. Por havermos vivido a ditadura, conhecíamos muito bem a importância da institucionalidade democrática e partidária.

Mas o PT, inflado ou não pela “vitória política” recente, e que da história política do país só conhecia a sua própria – pequena e recente, embora rica e promissora –, perseguia, já ali, um projeto solo, história que o PSOL, hoje, intenta reproduzir. A Frente certamente sugeria a seus líderes a ameaçadora possibilidade de crescimento das demais forças de esquerda e progressistas, quando o que interessava àquele PT não era necessariamente o crescimento coletivo das esquerdas como movimento político, mas o crescimento do PT como a grande força da esquerda (assim no singular) brasileira. Vem de sua fundação tanto o exclusivismo quanto o projeto hegemônico. Uma espécie de “destino manifesto”.

Seja por isso, seja por aquilo, o fato objetivo é que a institucionalização da Frente foi descartada, e nela não mais se falou, embora PSB e Jamil Haddad e PCdoB de João Amazonas permanecessem, e a história mostrou que corretamente, aliados ao PT e apoiando a candidatura Lula nas eleições seguintes.

A ficha começa a cair após a vitória de 2002, confrontando o PT com o “fato novo” que era a governança de centro-esquerda em país dominado por uma estrutura político-jurídico-econômico-comunicacional reacionária, dependente de um Congresso no qual as forças que haviam eleito o presidente da República eram acachapantemente minoritárias. (Na Câmara Federal, com seus 573 membros, os partidos que haviam apoiado o presidente Lula somavam míseros 73 deputados, se tanto) .

A realidade, porém, imporia, como de necessidade, em 2003, o que o idealismo havia rejeitado em 1989. Por óbvio, a vida caminha, não se tratava mais de ressuscitar a velha “Frente Brasil Popular”, mas de arregimentar um dispositivo novo capaz de assegurar o apoio político popular ao governo mudancista, necessidade que se tornaria imperiosa a partir de 2005. Os dados então exigiam uma Frente capaz de garantir a sustentabilidade ao governo para além de sua base parlamentar, uma Frente dotada de peso eleitoral suficiente para assegurar a continuidade do projeto de mudanças que Lula representava.

Naquele ensejo, como ministro da Ciência e Tecnologia e dirigente do PSB, tive inúmeras oportunidades de discutir com o presidente Lula o projeto de uma Frente (minha quase obsessão), quando, às razões de origem, se agregavam outras, como a identificação, já naquela altura, da crise dos partidos, inclusive dos nossos.

O presidente, que se encantara com a ideia da unificação dos partidos de esquerda (na verdade seu projeto), começava a considerar, com moderado entusiasmo, a ideia de uma Frente, agora tendo como fonte inspiradora a Frente Ampla uruguaia, que vinha (e assim se mantém) somando seguidos sucessos. A História já nos disse que esse caminho foi outra vez posto de lado.

De novo a lição da realidade: a crise de hoje exige uma saída que a supere. Penso como inviável uma frente de partidos, por uma razão simplíssima, a ausência de matéria-prima, e, nessa falência, destaque, porque relevante para minhas considerações, o agravamento da crise dos partidos progressistas (note o leitor que mais não falo em partidos de esquerda).

Essa crise (cuido exclusivamente dos partidos progressistas) é de identidade, mas é também, como consequência, de caráter orgânico, alimentadas, ambas, pela ausência/carência de reflexão, pela incapacidade coletiva de interpretar a realidade e, por consequência, pela inevitável incapacidade de agir, que hoje descamba para a anomia, que igualmente pervade o movimento social de inclinação progressista, com a possivelmente única exceção do MST.

De todas, a mais grave é a crise do Partido dos Trabalhadores – por irônico decretada pela conquista e o exercício do poder – de quem se espera uma profunda autocrítica animadora e sua virtual refundação. Essa refundação, sua necessidade, é preciso por de manifesto, não diz respeito tão somente ao PT, pois se seus acertos contribuíram para o avanço do pensamento progressista em nosso país, seus erros, e principalmente seus erros recentes, atingem em cheio todas as forças progressistas do Brasil – inclusive as que não estão com ele alinhadas, nem alinhadas estão ou estiveram com seus governos.

Mais do que nunca, pois, a Frente, uma Frente, continua necessária, não a Frente de partidos de ontem, mas uma ampla de caráter nacional popular que congregue as forças progressistas (insisto, para além das esquerdas), partidárias e não partidárias, organizadas de preferência, mas não necessariamente, como os sindicatos, as diversas instituições e entidades da sociedade civil, intelectuais de modo geral, a comunidade acadêmica, o pensamento progressista em sentido amplo, compreendendo liberais de esquerda, a saber, todos os que estiverem convencidos de que só somando, compartilhando e alargando nossas forças para além de nosso campo, poderemos fazer frente à ascensão do pensamento e da ação da direita, que se organiza para a tomada do poder para nele promover, como já anunciada, a revisão dos avanços sociais, econômicos e políticos logrados pela sociedade brasileira nas últimas décadas.

O desafio exige compromissos com a soberania nacional, a retomada do desenvolvimento autônomo e a preservação dos direitos dos trabalhadores. Está à vista que tal Frente não pode se limitar a pensar

o imediato, o hoje apenas, não pode se contaminar pela pequena política, e muito menos isolar-se e inevitavelmente imolar-se num projeto meramente eleitoral, seja com vistas a 2016, seja com vistas a 2018, pois, só pensando a longo prazo (como pensou a matriz uruguaia), seu projeto nos levará à conquista ideológica da sociedade, a única que pode assegurar perdurância. Não é certo que, unidos, ganharemos, mas sem dúvida, separados, perseguindo projetos isolados, perderemos todos, como perdemos sempre que priorizamos a luta interna em prejuízo do combate na sociedade.

Primeiro de abril – Quando este artigo for à luz estaremos a lembrar, para jamais esquecer, o golpe de Estado de 1964 que depôs o presidente João Goulart para impor ao país 20 anos de uma ditadura civil-militar, com seu legado de arbítrio, cerceamento das liberdades (inclusive da liberdade de imprensa), eliminação dos direitos civis e das franquias democráticas, supressão da ordem constitucional, demissões, prisões, torturas e assassinatos, corrupção e impunidade.

(CC, 01.04.15)

O golpe branco do parlamentarismo de fato

Antes da crise que está nos jornais, há a Crise da Política (assim com P maiúsculo para significar a grande política, a política maior, a política geral), pano de fundo de tudo o mais – das crises econômicas, até –, mãe das crises institucionais, que levam à ingovernabilidade. Num determinado momento, navegando por mares que se auto-comunicam, as crises também se auto-contaminam de tal sorte que passam a constituir um só fenômeno.

Penso que entre o céu e a terra há algo além do reajuste-não-reajuste fiscal e as sondagens de opinião.

Sob a crise geral da política, sob a crise da democracia representativa, sob a crise de valores que contamina as instituições, vivemos a fadiga do

“presidencialismo de coalizão”, que já nos deu o que tinha de dar e, convenhamos, nos deu muito pouco de bom. Ele próprio é fruto (mas também agente) da degeneração dos partidos, transformados em verdadeiros valhacoutos nos quais impera o desamor à causa pública, respeitadas as ressalvas que o protocolo recomenda, mas que o eleitorado, todavia, parece sequer notar, de tão sutis. A uni-los, e fazendo de cada um espécie de um mesmo gênero, a ausência de projeto programático, esmagado pela sobrecarga de interesses pessoais que não conhece limites. É a busca do poder pelo poder, sem qualquer compromisso público, vício que se agrava eleição após eleição, porque se há partidos que disputam eleições, há aqueles que só cuidam de formar maiorias parlamentares, catados seus integrantes segundo as regras de um verdadeiro mercado persa, e finalmente unificadas diante do poder de chantagem adquirido, chantagem, tanto mais forte quanto o presidente da República mais carece de apoio no Congresso. Em muitos casos é essa maioria que impõe o caráter do governo, obrigado, assim, a governar em desacordo com a vontade eleitoral.

Tal sistema oferece ao presidente apenas duas alternativas – compor ou cair –, pois é impossível governar sem maioria. Essa é a lição de todos os governos desde o regime de 1946, cujos exemplos mais paradigmáticos são oferecidos pelas tragédias políticas de Jânio Quadros e Fernando Collor.

Esse presidencialismo caboclo tem origem em uma das muitas distorções de nosso regime político, o descompasso entre a vontade que elege o chefe do Executivo e aquela outra que compõe as casas legislativas, pondo muitas vezes governadores e presidentes da República na contingência de, por meio de coalizões partidárias, sem argamassa política ou mesmo ética, compor maiorias artificiais e caras para poder governar.

Isso, ou renunciar à governança, embora mantendo-se à frente do governo, com a caneta impotente.

Esse é o jogo, grave para a economia, pernicioso para a política e perigoso para a democracia, vivido presentemente pelo país. Ouso afirmar que não se trata, mais, tão-só, de desencontro fisiológico e político de partidos na base governista, frágil politicamente (conquanto cara) e tão numerosa

quanto infiel. Não se trata mesmo de distonia entre Congresso e Executivo, mas, clara como a luz do sol, assistimos à disputa por um poder que não prevê copropriedade. Corrompendo as fontes do presidencialismo constitucional, o Congresso intenta também fazer-se governante, articula a pauta político-administrativa do Executivo e interfere na organização do Estado. Mas é cogovernante com o escopo de dificultar a ação do poder central legítimo, enquanto, desleixado de suas funções constitucionais precípuas, enseja ao STF a permanência em sua faina de legislador ordinário, rompendo assim com os limites de sua competência e transformando em mera mixórdia a separação e independência dos poderes.

Essas considerações dizem-me que vivemos em um “parlamentarismo de fato” como, aliás, relembro, era o parlamentarismo consensual do Império, sem previsão constitucional.

Há entre ambos, porém, uma distância qualitativa. A legitimar o primeiro havia o consenso das forças políticas e os dois Bragança, e a aprovação do que era nossa sociedade de então.

No caso presente, a consolidação desse “parlamentarismo” de fancaria é o resultado de um “golpe de Estado branco” no qual os presidentes das duas casas legislativas se auto-outorgaram o posto e as funções de primeiro-ministro, que exercem em condomínio, contra o recentíssimo pronunciamento da soberania popular que por maioria absoluta reelegeu a presidenta Dilma, segundo as regras do presidencialismo. Dessa distorção, aliás, aproveitam-se as forças atrasadas do Congresso para impor ao governo e à sociedade a agenda conservadora derrotada nas eleições de 2014, hegemonizada pelo fundamentalismo evangélico mais retrógrado (consabidamente na contaminação da alma nacional): redução da maioria penal, aumento do limite das penas, criminalização do aborto, discriminação homofóbica. O principal partido da coalizão parlamentar, que ocupa ministérios e preside as duas casas do Congresso e, no entanto, atua em aliança com a oposição, anuncia suas “teses de governo”: a cretinice da independência formal do Banco Central, combatida na campanha eleitoral pela presidenta eleita; revisão das regras do pré-sal que presentemente protegem a Petrobras e o interesse da

indústria nacional; revisão do Mercosul, deslocamento para o Norte da vitoriosa política Sul-Sul com a renúncia de nosso papel hoje proeminente no Hemisfério; admissibilidade da Alca, esvaziamento dos Brics; aprovação de aumento de despesas que anulam os efeitos dos cortes do governo; interferência na escolha dos ministros do STF (competência constitucional privativa do presidente da República com referendo do Senado); imposição de prazo para a presidente negociar as dívidas dos Estados etc.

A tal distorção chamo de parlamentarização de fato (na qual apostam cabeças coroadas do PMDB). Pode ser uma alternativa institucional à crise submeter a presidenta, mas pode ser, também, a mudança de qualidade, para pior, da crise política, contaminando a institucionalidade.

O parlamentarismo no Brasil republicano – derrotado esmagadoramente em dois plebiscitos, jamais foi um sistema de governo, mas, sempre, uma tentativa de golpe contra a manifestação presidencialista e soberana do eleitorado. Medida tradicionalmente brandida pela velha UDN, toda vez que perdia uma eleição presidencial, e perdia todas. Em 1961, em praticamente uma só noite, um Congresso sem legitimidade, mas acuado pelas Forças Armadas, transformou o presidencialismo em parlamentarismo. Era a consagração do golpe mediado por Tancredo Neves e San Tiago Dantas com os chefes militares insubordinados, para assegurar a posse de João Goulart. Um plebiscito, anos mais tarde, faria a República voltar para o leito natural do presidencialismo. Aliás, a tradição golpista do Congresso vem de antes. Na madrugada de 11 de novembro de 1955, para assegurar a posse de Juscelino Kubitschek, de novo estimulado em seus brios pelas baionetas das forças armadas (agora legalistas) sem a mínima base constitucional, o Congresso declarou incapazes de exercer a presidência, seguidamente, o presidente Café Filho (eleito vice com Vargas) e o vice, deputado Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, para dar posse ao presidente do Senado Federal, Nereu Ramos.

Na velha tradição golpista do velho udenismo, o presidente do PPS, dizem os jornais, já articula uma emenda constitucional visando à implantação do parlamentarismo, passado o atual quadriênio. Jejuo em direito

constitucional, ele se esquece de que o plebiscito de 1993 transformou o presidencialismo em causa pétrea, sob a atual Constituição.

Se conseguimos, com tanto sacrifício passado, o que se pode chamar de consolidação da democracia brasileira, devemos ter cuidado e caminhar devagar com o andor, que o santo pode ser de barro.

Esta crise, deste governo, pode repetir-se com força igual ou ainda maior em futuras administrações, e não será desatada com uma simples reforma eleitoral, cuja necessidade não está em discussão. Quando tratarmos de uma reforma política, que importa em reforma constitucional, é imperioso considerar como necessária antiga proposta de Leonel Brizola de as eleições presidenciais e parlamentares se realizarem no mesmo ano, como agora, e como tem sido desde sempre, mas doravante observando intervalo de um mês entre uma (a eleição do presidente) e outra (a eleição dos deputados e senadores), de sorte que o eleitorado seja chamado a escolher o Congresso já conhecendo o novo presidente da República e suas propostas.

(CC, 09.04.15)

Em busca de instituições acima de qualquer risco

Em debate na tevê Bandeirantes (“Canal Livre”), o ex-governador do Rio Grande do Sul e hoje empresário Antônio Brito, também ex-porta voz de Tancredo Neves (tratava-se de programa em torno dos 30 anos da morte do presidente que não tomou posse), surpreendeu seus interlocutores – para os quais tudo está bem porque “as instituições estão fortes”, isto é, “resistindo a todos os abalos” –, ao trazer à balha os riscos dessas mesmas instituições em face da crise política.

Ora, sabemos os que leem a história para colher lições, instituições democráticas perdurantes e falência política são fenômenos incompatíveis entre si. E, nesse ponto, o entrevistado indicou o paradoxo que para ele é

essa vitalidade institucional de hoje contrastando com o desencanto dos cidadãos diante da política que ele esperava ver festejada pelos feitos que hoje podemos comemorar.

Para socorrer os que não têm essa memória: a transição da ditadura para a democracia, a consolidação constitucional com a carta democrática de 1988, o processo eleitoral continuado sem ameaças desde 1989 (ultrapassando sem traumas um *impeachment*) e, não menos importante, quatro eleições presidenciais vencidas por candidatos de centro-esquerda. Há, sim, o que comemorar, bastando lembrar os avanços institucionais e políticos desses nossos 30 anos de estabilidade continuada, contrastando com os 18 anos da república de 1946-1964, juncada de golpes militares, 1954 (deposição e suicídio de Vargas) e 1955 (tentativa de golpe contra a posse de JK e contragolpe de Lott), dois levantes militares (Aragarças e Jacareacanga), uma renúncia e uma tentativa militar de impedir a posse do presidente constitucional, o golpe parlamentar (1961) que impôs o parlamentarismo e, finalmente, como corolário, a bem sucedida conjuração de 1964.

Qual é o indicador da crise de hoje? O despreço do povo por essas instituições, manifestado pelo despreço à política, aos partidos e aos políticos. A política não é vista como o instrumento de realização democrática do bem comum, os partidos são julgados como corjas e os políticos como aproveitadores, desgarrados dos interesses coletivos, motivados tão só pela mesquinha luta do poder pelo poder, para nele locupletar-se. Nessa política não haveria mais distância ética entre meios e fins, pois tudo é uma coisa só.

Indicativo desse novo olhar popular das instituições construídas com tantos sacrifícios seria o deserto de homens e ideias. O homem comum não encontra mais líderes para seguir, nem ideias para defender. A política não oferece teses, não estimula o debate e o Parlamento é um simulacro do poder popular. Para pôr de manifesto esse nosso vazio, foi lembrado, naquele debate, o palanque das “Diretas Já” (1984), no qual discursavam, entre outros, Ulisses Guimarães, o “senhor diretas”, Luiz Inácio Lula da Silva, os então governadores Tancredo Neves, Franco Montoro e Leonel Brizola, além de Mário Covas e Miguel Arraes, todos verdadeiras lendas

nacionais, personalidades já incorporadas como atores da história, e todos condutores de multidões.

Ficou no ar, como uma esfinge, a pergunta que ninguém se dispôs a formular, com medo da resposta: qual seria o palanque de hoje? (Fica o desafio também para o leitor). Certamente, penso eu, um palanque sem cor, sem história atrás de si e sem multidões à sua frente, sem líderes nem liderados, vazio como está o país de quadros populares, de condutores de massas, de políticos que podem caminhar pelas ruas e praças e tomar café na esquina. A pobreza política de hoje expõe nossa tragédia com a clareza do sol de meio-dia: a ausência de biografias, e biografias de estadistas não se fazem da noite para o dia, não se fabricam em série. Elas resultam da lenta acumulação do processo histórico, que mais exclui do que incorpora, num rigoroso processo de seleção.

Mas o problema aflorado pelo debate não se conforma na ausência e pobreza de agentes do processo histórico, posto que contamina as instituições republicanas.

E é disto que cuida. Não se trata, pois – e há muito que lamentar –, da pobreza específica deste ou daquele fazer político, pois a crise de representação se espalha como metástase por todo o corpo social, engolfando a todos na mesma mediocridade que perversamente domina a vida parlamentar, domina a governança, domina governantes e oposicionistas, domina o Judiciário, porque domina a vida pública em geral, nela incluído o ofício jornalístico que, com surpreendente desenvoltura, logo se adaptou à nova ordem da mediocridade, que aprofunda e estimula, porque seu alimento passou a ser a pasmaceira intelectual atrás da qual se esconde.

A crise, porém, percorre todo o tecido social. Um grande líder nacional, que surgiu na política depois dos anos 1970, comentava comigo, faz dias, ser um homem de muita sorte por haver vivido e feito política num momento riquíssimo da vida nacional. E apontava haver visto e vivido as greves do ABC, as campanhas pela Anistia e pelas “Diretas Já”, das quais participara, a queda da ditadura e a retomada democrática, da qual fôra ator. Havia acompanhado, como todos nós, o surgimento de artistas e compositores como Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso, havia torcido pelo

esfuziante futebol brasileiro, para chorar diante de nossa última participação em Copa do Mundo. Que poderão contar amanhã, para seus filhos, as gerações de hoje? De qual Brasil terão memória?

A política, de há muito, deixou de ser o estuário do civismo (palavra condenada como anacrônica), para transformar-se no espaço das revoluções pessoais. Reduzida ao pragmatismo rasteiro, fez-se mãe e filha da desnaturação do sistema de partidos, no mais das vezes meras corporações de interesses escusos. Partidos sem política, sem programas, sem projeto de sociedade, sem projeto de Brasil e muito menos visão ideológica do mundo. Partidos negócio, partidos *lobbies*, donde políticos igualmente descomprometidos com o interesse público. Para o cidadão, o eleitor, o homem comum, este que realmente faz o país, os partidos são instrumentos sem serventia, cuja função ignora no processo democrático representativo que não entende.

Como falar, portanto, em “instituições robustas” se a democracia representativa carece de partidos e os partidos de lideranças; se o político é malvisto e a política, por consequência, é abjurada, com razão, pelo eleitor que vai às ruas para dizer que não se identifica com o fazer político, que nutre desprezo pelos políticos, e simplesmente ignora os partidos, esse instrumento de mediação insubstituível nas democracias de massas?

O fato objetivo é a crise política (de que, nesse caso, a crise econômica é uma derivação), e nela a crise do segundo mandato da presidenta Dilma é um ponto relevante, mas não é o todo. A crise profunda, mãe de todas as demais, é a crise da representação, resumida no fato de o eleitor não se identificar com o mandatário que acaba de eleger. Esta afirmação é recorrente porque precisa ser repetida cem vezes! Causa e efeito ao mesmo tempo, cupim que pode corroer a instituição democrática, a crise de representação está no centro de tudo. Não se trata de problema jurídico a ser resolvido pela alquimia dos constitucionalistas sempre à mão da classe dominante. Ingrediente perigoso da crise é a exaustão do presidencialismo, a degeneração terminal do “presidencialismo de coalizão” apressada por um sistema eleitoral canhestro que favorece a malversação do voto mediante o financiamento empresarial de campanhas, a violência do poder econômico

e o abuso do poder político. Ingrediente perigoso é a falência do sistema de partidos, exaurido pela ausência de matéria prima. O que não se resolve apenas com mecanismos legislativos.

Sem povo se expressando e sendo ouvido e se identificando com o que fazem e dizem seus representantes, não há possibilidade de instituições acima de qualquer risco.

(CC, 23.04.15)

A falência do presidencialismo

O Brasil vive um mostrengo institucional nos termos de parlamentarismo de fato, imposto como golpe de Estado branco, na contramão do pronunciamento eleitoral do ano passado, que reafirmou o presidencialismo e reelegeu a presidenta Dilma.

Foi instalado pelo Congresso a partir da composição oportunística de interesses menores entre Eduardo Cunha e Renan Calheiros em aliança fisiológica do “baixo clero” (bem representado pelo presidente da Câmara) com a oposição biliosa, irresignada com a derrota eleitoral.

Nessa engenharia de aprendizes de feiticeiros o vice-presidente da República, Michel Temer, desacompanhado de votos, tenta exercer preeminência sobre o Palácio do Planalto, alçando-se sobre os Poderes, como se pudesse exercer sobre eles “um poder moderador” que a República desconhece e que a vida política brasileira rejeita. E não tem méritos pessoais ou históricos para ser um novo condestável da República, como o foi, em seu tempo, Pinheiro Machado. É uma engenhosa alternativa à governança, mas está longe de abrir caminho para a saída da crise de representação política que nos aflige, até porque claudica na escolha do personagem principal.

O regime representativo brasileiro faliu, o presidencialismo de coa-lizão está esgotado e as instituições da República não estão à altura dos desafios do país de hoje, mais próximo daquele das marchas de 2013, denunciadoras da orfandade político-partidária da cidadania.

Há uma crise rotunda do sistema de partidos, em profunda putrefação, incapaz que foi de recuperar-se do estupro da ditadura militar, primeiro decretando o fim das siglas que vinham da Constituição de 1946, depois impondo o bipartidarismo permissível e permissivo com duas siglas de fancaria (Arena e MDB), virtualmente criadas por decreto.

A liberação, iniciada em 1982, e a reorganização partidária, em 1985, não foram suficientes para restabelecer o verdadeiro sistema de partidos, se entendidos como representações de interesses coletivos distinguidos ideologicamente.

Ao contrário, a proliferação desmedida e irresponsável de partidos – 32 é o número de hoje – resultou ainda mais na desmoralização das siglas. A permissividade desnaturou as coligações majoritárias e proporcionais, reduzidas a vil instrumento de cessão de tempo de rádio e tevê e acesso ao fundo partidário.

A crise política deve ser entendida como crise republicana, da qual o mal-estar da economia é apenas um dos reflexos, requerendo transformações na organização do Estado e no processo eleitoral.

É preciso rever o funcionamento do Judiciário e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este deve ser aberto à sociedade, leniente que é com as falhas morais e éticas de parte da magistratura. É preciso acabar com a indústria das liminares e dos pedidos de vista que atingem o STF.

Como pode um ministro interromper votação já com placar de 6 a 1 (decidida, portanto num coletivo de 11 votos) com pedido de vista dos autos e sentado sobre eles permanecer por um ano? É preciso rever o funcionamento do STF, que delibera menos de oito meses por ano, que absorve poderes do Legislativo e que, ao contrário deste e do Executivo, julga-se espaço de deuses inalcançáveis pela fiscalização da cidadania.

Os presidentes das duas Casas do Congresso não podem ser os imperadores das pautas e das agendas, e o colégio de líderes não pode substituir o plenário.

A Câmara dos Deputados não pode ser instrumento do atraso social que a sociedade rejeita, e o Senado precisa ter suas atribuições revistas.

Assim, este pode concentrar-se na justificativa de sua existência, que é a representação igualitária dos interesses dos Estados e a estabilidade federativa, em face da representação proporcional assimétrica que caracteriza a Câmara.

O presidencialismo de coalizão impõe ao presidente a chantagem de siglas que o obrigam a abandonar o programa pelo qual foi eleito para poder governar, mesmo assim tendo de distribuir prebendas a cada votação do interesse do Executivo. Uma forma de evitar esse deletério presidencialismo é manter eleições gerais no mesmo ano, separando as presidenciais das parlamentares e ensejando, assim, a coerência política entre a eleição do primeiro mandatário e a do Congresso que lhe der respaldo.

(FSP, 30.04.15)

A serpente já furou a casca

O que melhor pode caracterizar o pensamento de direita, senão a cultura do autoritarismo na formação da sociedade brasileira – na vida social; política; econômica; no cotidiano; na vida profissional e doméstica – que se manifesta na grave disjuntiva casa grande x senzala, essa divisão colonial que sobrevive na democracia moderna e na república sereníssima? De um lado o senhor – sujeito de direitos –, de outro, o “pau mandado”, objeto de deveres. O que melhor caracteriza a ação de direita – o ovo em que é gerada a serpente do fascismo – senão a violência, que, de início verbal, logo descamba para a ameaça e a violência físicas, quase sempre grupal, pois nos grupos os covardes se tornam valentes?

O autoritarismo traz consigo o germe da intolerância, estampada em provocações como o “Ame-o ou deixe-o” da última ditadura, que, com um ufanismo de fancaria, fincado em um desenvolvimento puramente mercadológico, tentava abafar as dores dos torturados, fazendo com que a maioria se sentisse minoria em sua terra, exilada da política e exilada da pátria que lhe queriam negar, da nacionalidade que lhe queriam roubar. Pode haver

violência maior? O autoritário é senhor de sua verdade, uma verdade absoluta que não permite contestação e à qual o outro deve obediência, sob pena de discriminação. É dessa falsa crença, da qual se introyeta para melhor dominar, que o senhor extrai a intolerância, a crença em sua superioridade e a violência com a qual a defenderá, quase sempre explicada como doação divina, mas realmente firmada de fato na propriedade privada, a fonte do fausto e do poder, principalmente do poder sobre os outros.

O autoritarismo traz consigo a xenofobia, a aversão ao diferente, o nordestino e o migrante de um modo geral, o pobre, o negro, a prostituta, o homossexual, o desviante enfim, todo aquele que ameace a segurança do pequeno burguês, frágil como um balão de festas de aniversário. A classe dominante brasileira – e como ela seus penduricalhos reflexos, como a classe média alta –, detesta o país e seu povo, com o qual não se identifica, para ela uma “gentinha” feia, magra, malvestida, malcheirosa, gente boa tão-só para o serviço doméstico (porém sem acesso à sala de visitas ou à mesa dos banquetes), os chamados serviços sujos e pesados recusados pelo senhor branco, e senhor porque branco. (Ao aprendiz de sociólogo que desejar conhecer como o complexo casa-grande senzala se reproduz em nossas cidades modernas bastará deter-se em qualquer edifício de apartamentos e comparar o “quarto da empregada” com a suíte do patrão).

O pobre, aqui, na sua terra, cumpre o papel que na Europa desempenham os turcos e os portugueses e os asiáticos, o emigrante pobre em geral, qual seja, o de executar na terra do outro as tarefas que hoje repugnam ao dono da casa. Esta é a “ordem natural das coisas” do liberalismo, e tentar alterá-la é considerado crime. Se não de lesa-pátria, de lesa-propriedade, ou seja, de lesa-desigualdade, pois, na desigualdade, e na sua manutenção, se estrutura o Estado capitalista, fundado, como o regime da casa-grande e senzala, na dominação e no mando. O nosso não é diferente de nenhum outro. No altar da classe média o culto é ao deus consumismo.

Na verdade, a pomposa “paz social” do liberalismo depende de os de cima mandarem, e os de baixo aceitarem como natural esse mando, ou seja,

de não o questionarem. O menor estremeamento nessa base abala o vértice onde se agasalha a classe dominante. Qualquer suspeita de desequilíbrio, o movimento mais irrelevante põe de pé a classe dominante e em guarda seus cães de fila, e ela, enfurecida, é capaz de tudo. Ou seja, a “paz social” depende de o pobre “conhecer o seu lugar”, e nele se conservar. Atiçada, ameaçada, a classe dominante reage com o retrocesso; voltar ao passado é sua resposta aos que reclamam pelo progresso.

Eis a chave da paz social da classe dominante que torce o nariz para a ascensão de classe e se incomoda com o progresso social.

O consumismo é o sonho capitalista que anima o empresário de todo o mundo, mas, em nosso país, somente enquanto não proporcionar a democratização do acesso aos bens de consumo. Isso é intolerável, isso incomoda. O que é possível na teoria liberal é inaceitável na prática, na vida real, no cotidiano.

Toda vez que o país se deixa dominar pelo pensamento de direita, a sociedade se vê tomada pelos valores do autoritarismo, que vêm das raízes escravocratas da formação de nossas chamadas elites, preguiçosas e incultas e porque incultas profundamente preconceituosas, e profundamente perversas e, como as elites suas antepassadas que procuram emular, de cujo fausto têm saudade, desvinculadas da história do país e de sua gente, cujo futuro não partilha com o seu. O autoritarismo brasileiro é reacionário por essência; repugna-lhe o avanço social.

Nesses momentos, o observador menos atento de nossa crônica se descobre vivendo em país violento, quando a história que lhe ensinaram na escola diz de um povo cordial, amoroso, mais sensual que cartesiano. A violência vem da reação dos que tendo muito, quase tudo, não compreendem que os outros possam ter alguma coisa.

A emergência do pensamento de direita – que levou tantas e belas civilizações à guerra e à autodestruição – desperta na classe dominante brasileira suas raízes atávicas herdadas de uma colonização levada a cabo a ferro e fogo contra as nações indígenas, de início, e sempre contra o elemento negro escravizado, predatória contra a natureza e o meio ambiente, contra a civilização, ainda que tudo, inclusive o genocídio de nossos ances-

trais, se fizesse em nome de Deus, e sob o comando da cruz de Cristo, confiado em cuja proteção, aliás, se reúne o Congresso nacional, para, em nome da minoria proprietária, subsumir os interesses da maioria, dos pobres, das mulheres e dos negros, dos trabalhadores enfim.

Uma Câmara dos Deputados conservadora, comandada por um presidente prepotente, cujo mandato, desde o primeiro dia, é posto a serviço do atraso, do primitivo, da mediocridade do pentecostalismo mais rastapé, está impondo à sociedade a ideologia do atraso: estímulo à homofobia, à comercialização do processo eleitoral mediante o financiamento privado dos partidos, redução da maioria penal, rejeição à regulamentação do aborto, redução dos direitos trabalhistas, restrições aos direitos civis, fim da demarcação das terras indígenas, e por aí vai.

Agora se discute, simultaneamente, a redução da maioria penal e a revogação do Estatuto do Desarmamento. A respeito deste, entre outras sandices, a “bancada da bala”, explorando o medo e o desconhecimento do cidadão mediano, propõe que o número de armas de fogo que cada brasileiro possa portar salte de seis para nove! Ou seja, em vez de os governos continuarem obrigados a executar políticas de segurança pública eficientes, a solução para o alarmante índice de homicídios seria cada cidadão tornar-se uma mini milícia-paiol ambulante, potencialmente assassina e suicida. Faz sentido, desde que deixemos de lado a capacidade de raciocínio conquistada pela espécie humana ao longo do processo evolutivo.

Aliás, este é outro aspecto, o nível cognitivo do baixo clero. O atual deputado médio não é apenas conservador e mesmo reacionário: ele é um néscio, incapaz de superar sua balbuciante estultícia para debater com um semelhante – embora possa demonstrar destreza no manejo das artimanhas habituais da pequena política.

Na última quarta-feira, 10, os deputados da chamada bancada evangélica (também da bala e do boi), interromperam uma votação da Câmara dos Deputados, ocuparam a Mesa, ocuparam as tribunas e os microfones e de mãos dadas – sem em nenhum momento serem repreendidos pelo presidente da sessão, convenientemente dirigida pelo colega Eduardo Cunha

–, e, em um plenário constitucionalmente leigo, rezaram o “Pai Nosso” e gritaram “Viva Jesus, Viva Jesus Cristo”.

Enquanto isso, numa sala de comissões, recinto fechado, esbirros da polícia legislativa, convenientemente reforçada pela atual Mesa, atingiam jovens manifestantes com jatos de *spray* de gás de pimenta. Os estudantes protestavam pacificamente contra o projeto de redução da maioria penal, bandeira de Eduardo Cunha e do grupo que comanda a Casa, composta fundamentalmente pelos ditos evangélicos, a bancada da bala e a bancada do agronegócio.

Nas ruas, os representados por Eduardo Cunha e outros quadros menores saúdam a violência policial e reclamam – numa agressão à memória nacional – a volta da ditadura. Nos restaurantes apupam homens de Estado dignos e dedicados ao país como os ex-ministros Alexandre Padilha e Guido Mantega, este já anteriormente agredido quando acompanhava sua esposa em exames médicos em famoso hospital paulistano.

Ao desembarcar de um voo em Brasília, Elbio de Freitas Flores (por acaso um “ex-militante do movimento estudantil sequestrado e mantido preso por três dias em 1980 na Argentina”) foi hostilizado por carregar consigo um exemplar da revista *Carta Capital*. Não me recordo de algum companheiro da esquerda, ainda nos tempos da ditadura, haver sido insultado por ter às mãos o *Pasquim* ou o *Opinião*, que carregávamos com orgulho e ostensivamente. Conta-nos Elbio: “Estava com a revista na mão, me preparando para sair pelo corredor [do avião], quando ouvi: ‘Essa é uma revista idiota, quem lê é idiota’”.

Era um homem de cabelos brancos de mais ou menos 50 anos, cuja valentia era estimulada pelo coro de um grupo formado majoritariamente por jovens: “*Dilmão, eu quero, / Dilmão, eu quero / Dilmão eu quero mamar / dá uma teta / dá uma teta / dá uma teta para o petista roubar*”. Segundo a revista em sua edição da semana passada, de onde colho essas informações, a súcia era formada por integrantes de um grupo autointitulado de “La Banda Loka Liberal”, que chegava a Brasília para participar de uma manifestação anti-Dilma, afinal esvaziada.

Os liberais e os democratas que estiverem tranquilos e se sentindo bem resguardados, porque até aqui a onda reacionária só ameaça o andar de baixo; os liberais e os democratas e os esquerdistas que estiverem tranquilos pensando que o ódio só persegue a presidenta Dilma e o PT, que ponham as barbas de molho. Lembro-lhes um esquecido poema de Bertolt Brecht (como todo poeta, ele via o que os outros não viam ou fingiam não ver ou simplesmente não queriam ver) sobre o judeu ingênuo que jamais suspeitou que seria a próxima vítima, pois antes levaram os negros, e ele não era negro, levaram os operários mas ele não era operário, levaram os desempregados mas ele não era desempregado... Por fim foram buscá-lo e o encontraram só. Assim começou o que terminaria como holocausto de um povo.

(CC, 12.06.15)

A mediocridade faz a festa

As consequências do processo batizado de Lava Jato não resolverão os problemas fundamentais do Brasil, nem nos livrarão dos gargalos que dificultam o desenvolvimento e acirram injustiças sociais. Mas oferecerão, aos que vierem depois, melhores condições de defesa do direito, do erário e de combate à corrupção. E contribuirão mesmo para o processo democrático ao acenar com o fim (redução, sejamos mais precisos) da impunidade daqueles que sempre se julgaram acima das leis. Esse processo não pode, porém, perder-se em exibicionismos de força, na cretinice de prender quem já está preso, na coação aos detidos e aos seus defensores, na indução e no uso político da delação premiada. Não pode se perder também no vazamento seletivo de depoimentos, na escolha de veículos de imprensa para a divulgação de suspeitas e transformar junto ao povo essas meras suspeitas à espera de apuração em fatos reais, condenando o acusado antes do julgamento. E, acima de tudo, não pode, em nome de uma boa causa, contribuir para insegurança jurídica, turbulência institucional e desorganização da economia, que precisa voltar ao normal e retomar a produção.

Ponham-se na cadeia os *capi* que forem julgados culpados, mas sem destruir empresas nacionais, desempregar trabalhadores e reduzir a nada o conteúdo local de nossa indústria. Cabe ao governo promover sem medo a reestruturação das empresas investigadas, a recapitalização da Petrobras e o reforço do papel desenvolvimentista do BNDES, sem o qual não retomaremos o investimento privado.

As apurações devem ser um episódio, e não um processo sem fim, ameaçando a sobrevivência de setores fundamentais de nossa engenharia, sem os quais não teremos desenvolvimento. Poderemos até ficar livres da inflação e dos déficits públicos, mas não passaremos de um grande Porto Rico.

O fato objetivo é que vivemos uma crise política sem precedentes desde a queda do regime militar. Se não está à vista uma ameaça insurrecional, está presente o impasse político trazendo consigo a insegurança governativa, que atinge o país.

Para essa promessa de caos age de forma diligente o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), valendo-se da crise representativa do Poder Legislativo, crise da qual, aliás, sua própria ascensão é o maior indicador, para um confronto de ordem pessoal com a presidência da República e a essa insanidade assistem, passivos, os partidos.

Partidos do campo da esquerda e até os da base do governo fogem de seu dever político de defesa da presidenta Dilma e de seu mandato, enquanto o PSDB, e seu derrotado candidato, pregam, irresponsavelmente, a ruptura constitucional ao apelarem para a esdrúxula convocação de novas eleições. A pregação desse golpismo deslavado não contribui para a saída da crise, apenas a aprofunda.

Esse quadro expõe a mediocridade de nossas lideranças políticas, pequeninas, presas no entorno de seus projetos pessoais, mesquinhos, sem qualquer visão de Brasil, sem qualquer consciência de destino, carentes de perspectiva histórica. Alimentam um impasse ao cabo do qual não haverá vencedores.

Sairemos vencidos, mortos nossos sonhos, distantes nossas utopias como a linha do horizonte. A mediocridade faz sua festa.

A nação, cansada, reclama por uma saída, nos marcos da democracia e consoante a soberania do voto popular, mas sempre comprometida com a retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, com os avanços sociais e a preservação dos direitos dos trabalhadores.

(FSP, 19.08.15)

Michel Temer e a mosca azul do golpismo

O vice-presidente Michel Temer não pode ser acusado de inexperiente. Sua carreira política já percorreu dezenas de anos, e foi construída nos gabinetes e nas negociações de cúpula que cobram sagacidade, matreirice e astúcia. No PMDB é um antigo pessedista mineiro e está mais para Tancredo Neves do que para Ulisses Guimarães, respeitadas as imensas diferenças éticas e de estatura política.

Se nesses ambientes o espírito público é descartável por despiciendo, deles só se salvam os hábeis negociadores, os articuladores, os estrategistas, a saber, os que são capazes de atirar e acertar o alvo ainda invisível aos olhos da maioria.

Por outro lado, Temer não é um boquirroto (como os temos tantos mesmo na mais alta Corte), tampouco um desprovido de espírito. Domina o vernáculo, conhece as palavras e não discursa em vão. Quero dizer que tenho na justa medida as palavras que dita, e plena consciência do juízo de seu discurso.

Por isso mesmo levo em conta o que diz - e muito me preocupa - a última série de pronunciamentos, nenhum deles condizente, seja com seu cargo na República, seja com sua forma tradicional de fazer política. Seja, e agora entra em jogo a sempre incômoda questão ética, com o dever de aliado.

Posto que todas essas falas, quando lidas tendo como pano de fundo o quadro político brasileiro - e só assim têm significado - contribuem para a onda golpista que pervade o contaminado cenário brasileiro, atingindo Congresso, imprensa e mesmo tribunais superiores.

Suas declarações são em si graves, mas ainda mais preocupantes se tornam quando considerado seu autor, pois não se trata de um personagem qualquer, mas nada mais nada menos que o vice-presidente da República, o presidente do maior partido do Congresso, que ocupa vários ministérios importantes e as presidências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Não é um Bolsonaro qualquer. Ora, faz um mês, o vice Michel Temer (eleito, como todo vice, pelos votos da titular), então coordenador político do governo, cobrava a necessidade de surgir “alguém com capacidade de unir a todos”. A simples proposição implicava o reconhecimento da incapacidade de a presidenta Dilma cumprir esse papel, intrínseco ao exercício da presidência. O vice e *aliado* na verdade indicava a função vaga e de pronto apresentava um candidato para preencher o espaço vazio. Não precisou dizer “esse alguém sou eu”, pois toda a imprensa e o chamado mundo político assim logo entenderam.

Mais recentemente, em animado convescote na mansão de uma *socialite* paulistana defensora do *impeachment*, o vice declara, sem rodeios, e num estímulo mais do que claro às ações anti-Dilma de seus interlocutores, que a presidenta não concluiria seu mandato, se mantidos seus atuais baixos índices de popularidade. Dito de outra forma: se vocês pretendem (e sabidamente pretendem) vê-la fora do Planalto, basta continuarem a campanha de descrédito que imobiliza o governo. Até por que, acrescentou, não esperem que ela renuncie. Melhor discurso não poderia desejar ouvir a oposição. Refletindo seu significado, as palavras do vice-presidente dominaram as manchetes e foram objeto de comentários de todo jaez.

Nenhum veio em socorro ao governo. Ao contrário, a declaração do ex-professor de direito animou os cenários golpistas de maior e menor densidade, levando o ex-presidente e ex-sociólogo FHC a, segurando a peteca levantada, propor em seu artigo semanal veiculado pelos jornalões um novo “bloco de poder” incluindo todas as forças político-sociais do País, excluídas a presidenta e aquelas forças que venceram as eleições de 2014, com mais de 54 milhões de votos, cifra que não é nem poderia ser desprezível.

É inteiramente irrelevante conhecer os propósitos íntimos do vice-presidente e as elucubrações do ex-presidente, como é de igual modo irrelevante perquirir se esses pronunciamentos integram uma maquinação golpista. O fato objetivo é que o conluio existe, com ou sem a participação desses atores. O fato objetivo é, finalmente, que tanto as declarações do vice quanto a coluna de FHC servem ao projeto golpista.

Do ponto de vista tático agiu acertadamente o Planalto ao minimizar as declarações do vice-presidente, até por uma razão muito simples: não dispunha de alternativa. Mas errarão profundamente os estrategistas do governo se menosprezarem a profundidade da orquestração golpista, que não se encerra na alucinação demo tucana, e já se faz e já se divulga à luz do dia.

As novas vivandeiras têm tribuna, púlpito, toga e a voz dos grandes meios de comunicação. Têm, ademais, apoio de setores consideráveis da classe média (sempre contou com a pequeno-burguesia), mobilizados pela campanha contra a corrupção, produto da conspiração de empresários, políticos e servidores públicos. Agora, como sempre, explorada de forma enviesada, escancaradamente seletiva, partidarizada.

Além das tradicionais tratativas de cúpula nos antros do poder real, a direita brasileira de hoje conta com apoio mediático que lhe confere visibilidade e amplia o alcance de sua mensagem reacionária. A esse seu poder tradicional e de sempre associa hoje uma agressiva presença nas ruas, ocupando espaços deixados pelos partidos progressistas e forças populares, essas à espera de um comando que tarda em assumir seu papel histórico.

O governo mediante seus articuladores e as forças que o apoiam precisam superar o restrito mundo das articulações clássicas – Congresso e o que resta de partidos e suas lideranças –, precisam considerar outros braços do Estado e seus estamentos, como os meios de comunicação de massa e a alta burocracia, e nesse plano incluo os tribunais superiores. Mas isso ainda não é tudo, nem será suficiente. Pois não é aí que reside sua base política de sustentação. Reorientando a política econômica, o governo precisa dialogar com as forças produtivas e com elas estabelecer

alianças conjunturais que visem à recuperação da economia para além do déficit fiscal, sem prejuízo nem da soberania nem da economia nacional e, sempre, sem prejuízo dos de baixo, exatamente os que estão dispostos a ir às ruas em sua defesa, os trabalhadores e assalariados de um modo geral e os movimentos sociais.

Indicador ainda tênue dessa alternativa e de seu potencial foi oferecido pelo lançamento em Belo Horizonte, sábado último, da Frente Brasil Popular, movimento que se organiza nacionalmente tanto em torno da defesa da democracia e da integridade do mandato conferido a Dilma Rousseff pela vontade eleitoral em 2014, quanto em defesa da soberania nacional, do desenvolvimento com distribuição de renda, da reforma do Estado e da reforma política. Em defesa dos interesses das grandes massas. A Frente é movimento que visa a barrar o avanço do pensamento conservador e reacionário, hoje tão bem vocalizado pelo PSDB e seus sócios, dentre os quais se destaca o presidente da Câmara dos Deputados.

A Frente não nasceu no sábado último. Ali simplesmente tivemos sua apresentação pública. Ela vinha sendo gestada havia meses pelo movimento social, sem a ingerência de partidos – embora a eles aberta –, sem compromissos eleitorais e sem aparelhismos, discutida em todo o país, nas redes sociais, e antecedida por eventos regionais, que percorreram praticamente todos os Estados.

À Conferência popular que aprovou seu Manifesto, em Belo Horizonte, acorreram militantes de todos os quadrantes do país, sob as lideranças da UNE, do MST, da CUT e da CTB, dentre outras muitas entidades populares e de classe.

Essa Frente Brasil Popular é ampla, mas não pretende ser única. Paralelamente, muitos outros movimentos de origem vária – frentes, grupos de trabalho, grupos de reflexão – todos autônomos, mas todos voltados para a defesa da democracia e da economia nacional – se estruturaram pelo país.

É a grata promessa de povo na rua. A mobilização popular é fundamental. Ao retornarem às ruas em apoio ao governo, as massas espantam o golpismo e ao mesmo tempo alteram, podem alterar substancialmente,

a atual correlação de forças que, em prejuízo dos compromissos populares da presidente, assumidos pela sua biografia, faz do atual governo uma presa do sistema financeiro.

Sem o dever de emprestar apoio ao governo, o rentismo – com prejuízo inclusive do capital produtor que precisa ser estimulado, e da recuperação econômica – impõe uma política recessiva que exige ainda mais sacrifícios das grandes massas, de cujo seio tem o governo a expectativa de recolher o apoio de que carece.

A superação do paradoxo só se dará com a mobilização das grandes massas. Alterando a correlação de forças, o movimento social oferecerá ao governo condições de enfrentar a reação e a nova política daí resultante fortalecerá a retomada do desenvolvimento nacional, sem inflação, sim, mas, igualmente, com redistribuição de renda e desenvolvimento econômico, mediante a proteção dos interesses dos que trabalham e produzem.

(CC, 10.09.15)

A urgência da Frente Brasil Popular

Derrotada nas eleições de 2014 (terceira derrota seguida), a direita intenta depor a presidenta Dilma Rousseff mediante o artifício de um *impeachment* sem base fática, sem arrimo jurídico, apoiado tão simplesmente no ódio hepático dos derrotados sem consolo. Mas, para além de destituir a presidenta, o projeto da direita visa ao retrocesso social. O eventual *impeachment* não é o fim, não é o objetivo final, não é a meta, mas o instrumento (e não é pouco) a partir do qual será levado a cabo o projeto de retrocesso social, político e econômico em curso.

Coube à direita colocar na liça o ódio de classe. A Frente de hoje – que se alinha à história das frentes populares de luta, veículo de defesa dos interesses das camadas mais pobres e desassistidas da população – pretende ser uma resposta ao desafio. Hoje como no passado é a uni-

dade das forças populares e progressistas que pode assegurar a defesa e o avanço dos interesses nacionais e dos trabalhadores. Foi uma Frente que no Império deu a abolição do trabalho escravo e a República. Foi uma Frente que destruiu a República Velha e realizou a Revolução de 1930. Foi uma Frente que nos levou aos campos de batalha contra o Eixo e foi uma Frente que derrotou o Estado Novo, eufemismo que batizava a ditadura Vargas (1937-1945). Foi uma Frente ampla que assegurou a posse de Juscelino Kubitschek, a mais ampla de todas, impediu o golpe de agosto de 1961 e assegurou a posse do vice-presidente João Goulart. Antes, foi também uma Frente ampla que assegurou a nacionalização do petróleo brasileiro e a criação da Petrobras, ainda hoje sob ameaças as mais várias. Foi, finalmente, na última ditadura, um grande movimento de massas liderado por uma Frente política que abrigou todas as correntes do pensamento brasileiro, que conquistou a anistia possível nas circunstâncias de então, realizou a campanha pelas Diretas Já e implodiu o colégio eleitoral montado pela ditadura para eleger o sucessor dos generais. E foi a política de Frente que, finalmente, reconstitucionalizou o país, substituindo o Estado autoritário de fato pelo Estado de direito democrático.

A Frente Brasil Popular é, portanto, um projeto histórico no sentido de que atende a uma necessidade do processo social.

Essa Frente é ampla porque está aberta a todas as forças que aderirem aos compromissos de seu Manifesto e dois são os objetivos fundamentais: (1) barrar o golpismo e (2) resistir à onda conservadora que contamina todos os escaninhos da sociedade brasileira, açulando os instintos políticos mais primitivos, como a intolerância, o autoritarismo, o sectarismo. A Frente é nacional não apenas no sentido de que se expande por todo o nosso território, mas porque está preocupada com as questões nacionais, a começar pela nossa soberania, pela defesa da economia nacional, pela defesa de nossas riquezas e de nosso patrimônio, ameaçado, de que serve de exemplo o projeto do grande capital de desnacionalizar e privatizar o pré-sal. A Frente é popular porque não resulta de uma engenharia de cúpula, nascida que é de uma exigência dos movimentos sociais que a

criaram, que a animam e que a sustentarão. A Frente é política – pois seus objetivos são políticos – mas não é partidária, nem hegemonizada por partidos; também não é antipartidária, pois está aberta aos partidos progressistas que dela desejem participar, como está aberta a todos os brasileiros, aos trabalhadores, aos estudantes, aos intelectuais e a todos os políticos, com ou sem mandato, que se sintam identificados com seus propósitos. Política, a Frente não é eleitoral. Não olha para os pleitos de 2016 e 2018, mas não descarta de sua importância. A Frente é estratégica, mira o médio e o longo prazo, se candidata à defesa das teses progressistas e ao enfrentamento do conservadorismo, mas reconhece a necessidade de operações táticas, como, no imediato, a defesa do mandato da presidenta Dilma. A Frente é democrática, pois tem no diálogo e na construção de consensos seu método de atuação, mas não tem a veleidade de ser única: não pleiteia o monopólio do movimento social; antes, espera estimular o maior número possível de iniciativas populares em defesa da democracia, dos interesses dos assalariados e do avanço social.

Onde estiver um militante do movimento social, onde estiver um democrata, um progressista, o espírito da Frente espera estar presente.

A Frente, mirando o futuro, terá, para o bem do país que queremos construir, de sobreviver às contingências de hoje, e para tal precisará estabelecer prioridades. E, nas condições atuais, sua prioridade, retomo o tema, é a preservação do mandato da presidenta Dilma, não como fim, mas como ponto essencial da resistência democrática, pois, alcançado o *impeachment*, por qualquer das muitas formas e fórmulas que os juristas de plantão sabem engendrar, estará aberta a porteira para a derrocada das conquistas sociais e econômicas dos últimos anos, estará aberto o caminho para a construção de uma sociedade autoritária. Se não for detida, agora, a onda conservadora transformar-se-á em verdadeiro tsunami que a todos afogará, e muitos serão os anos necessários para a reconstrução de um projeto de avanços sociais fincado na emergência das massas. Pois a questão fulcral é mesmo esta: a direita de hoje como a direita em 1954 e em 1964, sob a capa ora de combate à corrupção,

ora de combate à crise econômica – e, afinal, ninguém defende nem uma nem outra –, reage à emergência das massas, essa sim, intolerável para nossas elites rentistas. Seu ponto visado, hoje, é o mandato da presidente, o alvo simbólico, a primeira fortaleza a ser atacada – como antes foram os mandatos de Vargas e Jango – mas não a última: na sequência, como sempre, serão devoradas as franquias democráticas, restringidos (objetivo já declarado) os direitos dos trabalhadores, até a renúncia final da soberania nacional, com a desnacionalização da economia.

A crise, e o conflito que se anuncia como inevitável, exige, dos democratas, a reaglutinação de todas as tendências em torno de uma política de Frente. É momento difícil, mas rico, que exige, das forças responsáveis, a distinção entre o essencial e o contingente, a tática e a estratégia, os fins e os meios, os objetivos e as circunstâncias da luta.

A Frente se multiplicará em quantas sejam as necessidades do movimento social. Primeiro e grande desdobramento deverá ser a Frente Parlamentar Brasil Popular, a instalar-se na Câmara dos Deputados, no rasto da tradição deixada pela Frente Parlamentar Nacionalista, nascida nos anos 1950, e que tantos serviços prestou à causa democrática e à defesa da soberania nacional, a começar pelo monopólio estatal do petróleo e a defesa da Petrobrás que então era apenas uma frágil promessa, ousando ameaçar interesses internacionais poderosíssimos.

A Frente Parlamentar Nacionalista reunia parlamentares de distintos partidos para defender, no Congresso Nacional, projetos políticos – como a política externa independente – e leis voltadas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, como a defesa de nossas riquezas mineiras. Expressava, claramente, a defesa do monopólio estatal do petróleo, a defesa da empresa nacional, a necessidade de controle dos lucros das empresas estrangeiras que aqui operavam; defendia a reforma agrária e um modelo de desenvolvimento econômico e social que favorecesse o combate à pobreza e patrocinasse a distribuição de renda e o equilíbrio federativo, então ameaçado por abissais desníveis regionais. Lutou incansavelmente pelos interesses nacionais, pelos interesses do povo bra-

sileiro, pela democracia, pela legalidade. Defendeu o mandato de Vargas e sua política nacionalista; defendeu a liberdade de imprensa quando a aliança dos grandes jornais tentou calar a voz da *Ultima Hora*; defendeu a posse e o mandato de Juscelino Kubitscheck, ameaçados por tentativas de golpes e intencionas militares e *impeachments*. Defendeu a posse de Jango em 1961, lutou pelas reformas de base e contra o golpe militar de 1º de abril. Extinta foi em 1964. Sua atuação era incompatível com a ditadura.

O momento de hoje é tão grave quanto os mais graves vividos pela nacionalidade naqueles idos das décadas de 1950 e 1960 do século passado. Hoje, como ontem, a História cobra definições.

Todos somos responsáveis. No último dia 5 de setembro, em Belo Horizonte, no paço da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, reuniram-se representantes do movimento social brasileiro, vindos de todos os quadrantes do território nacional, com o objetivo de apresentar a Frente Brasil Popular que se justifica no “Manifesto à Nação” então divulgado.

Nesse “Manifesto”⁸ estão resumidos seus objetivos, que correspondem ao estágio atual da luta popular:

- a defesa dos direitos dos trabalhadores; a resistência àquelas medidas que retirem direitos dos trabalhadores, eliminem empregos ou salários e, concomitantemente, a defesa de uma política econômica que retome o desenvolvimento com distribuição de renda e combate às desigualdades sociais;
- o combate à especulação financeira e ao rentismo;
- o combate à corrupção;
- a luta permanente pelo aprofundamento da democracia representativa a caminho da democracia participativa, com a participação popular nas decisões que dizem respeito ao presente e ao futuro do Brasil;
- forte oposição ao golpismo por quaisquer vias, seja parlamentar, judicial, midiática;

8. Sua íntegra encontra-se no Apêndice.

- promoção de uma reforma política que fortaleça a participação do povo no processo democrático-governativo;
- luta contra a criminalização dos movimentos sociais e políticos, contra a corrupção e a partidarização do Poder Judiciário;
- combate à redução da maioria penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias das nossas grandes cidades;
- defesa de uma Reforma do Estado para construir um projeto nacional de desenvolvimento nacional, democrático e popular;
- defesa da consolidação do Sistema Único de Saúde; pela Reforma do Ensino;
- defesa de uma Reforma Tributária democrática, que compreenda medidas como o imposto sobre grandes fortunas e a tributação progressiva;
- defesa da democratização dos meios de comunicação e pelo fortalecimento das mídias populares, nos termos Constituição Brasileira e da Lei de Mídia Democrática;
- defesa da Soberania Nacional, tendo como princípio que o povo brasileiro é o único e legítimo dono das riquezas naturais do país;
- defesa da soberania energética: pelo Pré-sal, pela Lei de Partilha e pela Petrobras;
- pelo desenvolvimento de ciência e tecnologia, e por uma política de industrialização;
- por uma política externa voltada para a integração regional, contra hegemonias e em defesa da multipolaridade internacional e da paz.

São esses os objetivos de luta, os mais gerais, mas mesmo assim não são excludentes de novos apelos propostos pela realidade objetiva. Fixada a estratégia, a luta concreta realizada no mundo real da sociedade é que ditará as táticas. E uma das prioridades, exigida até pela estratégia dos adversários, é a defesa do mandato da presidenta Dilma.

A direita mira longe

"Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come"

176

A SERPENTE SEM CASCA

Eis o claro paradoxo presente no editorial de primeira página da edição do último dia 13 da *Folha de São Paulo*, lembrando os terríveis artigos do *Correio da Manhã* contra Jango, às vésperas do golpe: Dilma deve presidir uma política conservadora, executada por um representante do sistema financeiro para esse fim indicado, e nem por isso terá o apoio das forças de direita, que, apesar de tudo, lhe exigem – mediante medidas concretas de governo – o rompimento com as bases populares que a elegeram e que já escasseiam em seu apoio, inclusive nas hostes do seu Partido. Essas forças (populares) condicionam o apoio ao rompimento com a política à qual o editorial, vocalizando os sentimentos dos setores mais atrasados da economia, exige que se curve a presidenta.

A direita que fala por intermédio desse editorial apresenta, nos termos imperativos de um *diktat*, as medidas de arrocho que levarão o país à paralisia econômica e grandes contingentes de assalariados ao desemprego, à precariedade e à angústia: cortes nos gastos públicos “com radicalidade sem precedentes”, contenção das despesas com a Previdência, corte dos subsídios a setores específicos da economia (donde mais desinvestimento, mais retração), corte dos programas sociais e, ainda, desobrigação dos gastos compulsórios em saúde e educação. A saúde e a educação do andar de baixo, por suposto.

Nem uma só palavra, porém, acerca do combate à sonegação de impostos, privilégio do empresariado, que chega à patologia de algo como 50% do valor devido. Nem uma só palavra sobre a taxação dos ganhos de capital. Nada sobre a tributação progressiva.

À presidente, porém, não são concedidas opções: ou faz o que o grande capital quer, ou será defenestrada. Diz o editorial:

Serão imensas, escusado dizer, as resistências da sociedade a iniciativas desse tipo. O país, contudo, não tem escolha. A presidente Dilma tão pouco: não lhe restará, caso se dobre

sob o peso da crise, senão abandonar suas responsabilidades presidenciais e, eventualmente, o cargo que ocupa (*Folha de São Paulo*, 2016).

Em bom português: ou dá, ou desce. Mas, de onde vem a legitimidade do jornal para assim dirigir-se a uma mandatária eleita pelo voto majoritário de 54,5 milhões de brasileiros?

O soco no fígado, de qualquer forma, já surtiu seus efeitos. Não mais que 24 horas após o ultimato, os ministros da Fazenda e do Planejamento anunciavam o “pacote de cortes”: cortes no PAC, cortes no programa “Minha casa, Minha vida”, corte nos subsídios agrícolas, corte das despesas com os servidores públicos – que, ao lado dos demais assalariados, é mesmo quem vai pagar o pato.

Até aqui, nem uma só palavra, um só aceno sobre a taxaçaõ das grandes fortunas e das grandes heranças.

De sua parte, o presidente da Câmara (que já anunciou o imperial veto à CPMF) aproveita a onda e, diz o Valor, acelera o projeto de José Serra, senador tucano por São Paulo, que revoga o regime de partilha no pré-sal, enquanto os ativos da Petrobras, desvalorizados ao final de uma maqui-nação especulativa bem urdida, serão vendidos a preço de chuchu. Como se deu com a Vale, nos tempos da “privataria” presidida por FHC.

A direita que, derrotada em três eleições seguidas, impõe aos vencedores o seu programa, ainda assim não se dá por satisfeita e jamais dar-se-á por saciada, quaisquer que sejam as concessões. Anotem isso os cedentes e os concedentes.

Olhando o aqui e o agora, a direita mira longe. Mira a liquidação do atual governo, sim – menos pelos seus erros, mas principalmente pelo que representa – e mira igualmente a eventualidade de uma retomada progressista em 2018. Não se trata, apenas, de interromper o atual ciclo. Não se trata mesmo de finalmente regurgitar o “sapo barbudo”, jamais assimilado, nada obstante as ilusões de conciliação de classe do metalúrgico. Trata-se de travar o avanço social, mesmo ao risco de, nesta débâcle, derruir a

sociedade democrática construída sob os influxos progressistas e social-democratas da Carta de 1988.

Assim foi em 1954: o combate a um “mar de lama” (por sinal inexistente) foi o pano de fundo que uniu liberais e reacionários no enfrentamento ao governo Vargas, efetivamente demonizado pelo que de fato representava como proposta de soberania nacional e defesa dos interesses dos trabalhadores. A história repetir-se-ia em 1964. Desta feita o “crime” era as “reformas de base” que, ainda hoje, como a reforma agrária, arrepiam a burguesia atrasada. Naquele então, pensando que defendiam uma Constituição ameaçada, os liberais de novo se deram as mãos com a direita e acabaram contribuindo, com a deposição do presidente constitucional, para a implantação de uma ditadura que revogou a Constituição e suprimiu as liberdades.

Consabidamente, a História não se repete; mas no Brasil ela toma os ares de recorrente.

O *impeachment* – a ameaça ostensivamente presente no referido editorial –, uma vez alcançado (e, se o for, será com o lamentável concurso de pessoas de bem como Hélio Bicudo, que, não sabendo envelhecer, dá as mãos antes limpas para o afago de Bolsonaros e Caiados), será o ponto de partida para a destruição dos partidos de esquerda, a começar pelo PT (mas não ficando nele), a destruição dos quadros ícones da esquerda, a começar pela imagem de Lula, impondo um longo retrocesso ao movimento popular, progressista e de esquerda, numa quadra de crise política e falência do sistema de partidos. Iluda-se quem quiser e aposte no “quanto pior melhor” quem tiver vocação suicida.

A crise e o conflito que se anunciam como inevitáveis exigem das forças progressistas a reaglutinação de todas as tendências em torno de uma política de Frente, para a qual são chamados os liberais e os democratas de um modo geral, com fulcro em apenas dois pontos: a defesa do mandato da presidenta Dilma e a mudança da política econômica, para que o peso do “ajuste” se desloque dos assalariados para o capital financeiro. É momento difícil, mas rico, que exige de nossas esquerdas a distinção entre o essencial e o contingente, a tática e a estratégia, os fins e os meios, os objetivos e as circunstâncias da luta.

(CC, 18.09.15)

Não é Dilma que está em jogo. É a democracia.

Setores da esquerda brasileira afirmam que a defesa do mandato da presidenta Dilma Rousseff depende da mudança de sua política econômica. A estratégia de cabo de esquadra embute a avaliação segundo a qual não é possível defender o seu mandato porque sua política econômica é indefensável.

E aí, como quase sempre, graças à leitura primitiva de antigos catecismos, o esquerdismo se encontra com a direita na oposição à presidenta e, por razões distintas, joga água no moinho já caudaloso do *impeachment* do qual, se esse ocorrer, será ao mesmo tempo coadjuvante secundário e vítima em médio prazo.

A História não se repete, mas, sabidamente, é recorrente entre nós: nos idos de 1954 direita e esquerda, lacerdistas e comunistas saíram às ruas em um coro uníssono pela deposição de Vargas. Deu no que deu: o governo conservador de Café Filho, comandado por Eugênio Gudin, Juarez Távora e Eduardo Gomes. O que está em jogo nos dias correntes não é o governo Dilma, mas a legitimidade de um mandato ungido pela soberania popular, até aqui incontestada. Neste caso, trata-se de uma questão de princípio: a defesa da soberania popular como fonte única de poder. Para a defesa deste princípio (que deve estar acima das circunstâncias e das contingências), não entra em cogitação se o governo é de direita ou de esquerda, se eficiente ou não, se é o governo de nossos sonhos ou de nossos pesadelos. Pergunta-se tão-só se é legítimo e legal. E a resposta, neste caso, é afirmativa. Este é o ponto de vista de liberais e da esquerda e dos segmentos de centro-esquerda; já a direita não pensa assim: em um golpe de mão, quer o *impeachment* para assumir o governo que as urnas lhe negaram.

Ademais de titular de um governo legítimo, a presidenta é legalmente inalcançável pela tentativa de *impeachment* que, assim, à míngua de sustentação jurídica, se converte em explícita tentativa de golpe de Estado.

Consabidamente, Dilma não praticou um só delito dentre os catalogados pela legislação como justificadores da medida extrema. Ao contrário de Collor e ao contrário do presidente da Câmara dos Deputados – de quem, a propósito, depende a iniciativa para a abertura do processo de cassação do mandato presidencial. Sinal dos tempos, nada mais.

A defesa do mandato de Dilma – um imperativo histórico – não exige a concomitante defesa de sua política econômica, tanto quanto a crítica ao “reajuste” – e não só a ele – em nada impede a defesa do mandato, até porque essa política econômica não será alterada com a eventual deposição da presidente.

Ao contrário, o caminho para a mudança de política – apartando-a do neoliberalismo e do rentismo – depende do fortalecimento do governo. Em outras palavras: nas circunstâncias, a sucessão de Dilma – qualquer que seja ela – imporá ao país uma política econômica ainda mais conservadora.

Explica-se. Só uma nova correlação de forças – que passa pelas ruas, pelos movimentos sociais – poderá assegurar a mudança da política econômica, ainda no governo Dilma.

Só uma nova correlação de forças na sociedade – caminhando, portanto, para além da infiel base governista no Congresso – poderá assegurar a retomada do desenvolvimento econômico e da distribuição de renda, a taxação das grandes fortunas (5% ao ano sobre as fortunas acima de 50 milhões de reais nos dariam um ganho de receita da ordem de 90 bilhões de reais), a taxação dos lucros sobre capital próprio, a alteração das alíquotas do Imposto de Renda, fazendo-o incidir progressivamente sobre renda e patrimônio.

Só um governo política e socialmente forte pode enfrentar o rentismo, reduzir a taxa de juros, controlar o câmbio e adotar uma arrojada política de combate à sonegação de impostos, sobre o que, compreensivelmente, não falam nem a FIESP, nem a FIRJAN, nem a CNI, menos ainda a CNC e quejandas.

É preciso ter em mente que a defesa da ordem democrática, da legitimidade do voto, da soberania popular como única fonte de poder, é o ponto de partida, mas não encerra a história toda, pois o que está em jogo

em nosso país ultrapassa a preservação do mandato da presidenta Dilma. Trata-se de barrar o avanço das conquistas conservadoras, que teriam o campo livre na era pós-Dilma. O que seria esse pós-Dilma, senão o fortalecimento das forças conservadoras e reacionárias que hoje, sob o comando de Eduardo Cunha, já promovem uma virtual revisão da Constituição de 1988, dela retirando as principais conquistas sociais?

A direita já explicitou o discurso de seus líderes e, no espaço parlamentar, alguns indicadores de seu programa são reveladores: a precarização do trabalho em geral e a terceirização de forma específica, o desmonte do Estatuto da Família (excluindo de seu abrigo mais da metade das famílias brasileiras), a revogação do Estatuto do Desarmamento, o corte dos recursos destinados a programas como o Bolsa Família (já anunciado por um dos relatores da proposta orçamentária para 2016), o fim da demarcação das terras indígenas, a cobrança de mensalidades no ensino universitário público, o intento de penalizar como terrorismo o movimento social.

Símbolo de todo esse retrocesso civilizatório é o projeto do deputado Cunha – quem mais? – já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, que praticamente força a mulher pobre a aceitar a gestação fruto de estupro.

Os setores da esquerda indecisa e os liberais, esses ainda encantados com o cantochão do reacionarismo, precisam refletir (enquanto é tempo) sobre o que seria, entre nós, um governo conservador, pois conservador e reacionário será, no rasto de eventual *impeachment*, o governo que acaso suceder ao governo Dilma.

Um governo conservador significará grave retrocesso para as políticas distributivas (regressaremos ao “primeiro é preciso fazer o bolo crescer para depois fatiá-lo” dos tempos da ditadura), a total liberalização do sistema financeiro, o corte dos benefícios sociais – as primeiras vítimas das “políticas de austeridade fiscal”. A desnacionalização das indústrias estratégicas, finalmente alcançando a Petrobras e, de sobremesa, a engenharia nacional. Um governo conservador nos atrelará, de forma subordinada, novamente, e por muitos e muitos anos, às políticas e interesses dos EUA,

de quem seremos satélites menores; significará nossa renúncia a uma política externa independente e ao exercício de nosso papel na América do Sul, afetando todos os projetos de desenvolvimento autônomo de nossos vizinhos. Será o fim do Mercosul e da Unasul e a recuperação da Alca, com a qual assumiremos definitivamente o *status* de colônia moderna. Será a renúncia a qualquer sorte de desenvolvimento soberano.

Em síntese e finalmente, a realização do perseguido sonho de FHC, acalentado desde o nascimento do PSDB, nascido de uma costela do PMDB, de onde herdou seu DNA: o fim da “era Vargas”, a saber, o fim das políticas distributivas e da proteção ao trabalho, o fim da emergência das classes marginalizadas pelo desenvolvimento, segundo as regras do capitalismo financeiro monopolista.

Nossas “elites” econômicas têm consciência de classe para dar e vender. Iluda-se quem quiser.

(CC, 31.10.15)

O antipetismo em nome de um moralismo de fancaria

A tarefa prioritária, ingente e agônica da esquerda e das forças progressistas é esmagar o ovo da serpente antes que a peçonha contamine por completo o corpo social, costurando as bases de um Estado reacionário, conservador, autoritário e, ninguém se engane, protofascista. Assim se vem modificando o caráter da sociedade brasileira aos poucos, mas sistematicamente.

Ele se manifesta sob as mais variadas facetas, no Parlamento e na vida social. O antipetismo em nome de um moralismo de fancaria – esse que a imprensa e os partidos de oposição destilam – é apenas uma só de suas máscaras, como o moralismo é apenas um disfarce. Pois tudo, fatos e criações são, tão-só, o instrumento de uma tentativa, em marcha desde 2013,

ou antes, de implantação, entre nós, de um clima de violência que lembra (pelos efeitos psicossociais) o fascismo italiano e o nazismo alemão em suas infâncias, envenenando as entranhas de suas sociedades.

Não caminham, ainda, pelas ruas, os camisas pretas, os grupos paramilitares quebrando lojas de judeus e espancando homossexuais, prostitutas, negros e comunistas, mas celerados conspurcam velórios e atacam o Instituto Lula. Ontem, nos anos da ascensão integralista brasileira, os camisas verdes das hordas de Plínio Salgado desfilavam impunes até a tentativa de assassinar o presidente Vargas em um *putsch* (1938) covarde que lembrava e imitava a primeira tentativa hitlerista de tomada do poder (levante de Munique, 1924) pelo golpe de força.

Nos idos brasileiros da repressão militar, grupos de celerados depre-daram no Rio de Janeiro o Teatro Opinião e em São Paulo invadiram o Teatro Ruth Escobar durante montagem de “Roda Viva”. Nos estertores do terrorismo praticaram atentados contra a OAB e a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e tentaram o felizmente frustrado massacre do Riocentro (1981). São sempre os mesmos, variam os países, variam as datas e os pretextos, mas a ideologia do ódio e a covardia na ação são os mesmos.

Agora, súcias de ululantes bem nutridos, vestidos ou não com a camisa da seleção canarinha, tentam, em todo o país, mediante o amedrontamento físico, interditar, em um hospital da grã-finagem paulistana, nas ruas, nos bares, nos aviões, nos aeroportos, a livre circulação de homens de bem como Guido Mantega, João Pedro Stedile e, de último, o ministro Patrus Ananias.

Tudo isso está na crônica jornalística. Mesmo em seus momentos mais acres de disputa política, a direita brasileira jamais havia ousado tanto, jamais nossas esquerdas haviam recuado tanto e jamais os liberais foram tão omissos.

Os primeiros sinais foram dados na abertura dos Jogos Panamericanos, no Rio de Janeiro (2007), e replicados em Brasília na abertura da Copa das Confederações em 2013. A esquerda não quis ver nem ouvir, fez-se de morta, como se as vaias e as agressões – primeiro a Lula, depois

a Dilma – não lhe dissessem respeito e, assim, silente e inerte permaneceu sem qualquer tentativa de compreender as jornadas de 2013 – prenúncio das dificuldades de 2014, que assistiu atônita.

O moralismo da elite financeira que sonega impostos e suborna funcionários públicos sempre foi a chave para a conquista da classe média. Dele sempre se valeu a direita, no Brasil e em todo o mundo. Assim foi entre nós nos idos de 1954 quando a classe média, majoritariamente, e setores liberais da sociedade, populares e mesmo o movimento estudantil, e mesmo setores da esquerda e comunistas sob a liderança de Prestes, abraçaram o cantochão da direita que a todos mobilizou no pedido de renúncia de Getúlio Vargas, quando o alvo, encoberto pela denúncia de um “mar de lama” que jamais existiu, era a política nacionalista do ditador feito presidente democrata. A história não se repete, mas há pontos de contato entre dois momentos históricos tão distintos.

Getúlio também levava a cabo uma campanha presidencial levantando as teses progressistas do nacionalismo e do trabalhismo, mas, para executá-las, montara um ministério reacionário. Era a sua forma de compor com as elites, especialmente paulistas, que sempre lhe foram hostis. Era a velha ilusão da conciliação de classes, que conquistaria Lula tantos anos passados. Não deu certo com Getúlio, como não daria certo com Lula e não está dando certo com Dilma. Atacado pela direita, inconformada com a aliança do trabalhismo com o nacionalismo, viu-se Vargas, em 1954, sem o apoio das massas trabalhistas. Essas só foram às ruas – e foram como turba, sem vanguarda – depois do suicídio. E, aí, nada mais havia a ser feito.

Naquela altura como hoje, e como nos preparativos de 1964, a imprensa brasileira, igualmente monolítica e igualmente de forma quase unânime, servia à saturnal dos ódios que envenenava a opinião pública e deixava aturdido o povo, mesmo os trabalhadores – então como agora desassistidos ideologicamente por seus partidos e organizações.

Uma vez mais o governo de centro-esquerda se vê no cume de uma campanha de descrédito presidida pela imprensa, uma vez mais a partir da cantilena moralista. Uma vez mais o governo de centro-esquerda se vê

desprotegido no Congresso, onde dominam ora uma oposição ensandecida, ora uma base parlamentar movida a negócios, negociatas e negócios a cada votação.

Para não dizer que a história se repete, lembremos que os postos antes ocupados por Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Aliomar Baleeiro e outros de igual calibre é exercido hoje por Paulinho da Força, Jair Bolsonaro, Ronaldo Caiado e Eduardo Cunha – o que apenas diz que o aviltamento da linguagem e dos procedimentos alcançou o mais baixo nível da República.

Uma vez mais, agora como em 1954, as grandes massas não afluem em defesa de seu governo.

Uma vez mais a moralidade é um mero biombo dos grandes interesses em jogo. Pois o que está em jogo não é a moralização dos costumes – e quem é contra? – nem é só a tentativa de assalto ao mandato legítimo da presidenta Dilma. Não é só a destruição do PT e dos demais partidos de esquerda, inclusive daqueles que ainda hoje pensam que passarão incólumes. Não é apenas a destruição de Lula, ainda a maior liderança popular deste país depois de Vargas. O que está em jogo são os interesses dos trabalhadores, da economia e da soberania nacionais, de defesa ainda mais difícil após eventual derrocada do atual governo. Adiada – até quando? – a hipótese do *impeachment* clássico, a oposição põe em prática um novo projeto de golpe, contra o qual nem a base parlamentar do governo – heterogênea e frágil –, nem muito menos sua articulação política parecem preparadas para enfrentar. Trata-se da tática de impedir o governo de governar e contra essa artimanha nem mesmo as últimas negociações ministeriais – penosas, rasteiras, pedestres e nada republicanas – se mostraram eficientes. E enquanto o governo não governa e se desgasta perante a opinião pública, a direita governa, desfazendo, no Congresso ordinário, as grandes conquistas da Constituição de 1988.

A direita, sob a batuta de Eduardo Cunha, cumpre sua parte, e dessa desconstituição conservadora fazem parte o fim da política de desarmamento, o fim da demarcação das terras indígenas (fim dos índios?), o fim

dos direitos sexuais das mulheres, e a quase legalização do estupro, o fim da pós-graduação pública gratuita.

Este é o golpe. A destruição do governo Dilma levará de roldão a política de prioridade nas compras estatais aos produtos e bens nacionais, levando consigo, de saída, a indústria naval brasileira. Levará de roldão os projetos sociais, como o Minha casa, Minha vida; o Luz para Todos; como o Bolsa Família. Mudará a política de reajuste do salário-mínimo e, fundamentalmente, a política de transferência de renda.

Será a renúncia ao pré-sal (já caminha o projeto José Serra), será o fim de uma política externa autônoma, com a aliança subserviente e submissa aos interesses dos EUA, será o fim do Mercosul e a retomada da Alca, nossa recolonização, será um torpedo contra os BRICS e uma ameaça às experiências de governos independentes na América do Sul.

Por isso, certa está a Frente Brasil Popular por entender que os erros da atual política econômica – agravados pela crise ética que assolou os governos do PT – não podem servir de argumento para a omissão na defesa do mandato da presidenta Dilma, ou, dito por outras palavras, nem a defesa do mandato inviabiliza a crítica à política econômica, nem a crítica à política econômica inviabiliza a defesa do mandato.

Ao contrário, a defesa do mandato deve ser feita de par com o combate à política recessiva e esse combate deve ter em vista a reaglutinação das forças progressistas de esquerda, com objetivo claro de deter a reação. Para isso é preciso construir uma nova correlação de forças.

(CC, 17.11.15)

Apontamentos sobre a crise republicana

A pauta se oferece rica e os temas da política internacional são atraentes, ainda que desagradáveis, a começar pelo muito que a onda terrorista nos cobra de reflexão, para além da mediocridade estandardizada

de nossa imprensa, neste episódio como em todos, condicionada em sua miopia pelo que lhes dizem suas matrizes norte-americanas e europeias.

Na “guerra” aos aspectos externos do chamado terrorismo, um produto ocidental alimentado por políticas ocidentais (como “ocidentais” leiam-se nomeadamente as políticas de EUA, França e Inglaterra), as potências imperialistas terminarão por construir uma guerra de verdade, porque isto faz parte de seu DNA, pois de guerras vivem, delas carecem e por isso mesmo as estimulam, as provocam, as financiam, como a Arábia Saudita, a Turquia, os EUA, a França e a Inglaterra financiam, hoje, os conflitos que dilaceram o Oriente Médio.

Dilaceramento que, destruindo países, aniquilando nações e promovendo genocídios, atendem aos jogos da geopolítica dos impérios. Ou seja, nada dizem respeito aos interesses dos povos vitimados, postos em guerra independentemente de seus projetos de povos, nações e países.

Assim, as potências imperialistas financiam os conflitos – e a partir deles e em última análise –, financiam o terrorismo, que é, fundamentalmente, um subproduto desses conflitos. Há o estímulo político, há a provocação ideológica, há a motivação religiosa e há a intervenção, direta ou indireta, seja fornecendo recursos, como o faz a Arábia Saudita, seja comprando petróleo do Estado Islâmico, como o faz a Turquia (acusada pelo general Wesley Clark, ex-comandante da Otan), seja vendendo ou fornecendo armas como fazem os EUA aos “rebeldes” na Síria.

Por detrás da derrubada do avião russo na fronteira da Síria com a Turquia, há algo muito mais sério e mais preocupante do que a retórica belicista dos príncipes de Ancara e Moscou. Ali se trava um ensaio maior de um conflito maior, que diz respeito à redistribuição de poder das potências militares no Oriente Médio, neste caso um simples pasto, território para ocupação e exploração, espaço para experimentos guerreiros e confrontos calculados.

Não se esqueça, porém, o Ocidente (pelo menos não ignoremos nós) que esse urso ferido e humilhado que já foi a poderosa União Soviética, conserva as garras atômicas de seu tempo de império.

Aqui em nosso subcontinente, a confirmação da vitória do candidato direitista (ou, mais do que isso, do adversário do kirchnerismo), significa, antes de mais nada – e não é pouco –, a interrupção de uma vaga populista de centro esquerda nacionalista antineoliberal (como classificar esse segmento do peronismo?) que gozava o poder havia 13 anos. Esse fenômeno pode ser, politicamente, um fato isolado, ou seja, um episódio exclusivamente argentino, sem risco de contaminação regional. À derrota eleitoral do peronismo, porém, pode somar-se a reiteradamente anunciada e pleiteada e desejada e proclamada derrota do chavismo nas próximas eleições legislativas venezuelanas.

No mesmo passo são crescentes as dificuldades de Rafael Correa no Equador e, em menor grau, as de Bachelet no Chile. Dificuldades, todavia, que conhecem seu himalaia entre nós com a crise continuada do governo Dilma – e do petismo e do lulismo –, a menos de um ano de nossas eleições municipais. Não se afirma, já, que a “onda rosa” inaugurada por Chávez em 1999 – mas que reconhecidamente teve seu apogeu nos dois governos Lula – encontrou seu ponto de refluxo.

A vitória de Macri, nesse sentido, é apenas um indicador, ainda que grave e significativo, mais significativo ainda quando sua leitura se casa com a crise brasileira, na qual a ameaça ao mandato da presidenta Dilma é fator preocupante, conquanto não seja a ameaça mais grave.

Cuidemos, hoje, de nossa miséria, a crise da política anunciadora de uma provável crise institucional, essa caracterizada pela iminência de uma anomia dos poderes da República. Seu epicentro gira em torno do Executivo, mas a ele não se limita, contaminados que estão o Legislativo e o Judiciário – e por isso mesmo igualmente desamparados da confiança da sociedade, trabalhada incessantemente pelos fatos objetivos (“mensalão”, Lava jato, contas no exterior) – agravados pela acentuação ideológica dos meios de comunicação de massa, construindo um ambiente de desesperança, desgosto e desânimo capaz de desarticular qualquer sentimento de nacionalidade.

Instala-se o círculo vicioso do desânimo levando ao desânimo, a depressão aprofundando a depressão, o anúncio da recessão levando à recessão de fato, o sentimento de perda antecipando derrotas.

É nesse ambiente que o Executivo vive sua crise agônica, caracterizada pela crise de governança que abala os poderes da Presidência, poderes que precisam ser fortes em qualquer modelo de presidencialismo, mormente nesse nosso, que se chama de “coalizão”, para acentuar sua absoluta ausência de caráter ideológico.

Diante dessa fragilidade crescem as dificuldades de relacionamento da Presidência com um Congresso cujos titulares, majoritariamente, há muito renunciaram às regras da ética republicana, o que por seu turno aprofunda a ingovernabilidade e ameaça de descrédito a instituição, já desmoralizada na essência, do mandato parlamentar, eivado de ilegitimidade. Ilegitimidade derivada do mau exercício do mandato, mas fundamentalmente derivada da própria origem do mandato parlamentar, comumente adquirido mercê da influência, decisiva, do poder econômico.

Nossa República macunaímica não regateia surpresas. No momento em que é ameaçada a integridade do mandato da presidenta da República, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são objeto de apuração criminal e podem, a qualquer momento, ser destituídos de seus cargos e, mesmo, presos, como o precedente de Delcídio Amaral muito bem sugere. De outra parte, as contas da presidenta da República estão a depender de um Tribunal de Contas cujo presidente, candidato à reeleição, responde à sindicância interna acusado de tráfico de influência, ao tempo em que é investigado na Operação Lava Jato. As contas de campanha dos candidatos Dilma-Temer serão julgadas por um TSE onde se sobressai um ministro pouco afeito ao decoro e que se comporta menos como magistrado que como um inflamado líder opositorista.

Nesse vácuo proporcionado pela falência funcional do Congresso e do Executivo, assoma o Poder Judiciário. O STF, legislando e criando direito novo a cada julgamento – e julgando cada vez mais a partir de premissas políticas ou conveniências corporativas –, se impõe aos poderes fundados na soberania popular e passa a articular uma história própria. Assim se transforma, ele também, em fator de desestabilização política e insegurança jurídica, o que ofende os direitos da cidadania.

Se não há direito anterior condicionando o julgado, se o direito atual pode ser modificado, se os conceitos dos institutos jurídicos podem ser alterados a cada voto para justificarem decisões, o Estado de direito, tão referido pelos julgadores e reclamado pelos juristas, transforma-se em estado de desassossego.

A crise da política compreende a crise das instituições e caminha para a crise da democracia representativa, alimentada pelo fracasso rotundo dos partidos e a ausência de lideranças com as quais possa o cidadão comum se identificar num momento de pânico cívico. Adolf Hitler já foi tábua de salvação de um povo levado ao desespero, desespero que na Itália pavimentou a ascensão de Mussolini, na Argentina elevou Perón, porque as crises costumam se transformar em tragédia, como foi na Itália contemporânea a emergência de Berlusconi navegando nas vagas das Mãos Limpas.

(CC, 04.12.15)

Por que tanto ódio?

A direita latino-americana aceita quase tudo, até desenvolvimento e democracia, conquanto não venham acompanhados, seja da emergência das classes populares, como pretendeu o Brasil de João Goulart e Lula, seja da defesa das soberanias nacionais dos países da região, como lá atrás intentou o segundo governo Vargas.

A história não se repete, sabemos à saciedade, mas em 1954, como em 1964, em comum com os dias de hoje, organizou-se um concerto entre forças políticas derrotadas nas urnas, mais setores dominantes do grande capital e a unanimidade da grande imprensa, unificadas pelo projeto golpista gritado em nome de uma democracia que em seguida seria posta em frangalhos.

Naqueles episódios, com o ingrediente perverso da insubordinação militar, o momento culminante de uma razia antiprogresso e pró-atraso, alimentado de longa data por setores majoritários da grande imprensa, um

monopólio ideológico administrado por cartéis empresariais intocáveis.

Essa unanimidade ideológico-política dos meios de comunicação de massas é, assim, a mesma dos anos do pretérito. O diferencial, agravando sua periculosidade, é a concentração de meios facilitando o monopólio, anulando qualquer possibilidade de concorrência, blindando o sistema de eventuais contradições e “furos”.

Que fizeram os governos democráticos – que fez a sociedade, que fez o Congresso, que fez o Judiciário – para enfrentar esse monstro antidemocrático que age sem peias, a despeito da ordem constitucional?

As razões para a crise remontam à concepção de nação, sociedade e Estado que as forças conservadoras – ao fim e ao cabo nossos efetivos governantes – estabeleceram como seu projeto de Brasil. O desenvolvimento de nossos países pode mesmo ser admitido por esses setores – sempre que o malsinado Estado financie seus investimentos –, conquanto que respeitados determinados limites (não os possa tributar, por exemplo), ou comprometê-los com objetivos nacionais estratégicos, como respeitosos com essa gente foram os anos de ouro do juscelinismo.

Jamais um desenvolvimento buscadamente autônomo, como pretenderam o Chile de Allende, com as consequências sabidas, e a Venezuela, acuada e acossada desde os primeiros vagidos do bolivarianismo, o qual, seja lá o que de fato seja para além de discurso, perseguiu um caminho próprio de desenvolvimento econômico-social, à margem dos interesses do Departamento de Estado norte-americano, do Pentágono, e do FMI.

Democracia até que é admissível, conquanto não se faça acompanhar da ascensão das grandes massas, pelo que João Goulart se arriscou e perdeu o poder. A propósito, F. Engels (introdução ao clássico *Luta de classes na França*, de Marx) já observava que “... a burguesia não admitirá a democracia, sendo mesmo capaz de golpeá-la, se houver alguma possibilidade de as massas trabalhadoras chegarem ao poder”.

Ora, na América Latina basta a simples emergência das massas ao cenário político, sem mesmo qualquer ameaça de ascensão a fatias mínimas de poder, para justificar os golpes de Estado e as ditaduras.

Além de promover essa emergência do popular no político, trazendo massas deserdadas para o consumo e a vida civil, Lula tentou uma política externa independente, como independente poderia ser, nos termos da globalização e de nossas limitações econômicas e militares. Desvela-se, assim, o “segredo” da esfinge: não basta respeitar as regras do capitalismo – como respeitaram Getúlio, Jango, Lula, e Dilma respeita – posto que fundamental é, mantendo intocada a estrutura de classes, preservar a dependência ao modelo econômico-político-ideológico ditado pelas grandes potências, EUA à frente.

O Não contém o Sim. O que não é possível diz o que é desejado; identificar o adversário é meio caminho andado para a nomeação dos aliados e servidores. Assim se justifica, por exemplo, tanto a unanimidade da opinião publicada em favor de Mauricio Macri, a mesma que acompanhou os últimos governos colombianos, quanto a unanimidade dos grandes meios contra os Kirchner, até ontem, e ainda hoje contra Rafael Correa e Evo Morales, bem como o ódio visceral ao “bolivarianismo”, na contramão dos interesses das empresas brasileiras instaladas e operando na Venezuela.

São os fabricantes de opinião contrariando nossos interesses econômicos e erodindo nosso natural peso regional – onde alimentamos justas expectativas de exercício de poder –, mas, como sempre, fazendo o jogo dos interesses de *Wall Street* e da *City*.

Essa lógica da dependência – ou de comunhão de interesses entre nossa burguesia e o poder central, acima dos interesses nacionais – explica também a unanimidade contra Dilma e contra o que ideologicamente é chamado de “lulismo” ou “lulopetismo”, nada obstante suas (suponho que hoje desvanecidas) ilusões relativamente à “conciliação de classes”.

Conciliação que não deu certo com Vargas e não está dando certo com Dilma, não obstante suas concessões ao capital financeiro, malgrado o alto, muito alto preço representado pelo desapontamento das forças populares que a elegeram no final do segundo turno.

Esse movimento – que representa dar dois passos atrás contra só um à frente, detectado a partir de dezembro de 2014, valeu-lhe a ainda insupe-

rada crise de popularidade, sem a compensação do arrefecimento da fúria oposicionista ditada a partir da Avenida Paulista.

Atribui-se a Lula a afirmação de que os banqueiros jamais teriam obtido tantos lucros quanto lograram em seu governo. Anedota ou não, o fato objetivo é que segundo o bem informado *Valor* (jornal dos Frias e dos Marinheiros), o lucro dos bancos foi de 34,4 bilhões de reais na era FHC, e de 279,0 bilhões de reais no período Lula, ou seja, oito vezes maior, já descontada a inflação.

Por que então essa oposição à Dilma se seu governo, como os dois anteriores de Lula, não ameaçou nem ameaça qualquer postulado do capitalismo, não ameaça a propriedade privada, não promoveu a reforma agrária, não ameaça o sistema financeiro, não promoveu a reforma tributária?

Por que esse ódio vítreo da imprensa se sequer ousaram os governos Lula/Dilma – ao contrário do que fizeram todos os países democráticos e desenvolvidos – regulamentar os meios de comunicação dependentes de concessões, como o rádio e a tevê? Por que essa unanimidade, se os governos do PT (e a estranha coabitação com o PMDB) não tocaram nas raízes do poder, não ameaçaram as relações de produção fundadas na preeminência do capital (muitas vezes improdutivo) sobre o trabalho?

Por que tanto ódio, se os governos do PT sequer são reformistas, como tentou ser o trabalhismo janguista com seu pleito pelas “reformas de base”? Ora, o Estado brasileiro de 2016 é o mesmo herdado em 2003, e “os donos do poder” são os mesmos: o sistema financeiro, os meios de comunicação de massas vocalizando os interesses do grande capital, o agronegócio e as fiespes da vida.

Ocorre que, e eis uma tentativa de resposta, se foram tão complacentes com o grande capital, ousaram os governos Lula e Dilma ainda ousa, promover a inclusão social da maioria da população e buscar ações de desenvolvimento autônomo, nos marcos da globalização e do capitalismo, evidentemente, mas autônomo em face do imperialismo.

Assim, negando o comando do FMI, negando a Alca e concorrendo para o fortalecendo do Mercosul, esvaziando a OEA e promovendo a Comu-

nidade de Países da América Latina e Caribe (Celac) e, audácia das audácias, tentando constituir-se em bloco de poder estratégico no Hemisfério Sul, com sua influência na América Latina e a aproximação com a África.

Nada de novo no castelo de Abranches, nem mesmo a miopia dos que não veem, ou, que por comodismo ou pulsão suicida, preferem não ver o que está na linha do horizonte. Supor que a presidenta está à salvo da onda golpista é tão insensato quanto supor que o projeto da direita se esgotaria no *impeachment*.

Há ainda muito caminho a percorrer. O projeto da direita é de cerco e de aniquilamento das esquerdas brasileiras. Nesses termos, o assalto ao mandato da presidenta é só um movimento, relevantíssimo, mas só um movimento num cenário de grandes movimentações, a porta pela qual avançarão todas as tropas.

O projeto da direita é mais audacioso, pois visa à construção de uma sociedade socialmente regressiva e politicamente reacionária, com a tomada de todos os espaços do Estado.

O primeiro passo é a demonização da política. Já foi atingido.

(CC, 28.01.16)

Brasil, de golpe a golpe

As definições correntes dizem-nos que os golpes de Estado se caracterizam pela surpresa, pela violência militar ou civil e pela ilegalidade.

Ilegalidade, evidentemente, em face da ordem jurídica que fraturam, pois, na sequência, o golpe de Estado vitorioso (e só esse conta) impõe sua própria legalidade.

Malgrado, o golpe de Estado é condenado como crime político; vitorioso, transforma-se em fonte de poder e de direito, autoritário ou não.

Nossa história é farta em exemplos de golpes de Estado, desde o Primeiro Reinado, mas nem todos podem ser classificados como ilegais, exatamente por terem sido operados dentro da “ordem” e, portanto, sem vio-

lência e sem determinarem rupturas constitucionais e muitos não podem – a exceção talvez seja o contragolpe de 11 de novembro de 1955 — ser classificados como *coup de main* por não envolverem qualquer sorte de surpresa. Ao contrário, muitos, como o 24 de agosto de 1954 e o 1º de abril de 1964 explodiram como tragédias anunciadas.

Golpes operados ‘dentro da ordem’ foram, por exemplo, a insubordinação das tropas que em 1831 levou o primeiro Pedro à abdicação do trono e, mais tarde, o “Golpe da maioria” (assim foi registrado pela História) que levaria seu filho ao trono em 1840, aos 15 anos incompletos.

O fato histórico Proclamação da República, porém, apresenta as características clássicas dos golpes de Estado, a saber, a ilegalidade (o levante das forças armadas contra seu chefe supremo e o regime que juraram defender) e a ruptura da ordem constitucional, com a queda do Império.

A rigor, a implantação da República tem no golpe de 1889 apenas o seu parto, pois o novo regime só se consolidaria, ainda criança, com o golpe, de explícita ilegalidade, do marechal Floriano Peixoto (1891), investindo-se na presidência após a renúncia de Deodoro, contra o ditado da Constituição republicana recém-aprovada.

Nesta República de muitos golpes e contragolpes, dois golpes clássicos merecem destaque, a saber: um, que rasgando a Constituição de 1934 instituiu a ditadura do “Estado Novo” (1937) e aquele outro que em 1º de abril de 1964 instaurou a ditadura militar, decaída em 1984. O primeiro ditado pelo próprio príncipe, o segundo tramado nas entranhas do poder contra o chefe de Estado.

A característica comum de todos eles é a ruptura da ordem constitucional, nos dois últimos casos mediante a violência, compreendendo alteração institucional e instauração de regimes de exceção caracterizados pela repressão policial-militar, a revogação dos direitos individuais e das garantias constitucionais, a supressão das liberdades – especificamente das liberdades de imprensa, de reunião e de associação – e a revogação dos mecanismos da democracia representativa (“Estado Novo”), ou sua vigência custodiada pelo novo regime (1964-1984).

Mas a história republicana está a sugerir uma categoria de golpe de Estado que, alterando a composição do poder, a função e o objeto de todo e qualquer golpe ou insurreição ou revolução, se opera dentro da ordem institucional-legal vigente.

Lembro, a propósito, dois episódios recentes de nossa história, o já mencionado 11 de novembro de 1955 e a instituição, em 1961, do parlamentarismo. Ambos formalmente legais e ambos curatelados pelos militares e ambos operados pelo Congresso Nacional e o primeiro, afinal, absorvido pelo Supremo Tribunal Federal.

O primeiro decorreu de reação de setores militares legalistas, comandados pelo ministro da Guerra, o general Henrique Lott, à manobra comandada pelo presidente da República e seus ministros da Aeronáutica, da Marinha e da Casa Militar, visando a impedir a posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eleitos presidente e vice-presidente da República.

Diante da reação do Exército, o Congresso decretou numa assentada o impedimento do presidente licenciado para tratamento de saúde (Café Filho, que assumira com o suicídio do titular, Vargas) e do presidente em exercício (Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados) e, na sequência, na ordem da sucessão constitucional, empossou Nereu Ramos, vice-presidente do Senado.

O fato foi apresentado como “contragolpe legalista” e, assim, festejado. Em outras palavras, o Congresso, atendendo à voz majoritária das Forças Armadas e no rigor de sua competência constitucional, dava um golpe de Estado (o impedimento dos presidentes), para impedir, eis sua justificativa em busca de legitimação, o golpe de Estado que visava a fraturar a Constituição, impedindo a posse dos eleitos.

De forma similar, tivemos o golpe parlamentarista de 1961, já referido, quando o Congresso Nacional, diante da sublevação militar que intentava impedir a posse do vice João Goulart (episódio decorrente da renúncia de Jânio Quadros, essa sim uma tentativa, frustrada de *coup de main*), revogou o presidencialismo e aprovou a implantação *pro tempore* do parlamentarismo.

Nas duas situações agiu o Congresso Nacional nos termos de sua competência constitucional.

E, lamentavelmente, parece que fizemos escola. Similarmente, o Congresso paraguaio, em 2012, revogou, mediante *impeachment*, o mandato do presidente Fernando Lugo e o Judiciário hondurenho decretou, em 2009, a deposição e prisão do presidente José Manuel Zelaya.

Se o golpe de Estado, em regra, é promovido contra um governante, em 1937, no Brasil, foi a arma de que lançou mão o próprio governante, para fazer-se ditador, donde não ter havido mudança de mando nem de controle do poder.

O golpe clássico – com a deposição do governante – é substituído pela mudança de governo, mantido o governante.

O golpe operou-se por dentro, manipulado pela burocracia estatal associada a segmentos da classe dominante. É quando o golpe também pode ser manipulado de forma lenta e continuada, sem ruptura institucional, mas determinando alterações na ordem constitucional.

Neste caso, o que caracterizaria o golpe de Estado (ou essa espécie de golpe por dentro do sistema) seria a alteração de poder sem violência e dentro da ordem legal, ou seja, utilizando-se da própria ordem legal para fazer as alterações requeridas pelo novo projeto de poder.

Permanece a definição de golpe de Estado porque sua efetividade determina uma nova coalizão de poder, ao arrepio da soberania popular.

É um golpe de Estado que não pode ser acoimado de ilegal. Essas reflexões tentam compreender a crise constituinte brasileira de hoje ao identificar a operação de um “golpe” dentro do Estado, comandado internamente por uma burocracia estatal, autônoma em face da soberania popular e dos instrumentos da democracia representativa. Nesse caso não há ruptura de qualquer sorte, nem mudança de mando, mas radical mudança de política, agora sim rompendo com o pacto político de sustentação do governo. Refiro-me à mudança da política econômica do governo Dilma, na passagem de 2014 para 2015.

Essa burocracia governativa opera em condomínio com forças poderosas do capital concentrado, cujo objetivo é, na contramão do pronunciamento eleitoral de 2014, restaurar o controle neoliberal sobre a economia e o Estado.

O cerco do Estado em função dessa política, sem voto, mas representativa do poder econômico, revela seus primeiros movimentos ainda em 2014, quando, perdidas as eleições, decide o grande capital a tomada do governo, impondo-lhe a política rejeitada eleitoralmente.

Nesse sentido, operou e opera de forma desabusada a imprensa monopolizada, ecoando o que lhe dita a direita.

Seu primeiro fruto foi o ajuste fiscal, mas a ele não se limitou, impondo todo o receituário neoliberal: privatizações, precarização das relações de trabalho, independência do Banco Central, política de juros altos, as medidas recessivas que constroem o desemprego e, com audácia jamais vista, a fragilização da Petrobrás, para que se torne irrelevante e possibilite que o Pré-Sal, maior reserva de hidrocarbonetos descoberta no planeta nos últimos 30 anos, seja capturado pelas grandes petroleiras multinacionais.

Para tanto chegou-se ao requinte: a empresa, atacada por escândalos e pela crise internacional do petróleo, é desmoralizada; a queda de suas ações em bolsa é atingida pela especulação e pela campanha de descrédito da grande imprensa, e nesse quadro anuncia-se a redução dos investimentos e a venda de ativos, evidentemente na bacia das almas. Privatização e desnacionalização.

A agenda do governo é ditada pelos adversários do governo e dentro dele estamentos burocráticos autarquizados – setores do Ministério Público, setores do Judiciário, setores da Polícia Federal, associados à grande imprensa e por ela comandados – operam no sentido da desestabilização do governo.

Juiz de estranha jurisdição nacional preside, como se delegado fosse, inquérito que lhe caberia sanear e julgar com isenção; procuradores, promotores e juízes, até mesmo ministros de tribunais superiores, antecipam juízos sobre pessoas que estão sendo ou serão por eles jul-

gadas, a prisão preventiva é transformada em instrumento policial que visa a obter delações premiadas.

A imprensa, irresponsável em sentido pleno, transforma o acusado em condenado sem sursis e o submete à execração pública irreparável. O Congresso, comandado política e ideologicamente por uma oposição majoritária, opera o desmonte das conquistas sociais das últimas décadas.

O governo, nascido das bases populares da sociedade, opta pelo acordo de cúpula com os partidos, tornando-se prisioneiro de uma base parlamentar infiel, desleal e extremamente cara.

Necessitado do apoio social faz concessões às forças conservadoras; afasta-se das massas sem demover a direita de seu projeto golpista.

Quem não se inspira na história está condenado a repeti-la, repetindo seus erros.

(CC, 09.02.16)

Vargas, Juscelino, Lula

A característica certamente mais exemplar de nossa história é a conciliação. De cúpula sempre (ou seja, conciliação em nome da preservação dos interesses da classe dominante), impedindo a revolução (como tal entendida-se, também, a simples ameaça de emergência das massas) e retardando as reformas das mais simples às mais essenciais – todas, como meras reformas, pleiteadas conforme as regras do regime que não visavam alterar.

Em todos os momentos graves, a ruptura – ainda quando uma emergência histórica – cedeu espaço à concordata, pois o essencial foi sempre a conservação dos donos do poder no poder. Da Colônia ao Império, do Império à República e até aqui.

Mas a opção pela conciliação não impediu que nossa história fosse, desde o Primeiro Reinado, juncada de irrupções militares, às vezes quase só motins, como aqueles que precederam (preparando-a) a Independência e a sucederam (consolidando-a), até a resignação do Imperador, de malas

prontas para o cerco do Porto e a revolução liberal que, depondo d. Miguel, faria D. Maria, a rainha brasileira dos portugueses, subir ao trono.

No Segundo Império a preeminência militar senta praça após a infeliz guerra ao Paraguai, quando nossas forças de terra e mar alcançam algum grau de organização e profissionalismo/profissionalização e, animadas pelas penosas vitórias nos campos de batalha, decidem exercer presença na política imperial.

Era propício o momento, com as seguidas crises dos seguidos gabinetes, as campanhas abolicionista e republicana e, no plano ideológico, o positivismo grassando na caserna e conquistando a jovem oficialidade. Assim, na formação histórica brasileira, temos duas linhas convergentes sob o fundo autoritário: a conciliação e a insurgência militar.

Mas na altura do II Reinado nada que sugerisse, nem de leve, o que seria a presença desestabilizadora dos militares na República. Se o marco inaugural foi a “parada militar” do 15 de novembro, que derrubou o Império e viu a República consolidar-se com o golpe de Floriano, o ciclo se fecha com a conjuração do golpe de 1º de abril de 1964, que se afirmaria como uma ditadura de 20 anos.

Entre um polo e outro, de intentonas e sublevações, seria rico o primeiro terço do século: o levante do Forte de Copacabana (1922), a insurgência paulista de Miguel Costa (1924) e a coluna Prestes (1924-1927) caracterizaram a República Velha, que morreria em 1930 com a irrupção civil militar que passaria à história como Revolução de 1930, hegemônica pelos tenentes de 1922 e 1924, que comandariam as forças militares e permaneceriam no prosaetrio da política até a ditadura de 1964: Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel...

A revolução de 1930 — que empossa Getúlio Vargas —, transforma-se na ditadura do “Estado Novo” em 1937, após sufocar a “revolução” (constitucionalista) paulista (1932) e um levante de militares comunistas comandados por Luís Carlos Prestes (1935). Os mesmos generais responsáveis pelo golpe de 1937 (à frente de todos Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra) agora se levantam contra Vargas. Após o desmantelamento de um *putsch*

integralista (1938) depõem (1945) o ditador que haviam alçado ao poder e abrem caminho para a restauração democrática. Inicia-se com um general, o ex-ministro da Guerra da ditadura, o Gal. Dutra, o ciclo de presidentes eleitos pelo voto popular e de regimes democráticos que os mesmos militares sufocariam 18 anos passados (1964).

Após uma sequência de golpes militares e tentativas de golpe – deposição e suicídio de Vargas (1954); tentativa de impedimento da posse de JK-Jango e contragolpe militar de Lott-Denis (1955); tentativa de impedir a posse de Jango (crise da renúncia de Jânio Quadros) e golpe parlamentarista (1961) – a estratégia da preeminência militar abandona as intencionalidades e as irrupções para exercer um efetivo superpoder, pairando acima dos três poderes constitucionais, regendo a República sem depender da soberania popular ou submeter-se a qualquer regramento.

Foi o largo período dos pronunciamentos militares manifestando-se sobre a vida civil e interferindo na política. Naquele então o Clube Militar era uma instância suprema, na qual os destinos do país eram decididos. Naquele então, os militares se pronunciavam sobre tudo, até sobre os índices do salário-mínimo, e podiam exigir e obter a demissão do ministro do Trabalho que ousava favorecer os interesses dos trabalhadores.

Momento dos mais significativos dessa preeminência – ou do exercício desse poder paraconstitucional –, seria observado, no regime democrático, em 1954, com a “República do Galeão”, anunciando o que seriam os tempos da ditadura de 1964-1984.

Os fatos estão no registro da história. Em agosto de 1954, uma desastrosa tentativa de assassinato de um jornalista (Carlos Lacerda), termina com a morte de seu guarda-costas, um major da aeronáutica (Rubens Vaz) da ativa, o que enseja a brigadesiros e coronéis da FAB instalarem um IPM – à revelia da Polícia Civil – e, sob o pretexto das investigações desse crime, em qualquer hipótese um crime comum, instaurarem o que ficou batizado como a “República do Galeão”, em homenagem ao aeroporto carioca em cujas instalações militares os coronéis operavam, à margem da ordem legal⁹.

9. Este tema foi referido em artigo anterior.

E assim sem leis a observar, desconhecendo limites a obedecer, o comandante do inquérito, ou presidente dessa República autoconstituída dentro da República constitucional, tornou-se um reizinho absoluto, porque tudo podia: todas as diligências, todas as prisões, senhor que era de todas as jurisdições. Tinha o respaldo de seus superiores – fortalecidos em face da fragilidade crescente do governo e de seu chefe – e o aplauso da grande imprensa, que o incentivava.

Tudo queria, tudo podia e tudo alcançava porque o objetivo do IPM e da “República” não era apurar a morte do major guarda-costas, mas atingir, como afinal atingiria mortalmente, a honra do presidente Getúlio Vargas, alvo da mais injuriosa, da mais violenta campanha de imprensa jamais movida no Brasil contra um chefe de Estado.

A infâmia, a injúria e a difamação não conheciam limites, invadindo mesmo sua privacidade e a intimidade de sua família. Vargas, o homem, o presidente, o líder de massas era o objetivo da imprensa unanimemente hostil, a serviço da direita derrotada com sua eleição em 1950.

Destruí-lo era o desejo de uma oposição desvairada, era o projeto de militares sublevados e de setores ponderáveis da classe média, conquistados para a razia antivarguista e pelas denúncias, jamais comprovadas, de um “mar de lama” que correria pelos porões do discreto e quase ascético Palácio do Catete.

Enterrado Vargas, empossados Café Filho (presidente), Eduardo Gomes (ministro da Aeronáutica) e Juarez Távora (ministro chefe da Casa Militar), encerraram-se os inquéritos e nem os militares, nem a imprensa, nem a antiga oposição voltam a falar em corrupção.

Em 1964, retornam os IPMs, os inquéritos comandados por coronéis e a caça às bruxas, primeiro indiscriminadamente, em seguida de forma metódica, com alvo preciso, o ex-presidente Juscelino Kubitscheck. Mas aí era um regime de exceção, uma ditadura.

Os inimigos do novo regime foram transformados, uns (pessoas e entidades, como os sindicatos) em subversivos, outros em corruptos, e porque eram inimigos do regime eram, necessariamente, aos olhos deste,

subversivos ou corruptos. Antes de acusados eram condenados, pois a acusação era a justificativa da condenação prévia, e os acusados eram presos para que seus crimes fossem apurados, apurados para justificarem a condenação e a pena, já imputada.

Juscelino era, nos primeiros anos do golpe militar, o único líder civil do regime anterior politicamente sobrevivente. Jango, Brizola e Arraes amargavam o exílio. Torna-se, assim, JK, o inimigo a ser abatido. Como não poderia ser acusado de subversivo, foi condenado como corrupto, pela imprensa e pelos militares. A imprensa repetindo o ditado dos militares, embora nada tivesse sido ou fosse apurado contra ele.

Condenado, foi chamado a depor duas ou mais vezes em inquéritos militares (pois a pena decretada era sua desmoralização pública) até que, ameaçado, temendo maiores humilhações e mesmo temendo por sua integridade física, optou pelo exílio. Os militares não falaram mais nos inquéritos abertos e a imprensa o ignorou até ser obrigada a registrar o pranto nacional em sua trágica morte.

A história não se repete, mas saltam aos olhos as semelhanças entre o ódio vítreo que se construiu contra Vargas e JK e este que a imprensa brasileira, quase em uníssono, destila, alimenta e propaga contra o ex-presidente Lula, açulando, não mais as Forças Armadas como antes, mas agora agentes policiais sem comando, procuradores sem limites e juiz na presidência de inédita jurisdição nacional.

A história não se repete. Mas o ex-presidente Lula já foi chamado a depor, na Polícia Federal, umas duas ou três vezes, e agora é intimado, com a mulher, a depor em inquérito aberto pelo Ministério Público paulista. Precisa explicar porque desistiu da compra de um tríplice em Guarujá e porque visitava um sítio em Atibaia, e porque incentivou a indústria automobilística quando o país precisava criar empregos. O Ministério Público exige de empresas contratantes provas de que Lula deu palestras.

Condenado sem sursis como corrupto pela imprensa – como Vargas e JK –, exposto à execração pública, decaído em seu prestígio, como agora,

Lula – e eis o que se pretende – estará afastado das eleições de 2018, seja como candidato, seja como grande eleitor.

Condenação decretada, pena anunciada, procura-se uma narrativa: eis o propósito, a finalidade dos inquéritos abertos e a serem abertos. Trata-se de destruir o último grande líder popular brasileiro. E isso vale, aos olhos de seus algozes, todo e qualquer preço.

A burguesia regurgita o sapo barbudo que as massas a fizeram engolir nas últimas eleições.

(CC, 15.02.16)

Golpe e resistência

Na sua inexcusável capacidade de superar a fantasia, a política rasteira nos transportou, no domingo 17 de abril, para o imaginário de Macondo, promovendo o encontro do realismo fantástico com o espírito de Macunaíma, no que ele tem de moralmente lássido e grotesco. A sociedade, preocupada com os destinos de seu país, postou-se diante da TV para saber como votavam seus representantes chamados a decidir o destino do mandato da presidenta da República. Mas, no lugar de um espetáculo cívico, presenciou uma ópera bufa. Por horas, assistiu incrédula – e certamente constrangida – ao desfilar tragicômico de personagens ridículos que se sucediam diante das câmeras. Assim, o Brasil conheceu a Câmara e seus deputados. Aplausos para as exceções.

Não se ouviu dos adeptos do SIM um só conceito político ou jurídico, um só desenvolvimento de raciocínio adulto, lógico, mas, tão-só, um desalentador desfile de sandices e pieguices: referências domésticas, familiares, expressões de uma religiosidade primitiva... Absoluta ausência de senso e decoro. Uma pantomima. Ao fundo, a algaravia de mercado persa, incompatível com uma Casa de leis. Mestre de cerimônia do espetáculo burlesco, reinou impávida essa figura abjeta representada pelo ainda presidente da Câmara, deputado-réu, materialização de Frank

Underwood, que salta da série estadunidense e dos esgotos do Capitólio para conviver conosco.

O espetáculo grotesco oferecido pela Câmara Federal expõe à sociedade quão imperiosa é a reforma, profunda, do sistema eleitoral que a produziu. Mas como esperar que nossos parlamentares livrem a legislação das mazelas e vícios que garantem a reprodução de seus mandatos? Pois essa é a Câmara que abriu o processo de *impeachment*. Uma Casa de maioria hegemônica por um agrupamento de acusados, presidida por um parlamentar consabidamente desonesto, comandando um processo de cassação de uma presidenta consabidamente honesta. E se essa farsa tiver curso no Senado Federal, há risco de vermos uma presidenta legitimamente eleita por 54,5 milhões de votos ser substituída por um vice perjuro, sem um só voto!

Pobre política brasileira. A crise da democracia representativa brasileira está exposta à luz do sol e pode atingir o paroxismo, que certamente tomará as vestes de crise institucional, no iminente encontro da desmoralização parlamentar com o exercício da presidência por um vice sem legitimidade. Longe de promover o encontro da Nação com seu destino, de liderar a distensão política a caminho da união nacional, o hipotético governo será instrumento de desagregação, agravando a até há pouco escamoteada luta de classes, que será aprofundada, independentemente do que fizerem os movimentos sociais, em função das características da crise e do remédio prometido pelo receituário neoliberal e exigido pelos financiadores da caríssima campanha *pró-impeachment*: menos investimentos, mais *superávit* primário e menos compensações sociais, flexibilização do trabalho e reforma da previdência (contra os aposentados), mais privatização, mais recessão, mais desemprego. E, como cereja do bolo, a entrega do Pré-Sal às multinacionais do petróleo. Ao fim e ao cabo, mais crise social.

Aliás, deve-se à direita o desmanche das ilusões de conciliação de classe que por tanto tempo encantaram lideranças petistas, imobilizando-as diante da luta ideológica, a que renunciaram, como renunciaram

seus governos às reformas que poderiam, sem ferir o sistema, alterar a estrutura do Estado e promover uma correlação de forças favorável às massas. Renunciaram a uma reforma tributária progressiva, renunciaram à reforma política (daí a Câmara de hoje, que será sucedida por outra ainda pior), à democratização dos meios de comunicação de massas, à reforma do Poder Judiciário, à reforma agrária, à reforma do ensino militar, para citar as mais ingentes. Um governo de origem popular, recém-saído de uma refrega eleitoral para cujo desfecho a esquerda foi decisiva, opta pelos entendimentos de cúpula que cevaram as forças que o trairiam na primeira oportunidade. Para agradar o ‘mercado’ opta por um reajuste fiscal recessivo, afasta-se de suas bases e não conquista a classe dominante, para quem acenava. Essa continuou no comando do golpe, do qual o 17 de abril não é nem o ponto de partida, nem o ponto de chegada.

O processo histórico, porém, é contumaz em pregar peças, e assim ficamos a dever à direita brasileira a reaglutinação das esquerdas e do movimento social, e a virtual unidade, na ação, do movimento sindical. Foi a ameaça de captura do Estado, sem voto, para alterar a agenda de prioridades, projeto da classe dominante brasileira, que reconciliou o governo com as massas, quando essas descobriram que o golpe era mesmo contra elas, isto é, contra os direitos dos trabalhadores, agora em 2016 como em 1954 e em 1964. A iminência do golpe de Estado – operado a partir das entranhas do Estado, por setores do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do Judiciário, mas articulado de fora pelas forças de sempre (o monopólio ideológico dos meios de comunicação liderados pelo sistema *Globo*) ensejou às esquerdas, como mecanismo de defesa que logo se transformou em instrumento de luta, a unidade na ação, de que resultou a Frente Brasil Popular e, com ela, a unificação dos movimentos populares e as grandes mobilizações.

A *consigna* ‘Não vai ter golpe, vai ter luta’, que em outras palavras significa a retomada, pela esquerda, da questão democrática, e a decisão pelo enfrentamento, tanto funcionou como discurso aglutinador quanto

orientou a ação. Nas ruas as massas redescobriram sua força e não pretendem refluir. O movimento social, assim, está na fronteira de um salto de qualidade, que lhe permitirá caminhar da defesa da legalidade e da democracia para o pleito e construção de um novo tipo de sociedade. Golpeadas pela farsa do *impeachment*, as esquerdas se preparam para unir a luta parlamentar à luta nas ruas.

As emoções desses dias parecem enunciar embates de duração, intensidade e profundidade impossíveis de prever.

(CC, edição impressa, 20.04.16)



II

PORQUE FRENTE, PORQUE AMPLA

Porque Nacional, porque popular, porque Frente Brasil Popular

Ao sepultar mais uma vez a reforma política, a Câmara dos Deputados – mal acompanhada pelo Senado – dá testemunho de seu distanciamento da vontade nacional e acentua a agonia da democracia representativa. É certo que deu importante passo para o fim da reeleição, mas esse gesto se anula no seu esforço de manter a presença do poder econômico manipulando a vontade eleitoral, corrompendo os partidos e a administração pública.

De costas para a vontade da soberania popular, assim órfã de representação, a Câmara – com a conivência dos partidos, que renunciam à vida ativa – legisla majoritariamente em busca do atraso, quando o país reclama avanço. Sem programas a observar, acuados, os partidos do campo da esquerda, majoritariamente – é deles que cuida – recusam o enfrentamento ideológico, e, assim, o tônus parlamentar é ditado pelo baixo clero, abrindo espaço para a ação desenvolvida dos radicais acéfalos da bancada BBB – bíblia (leia-se pentecostalismo primitivo), boi e bala – cuspidor intolância, uma intolância que perigosamente começa a esgarçar o tecido social, de que são exemplo as paulistanas cenas de constrangimento contra ex-ministros do último governo Lula em locais públicos como hospital e restaurantes, e manifestações de grosseria contra leitores de digna revista semanal brasileira. À míngua de con-

dução programática (a ordem vigente é o pragmatismo despudorado) os deputados caminham, sonâmbulos, sem eira nem beira, perdidos, entre uma votação e outra, uma e outra votação esdrúxula, uma negando a outra, refazendo numa noite o feito do dia anterior, caso o deliberado não tenha sido do agrado do seu presidente, senhor de barço e cutelo do plenário. Perdidos nesse caos, atropelam-se senadores e deputados, comandados pelo acaso, ou pelo oportunismo, quando não pelas forças que movem os cordéis de uma fileira de marionetas, como lobistas que conseguem impor através de emenda a medida provisória (os chamados “jabutis”) a construção de *shopping center* no meio das edificações do Congresso Nacional, quando, em nome do reajuste, são os trabalhadores ameaçados, pelo mesmo Congresso, com mais cortes de direitos. Surpresa? Nenhuma. Ora, o projeto do Distritão, um verdadeiro *exorcet* contra os partidos, felizmente derrotado, foi projeto de Temer, patrocinado pelo PMDB, e do PMDB, o maior partido da base governista, são os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, Eduardo Cunha e Renan Calheiros, verdadeiramente os principais adversários do governo, de quem o vice Michel Temer, presidente desse mesmo PMDB, é nada menos que o coordenador político¹⁰.

A descaracterização de nossas siglas, que põe em xeque a democracia, é fator decisivo na crise da governança, que ameaça a política, a institucionalidade e a recuperação econômica do país. Promovendo uma reforma política que nada reforma, embora acentue o que deveria ser revogado, a Câmara não apenas repete a sentença de Lampedusa (mudar para que tudo fique na mesma), como, antes de mais nada, aprofunda as mazelas que corrompem a política e desnaturam a legitimidade do voto. Refiro-me à deplorável constitucionalização do financiamento das campanhas eleitorais, dos partidos e dos candidatos por empresas privadas, com as conhecidas repercussões corruptoras sobre a vida pública.

A Câmara de hoje (no que é acompanhada pelo Senado de Renan Calheiros) põe em relevo o que todos sabemos: que dela não podemos

10. Michel Temer foi coordenador político do governo Dilma no período.

esperar a reforma política de que carecemos, a não ser que consigamos convencer a opinião pública de sua imprescindibilidade e urgência, novamente levando grandes massas às ruas, como grupo de pressão sobre o Parlamento. Só uma Frente popular, nascida de baixo para cima, sem compromissos eleitorais imediatos, poderá fazer face à anomia das forças progressistas.

Nos momentos de crise profunda, como a que atravessa o país, a consciência social soube sempre emergir. Como já se deu no passado, e sempre atendendo a um imperativo histórico, hoje retomamos a necessidade das políticas e ações de Frente, cujo primeiro objetivo – é isto o que está posto – deverá ser reaglutinar os cidadãos em defesa do republicanismo, da governabilidade e das garantias democráticas, pilasstras do progresso social, econômico e político. O segundo momento dessa Frente será ditado pela vida real. Não nos apressemos em planejá-lo.

Não é esta a hora de promover o reordenamento partidário, mas já sabemos que ele é inevitável, no campo da centro-esquerda, em face do notório esgotamento – político, ideológico, orgânico e (saberemos amanhã) eleitoral – de nossas siglas. O que virá, e quando, o processo histórico dirá.

A primeira luta, esta imposta pela pauta parlamentar, é a reforma política que o Congresso, em reconhecido mecanismo de autodefesa, se nega a levar a cabo.

Por que a reforma política? Porque precisamos evitar o distanciamento crescente entre o eleitor e o eleito, fosso que desnatura a democracia representativa, já corroída pela associação corruptora do poder econômico e do poder político; porque precisamos transitar da democracia representativa para a democracia participativa, já ensaiada pela Constituição de 1988.

Por que Frente política? Porque precisamos reunir forças para impedir o avanço da reação conservadora. Por que popular? Porque a Frente só terá sentido como alternativa da cidadania ao impasse político. Por que ampla? Porque só uma frente representativa das forças populares, aberta aos democratas de um modo geral, poderá assegurar os direitos dos trabalhadores e as conquistas sociais e econômicas das últimas décadas.

O enfrentamento ao retrocesso requer, além da unidade das esquerdas, o concurso de todas as forças, não só de esquerda e não só progressistas, mas igualmente a aliança com as forças nacionalistas, democráticas e setores liberais avançados comprometidas com a legalidade. Política de Frente é isso.

Essa Frente é necessária para promover a reforma política, mas é necessária, acima de tudo, para deter o avanço da coalizão reacionária que controla o Congresso, o qual, desvinculado do sentimento nacional expresso em seguidas eleições, observa uma agenda de regresso social e econômico que aos poucos desconstitui o Estado inaugurado com a Carta democrática de 1988, fruto daquele pacto que possibilitou a Constituinte. Uma Frente para impedir a redução da maioria penal, a aprovação de um retrógrado “Estatuto da família”, a terceirização e a precarização do trabalho como tese, a proliferação das armas de fogo, a destruição das reservas indígenas. Mas uma frente também que lute pelas reformas postergadas. Uma Frente que retome a luta pelo desenvolvimento com emprego e distribuição de renda, pela defesa da soberania nacional, que ponha pelo avesso a política tributária regressiva, que tribute as grandes fortunas, a herança e os ganhos do grande capital. A Frente, assim, deve ser entendida como resposta da cidadania à razia antiprogresso e pró-atraso alimentada de longa data por setores irresponsáveis da grande imprensa – um monopólio ideológico administrado por cartéis empresariais –, setores atrasados da classe dominante e grupos e partidos políticos que adotam abertamente as teses da direita mais inconsequente, definitivamente irrequieta com a resposta eleitoral de 2014. Uma razia absolutamente descomprometida com os valores democráticos, sem perspectiva histórica, e incapaz de ver o país e seu povo e os interesses coletivos, nossos interesses de povo e nação, nossa História e nosso projeto de futuro. Porque sempre voltada para os interesses pessoais e particulares da burguesia, sempre menores, miúdos e mesquinhos. É a velha pequena política de sempre.

A clássica visão alienada de nossas elites ideologicamente exógenas. Uma Frente assim está aberta aos dirigentes de todos os partidos políticos democráticos e progressistas que concordem com seu ideário – aqui

proposto de forma sumária – para que, como militantes, adiram ao seu processo de organização, levando para seu campo político os temas com os quais pretendemos construir nossa unidade. A Frente, democrática e ampla, deverá estar permanentemente aberta ao concurso de todos os trabalhadores e assalariados em geral, aberta aos estudantes, aberta aos profissionais liberais, aberta às associações de classe e às diversas instituições do movimento social e da sociedade civil.

A boa política de Frente, diga-se de logo, não é e não poderia ser contra os partidos, nem deve pretender substituí-los. Mas pode ajudá-los, cooperando para a recuperação da legitimidade perdida por erros e descuidos ideológicos e éticos imperdoáveis. Uma Frente democrática e ampla, contemporânea – e só assim terá sentido – poderá, até, animar os partidos, retirando da inação ponderáveis setores do campo da esquerda; uma Frente assim será espaço de debates e instrumento de ação coletiva. Acolhendo os partidos progressistas, poderá, com eles e com o movimento social, construir o programa propositivo de que carecemos hoje. A Frente, se ampla, popular e democrática, poderá oferecer-nos um “Projeto para o Brasil”. Entretanto, não andarão um milímetro se carecer de legitimidade. Essa legitimidade indispensável será auferida de sua construção democrática, disposta que deverá estar sempre para dialogar com os sentimentos da maioria da sociedade brasileira. Só assim a Frente estará habilitada à ação consequente.

Se for verdade que a reflexão pela reflexão é inócua, a resposta à anomia não pode ser, porém, a ação pela ação, que leva ou à doença infantil do esquerdismo, ou ao voluntarismo, ou ao nada fazer, primo do niilismo, doença dos dias correntes, porque teoria e prática são irmãs siamesas, respirando com o mesmo pulmão.

A práxis, como sempre, e no Brasil de hoje mais do que nunca, cobra a prévia reflexão, pois, sem conhecer a realidade, é impossível nela intervir, modificá-la. Esse processo é, igualmente, de autorreflexão, autoconhecimento, autorevisão de valores, comportamentos e formulação de paradigmas. Uma revisão que deve ser, também, uma autocrítica de nossa trajetória recente, tendo a coragem e o desprendimento de rever o que precisar ser revisto.

O projeto da direita está exposto, e para enfrentá-lo precisamos construir nosso projeto de Brasil – o projeto das forças que se opõem ao atraso – espelhado na diversidade intrínseca à concepção de Frente. Pois Frente é, fundamentalmente, uma política de unidade em torno de princípios majoritários, quando se elegem objetivos maiores (justificadores da unidade tática), abrangentes, seja a defesa/preservação de direitos, seja a luta por avanços e conquistas, como foram, entre nós, as frentes organizadas contra o Estado Novo e a ditadura militar (1985), tanto quanto as frentes que lutaram pelo petróleo brasileiro, pela Anistia, pela Constituinte, pelas Diretas Já, pelos direitos humanos e contra a tortura.

A Frente que as circunstâncias de hoje cobram é eminentemente política e visa a preservar conquistas políticas, como a defesa da soberania ameaçada pela fragilização da base produtiva da indústria, e seu grande instrumento de luta é a participação popular na definição de seus interesses. Mas não pode ser uma Frente simplesmente reativa. Mais que tudo deve ser protagonista e para isso propositiva.

Não deve ser, como já foi dito, uma “frente de esquerda”, pois precisamos ir ao encontro da sociedade, que é bem mais ampla, especialmente na direção dos mais amplos setores da população, principalmente das faixas despolitizadas, e voltar a dialogar com a classe média, ampliando com os setores liberais e progressistas. Quanto mais ampla, mais forte, quanto mais democrática mais popular. Além de ampla, a Frente deve ser popular, no sentido de que deve ter raízes no movimento social, no MST e nos sindicatos, mas não só neles, pois também no movimento estudantil, nas mais diversas organizações dos movimentos sociais, e nos partidos, e junto aos intelectuais, e a políticos com ou sem mandato, aos dirigentes de entidades de classe, aos movimentos espontâneos como aqueles que surgiram e se mobilizaram nas jornadas de 2013. A Frente deverá dialogar com as grandes massas não alcançadas pelo movimento sindical. Por isso, não pode ser uma Frente só de partidos, nem pode ser constituída olhando para eleições quaisquer, sejam as de 2016, sejam as de 2018. É preciso trabalhar o presente com os olhos no médio e no longo prazo, acreditando na pedagogia do processo histórico

que indicará as lutas a serem abraçadas e as formas da atuação popular e as sendas a serem caminhadas. O caminhar indicará o rumo.

Esse sentido de necessidade é comum ao país inteiro. Em todos os Estados surgem grupos os mais diversos, se organizando espontaneamente e discutindo o país e procurando novas formas de atuação, decidindo o que fazer e o como fazer, indicando que a anomia está mais nos partidos e nas organizações do que no seio da sociedade, longe dos jovens e dos trabalhadores, que anseiam por participação.

São ações e projetos ainda dispersos, como as várias propostas em torno da ideia, campo e objetivo de Frente, que, ao final, se trabalharmos corretamente, haverão de convergir para o projeto comum, a retomada, ainda no governo Dilma, do progresso social e da emancipação econômica do país, primeiro e indispensável passo para a construção de uma sociedade com menos desigualdades sociais e de respeito aos setores produtivos e defesa do trabalho.

Não serão poucos nem irrelevantes os desafios que haveremos de enfrentar. São poderosos os interesses que inevitavelmente contrariaremos.

O mundo globalizado vive o impacto negativo do avanço das forças conservadoras no rasto da crise do capitalismo financeiro e a tragédia de economias como as da Espanha e da Grécia. Entretanto, assiste-se no Brasil à recuperação das teses do neoliberalismo, as mesmas que fracassaram nos governos Sarney, Collor e FHC, as mesmas que estão devastando a economia e os direitos sociais na Europa. Essa retomada não se dá por obra do acaso. Ela tem atrás de si a conjunção dos mais fortes e poderosos interesses econômicos, inclusive internacionais, com sólido enraizamento no quadro político tradicional brasileiro. Essa reincidência visa a deter os movimentos emancipacionistas da América do Sul e o papel que no hemisfério vem exercendo o Brasil; visa a impedir nossa integração, visa a destruir com o Mercosul – levando a reboque a Unasul –, e, no segundo momento, enfraquecer ou mesmo inviabilizar os BRICS, esse forte bloco que forma com países de diferentes continentes uma agenda comum em busca do desenvolvimento não subordinado à hegemonia unipolar. Essa

reincidência visa a estancar os movimentos populares e os governos voltados para a emancipação dos países e dos povos irmãos da América do Sul, porque voltados para a reparação das históricas iniquidades sociais e econômicas que marcam nossas sociedades.

Em contraposição, se lograrmos a constituição dessa Frente, contaremos com um instrumento de defesa e sustentação de uma política interna desenvolvimentista e de uma política externa independente, ativa e ativa, ressaltando a integração regional e nossa inserção soberana no mundo, tanto no campo geopolítico quanto geoeconômico, de modo independente e sem subordinação aos interesses estratégicos hegemônicos. À coalizão antinacional e antipopular, a resposta eficiente é a coalizão popular e nacional, a Frente Brasil Popular, congregando e mobilizando os mais diversos setores do pensamento progressista e da ação política da sociedade brasileira. Só o movimento de massa ocupará os espaços vazios deixados pelo recuo da ação de esquerda e, por isso mesmo, hoje ocupados pela direita.

Os partidos, inorgânicos e divididos, a começar pelos que compõem a instável e inconfiável base do governo Dilma, não se mostram – à toda evidência – capazes de, isoladamente ou não, enfrentar a crise instalada, aliás, com a devida contribuição de cada um. Os principais e mais efetivos e contundentes opositores de hoje são os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, quadros ilustres do maior partido da coalizão governista, o PMDB, cujo presidente é o vice-presidente da República. Nesse contexto, o papel da Frente não será o de superar esses partidos, mas de, com eles e fortalecendo-os, reunir forças e aumentar a capacidade comum de resistência e luta, inclusive dentro do governo. A Frente Brasil Popular pode avançar quantitativamente e qualitativamente, dando nova feição ao enfrentamento político. Se assim for estaremos, com a Frente, superando a inapetência dos partidos políticos ainda situados no campo da esquerda. Superação esta, porém, que não será negação, pois a Frente – é preciso dizê-lo sempre – não se ergue contra os partidos, nem os substituirá, porque não há política sem partidos. Esse reconhecimento, todavia, não impede a crítica ao pragmatismo, ao eleitoralismo que muitas

vezes leva, como tem levado no presente, à lassidão ética e à renúncia programática. Se capazes de apreender a inquietação e a cobrança de debate que se instalam entre os jovens e os trabalhadores, entre os setores da sociedade que não admitem nem retrocessos nem a renúncia a conquistas de novos e mais largos direitos, os partidos e as organizações de esquerda poderão conhecer, na crise, seu renascimento.

A Frente a que me refiro, a que carecemos e que a sociedade está a pedir, é movimento de caráter nacional político e popular, daí Frente Brasil Popular, que volta suas vistas para um horizonte largo que caminha para além do processo eleitoral, aberto a todos os brasileiros, partidos e sindicatos, estudantes e trabalhadores, empresários, intelectuais e pensadores democratas e progressistas.

Não basta, entretanto, que a FBP defina seus fundamentos, compromissos e objetivos se não for uma organização que parta das legítimas e estratégicas conquistas do povo brasileiro – os direitos dos trabalhadores e assalariados em geral, o patrimônio nacional, os direitos à educação e à saúde públicas, universais e de qualidade, o desenvolvimento soberano, e, sobretudo, a plenitude democrático-participativa – para estabelecer sua agenda e sua mobilização junto à sociedade brasileira.

As Frentes se unificam em torno de projetos objetivos, e pautas concretas. Sabemos. Hoje, a urgência política reclama uma Frente nacional popular comprometida com a defesa da governança, da soberania, da democracia, dos direitos dos trabalhadores, da retomada do desenvolvimento com distribuição de renda e do combate à pobreza.

A democracia precisa ser assegurada no seu significado mais amplo, através da participação popular em assuntos de interesse da cidadania. Essa luta compreende a democratização dos meios de comunicação, assegurando a liberdade de expressão, impedindo o monopólio ideológico e o oligopólio empresarial.

Não haverá, porém, legitimidade democrática se não houver legitimidade do processo eleitoral que está, há décadas, à espera de uma reforma política que rompa com práticas e métodos e vícios de fraudes que a socie-

dade já não mais aceita. A pauta da reforma política pode ter como referência para o debate as propostas da CNBB e da OAB, eliminando tanto quanto possível no capitalismo a ingerência do poder econômico no processo eleitoral e na vida partidária, que tanto distorce a afirmação legítima da soberania do voto.

A defesa da soberania nacional é *conditio sine qua non* para que possamos assegurar a posse e geração das riquezas no país em prol do seu próprio desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida de suas populações, e, dessa forma, superar as iniquidades sociais e econômicas estruturais e resilientes no país.

Os direitos dos trabalhadores são conquista histórica já incorporada ao patrimônio político-jurídico de nosso país. Não pode haver recuo, mas, ao contrário, tão-só o aprofundamento dessas conquistas, promovendo a universalização do ensino público de qualidade e da prestação dos serviços de saúde, eficiente e de qualidade.

A experiência ensina aos que esperam aprender com a história que não há alternativa para países como o Brasil senão o desenvolvimento sustentável e com distribuição de renda, pois, sem a produção de riqueza, não há possibilidade de combate sério às desigualdades e às discriminações.

A Frente deverá ser movimento de caráter nacional e popular. Movimento político não partidário, mas aberto aos partidos progressistas e seus militantes, voltará as vistas para um horizonte largo que caminha para além da crise presente (preparando-se para enfrentar suas consequências), para além do processo eleitoral. Cumpra-lhe a retomadas da luta pelo socialismo.

Não basta, entretanto, que a Frente defina seus fundamentos, compromissos e objetivos se não consagrar-se como organização que parta das legítimas e estratégicas conquistas do povo brasileiro – os direitos dos trabalhadores e assalariados em geral, o patrimônio nacional, os direitos à educação e à saúde públicas, universais e de qualidade, e, sobretudo, à democracia – para estabelecer sua agenda e sua mobilização junto à sociedade brasileira.

Uma proposta de programa mínimo de luta pra a Frente Brasil Popular:
Uma Frente contemporânea lutará, prioritariamente:

1. pela democracia e seu aprofundamento, no seu significado mais amplo, através da participação popular nos temas de interesse da cidadania; essa luta compreende uma reforma política que busque a legitimidade do processo eleitoral, livrando-o do abuso tanto do poder econômico quanto político, controlados pelo grande capital e por setores retrógrados; a democracia representativa, esgotada, abre espaço para a democracia participativa;
2. pela defesa da soberania nacional, que, entre sociedades formalmente independentes, só é possível se o país rejeitar o endividamento externo;
3. pelo fim de todas as desigualdades e discriminações;
4. pela diminuição das desigualdades econômicas e a defesa e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores e assalariados, promovendo a melhoria da qualidade do ensino público e dos serviços de saúde;
5. pela retomada do desenvolvimento sustentável, que depende do aumento do investimento público e do investimento privado; o que só será viável se o país sair da armadilha de uma taxa de juros muito alta e de uma taxa de câmbio sobrevalorizada no longo prazo; e, corolário;
6. pela retomada da luta pelo socialismo.

A criação da Frente Brasil Popular assegurará – nas ruas e no plano político e institucional – a defesa da governabilidade nesse 2º mandato da presidenta Dilma Rousseff, e ainda apontará para o futuro.

Uma Frente assim concebida, em cuja viabilidade apostado, agirá em duas dimensões:

Primeira: para combater a alimentação da crise política que fortalece os setores mais atrasados dos partidos e da sociedade, e da crise econômica que privilegia apenas o grande capital;

Segunda: para enfrentar os que, com a adoção de medidas que reduzem o emprego e a renda dos trabalhadores, ganham com os juros altos e a

especulação cambial, que favorece os setores financeiro e rentista.

Esses princípios, em torno dos quais espera-se que a Frente se constitua, apontam para ações concretas e imediatas como a resistência às teses do neoliberalismo, que implicam juros elevados e restrições aos investimentos governamentais em infraestrutura, pilares da retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, indispensável para o combate às desigualdades sociais, de patrimônio e renda, que penalizam os trabalhadores e as camadas mais pobres da população.

Consabidamente, estamos diante de um quadro de desafios e de riscos a nossas conquistas históricas, conquistas que pertencem a toda a nação e cuja defesa por si só justifica a mobilização da sociedade e, é razoável supor, das ruas. Esse é o espaço natural dos movimentos populares, de onde virão demonstrações de que o povo sabe quem são seus verdadeiros representantes e quais são seus direitos ameaçados.

Superada essa dura conjuntura, provavelmente colocar-se-á para essa Frente, nos horizontes de médio e longo prazo, a condição de uma força política crucial para o progresso do Brasil e para o bem-estar dos brasileiros.

Os dias vindouros serão construídos a partir do que fizemos hoje. Nessa Frente cabem todos os brasileiros que lutam pelo progresso e pelo desenvolvimento nacional, pela soberania, pela construção de nossas riquezas com distribuição de renda, pela defesa da empresa nacional, pelas garantias dos trabalhadores, pelo desenvolvimento, pela democracia participativa. A Frente, para responder ao desafio que justifica sua formação, precisará estar permanentemente aberta a todos os democratas e a todas as forças progressistas, aos partidos e aos sindicatos, a todos os intelectuais, estudantes e trabalhadores. Só assim será, realmente, uma Frente, democrática, ampla e popular.

III

A CRISE: QUAL A SAÍDA

Mesa-redonda no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro¹¹

Nota introdutória

Epitácio Brunet

As eleições presidenciais de 2014 – foram dois turnos, registre-se – fizeram aflorar uma disputa ideológica e política pouco conhecida no Brasil, um país, segundo alguns de seus intérpretes acadêmicos, pouco dado à dimensão cruenta como ocorreu este processo eleitoral.

De imediato, no sentido da legitimação da vitória de Dilma Rousseff, não obstante (ou exatamente por isso) a ausência de uma organização pouco clara, deu-se um processo de encontros em vários estados brasileiros, em distintos círculos, de analisar o que se dera, e, desse modo, refletir e formular sobre os caminhos que se apresentam.

No Rio de Janeiro, desde novembro de 2014, logo após as eleições, profissionais liberais, jornalistas, professores, líderes políticos e sindicais, estu-

11. Mesa-redonda organizada pelo IBEP – Instituto Brasileiro de Estudos Políticos – e pelo Cebela – Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, e que contou com o patrocínio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em cuja sede se realizou no dia 22 de abril de 2015. Dela participaram os professores Luís Manuel Fernandes e Roberto Amaral e o ex-governador (RS) Tarso Genro.

dantes, militantes de partidos políticos, políticos com ou sem mandatos partidários – Roberto Amaral (ex-ministro de Ciência e Tecnologia do governo Lula), os deputados federais Glauber Braga, Alessandro Molon, Jandira Feghalli, o ex-ministro da Saúde José Temporão, os professores Otávio Velho, Lincoln Pena, Gustavo Goffredo, Gisálio Cerqueira e Gizlene Neder e este escriba, entre outros – vêm organizando um conjunto de reuniões voltadas para a reflexão e para a compreensão do processo político em curso.

Entretanto, como visto, as condições para a reflexão e para a devida compreensão sobre o cenário que se estabelecia não poderia deixar de, a um só tempo, considerar que a crise da esquerda, no Brasil, não surgiu nessas eleições e tampouco trata-se de um quadro conjuntural ou nacional. Não, é um processo estrutural, da história recente, e mundial. Portanto, daí partiram as discussões para, então, chegar às eleições de 2014 quando os partidos de esquerda viram que estavam diante de um desafio ao se perguntarem: o que somos e a quem representamos, porque ainda que refletindo a crise de representação mais ampla na democracia no Brasil, agrava-se, para esses partidos de esquerda, pela clara percepção de que ou bem representam a maioria dos interesses da sociedade e da Nação ou deixam de ter razão para existir e seguir na luta.

Desse modo, no Rio de Janeiro – ocorreram encontros similares em outros estados da Federação – os debates tiveram um processo de adensamento que, não elidindo os temas voltados às raízes da crise mais geral da esquerda, estivesse conjugado com a necessária e inescapável busca de uma saída imediata.

Uma saída mais ampla que não representasse a específica “salvação” dos partidos de esquerda, mas considerasse que os riscos reais de retrocesso não são um ameaça apenas a essas organizações partidárias progressistas, mas que considerasse uma saída para uma crise mais ampla que se coloca no horizonte imediato do país. Qual seja, a possibilidade de que as concretas realizações sociais e econômicas, ainda que não políticas, é certo, destes últimos 12 anos, fossem destruídas.

E, se nesses 12 anos, avanços materiais houve em todo o país, seja

internamente seja na esfera internacional, não obstante a insuficiência da dimensão política, será, pois, nesta dimensão que se deverá buscar a saída.

Considerando essa interpretação do caminho a seguir – debater, analisar, autocriticar-se, propor – se esboçou um processo de ampliação do núcleo inicial aqui no Rio de onde surgiu, claramente, a emergência de uma visão de unidade e Frente, de busca de consenso, por um lado, e explicitação de distintas avaliações e de discrepâncias, por outro.

Alguns temas, entretanto, surgiram como de francas e abertas considerações como um passo a ser dado, e que deveria ser que o debate agregasse mais setores organizados, indivíduos, instituições da sociedade, militantes independentes, membros de partidos políticos. Enfim, gerar atos e encontros nos quais todos se manifestassem e trouxessem suas expectativas para a pergunta: “Crise: qual a saída?”.

Dentre alguns dos temas debatidos, destacou-se uma proposição: dar início a um ciclo de encontros que possa conduzir a formação de uma “Frente Nacional Popular e Democrática”, que, não partidária, acolhendo os partidos, possa integrar distintos setores da sociedade civil, sindicatos, trabalhadores em geral, organizações populares, demais movimentos sociais. Nessa altura estávamos nos primeiros meses de 2015.

Dada essa agenda, o IBEP e o Cebela, com o apoio do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, organizaram um encontro, com um caráter de “mesa-redonda”, com a participação do prof. Luís Manuel Fernandes (PUC-RJ), do prof. Roberto Amaral e de Tarso Genro (ex-governador do Rio Grande do Sul).

O ato intitulado “A Crise, qual a saída?” realizou-se num ambiente de ampla participação com a presença de mais de uma centena de pessoas – profissionais liberais, dirigentes sindicais, militantes de diferentes partidos políticos, representantes de organizações da sociedade civil, de grupos das redes sociais –, e que resultou num rico painel, agregando análises, avaliações e propostas.

Na sequência, temos a transcrição das respectivas intervenções dos painelistas, na ordem segundo a qual foram pronunciadas.



Debate intitulado *A crise, qual saída?* realizado no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Com a participação do professor Luís Manuel Fernandes, professor Roberto Amaral e o ex-governador do RS, Tarso Genro.

Palestras e debates

I - Palestras

Luís Fernandes

É com muita emoção que me reúno com tanta gente amiga e representativa neste auditório. Certamente, teremos um debate muito rico e participativo nesta noite. Vou começar minha intervenção de abertura abordando a própria pergunta que estrutura a nossa mesa: *Crise, qual é a saída?* Mas de qual crise estamos falando? Acredito que o convite para este encontro não tenha se orientado para uma discussão da “crise econômica global” e dos seus reflexos no Brasil de hoje. Acho que a preocupação central é com a “crise da esquerda” no Brasil atual. É claro que os impasses e dificuldades econômicas que enfrentamos no país compõem essa crise, mas acho que o objetivo central da nossa discussão hoje é focar a crise política e ideológica da esquerda brasileira e discutir rumos para a sua superação. Vou tentar contribuir para o debate com algumas ideias sobre a temática em questão.

Em primeiro lugar, penso ser fundamental situar essa crise. Acredito que não se trata de uma crise exclusiva da esquerda brasileira, mas da esquerda latino-americana em geral. Vivemos, hoje, uma crise no continente que é em certa medida equivalente à crise do colapso do campo socialista 25 anos atrás. Em que sentido? No sentido de que vínhamos vivenciando, há quatro décadas, um ciclo de ofensiva política continuada das forças democráticas, progressistas e de esquerda. No Brasil, o marco inaugural dessa ofensiva – e da consequente defensiva das forças de sustentação do regime militar – foi a vitória eleitoral do MDB em 1974. Na sequência vieram o movimento pela anistia e pela libertação dos presos políticos; a reforma partidária que levou à criação do PT e do PDT; a campanha pelas “Diretas Já”; a cisão do antigo PDS e eleição de Tancredo Neves para presidente no Colégio Eleitoral; a transição democrática; a conquista de ampla liberdade de organização partidária e sindical do país, incluindo a legalização dos partidos de esquerda proscritos; a elaboração de uma nova Constituição democrática; a resistência à ofensiva neoliberal no Brasil; e o triunfo dos governos Lula e Dilma, nos marcos de uma nova coalizão política de centro-esquerda. Mesmo no período em que estivemos na oposição, na resistência à ofensiva neoliberal, era um período de progressiva acumulação de forças. Nas últimas quatro décadas, vivemos um ciclo político contínuo e ascendente de acumulação de forças.

O quadro político que vivemos hoje no país evidentemente não é mais esse. Enfrentamos, hoje, uma ofensiva de forças conservadoras, reacionárias, com uma agenda golpista e de desestabilização de um governo constitucional que foi sufragado pela vontade popular nas urnas. É uma escalada, de fato, golpista e de desestabilização do regime democrático conquistado no país a duras penas. Coisas que pensávamos – eu, pelo menos, pensava – que estavam superadas e enterradas há tempo: pessoas na rua defendendo a volta do regime militar, apelando por uma nova intervenção militar, com uma agenda de preconceito contra a esquerda, de ódio contra a esquerda. Na verdade, a aversão ao “lulopetismo” nada mais é do que a nova roupagem da velha e batida chave do “anticomunismo”, que volta com força

na ofensiva atual da direita brasileira. Penso ser esse o sentido político da crise que hoje se abate sobre a esquerda no Brasil.

Situar, assim, o sentido da crise, nos impõe uma série de desafios. Implica, acima de tudo, situar a crise em um contexto mais amplo. Quando o Roberto Amaral me fez o convite para eu participar desta mesa, ele fez a seguinte observação: “está faltando reflexão e formulação estratégica da esquerda”. Então, proponho abordar o tema desta mesa precisamente pelo enfoque da reflexão e formulação estratégica.

Por este ângulo, a crise atual da esquerda brasileira e latino-americana se dá no contexto mais geral de defensiva estratégica das forças de esquerda no mundo. Este quadro de defensiva se inicia com o desmantelamento do campo socialista que polarizou o sistema internacional até o final dos anos “1980 e cindia a economia mundial em sistemas globais opostos e antagônicos. O desmantelamento do campo socialista inaugurou um período de defensiva estratégica para a esquerda no mundo. Mas essa defensiva estratégica, na América Latina, teve menor impacto político sobre as forças de esquerda do que em outras regiões. A meu ver, essa resiliência da esquerda brasileira e latino-americana se deve, em grande medida, à legitimidade política e social conquistada por ter assumido papel protagonista nos movimentos de resistência democrática em todo o continente. No contexto dos processos de redemocratização, a imagem política da esquerda brasileira e latino-americana se associou fortemente à causa democrática, o que não era o caso da experiência – pelo menos mais recente – da esquerda em outras regiões do mundo.

Uma experiência que evidenciou esse quadro – e que deve ter marcado a maioria das pessoas aqui presentes – foi a campanha da “Frente Brasil Popular” nas eleições presidenciais de 1989. Esse ano foi marcado, no mundo, pelo colapso do antigo campo socialista. Nos países que integravam o chamado “bloco soviético” na Europa Central e do Leste o povo tomava as ruas para derrocar os antigos regimes, queimando bandeiras vermelhas, cortando a foice e martelo dos pavilhões nacionais, derrubando estátuas e símbolos que evocassem alguma referência às experiências socia-

listas que estavam sendo desmanteladas. Já no Brasil, a coalizão de partidos de esquerda que lançaram a candidatura de Lula – reforçada pelo apoio do PDT e da liderança de Brizola no segundo turno – empolgava a sociedade. Qual era o clima daquela campanha? Vocês certamente se lembram. Era um clima de participação popular, de mobilização militante, de comícios e passeatas repletos de bandeiras vermelhas. Para demonstrar seu apoio às passeatas da campanha, moradores acenavam das janelas com qualquer pano vermelho que tivessem à mão, até calcinhas vermelhas!

Isso ocorria, aqui, enquanto o mundo socialista entrava em colapso. Como mencionei antes, isso só foi possível por que as forças de esquerda no Brasil e na América Latina em geral desempenharam papel decisivo e central na resistência democrática, o que lhes conferiu legitimidade nos processos de transição pós-regimes militares e, na sequência, na oposição à ofensiva neoliberal no continente. E nos últimos 15 anos – sobretudo a partir da intensificação do enfraquecimento da hegemonia americana no mundo – essa legitimidade e esse protagonismo político levaram à ascensão de uma safra de novos governos progressistas na América Latina e, sobretudo, na América do Sul. Em um contexto mundial ainda marcado pela defensiva estratégica da esquerda, estes governos se apoiaram, de maneira geral, no prestígio de fortes lideranças carismáticas e no apoio de coalizões políticas de centro-esquerda.

Vale lembrar, uma vez mais, que este novo ciclo político progressista no continente se constitui e desenvolve ainda no quadro mais geral de defensiva estratégica da esquerda no mundo. O fator determinante desta defensiva foi o desmantelamento do campo socialista, que operava como força material no sistema internacional dando apoio diplomático, militar, político, econômico a movimentos progressistas e de libertação em todo o globo. Esta força possibilitava ao campo socialista polarizar transformações progressistas em curso em diferentes regiões do mundo, acelerando e aprofundando suas agendas de mudança econômica e social. Na ausência desta força, qual é a agenda de transformação possível para a esquerda na América Latina e nos poucos lugares do mundo em que vem

conseguindo ocupar e conquistar posições de governo e ocupar parte do poder de Estado?

Neste quadro, a orientação que tem predominado nas experiências de governos progressistas na América Latina é da estruturação de novos projetos de desenvolvimento capitalista nacional. Esse é o horizonte, eu diria, das nossas possibilidades: a continuação do nosso processo de acumulação de forças via a estruturação de novos projetos de desenvolvimento capitalista nacional, com políticas ativas de redistribuição de renda e redução de desigualdades. Apesar do impacto da crise econômica internacional nos últimos anos, os novos governos progressistas da América Latina conseguiram, de maneira geral, associar crescimento econômico e redução de desigualdades. Houve importante redução da desigualdade em praticamente todo o continente no período, materializada na redução de indicadores de concentração de renda medidos pelo índice Gini e na expansão de políticas públicas promotoras da inclusão e dos direitos sociais. Ao mesmo tempo, esses governos fortaleceram variados processos de integração latino e sul americanos, rompendo com uma tradição secular de alinhamento automático com a política externa e os interesses estratégicos dos Estados Unidos na região. Basta lembrar que uma das primeiras consequências do novo ciclo político continental foi, precisamente, a implosão do projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) patrocinado pela Casa Branca.

Estas conquistas e realizações podem parecer tímidas ou limitadas quando comparadas à agenda emancipatória mais ampla que inspira e constitui a esquerda como ator político no mundo. Mas elas são tidas como excessivas, inaceitáveis e até inconcebíveis por boa parte da elite econômica e política que foi deslocada pelas novas forças que ascenderam à direção dos governos nacionais. A crise política atual na América Latina é marcada pela ofensiva desses setores visando desestabilizar e inviabilizar os novos governos progressistas na região, não obstante se tratar de governos democráticos legítimos sufragados pelo voto popular. A crise política em questão, portanto, não se restringe ao Brasil. Se fosse apenas no Brasil, poderíamos concluir que ela é fruto de fatores particulares da nossa

experiência nacional. Eu não estou dizendo que não tenhamos cometido erros, que não existam distorções graves a serem revertidas. Mas a experiência brasileira compõe um quadro mais amplo: há um conjunto de ações em curso que buscam reverter o ciclo político mais progressista vivido na América Latina nos últimos 15 anos, e que vem tentando desestabilizar os governos que procuram implementar essa agenda, por assim dizer; de desenvolvimento capitalista mais inclusivo – um projeto mais amplo e integrado de desenvolvimento nacional e regional.

Entendo ser este o cerne da crise política que estamos vivendo hoje. É claro que isto tem implicações para a nossa reflexão sobre as saídas possíveis para a crise. Do ponto de vista político, o desafio imediato é derrotar a ofensiva golpista, isolar e derrotar essa reação conservadora e de direita que tenta desestabilizar e inviabilizar o nosso governo e os demais governos progressistas de centro-esquerda na América Latina forçando rupturas institucionais em regimes democráticos ainda pouco consolidados. Isso requer uma política ampla – um tema importante para o nosso debate. Não podemos repetir erros que cometemos em momentos de ascensão de forças golpistas em períodos anteriores da nossa história, como os que vitimaram o presidente Vargas e o presidente João Goulart, estreitando ou subestimando movimentos de defesa da legalidade democrática. Temos que ampliar o movimento de defesa da democracia. Faz parte da melhor arte da política saber, em cada contexto, identificar e isolar o inimigo principal a ser combatido, neutralizar as forças intermediárias e compor o campo de apoio mais amplo possível. Por esta ótica, o desafio político que está na ordem do dia para nós no Brasil é derrotar a ofensiva golpista em curso, as tentativas de desestabilização de um governo legítimo e democraticamente eleito, independente da valoração que se faça sobre a orientação que predomina na sua atuação. Isto exige uma ação política ampla de isolamento das forças que atuam ou conspiram abertamente nessa ofensiva de conteúdo golpista. Tem que ser uma ação ampla e não circunscrita, apenas, às forças de esquerda – uma ação aberta a todos que tenham, pelas razões que sejam, diferenças com a agenda de desestabilização em curso.

Se a derrota da ofensiva golpista é nossa tarefa política principal, não podemos fechar os olhos para a crise ideológica e programática que também se abateu sobre a esquerda e que alimenta os movimentos de ruptura institucional em curso. No contexto da estruturação de novos projetos de desenvolvimento nacional, as forças de esquerda ampliaram suas relações com setores produtivos do empresariado dos seus respectivos países, identificados – a meu ver, corretamente – como uma alternativa aos circuitos de acumulação rentista do capital financeiro hipertrofiados no período neoliberal anterior e ainda fortemente entranhados na economia e nos estados latino-americanos. No Brasil, essa orientação veio acompanhada do fortalecimento de um polo de bancos públicos e empresas estatais que ampliou o acesso a crédito produtivo e de consumo, ao mesmo tempo em que expandiu a demanda por investimentos produtivos, constituindo importante contraponto à lógica de acumulação do capital financeiro centrada em circuitos rentistas associados à dívida pública. Por mais que essa parceria com o empresariado nacional seja justa e necessária, é forçoso reconhecer que, nos seus marcos, se desenvolveram relações de inaceitável promiscuidade entre áreas de governo e empresas, minando a legitimidade conquistada pelas forças de esquerda ao longo de décadas por seu papel decisivo nos processos de resistência e transição democrática no continente. É muito triste ver a imagem da esquerda associada, agora, a práticas de corrupção.

É claro que sabemos que há uma intenção política na criação e propagação dessa imagem, que integra a ofensiva golpista em curso, assim como ocorreu na desestabilização dos governos Getúlio e Jango. Sabemos, igualmente, que os monopólios da comunicação no Brasil adotam uma orientação editorial que procura caracterizar a esquerda – e em particular o PT – como uma força política produtora e reprodutora da corrupção no país, mas ofuscam ou se silenciam sobre a origem dessas práticas de corrupção ou sobre a sua reprodução no presente por forças políticas que são mais do seu agrado. Agora, para forças de esquerda, adotar como linha de defesa o argumento de que “os outros também fazem” equivale a suicídio

ideológico. Não é uma linha de defesa de quem quer acumular forças para um projeto transformador da sociedade brasileira. É de quem perdeu por completo a perspectiva do projeto emancipatório mais amplo. Ademais, revela ilusão de classe. Esperar tratamento editorial equânime por parte de monopólios privados de comunicação que integram – na acepção do velho Althusser – “aparelhos ideológicos de dominação” evidenciam uma ingenuidade beócia (ou então, mero cinismo oportunista).

Por razões tanto éticas quanto políticas, a saída da crise ideológica atual da esquerda brasileira exige o acerto de contas com as práticas inaceitáveis de corrupção efetuadas no âmbito do nosso governo de coalizão. A esquerda tem de combater e repudiar a reprodução dessas práticas no seu meio de forma implacável, para poder recompor sua autoridade e retomar a ofensiva política e o processo de acumulação de forças, visando consolidar as conquistas sociais alcançadas e avançar para uma transformação mais profunda da sociedade brasileira.

Esta última questão nos remete aos desafios que ainda temos de enfrentar e superar para estruturar um novo ciclo de desenvolvimento no país. Do ponto de vista estratégico, isso nos remete para uma agenda de reformas estruturais necessárias para tornar o Estado brasileiro mais eficiente e eficaz na promoção do desenvolvimento nacional. Esta é outra dimensão da “saída da crise” atual. O fato é que o Estado brasileiro ainda está fortemente enredado em circuitos e mecanismos de acumulação financeira que tolhem a capacidade do poder público estruturar e alavancar cadeias produtivas nacionais. Do ponto de vista estrutural, trata-se de gigantesco mecanismo de transferência de riqueza da sociedade brasileira para o capital financeiro, através do “*superávit* primário”. Qualquer tentativa de restringir essa transferência de riqueza da sociedade para o capital financeiro é, imediatamente, alvo de forte oposição mediática e variados movimentos de desestabilização. O mesmo poder de Estado que tenta, por um lado, estruturar programas de fomento ao desenvolvimento e de distribuição de riqueza e renda, transfere – via dívida pública – parcela gigantesca de riqueza da sociedade e do setor produtivo para o capital

financeiro. São as contradições e os limites do ciclo político que vivemos.

O Estado que hoje governamos ainda parece acometido de forte transtorno bipolar. Por um lado, o governo estrutura políticas indutoras do desenvolvimento, via ampliação dos investimentos públicos em infraestrutura, capacidade produtiva e inovação. Por outro, setores distintos do mesmo governo e Estado operam para bloquear e/ou neutralizar essas mesmas iniciativas. Um bom exemplo vem da área em que atuo no governo: a de Ciência, Tecnologia e Inovação. No contexto de lançamento da primeira versão de política industrial do nosso governo, a Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), foi aprovada em 2004 a Lei de Inovação. A política e a lei se basearam na premissa de que, na era do conhecimento, a promoção da inovação se torna a mola mestre do desenvolvimento sustentado. Nesta base, o poder público deve compartilhar com as empresas nacionais o risco da inovação, prática adotada há muito tempo pelos países capitalistas centrais. Para tal, a Lei criou um novo instrumento – a subvenção econômica – através do qual o Estado brasileiro passou a compartilhar com empresas nacionais o risco inerente a atividades de inovação. Pois bem, a partir da sua implementação, outra área do Estado – a Receita Federal – passou a cobrar impostos das empresas beneficiárias da subvenção econômica caracterizando esta como uma “renda” dessas empresas. Ou seja, o Estado compartilhou o risco da inovação empresarial com uma mão e “descompartilhou” com a outra.

Exemplos como este se multiplicam nas variadas áreas de atuação do governo e do Estado brasileiro, e ajudam a explicar porque, apesar de todos os avanços, não temos conseguido acompanhar o ritmo de transformação alcançado por outros países em desenvolvimento, como a China, a Coreia do Sul e a própria Índia. Passado o período atual de ajuste e reequilíbrio das contas públicas, a esquerda tem de encarar seriamente o desafio estratégico de reconfigurar e reformar o Estado nacional tornando-o um ator mais eficiente e eficaz na promoção do desenvolvimento econômico e social. A esta reforma do Estado se soma uma agenda de reformas estruturais democráticas ainda pendentes no país, como a

reforma política, a reforma urbana, a reforma agrária e a reforma tributária em bases progressivas.

Foi mencionado aqui, e concordo, que “em grande medida, nos tornamos, para a estabilidade econômica desse processo de desenvolvimento, dependentes de receitas de setores primários com baixo grau de inovação”. Do ponto de vista estratégico, esta agenda de reformas estruturais é fundamental para que possamos retomar o processo de acumulação de forças da esquerda e avançar na estruturação de um novo ciclo de desenvolvimento mais robusto e sustentável no país. Termino por aqui para dar mais tempo para o debate.

Roberto Amaral

Antes de mais nada, peço licença aos representantes do Cebela – Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos e do IBEP – Instituto Brasileiro de Estudos Políticos – para agradecer a acolhida do Clube de Engenharia, entidade de classe que está, neste momento crucial da vida brasileira, e mais uma vez em sua longa história, prestando inestimável serviço ao nosso país. Transmito ao presidente Francis Bogossian nossos agradecimentos, e nossa admiração pelo Clube de Engenharia e pela sua administração. O Clube de Engenharia não está apenas cuidando da engenharia brasileira, não está apenas cuidando dos interesses justos da empresa nacional, mas está cuidando e zelando pela economia e pela soberania nacionais. Agradeço a presença e a colaboração do professor Luís Manuel Fernandes, um admirado amigo, e um dos mais importantes quadros da esquerda brasileira, nela se destacando como pensador. Tarso Genro, nosso sempre governador e sempre ministro, é flor rara no deserto partidário, político que enriquece qualquer partido, pensador da esquerda democrática brasileira, formulador sem peias, que se desloca das suas plagas gaúchas para vir aqui nos ajudar, não apenas nessa reflexão, mas nos ajudar num trabalho fundamental qual o de contribuir para a organização – ou reorganização? – da sociedade brasileira, para que possamos enfrentar a crise que

nos assola, mas assola fundamentalmente o povo brasileiro, que por ela não foi nem é responsável. Felizmente, contamos, para esta reunião, com o prestígio do Tarso. Só ele conseguiria no Rio de Janeiro, entre um feriado e outro, e num dia de chuva intensa, trazer tanta gente para debater a crise e sua alternativa.

Meus amigos e minhas amigas,

Há na mesa desacordos e consensos, aproximações e dúvidas, há três formulações derivadas de três tentativas de interpretação da crise. Há, pois, questões que precisam ser pontuadas. Meu primeiro tema, e penso que nesse item podemos comemorar convergências, é o que eu chamaria de “separação das crises”. O termo “crise” entusiasma as manchetes dos jornais, a começar pela tonitruada “crise econômica”. Mas jogo todas as minhas luzes, os meus faróis na direção da crise política, daquela política que ousaria grafar com “P” maiúsculo. A crise do fazer político, abastardado. Vivemos hoje profunda crise política que atravessa o governo Dilma, mas que não nasceu com ele. Eis por que não elejo o atual governo como o elemento nodal de minha intervenção.

Somos sempre, num país subdesenvolvido, nessa sociedade emergente, uma sociedade reflexa desde a Colônia, um Estado antes de termos um país, um país em busca de povo, por construir a Nação. Um dia seremos a civilização proclamada por Darcy Ribeiro. Até lá, caminhemos. Somos sociedade reflexa do ponto de vista político, reflexa do ponto de vista cultural, reflexa do ponto de vista ideológico, reflexa do ponto de vista dos valores. Absorvemos, antropofagicamente, isto é acriticamente, isto é, sem reflexão, por mínima que fosse, o que vem de fora, o que nos é externo. Chegaram-nos com atraso as luzes do iluminismo, a abolição e a República artificialmente positivista, um positivismo importado sem raízes em nossa vida e, assim, como chegou e dominou, depressa se foi de volta para a Europa. Nosso capitalismo é tardio, nossa industrialização – ainda em busca de maioria, chegou com pelo menos um século de atraso. Vivemos, hoje, mirando um relógio cujos ponteiros caminham ao contrário,

o retorno às teorias do neoliberalismo, uma das fontes da crise econômica e da crise política da Europa ocidental e da zona do euro, estranhamente contemporânea à crise dos movimentos socialistas e de esquerda de um modo geral, patenteada na crise dos partidos de esquerda, a começar pela crise ou dissolução ou autodissolução dos partidos comunistas ortodoxos, sem condições objetivas e ideológicas de enfrentar a derruição da utopia socialista derivada da queda do Muro de Berlim (aqui apenas um símbolo), e a débâcle da União Soviética, com todas as consequências conhecidas. Quando maior deveria ser o avanço das forças progressistas, em face da reiterada falência do neoliberalismo, mais evidente é a fragilidade dos partidos socialistas e comunistas, e mais evidente é a debilidade da ação socialista. Nessa Europa, sobrevivem, entre outros poucos, o Partido Comunista Português, e, de forma irrelevante, aquele que já foi o grande Partido Comunista Francês. E registramos, com dó, a grande tragédia que identificamos como o fim do admirado e esperançoso PCI, o mais importante partido comunista fora do Leste Europeu, o maior partido de massas dentre todos os partidos comunistas, o partido que estava sempre na borda do governo da Itália, o partido fundado por Gramsci e dirigido por Togliatti. A promessa de renovação do marxismo e do movimento comunista simplesmente desapareceu.

Estamos vivendo no Brasil, sem talvez dela ter consciência, a reprodução desse processo.

Apesar de todos os avanços democráticos, ressalvado o curto período de legalidade ensejada pela Constituição de 1946, que ao mesmo tempo deu base para a legalização e a cassação das organizações comunistas, essas só vieram conhecer a legalidade em 1985. No regime de 1946 – ressalvados os poucos anos de legalidade do PCB, os comunistas disputavam eleições através de legendas burguesas, e inexistiam partidos de esquerda em nosso espectro. Esses surgem e caminham para se tornarem partidos de massa só a partir de 1982, com o surgimento do PDT e do PT. Meça-se nosso atraso, pois, mal comemoramos esse avanço, estamos a lastimar a crise profunda que se abate sobre nossas organizações de esquerda!

Tratemos de nossa crise, examinando-a de dois pontos de vista. Um: o da crise institucional; outro: o da crise específica do governo Dilma. Tratemos dessa crise. Não se trata de crise estratégica, pois derivada das denúncias de corrupção. E gostaria muito de não repetir as observações do Luís Manuel Fernandes sobre essa crise. Gostaria de dizer que ele está errado. Mas é evidente que somos, a esquerda, dentro e fora do governo, responsáveis por essa crise, na sua origem, pois participamos do governo desde 2003, e somos responsáveis por não havermos tido coragem de fazer autocrítica como ponto de partida para a correção de rumo. É evidente, é óbvio que a grande imprensa, a imprensa do grande capital magnifica a corrupção. Magnifica, mas não a cria.

Retornemos a 1989 e à campanha eleitoral daquele ano – a mais bela campanha presidencial que a República registrou, uma campanha bonita do ponto de vista político e do ponto de vista ideológico e do ponto de vista da militância – uma campanha de Frente e de esquerda, popular, mobilizadora das massas, vitoriosa politicamente. No seu coração estava a Frente Brasil Popular, constituída pelo PT, pelo PCdoB e pelo PSB, então de esquerda. Encerrada a campanha, o PT, doente de hegemonismo, recusou a continuidade da Frente Brasil Popular, que lhe era proposta pelo PCdoB e pelo PSB, e assim matou no nascedouro a primeira grande frente de esquerda do Brasil, que ter-se-ia antecipado, inclusive, à hoje justamente decantada e vitoriosa Frente Ampla uruguaia. Finalmente, com a ajuda da “Carta aos brasileiros” e concessões eleitorais pragmáticas, vencemos as eleições de 1982. Mas, não éramos mais a esquerda de 1989. Negligentes ideologicamente, renunciámos à reflexão e à formulação teórica (por coletiva pobreza ideológica) e, assim, governantes, não tivemos condições de compreender a realidade, as condições do país e as condições segundo as quais governaríamos. Por não bem compreender a realidade, os partidos de centro-esquerda, à frente de uma coalizão que necessariamente ampliava à sua direita, não souberam compreender o real papel a ser exercido num regime capitalista, num país autoritário dominado por uma elite conservadora e alienada; não vimos que a correlação de forças políticas era

mais forte que a coalizão eleitoral que enfrentáramos e derrotáramos. O poder real compreendia os partidos conservadores, mas além deles compreendia as classes dominantes, o grande capital e a hegemonia do capital financeiro, os meios de comunicação de massa, e os interesses políticos, estratégicos e geoestratégicos do imperialismo. Na campanha optávamos, vitoriosamente, pelo pragmatismo eleitoral, e, por força dessa experiência, supúnhamos que o pragmatismo *tout court* seria suficiente para assegurar a governança. Oriundos dos movimentos populares optávamos, e continuaríamos optando, e continuamos optando até hoje, pela via prussiana, os acordos de cúpula, com as direções partidárias e o grande empresariado. Vencedores, terminamos vencidos, dominados pela ideologia da conquista do poder pelo poder, que, levada ao paroxismo, terminou reduzido ao concerto de revoluções pessoais. Desaparecem aqui fins e meios, pois tudo se transforma na mesma coisa, contanto que se garantisse a manutenção no poder, primeiro, de nossos partidos, mas fundamentalmente de grupos intrapartidários. O governo pelo governo, donde o poder pelo poder, para as realizações pessoais (vencida a flama revolucionária, por arcaica), confunde meios e objetivos, e a promiscuidade no governo chega à promiscuidade dos projetos, enfim, há uma só ideologia: o poder. A esquerda, sem experiência governativa, espelha-se na experiência conservadora e, cedendo aos métodos, termina cedendo ideológica e eticamente, isto é, cedendo às práticas conservadoras que condenávamos e condenamos.

Na política, a esquerda, sem hegemonia no governo de centro-esquerda, não teve alternativa senão, nos termos do “presidencialismo de coalizão” vigente, compor com as forças conservadoras. Era o preço sabido da chamada “governança”, que tudo justifica.

Por consequência ou não, seja por isso seja por aquilo, absorvemos práticas e valores da direita, práticas e valores do conservadorismo, práticas e valores que a esquerda historicamente sempre condenou. E, espero, continue condenando.

O preço histórico ainda não foi devidamente mensurado. Em 1964 fomos para os cárceres de cabeça erguida, e todos nós guardamos conosco as acu-

sações que então nos faziam como um galhardão: comunistas, ‘subversivos’. Hoje as ruas estranham nossa timidez, pois caminhamos de cabeça baixa, sob o peso das acusações éticas e da timidez política. Assim, e pela primeira vez, a esquerda brasileira é acusada de renegar os princípios éticos do socialismo, e o socialismo, repetamos isso mil vezes, foi, entre nós, substituído, em seus valores, por uma “nova ética”, a qual, trocada em miúdos, implica o abandono do sonho e da utopia com a inevitável adesão aos valores do pragmatismo burguês, quando o socialismo é, de essência, uma visão ético-humanista do mundo. E quando absorvemos os valores do conservadorismo burguês nós simplesmente abdicamos dos nossos princípios, a justificativa de nosso ser. Essas duas ordens de valores, antípodas, não admitem conciliação.

A tudo o que foi dito até aqui, e dito com muita dor, soma-se, neste 2015, o que chamamos de “fadiga de material”, fadiga (ou relaxamento) derivada do fato de estarmos há 12 anos no governo. Fadiga natural, fadiga das lideranças, dos quadros, das propostas, dos projetos. Fadiga mesmo em face dos ideais não realizados, fadiga alimentada pelo “adeus às ilusões”.

À ausência dessa reflexão cometemos diversos erros, alguns primários, como a desorganização das direções partidárias e sindicais, com a atração e cooptação, de seus melhores quadros e lideranças as mais experientes para as atraentes funções de governo. Não sei se o governo ficou bem servido, sei que os partidos e o movimento sindical ficaram à mingua de lideranças, o que se faz notar nos momentos de crise. A maioria dessas lideranças, porém, foi defenestrada pelo, digamos assim, processo histórico, antes de partidos e sindicatos terem tempo de produzir novos quadros, que não se formam da noite para o dia.

Por que não estamos na rua? Por que os sindicatos não estão na rua? Porque muitas de nossas melhores lideranças se deslocaram para funções umas políticas, outras administrativas, todas de governo, na expectativa da proximidade do poder, e seu exercício e em alguns casos seu mero usufruto. A lamentável ânsia de “alcançar o Paraíso”. Na verdade, abdicaram da política para se transformarem em quadros burocráticos.

Tudo tem preço, a história não oferece almoço de graça.

Ao abandono das funções de comando e liderança dos partidos e sindicatos seguiu-se a cooptação das lideranças dos movimentos sociais. Assim também se explica porque o governo não consegue mobilizar em sua defesa as forças populares que ontem garantiram as eleições. A única e ainda tímida mobilização sindical tivemos recentemente, mas ainda no plano econômico. Refiro-me à reação à terceirização. Mas nenhuma mobilização política.

Tratemos da crise institucional.

Talvez mais importante seja a crise institucional. Começo afirmando não enxergar qualquer risco de *impeachment* por uma razão simplesmente lógica: ele deixou de interessar à classe dominante. Pode interessar sim aos quadros mais atrasados do DEM, do PSDB ou do PPS, pode interessar a setores da direita, pode interessar aos leitores do *Globo*, mas não interessa aos assinantes do *Valor Econômico*. A classe dominante quer a normalização da vida política, a recuperação da economia para poder realizar seus lucros e pragmaticamente refuga o que quer que os ameace. Nada que os ponha em risco. Ela sabe que qualquer processo de *impeachment* geraria a agudização da crise por pelo menos um ano. Correr todo esse risco para implantar uma política igual à que está em vigor? Simplesmente não faz sentido, principalmente tendo em consideração a linha de sucessão constitucional, presentemente ocupada pelo PMDB.

E a direita sabe disso e por isso mesmo seu objetivo não é mais o mandato de Dilma, seu objetivo já é inviabilizar o eventual retorno das forças de centro-esquerda por intermédio de Lula em 2018. O alvo, portanto, e tenhamos isso em mente para, conhecendo os objetivos do adversário sabermos quais são os nossos, o alvo é Luiz Inácio Lula da Silva.

Para não falar em táticas e estratégias, lembrarei uma lição conhecida de todos os jogadores de sinuca: 'a bola faz tabela antes de cair na caçapa. A 'tabela' é o PT. Destruindo o PT, destrói-se com a eventualidade do retorno de Lula e, evitando-a, pretende a direita opor barreiras definitivas a um eventual quinto governo de centro-esquerda.

Retomemos o discurso sobre nossas tragédias institucionais, quase todas derivadas da falência do "presidencialismo de coalizão".

O que é 'presidencialismo de coalizão'? O presidente é eleito por maioria absoluta de votos (é a regra do sistema de dois turnos) mas para governar o mesmo eleitorado lhe ofereceu a armadilha de uma minoria absoluta de parlamentares. Daí ver-se obrigado, no Congresso, a negociar e a traficar seu programa, porque para governar, isto é, para dispor de maioria parlamentar, haverá de governar contra o programa aprovado pela população no pleito que o elegeu. Para governar terá de negociar, no sentido de fazer negócios na acepção mais restrita e mais lamentável, negociar com um sistema de 30 siglas, sem vocação ideológica e sem espírito público: siglas que negociam no atacado e negociam no varejo, votação a votação. Considero que uma das soluções para isso pode ser separarmos da eleição a votação para presidente e a votação parlamentar, está só se realizando em data posterior à presidencial.

Para o bem e para o mal, estamos vivendo o fim da democracia representativa (e o que colocar em seu lugar?), porque o eleito não representa o eleitor. Vive-se a distonia entre sociedade, parlamento, e governantes, e não há mais um sistema de partidos apto a assegurar a governabilidade. Ao contrário, a desordem partidária constitui-se um dos mais graves focos de instabilidade política. Enquanto desconhecemos um só exemplo de democracia sem sistema de partidos, e partidos sólidos, enraizados na sociedade. Hoje, a principal carência da democracia representativa é um sistema de partidos para dar-lhe sustentação. A alternativa é, nas circunstâncias, a política de Frente. Mas como organizar uma frente de partidos se carecemos de matéria-prima?

Colhemos hoje os frutos derivados da tibieza ou da incapacidade de nossos governos, todos, de formular uma política de comunicação. E ficamos, ficam nossas militâncias, a lamentar que a direita nos acuse, que o sistema *Globo* nos ataque, que a *Rede Globo* nos ataque, que suas emissoras de rádio nos ataquem e ao mesmo tempo defendam o atraso; ficamos a lamentar que a *Record*, que o *SBT* que todas as emissoras de tevê e de rádio reproduzam o discurso do sistema *Globo* e nos ataquem, que a imprensa gráfica nos ataque, como se todos os veículos fossem um só. Que foi feito

nos nossos três governos federais e nos governos estaduais que chefiámos, para enfrentar o monopólio ideológico? Que fizemos para alterar o sistema de concessões em benefício da democratização dos meios, que fizemos para cumprir as regras constitucionais, para dar vida ao Conselho de Comunicação, que fizemos para fiscalizar as concessões? Que fizemos para fortalecer as empresas públicas de comunicação e as emissoras comunitárias e a rede de emissoras trabalhistas/sindicais? Quais foram nossas iniciativas no plano legislativo/regulamentar? No plano da política de governo, quais os veículos que prestigiamos? Onde está a imprensa sindical? Onde está a imprensa comunista? Onde está a imprensa socialista? Onde está a imprensa trabalhista? Quem faz a mediação entre nossas direções políticas e nossas militâncias senão a *Folha de S. Paulo*, o *Estadão*, a *Rede Globo*! Como enfrentar esse monopólio, se nada fazemos, e enquanto nada fazemos mais poderoso ele se torna?

Foi justo supor que esse monopólio ideológico não teria consequências na formação político-ideológica da classe média?

O fato objetivo é que setores ponderáveis das massas brasileiras se afastaram do nosso campo, enquanto o núcleo dominante da correlação de forças – o centro de poder –, hoje, é o mesmo encontrado por Lula em 2003. Passados 12 anos esse núcleo não é exatamente o mesmo, porque é o mesmo fortalecido, o mesmo ainda mais forte. Nada fizemos, nesses 12 anos, para alterá-lo. Permanece vigente o mandato do capital monopolista financeiro e rentista. E, de nossa parte, como governo, continuamos alimentando o *moloch* que, sabemos, nos está devorando.

A crise político-popular decorre de dois fenômenos óbvios, a estupefação da sociedade diante de acusações éticas que pesam sobre o governo, acusações mais surpreendentes porque atingem um governo de esquerda e atingem um governo presidido por um partido que fizera do discurso ético a argamassa principal de sua construção. Se fosse um governo do PMDB ninguém se assustaria, nem sua militância. Mas as acusações pesam sobre nosso governo.

A segunda perna da crise político-popular, que atinge em cheio o governo Dilma é – e não faço juízo de valor – a discutível necessidade de governar,

no plano econômico, contra o programa da campanha eleitoral, sem a prévia apresentação, à sociedade, de justificativas políticas convincentes.

Como esperar que a militância esteja nas ruas defendendo uma política que sempre combateu, sem antes ser convencida de sua justeza?

Será essa a explicação para a anomia?

É dela que desejo falar nestas últimas palavras.

Não estou só preocupado com o ativismo da direita, mas principalmente com a anomia da esquerda. Nossos ativistas em férias, demonstrando pouco cuidado com a reflexão teórica, dizem que a reflexão pela reflexão de nada serve. É verdade. Mas eles se esquecem de dizer que a prática, a ação, a práxis sem reflexão leva, ou à doença infantil do esquerdismo ou ao voluntarismo ou à anomia, a moléstia de nossos dias. O fato objetivo é que renunciamos tanto ao enfrentamento ideológico quanto ao enfrentamento político com a direita. Assustados diante da movimentação das ruas, ficamos a discutir se as multidões que nos hostilizam são formadas majoritariamente por brancos ou negros, se se trata de gente de classe média ou de classe isso ou aquilo, se são multidões de jovens ou não. Ora, o fato objetivo é que, qualquer que seja sua conformação, essas multidões foram às ruas esbravejando *slogans* reacionários.

O fato objetivo é que quem está contando a história do PT e das esquerdas são os adversários do PT e das esquerdas, que ocupam nossos espaços deixados vazios, e com suas vozes preenchem nosso silêncio.

Penso – e trago uma proposta concreta –, que, em nome da soberania do país, em nome do enfrentamento do conservadorismo, em nome mesmo de nossa sobrevivência, é chegada a hora de retomarmos a política de Frente, tão vitoriosa no passado. Proponho a formação de uma Frente política ainda mais ampla que a Frente Brasil Popular de 1989. Nem partidária, nem antipartidária, mas política e popular, nascendo do movimento social, e assim democrática e progressista, aberta aos que lutam pelo avanço social.

Nossa tradição, das forças populares, consagra a política de frentes de luta. Tivemos a grande Frente democrática que reuniu a esquerda e os

liberais na resistência e no combate ao Estado Novo e na defesa da redemocratização de 1946; reunindo trabalhadores, militares, estudantes e intelectuais e profissionais liberais de um modo geral construímos, nos anos 1950, a grande frente popular na defesa do petróleo, e essa política de frente foi restabelecida na luta contra a ditadura militar (1964-1984), no combate à tortura, na defesa da anistia, na campanha pelas Diretas Já. Com respaldo histórico podemos afirmar que a política de Frente é uma tradição da esquerda brasileira.

A Frente que proponho deve compreender o mais largo espectro político e, se assim deve ser, não deverá ser uma frente originalmente estreita, de esquerda ou esquerdista, mas ampla, abarcando ou pelo menos aberta a todos os setores democráticos da sociedade. Como elemento atrator/imã, essa Frente deverá, de saída, eleger seus pontos cardiais (aqueles em torno dos quais espera unificar-se e unificar o movimento social) e, para esse efeito, sugiro:

1) defesa e aprofundamento da democracia, o que implica a defesa da legalidade, e implica também o avanço nesse processo de democracia participativa;

2) combate às desigualdades, todas elas, não só a desigualdade econômica, não só a desigualdade social, mas, também, a desigualdade política, de gênero, de raça;

3) a defesa da soberania nacional; e

4) defesa e aprofundamento dos direitos dos trabalhadores e dos assalariados em geral. São esses os pontos que, do meu ponto de vista, reúnem os desafios que a esquerda brasileira enfrenta hoje.

Reunamo-nos em torno da reflexão e da ação, unificando teoria e práxis, fazendo do agir uma consequência do pensar. O resultado de nossas reflexões e do nosso agir estará à disposição da sociedade, dos partidos, do movimento social em termos gerais.

Muito obrigado.

O meu abraço muito fraterno aos companheiros e companheiras que estão prestigiando esse ato, um abraço muito especial ao Luís Fernandes e ao Roberto Amaral, que são amigos queridos por quem tenho uma relação de admiração, uma relação política muito antiga. Para mim muito estimulante, muito compensatório estar aqui. Saúdo aos nossos companheiros da mesa que nos honram com a sua presença.

Vou partir de um fato, um fato mais universal, mais histórico, e outro fato político que me envolve pessoalmente. Vou procurar ajudar nessa reflexão muito bem feita, muito bem constituída pelo Luís Fernandes e pelo Roberto Amaral, com a qual não tenho nenhuma divergência de princípio, talvez tenha alguma divergência de grau dos problemas que temos que enfrentar daqui para adiante. Quero deixar bem demarcada essa diferença, se é que ela existe.

O Lukács, na introdução à última edição em vida de *O assalto à razão*, traz uma formulação que acho que tem muito a ver com a situação que estamos vivendo, hoje, no Brasil. Ele se reporta ao cenário internacional. Diz ele: “(...) o presidente Nixon fez no Vietnã tudo aquilo que o Hitler fez, sem mexer em nenhuma instituição formal, nenhuma estrutura do direito americano”. Então instaurou uma exceção externa em relação às guerras de Libertação Nacional (e o Vietnã era o exemplo clássico da nossa geração) sem mexer uma vírgula no direito americano, e sem fazer qualquer reforma legal que autorizasse fazer o que ele fez. Assim como o presidente Bush fez campos de concentração sem mexer também em nenhum instituto do direito americano e sem receber nenhuma reprimenda da Suprema Corte.

Então, a ordem jurídica e política tem uma capacidade de inflexão extraordinária que temos que nos dar conta nesse momento, na minha opinião, para poder enfrentar de maneira adequada – como o Roberto Amaral e o Luís Fernandes colocaram – a situação política que envolve, não somente a esquerda brasileira, que é uma parte da esquerda mun-

dial, mas as grandes lutas da esquerda para recuperar o seu projeto utópico, democrático e socialista.

A segunda experiência que me toca, e no fim vou tentar ligar a minha fala a essas duas experiências (isso me toca pessoalmente), foi o movimento de junho do ano retrasado [2013] quando houve um grande movimento de massa no país que envolveu a participação de amplos setores da classe média, setores desclassificados, e isso não é um adjetivo; desclassificados como fora da estrutura de classe ordinária, como nós estamos acostumados a lidar na segunda Revolução Industrial, estudantes, donas de casa, alta classe média.

Lá em Porto Alegre, chegou a colocar 40 mil pessoas na rua. E, naquele momento, fui para a televisão e para o rádio e disse de uma ordem pública que eu tinha dado diretamente aos meus comandados da Brigada Militar. Assim como o presidente é o chefe das Forças Armadas, nos Estados o governador é o comandante-chefe da Polícia Militar. E repeti publicamente pela televisão e pelas rádios: “quando estiver em jogo um ataque a uma propriedade, seja uma propriedade pública ou uma propriedade privada, quando estiver em jogo a possibilidade de que algum inocente seja ferido, a Brigada Militar não deve interromper o ataque a esse bem material, em defesa da vida das pessoas”. Essa experiência diz diretamente do meu aprendizado político, que esse foi o momento em que toda a classe média gaúcha – o Rio Grande do Sul é um estado fortemente de classe média – inclusive setores da classe média progressista, formaram contra o nosso governo, a partir daí. E nós, que nunca tivemos uma aprovação menor do que 50%, terminamos o governo perdendo a reeleição. E um dos elementos fundamentais foi essa fala pública que eu fiz. Que jogou, inclusive, setores da classe trabalhadora que não estavam envolvidos e que não têm o sentimento de pertencimento a esses movimentos, contra o nosso governo.

Não tenho nenhuma dúvida de que nós temos que dar sustentação, essa é a minha opinião, e tenho defendido isso em vários fóruns, não só à governabilidade do governo da presidenta Dilma, como também dar sus-

tentação às instituições democráticas que dão possibilidade para que essa governabilidade se exerça de maneira plena.

Estamos num momento muito difícil do desenvolvimento político e econômico do país porque votamos num ciclo. Houve o primeiro governo da presidenta Dilma, e nós votamos no ciclo, o ciclo que se ergueu em cima de uma balança comercial favorável ao Brasil, como o Luís Fernandes colocou.

Ergueu-se a partir de programas de transferência de renda feita pelo Estado. Melhorou a vida de 50 milhões de pessoas aqui no Brasil. E se ergueu um hiato onde a relação subordinada de dependência ou de dependência subordinada ao mercado financeiro global pôde ser equacionado, pôde ser trabalhado de uma maneira a que parecesse que nós entrávamos numa situação de cooperação interdependente, saindo daquela situação de subordinação predatória que sempre caracterizou a economia financeira global a partir do momento em que o capital financeiro se apropriou das rédeas da política e da economia mundial.

Esse modelo se esgotou. E se esgotou porque deu certo, na minha opinião. Ele foi vencido. Acho que, ao passo em que houve uma grande reestruturação da sociedade de classe aqui no Brasil, se lançaram novos sujeitos políticos e novas demandas. E esses novos sujeitos e novas demandas – parte deles – vieram para as ruas em junho estimulados e valorizados pela *Rede Globo* que, quando sentiu que não era somente a classe média alta que estava na rua ou a classe média anticomunista, ou antissocialista, ou ‘antipetista’, ou antiprogressista, começou a recuar na glamorização, na estetização do movimento como se fosse um grande movimento em que o gigante acordava. Vamos lembrar dessa frase. “O gigante acordou”, dizia a *Rede Globo* naquele momento, e isso era repetido por 90% da imprensa tradicional brasileira.

Na verdade, esse processo se denunciava e mostrava que o que chamo carinhosamente de modelo “lulodesenvolmentista”, estava esgotado; mas, ele, ao mesmo tempo, propunha novos desafios. E esse esgotamento, na minha opinião, é um esgotamento de todos, dessa situação mundial que

está aí. Melhorar a vida de 50 milhões de pessoas é uma coisa muito difícil de fazer, inclusive, numa correlação de forças do ponto de vista político interno, onde a própria coalizão governamental era uma coalizão que não dava sustentação a quaisquer políticas mais avançadas que estavam sendo desenvolvidas naquele momento.

Então, o que compõe esse cenário? Há uma visão de que a coalizão que deu sustentabilidade ao governo do presidente Lula, e depois já precariamente ao governo da presidenta Dilma, é uma coalizão esgotada, uma coalizão que apenas pode oferecer estabilidade política para um conjunto de medidas de austeridade que repetem as medidas de austeridade que são aplicadas em países, como a França, como Portugal, como Espanha, como a Itália.

O grande arranjo político de sustentabilidade, inclusive, da governabilidade, está centrado, hoje, nessas políticas de austeridade. Então, ao mesmo tempo em que nós íamos vencer a coalizão que deu sustentabilidade a essa reestruturação da sociedade de classe brasileira, nós vimos vencer também o tipo de política de cooperação interdependente que foi aceitável até certo ponto, enquanto todo mundo ganhava, e que agora não é mais possível realizar.

Chegou a hora de pagar a conta por que esse processo se fez também na base de um grande processo de endividamento do Estado brasileiro. É verdade que a relação dívida/PIB é uma relação muito boa, é uma relação excelente, comparativamente aos demais países. Só que a margem de manobra, na medida em que a dívida atinge um determinado patamar não é mais dada pela autoridade política do Estado soberano, é dada pela força acumulativa do capital financeiro sobre a política e sobre o Estado. E é nessa quadra que nos encontramos hoje. Acho muito difícil que se consigam concessões de porte desse ajuste que está sendo feito. Acho que esse ajuste é produto do esgotamento dessa frente e é produto dessa “macrotutela” tão bem exposta pelos dois companheiros, particularmente pelo Luís Fernandes; essa “macrotutela” que o capital financeiro exerce sobre o Estado.

E aqui vem uma pergunta que acho que é lapidar para qualquer governo futuro: qual seria o ajuste que o governo de centro-esquerda, hegemônico pela esquerda, no Brasil de hoje, faria, qual seria o “ajuste” se uma frente política semelhante à Frente Brasil Popular, e que envolvesse, inclusive, outros partidos da esquerda que estão fora do governo hoje? Que ajuste seria esse?

Bem, nós podemos responder de uma maneira simplista, seja não pagando a dívida externa, seja determinando uma auditoria e, a partir dessa auditoria, tomando determinadas medidas, seja tendo uma política de juros que colocasse de novo a taxa de juros em declínio.

Muito bem, sou favorável a todos esses pontos, mas o que temos que responder hoje é: dentro da democracia e dentro da legalidade funcional que nós vivemos, quais as forças políticas no parlamento e na sociedade que dariam sustentação a essas políticas? Há uma política de ajuste. Na verdade, não é que dividisse os ajustes para os de baixo, mas que cobrasse a conta do ajuste dos 1% mais ricos que detêm 40% da riqueza do país. Que colocasse a sustentação política do ajuste não só com a maioria, não digo maioria parlamentar plena, mas que se pudesse constituir maiorias parlamentares em cima de medidas pontuais que apontassem para isso, mas que também tivesse a sustentação nas ruas, sustentação no movimento social.

Penso que o “ajuste” que está sendo feito agora, com essas medidas ortodoxas e também com esse projeto de emenda constitucional da terceirização, não vai ter uma resistência muito grande da classe trabalhadora brasileira. Na minha opinião, não terá uma resistência forte. Por quê? Porque, na verdade, esse processo de terceirização, vai ter a capacidade de rebaixar o valor da massa salarial destinada à classe trabalhadora; mas, não se iludam, vai abrir mais postos de trabalho, precários e intermitentes. E quem está fora do mercado de trabalho considera a precariedade e a intermitência uma conquista. Esse não é somente um golpe mortal no sindicalismo, como alguns companheiros dos movimentos sindicais estão colocando corretamente. É muito mais do que isso. Isso é um sistema de

reorganização da remuneração do trabalho no Brasil que realiza mais um ato de socialização da carência e socialização da pobreza, colocando setores da classe trabalhadora num limite de sobrevivência, mas num limite de sobrevivência para esses setores, particularmente para aquele setor residual da classe trabalhadora que não foi incluído nas grandes políticas sociais do governo e não ascendeu, ainda, ao mercado de trabalho, com desemprego que começa a aumentar.

Concordando com a seriedade das “falas” dos companheiros que me precederam, quero dizer que acho que a situação é mais grave ainda do que estamos imaginando. Porque, se não tivermos uma resposta, base social e política, qual o ajuste que nós faríamos?

Com toda a sustentabilidade de desenvolvimento que foi dada até agora, todos “ganhamos”, entre aspas. Subsidiando, inclusive, os ganhos do capital financeiro por meio de uma taxa de juros exorbitante e subsidiando a indústria tradicional através das renúncias fiscais e através do rebaixamento seletivo de impostos para não ter desemprego.

Pode ser argumentado que isso é, sim, necessário para uma transição de um modelo de desenvolvimento excludente, desenvolvimento de vasta reserva de capital humano fora do mercado de trabalho, e que era necessário para reestruturar a sociedade de classe do país. Sim, mas se era uma transição teria que ter uma visão de qual seria o ponto de inflexão dessa transição. E que não houve até agora. E é o que nós estamos padecendo nesse momento, onde, na verdade, a agenda que vem sendo desenvolvida pelo governo federal não é a agenda apresentada no segundo turno. E eu não sou dado a visões conspirativas da história, achar que a presidenta Dilma está traindo, que o grupo tal está traindo o grupo qual. É uma questão que está vinculada a uma impossibilidade política de outra saída na conjuntura que nós estamos vivendo. E nós somos, toda a esquerda coletivamente, responsáveis por isso. Toda a esquerda que está no governo e que não está no governo, que também em nenhum momento apresentou uma saída viável para essa transição, dentro das condições políticas que nós estamos vivendo.

Tenho trabalhado com três ideias que têm relativa, eu diria quase que total, afinidade com aquilo que foi colocado pelo Luís Fernandes, aqui, e pelo companheiro Roberto Amaral.

Primeiro, acho que a manutenção da ordem democrática da Constituição de 1988, ou a sua não manutenção, não depende, aqui no Brasil, do golpe militar, porque o Estado brasileiro, pelo que seus governos podem fazer, com uma inflexão da ordem constitucional atual, todas as reformas necessárias para manter uma relação pacificada de dependência e subordinação à tutela e a força normativa que o capital financeiro exerce sobre a política e sobre os Estados. Exerce desde o financiamento das campanhas eleitorais até o arbítrio que eles têm nessa relação de força do plano internacional para arbitrar a taxa de juros.

Segundo, a questão democrática no Brasil: ela já está sendo delapidada hoje, porque nós estamos vivendo a partir de uma grande articulação de setores, setores do Poder Judiciário vinculados a setores do Ministério Público, vinculados a setores da alta burocracia num processo de exceção não declarada. Existe corrupção na esquerda? Claro que existe. Sempre existiu, em todos os setores, em todos os partidos, em todo o Estado. Aliás, o processo de acumulação de capital ao longo da história da humanidade é chacina, é morte, é corrupção, é violência, é extorsão, destruição de povos. E ninguém é contra a luta contra a corrupção, todo mundo é contra a corrupção. Todo mundo é a favor, e duramente a favor, dessa luta. Principalmente, nós do Partido dos Trabalhadores que somos mais atingidos por esse processo.

Agora, o que se está vendo é uma luta contra a corrupção aqui no país num regime de exceção não declarado onde todo esse processo está sendo instrumentalizado politicamente pela burocracia estatal nos setores do Poder Judiciário, pelo Ministério Público para derrotar o que resta da utopia democrática da esquerda. É isso que está sendo feito, hoje, no Brasil. Quando o juiz Moro, por exemplo, se dedica a estabelecer uma jurisdição nacional para os seus inquéritos, existe isso. Quando o Juiz Moro diz “eu me reuni com a minha equipe” e a equipe é o Ministério Público, isso não

existe no estado de direito. O juiz nunca forma uma equipe com o Ministério Público. Um é o fiscal da lei, o eventual investigador, o outro é o juiz. Nós estamos nos encaminhando para uma inflexão autoritária e para a formação de uma exceção não declarada contra a esquerda brasileira. É difícil a gente conceber, acho que obviamente, a possibilidade de volta dos militares. Temos que estar sempre preocupados, mas as Forças Armadas brasileiras não são mais as Forças Armadas de uma “república de bananas”. E já tiveram experiência de poder.

Assim, acho que a questão democrática num programa de esquerda e um novo projeto de esquerda é uma questão fundamental; mas, hoje, é menos a questão militar e mais a questão da instrumentalização da exceção dentro da ordem democrática que está sendo feita pela elite brasileira, que formou um grande partido político, uma grande frente política que sabemos como funciona.

Ela é composta pelos setores de partidos e partidos da direita brasileira, por dirigentes das entidades industriais que estão espalhadas no país, e pelo capital financeiro. Não todos. Hoje, há uma instituição chamada *Instituto Millenium* que faz a pauta da direita brasileira e das reformas que eles querem, e cuja voz pública, nós sabemos, é o sistema de comunicação tradicional que está nas mãos de setores que têm uma visão de desenvolvimento e uma visão de país que é a visão que interessa a eles, e que interessa a 1% de ricos que controlam 40% da riqueza do país. Ou seja, há polo que é composto por esse sistema de comunicação tradicional, setores de partidos e dirigentes políticos e organizações de pesquisa empresariais, que também entram na academia, e que formam, hoje, uma representação política de um novo bloco histórico no país.

Isso significa uma direção estratégica para implementar, aqui no país, as reformas que estão sendo implementadas em todo mundo. E que estão, agora, na Europa, num trabalho de massacre da possibilidade grega, da possibilidade de uma cooperação interdependente com a economia europeia, com o Banco Central Europeu, ou o Banco Central alemão. Como terceiro elemento desta sucinta reflexão que, evidentemente, eu também

tenho dúvidas e penso que estamos em dúvida: estamos recriando o projeto da esquerda brasileira? Posto isso, temos que começar a trabalhar com uma nova frente política em direção a 2018. Porque se nós não apresentarmos, não trabalharmos até lá, isto só vai ocorrer de fora para dentro sobre os partidos.

Não sei se nos partidos dos meus queridos companheiros que estão aqui, mas no meu partido, a dialética de produção teórica e política interna está relativamente esgotada em função dessa crise; da corrupção que atingiu alguns setores do partido, e da crise política relacionada com a contradição que o nosso partido vive e que tem que dar sustentação para a presidenta governar.

Tem, sim, que dar – e sou a favor que dê – a possibilidade de gestar com uma outra visão programática para o futuro. Então, se esse movimento deve vir de fora para dentro, e aqui, quando eu digo de fora para dentro – academia, os intelectuais, os cientistas, os dirigentes políticos dos partidos –, dos vários setores que estão empenhados na reconstrução de um projeto de esquerda no Brasil, da conformação de uma frente de esquerda (leve o nome que leve), que seja programática, que tenha uma mesa diretiva, que tenha compromissos de governabilidade; e não essa coalizão que está aí, que, na verdade, é uma coalizão cuja hegemonia, hoje, já foi terceirizada.

A presidenta é do Partido dos Trabalhadores, mas a hegemonia na coalizão e na direção política do país tem pouca influência do Partido dos Trabalhadores (PT). Por impotência do partido? Pode ser, mas em função de uma conjuntura política também que se formou no país e que está nos desafiando nesse momento.

Tenho participado de debates no Rio Grande do Sul, aqui (Rio de Janeiro) e em São Paulo, e acho que o Rio de Janeiro é o lugar mais importante para se desenvolver essa experiência. Se é verdade que tem problema nos partidos políticos aqui no Rio de Janeiro, verdade também que é aqui que os partidos políticos são cercados por uma intelectualidade, por uma academia, por dirigentes políticos históricos, por experiências de vida que não estão atadas, que não estão, necessariamente, subordinadas àquilo que

foi a experiência política da esquerda paulista, com todas as dificuldades e grandezas que se teve nesse processo. E isso começa agora, em 2016. Pergunto: é possível inaugurarmos uma nova frente política aqui no Rio de Janeiro com um candidato, uma frente de centro-esquerda que atraia setores do centro democrático progressista, mas que seja um candidato de esquerda? Ou não? Penso que temos que nos empenhar nisso e fazer de algumas cidades um exemplo dessa frente. Nós estamos trabalhando essa possibilidade lá em Porto Alegre. E isto é muito importante para arremeter para 2018. Porque, se as coisas continuarem na marcha que estão agora, o que nós vamos ter em 2018 é a partir de 2016, quando nós vamos ter um deslocamento daquilo que se chama de centro pragmático aqui no Brasil, e que, na verdade, já transitou com todo ajuste nos diversos partidos.

Em direção à centro-direita, haverá uma coalizão fortíssima. Então nós temos que pensar, na minha opinião, numa nova Frente política. E os partidos têm que ser tensionados de fora para dentro. E quem está nos partidos, como eu, “tensionar” de dentro para dentro para que essa Frente se torne um movimento político na sociedade e que atinja a qualidade do debate político do partido.

O Roberto Amaral tem muita razão: qual foi o grau de inovação interna que os partidos fizeram nesse período? Muito pouco. E aliás, noutros partidos, quando se tentava fazer, a pessoa era, ou congelada, ou tinha que pedir as contas no segundo turno. Isso ocorreu, evidentemente, em maior ou menor grau, pelo menos, em alguns dos partidos do campo da esquerda.

Eu acho que a nossa situação é uma situação política bastante difícil; acho que, hoje, a maior possibilidade é que esse período se esgote melancolicamente. Porque, vejam, se o ajuste der certo, e pode dar certo transitariamente, pode levar o país a uma recessão, e depois ter uma retomada no crescimento como ocorre em algumas economias, até porque o Brasil é um país muito vigoroso ou de recursos econômicos, certo? E muito qualificado em vastos setores da produção.

Então, pode ser que ocorra uma recessão e depois nós tenhamos, daqui a dois anos, um crescimento virtuoso da economia, que vai ser por um

certo período, porque vai ser um crescimento com concentração de renda e com mais diferença social, mais desigualdade social pela devastação de direitos que estão ocorrendo nesse momento. E quem vai levar o mérito nesse curto momento de felicidade não vamos ser nós – e nem queremos esse mérito –, vai ser a centro-direita que está no governo.

Temos que estar preparados então para responder ao seguinte: qual o ajuste que nós faríamos? E com quais forças sociais, e com que forças políticas, e com que candidato? Com que arco de alianças? E quais compromissos vamos apresentar? Então, nós vamos ter um encerramento melancólico desse processo. É possível que a gente faça essa reversão, mas esse processo de reversão tem que começar agora. E o método que tenho colocado aos companheiros de diversos grupos como esses que estão discutindo em todo Brasil, com a predominância de militantes de partidos, dirigentes de instituições, é: vamos retirar, no próximo governo, o direito de eles fazerem uma nova “Carta aos brasileiros”. Vamos fazer nós. Uma “nova Carta aos brasileiros” que seja dirigida aos partidos, dirigida à sociedade e dirigida aos partidos dizendo qual é, quais são os pontos nodais de acordo que temos para manter a democracia brasileira no roteiro da constitucionalidade de 1988, da democracia política, do ajuste que faríamos, como faríamos; e quem paga um ajuste por essa transição. Essa “nova Carta aos brasileiros” seria uma carta para dar estabilidade e conforto para o nosso povo e não para os banqueiros, como foi numa outra oportunidade, talvez até necessária naquele momento. É isso que eu queria compartilhar com vocês e agradecer a atenção.

II - Debates

Luís Fernandes

O debate foi muito amplo, e evidentemente não vamos conseguir responder ou comentar todas as questões levantadas. Acredito que partimos de uma ampla convergência de opiniões. No entanto, para mim ficaram evidentes nuances ou diferenças de interpretação, que podem ter consequências políticas importantes.

Uma primeira questão é a avaliação da força e/ou relevância da atual escalada golpista: se ela representa um risco relevante, que deve ser combatido, ou se isso não é tão central assim. Na minha avaliação, trata-se de uma ameaça grave, muito real e concreta. Não estou dizendo que estamos na eminência de uma “quartelada”, nos moldes dos muitos golpes militares que já tivemos na nossa história – embora devo dizer que fico assustado quando vejo pessoas defendendo publicamente na rua, sem qualquer vergonha ou inibição, uma nova intervenção militar. Acho, sim, que há uma ação em curso visando desestabilizar o governo Dilma, um governo constitucional democraticamente eleito. Estão tentando criar um caminho de inviabilização do governo. Como isso vai evoluir depende da luta política, e não descarto que continuem procurando caminhos jurídicos e políticos para determinar o afastamento da presidenta. Queria ouvir a avaliação dos demais membros da mesa a esse respeito.

Acho que o objetivo principal do nosso encontro aqui hoje é deslindar caminhos para derrotar essa ofensiva golpista que tem as características já apontadas. Outro tema para o nosso debate é o das alianças que devem ser montadas para enfrentar a escalada golpista. No meu entender, as alianças necessárias para enfrentar essa ofensiva não se restringem à esquerda. Essa é a minha leitura. Como disse antes, tem que ser uma aliança ampla de todos que tenham diferenças com essa agenda de desestabilização.

Outra questão que me deixa um pouco preocupado é a avaliação de que o ciclo político que nos trouxe até aqui está esgotado. Se avaliarmos a crise atual por esse prisma, ficamos sem linha de defesa do nosso governo e passamos a focar na construção de uma alternativa para 2018. Só que antes de 2018, tem 2017, tem 2016 e tem 2015.

Tem 2015. Quero trazer a discussão para 2015. O Roberto Amaral propôs – acho muito bom – a constituição de uma “Frente Nacional Popular”. Essa proposta não tem eco dentro do governo, nas forças principais de direção do governo? Eu acho que sim. Acabamos de vencer uma eleição. Como vamos abrir mão de um governo que acabou de ser sufragado pelo voto popular? Ao contrário, penso que temos de garantir as

condições de governabilidade desse governo e contribuir para que ele caminhe para uma agenda de reformas estruturais mais amplas e mais avançadas. Agora, esse caminho não é linear. O Roberto Amaral estava dentro do governo, o Tarso Genro também, eu também. Saudamos aqui as realizações dos dois mandatos do governo Lula. O governo Lula adotou, no seu início, uma política de ajuste muito semelhante à que está sendo implementada hoje. Lembro que o presidente do Banco Central era o Francisco Meirelles e o secretário do Tesouro Nacional era o próprio Joaquim Levy. Adotamos uma política restritiva do financiamento público naquele momento como parte de um esforço para recompor e equilibrar as contas públicas, para retomar a ampliação dos investimentos públicos em seguida. Foi feita uma inflexão para recompor a capacidade de o Estado promover o desenvolvimento nacional.

Em alguns debates, tenho ouvido críticas que tratam a atual adoção de medidas de ajuste como um fim em si mesmo. É como se essa inflexão fosse uma opção. O governo teria aderido a essa agenda de forma permanente e contínua. Não concordo com essa avaliação. Acho que se trata de um movimento de recuo em um quadro em disputa. E nós temos que cooperar politicamente nessa disputa. É essa a minha leitura, porque senão podemos ficar politicamente isolados.

E o Brasil, o governo brasileiro? Nós não podemos menosprezar a importância e relevância das posições de poder que alcançamos. Qual a importância da política externa do governo brasileiro para os governos progressistas da América Latina? Imaginem a situação dos nossos vizinhos na América Latina caso não pudessem contar com o apoio do Brasil para os seus processos de transformação. Mesmo no que concerne ao fortalecimento dos bancos públicos como contraponto aos cartéis do capital financeiro – isso está esgotado? Acho que não está esgotado: é parte necessária de um projeto de desenvolvimento para o país. Políticas redistributivas de riqueza e renda, isso está esgotado? Eu acho que isso não está esgotado. Essas políticas são limitadas? Concordo, temos que avançar mais nas políticas de redução da desigualdade, mas há elementos implementados

pelos dois governos Lula e pelo primeiro governo Dilma que tem que ser continuados e aprofundados na estruturação de um novo ciclo de desenvolvimento nacional.

Em suma, temos de consolidar as conquistas para avançar na transformação da sociedade brasileira. Estou levantando isso porque fico receoso de que tiremos do alvo a necessidade de barrar a ofensiva golpista e consideremos que esse é um governo já perdido, que a esquerda já não tem mais voz nesse governo. Não acredito que seja essa a realidade e queria trazer para o nosso debate essas reflexões.

Roberto Amaral

Discordo do Luís Fernandes quando ele retira de nossa intervenção uma postura de apenas críticas ao governo. Terei eu também falhado na comunicação, pois o *a priori* do que aqui foi dito é a suposição de que estamos também unidos na defesa do governo. Se esta visão não ficou clara, que fique agora.

Ainda que seu sucesso não seja contabilizável por nós, seu fracasso, do nosso governo, nos será debitado. E independentemente de uma ou outra alternativa, já aprendemos que o pior é sempre o pior e o melhor é sempre o melhor para nosso país e para os trabalhadores. E por ele torcemos. Isso não quer dizer que nosso apoio seja linear, porque, até por lealdade ao nosso governo, esse apoio, firme e desinteressado, deve compreender a crítica e o pleito pela mudança de rumos, sempre que essa contingência se colocar com clareza.

Temos que ir para as ruas, no seu significado mais amplo. Sim. E voltaremos às ruas para quê, senão para constituir um muro de contenção ao conservadorismo, ao fundamentalismo desenraizado de nossa formação, que alimenta uma legislatura reacionária que o espelha? Essa é nossa forma de defender e fortalecer o governo, e dentro do governo fortalecer aqueles setores que se confrontam com as tentativas de hegemonia dos grupos políticos e sociais mais atrasados.

Tratemos, agora, da levantada questão relativa ao “golpismo”. Qualquer avanço nesse tema requer a prévia definição do conceito de “golpe”.

Se o interlocutor está a referir-se ao conceito clássico de ‘golpe de Estado’, de operação e sustentação militar, implicando necessariamente a interrupção do processo institucional – do qual o golpe de 1964 no Brasil é um paradigma –, digo que dessa ameaça não estamos ameaçados nem seremos vítimas. Contra essa via militam as condições internas políticas e militares, as condições objetivas, as condições subjetivas – nada obstante os arreganhos direitistas – e objetivas, históricas, milita mesmo a correlação de forças internacional. Esse modelo, que foi adotado pela última vez em nosso Continente na primeira e frustrada tentativa de deposição de Chávez (abril de 2002) na Venezuela, está, presentemente, posto de lado, em quarantena. Outra alternativa, essa bem atual, é aquela oferecida, por exemplo, pelos golpes desferidos em Honduras (2009) e no Paraguai (2012), um engendrado pelo Judiciário, outro pelo Congresso, ambos depondo presidentes legitimamente eleitos. Dessa ameaça, porém, não estamos livres e vou denominá-la, para simples identificação, de ‘golpe institucional’ ou parlamentar. Trata-se de experiência nossa conhecida.

Se estamos pensando na eventualidade de um ‘golpe branco’, se assim podemos identificar o golpe institucional, a saber, aquele que não confrange as regras constitucionais, posso dizer, então, que esse ‘golpe’ já foi dado no Brasil, surrupiando parcelas do poder originário de Dilma Rousseff.

A tese é esta: esse ‘golpe branco’ já foi perpetrado, entre nós, mediante, a adoção de um ‘parlamentarismo’ de fato, liderado pelo presidente da Câmara dos Deputados, nessa empreitada associado ao presidente do Senado. Age lépido e fagueiro e impunemente, até aqui sem conhecer limites, como um verdadeiro ‘primeiro ministro’, disputando o exercício do Poder Executivo com a presidenta da República. Este é o fato concreto. Mas ainda não é tudo. Com o apoio dos evangélicos fundamentalistas, da bancada da bala e da bancada do boi, isto é, estribando-se no baixo clero, enceta uma cruzada contra o avanço social, contra os trabalhadores, contra a soberania nacional, contra o meio ambiente e as mulheres, contra, enfim,

as conquistas das últimas décadas e, sem o diálogo com a sociedade, desfaz o pacto social de que resultaram a Constituinte e a Constituição de 1988.

Mas o Congresso tem também a tradição de intervir no processo político alterando a institucionalidade sem agredir a constitucionalidade. É sua tradição de ‘golpes brancos’.

A história não é nova entre nós e episódios similares se repetem desde o Império. Cabe lembrar, para ficarmos na história recente da República, que na noite do dia 10 para 11 de novembro de 1955, para resolver uma crise militar-constitucional, um conflito entre os militares golpistas – liderados por Juarez Távora, Eduardo Gomes e outros (que intentavam impedir a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira, recém-eleito presidente da República) – e os oficiais legalistas – liderados pelo general Henrique Teixeira Lott (dispostos a assegurar o mandamento constitucional, dando posse ao eleito), o Congresso Nacional, em poucas horas declarou, sem previsão constitucional, o presidente em exercício, Café Filho, e o vice-presidente da República, deputado Carlos Luz, este também presidente da Câmara dos Deputados) impedidos de exercerem os respectivos mandatos, dando posse na Presidência da República ao presidente do Senado Federal, o senador Nereu Ramos.

O país assistiu, em 1961, em uma só noite, o mesmo Congresso Nacional, atento às vozes dos sabres e das baionetas e surdo ante o clamor popular, instituir o regime parlamentarista de governo, reduzindo drasticamente os poderes do presidente João Goulart eleito para exercer a presidência sob o regime presidencialista. A mudança de regime era a condição imposta pelos militares insubordinados para permitir a posse do vice-presidente, em face da renúncia do titular de Presidência, Jânio Quadros.

Volto ao que me referi de início: não me preocupa a acenada ameaça de *impeachment*. Estou convencido de que essa ameaça está afastada, e não é porque o PSDB não a queira, não é por supor que setores mais atrasados da direita não queiram, não é que a *Veja* não queira. É porque a classe dominante, quem decide, simplesmente não quer, não quer mais, ou, mais precisamente, não quer agora. Porque o interesse da classe

dominante é a normalização do mercado, para o que não contribuem as marolas ou ondas políticas. O empresariado, majoritariamente, quer estabilizar seus negócios e restabelecer seus lucros. Para o que manter o quadro como está é ainda a melhor saída. Evidentemente, se a crise econômica se deteriorar, essa mesma classe dominante pode mudar de opinião, porque sua ética é a ética dos seus interesses.

Minhas reflexões, vencido esse ponto, se voltam para aquela que me parece ser a crise principal, e, a meu juízo, a prioridade deve ser o enfrentamento da crise da esquerda muito bem expressa mediante a anomia com a qual assistimos à destruição das conquistas das últimas décadas, pois, quanto mais as forças atrasadas avançam, mais recuamos, mais cedemos espaço, mais renunciamos ao diálogo com a opinião pública e as grandes massas.

O que me preocupa, fundamentalmente, é a rua, e nela nossa ausência. As forças de esquerda são chamadas a atuar e a dialogar, mas só poderemos disputar as ruas quando tivermos o que dizer às grandes massas. Conclamar o apoio ao governo Dilma é pertinente e correto, mas não encerra a necessidade toda, porque antes precisamos construir nosso discurso, que não pode ser o eco de ontem.

A verdade é que estamos com dificuldades de voltar às ruas. Se o primeiro governo Lula, para o bem e para o mal, foi pautado pelos compromissos da “Carta aos brasileiros”, é certo que milita contradição entre a campanha eleitoral de 2014 e o governo iniciado em 2015. Como ignorar nossas dificuldades com a sociedade, se elas começam em casa com nossas bases de apoio popular? Perdemos substância na base popular sem ganhar apoio na classe média.

Termino retomando a discussão da proposta de uma Frente Ampla, Popular e Nacional, afirmando que a melhor Frente é a Frente possível e a Frente possível é a mais ampla possível. Precisamos de uma Frente política para unificar o movimento social, para unificar o movimento popular, para trazer as centrais sindicais para a batalha política. Trazer mais sindicatos, o movimento estudantil, o movimento popular, o MST, construindo uma

grande Frente que represente a média de pensamento nacional. Uma frente despartada das disputas entre nossos partidos, infensa ao processo eleitoral imediato. Uma frente fundamentalmente estratégica. Pensar, discutir e formular um unificador Projeto para o Brasil. Qual o projeto da esquerda para o Brasil? Precisamos responder a esta pergunta. O que queremos ou o que proporemos para o Brasil de aqui a dois, três, quatro, cinco, vinte anos? Essa Frente será ampla e popular; precisa ser ampla, mas terá lado, e seu lado é o dos trabalhadores.

Tarso Genro

Gostaria de precisar, em primeiro lugar, o que penso quando me reporto à Frente de esquerda: estou entendendo que as posições esquerda e direita, na conjuntura que nós estamos vivendo, não se vinculam a quem é de esquerda ser socialista ou comunista, certo? Ou ser socialdemocrata de esquerda. Ela se vincula a uma posição que se forma contra a direita e a centro-direita, contra a linha política, e contra o programa, e contra os movimentos que a direita e a centro-direita vêm fazendo em relação à questão democrática e à questão do governo da presidenta Dilma. Então isso separa. Para enfrentar essa luta política, hoje, você define, em relação às suas tarefas imediatas, quais são, e você define em relação às tarefas de médio prazo. E, aí, entra o processo eleitoral, entra na disputa sobre como retomar o desenvolvimento do país com distribuição de renda. E é isso que define, na minha opinião, o espectro dessa frente.

Creio que o auxílio assim, com o rigor puramente classista, é importante como momento inicial da abordagem, mas ele não é definitivo. Não é definitivo porque a classe média brasileira, em regra, nas grandes cidades, nas cidades mais politizadas, está sendo uma classe média aceleradamente em processo de “paulistanização”, como eu digo. Uma classe média que tem duzentos mil reais na poupança e acha que é rica. E que pensa como Gerdau, como o Setúbal, e não mais como a classe média de antes, que é a classe média que ia comprar o seu liquidificador com 40 prestações, e estava

entrando no processo de consumo. Desse modo, as respostas imediatas que temos que dar, e as repostas de médio prazo também, é que podem fornecer as condições de onde veremos qual é o espectro social que vai participar.

Uma Frente como penso, por exemplo, deve incluir as grandes empresas brasileiras de engenharia. Elas têm um papel fundamental. Não é na construção da infraestrutura do país, não é de graça que estamos sendo dizimados. Esses empresários que estão presos hoje estão reféns de uma exceção não declarada para atingir essas empresas e para liquidar a Petrobras. O que não tem precedente na história do Brasil – pessoas, empresários, grandes empresários estarem presos porque se envolveram em financiamento ilegal de campanha. Isso é história do processo eleitoral no Brasil. Logo, temos que dar uma “relativizada” nessa questão do movimento golpista. Acho que tem uma escalada golpista no país. E essa escalada golpista, pode se transformar num *impeachment*, pode se transformar numa sucessão de exceções não declaradas e, no limite, pode até ocorrer uma ruptura institucional, embora isso não esteja no horizonte aqui no Brasil. Agora, o que não se pode fazer, Luís Fernandes, e eu acho que aí é que está a nossa *nuance*, é em analisar a escalada golpista sem remeter para austeridade. Porque austeridade fragiliza o campo de resistência à escalada golpista. Não fragiliza os golpistas. Porque as medidas de austeridade que estão sendo tomadas estão, não só desnorteando a base popular originária do governo, como também estão fragmentando os elementos de resistência na própria sociedade como se vê na lei das terceirizações que foi aprovada hoje.

O Amaral estava me dizendo, agora, que foi aprovada a legislação da terceirização.

Veja, isso já remete para a existência de um golpe forte de centro-direita “sem vergonha”. Quer dizer, há uma articulação, hoje, muito potente em relação a esse movimento. Então nós pensávamos que defender a questão democrática em abstrato nos levaria a uma concordância geral, mas a partir disso não se especifica nenhuma política.

O que defendo é que se faça um programa de resistência democrática,

se dê sustentação ao governo da presidenta Dilma para ela governar, se dê apoio, inclusive para ela tomar medidas de relativização desse pacote ortodoxo que está aí, nessas medidas de contensão, mas sabendo o seguinte, e aí entra no outro limite que está contido na questão da resistência ao golpe: não é que o ciclo se esgotou que nós temos que jogá-lo fora. O ciclo se esgotou porque ele cumpriu a sua função. O ciclo que eu chamo de “lulodesenvolvimentista”. Porque, agora, para nós, aumentarmos o mercado interno, para nós aumentarmos o poder de compra do povo brasileiro, para melhorarmos o rendimento, a luta é contra a desigualdade, não é mais a luta pela inclusão somente. A luta pela inclusão chegou ao seu limite. Nós temos uma inclusão residual ainda para fazer na sociedade brasileira, mas, sobretudo, nós vamos ampliar o nosso potencial de mercado interno e vamos ter, portanto, que criar as condições materiais para o crescimento do país. Para o desenvolvimento da indústria e para promoção de empregos temos que bater nos privilégios e distribuímos renda.

Por que faço essa análise? Faço essa análise, e posso estar errado, mas aí desanda todo o meu edifício. Não tem problema, se desandar, vou reconhecer. Eu acho que acabou no Brasil a época em que todos ganham. É isso que quero dizer. Acabou isso. Isso foi feito de maneira correta, num determinado ciclo que reestruturou a sociedade de classes no Brasil. Mas não há como distribuir mais renda a partir do financiamento do Estado, através desse endividamento galopante, este no qual estamos no limite. Assim, eu diria que a coisa mais de esquerda no Brasil hoje é o imposto sobre herança, imposto sobre grandes fortunas, e reestruturação do imposto de renda. O imposto de renda no Brasil é completamente absurdo. Na classe média tem que pagar todo mundo? Dessa forma, não podemos fazê-la como nossa aliada. Há que aumentar o imposto de renda dos ricos.

Por aí, já eliminamos uma dinâmica política na sociedade antigolpista. E não vamos ficar, por dizer assim, alheios ao processo que está ocorrendo de austeridade no país, que dissolve a nossa base, fragiliza as nossas forças, desune a esquerda e fortalece essa base de direita que está dominando o Congresso Nacional.

Acredito que a presidenta Dilma, quando faço uma crítica à austeridade, é vítima de uma situação global, cujo capital financeiro adquiriu uma força política, e, portanto, uma força normativa sobre o Estado que tem que ter um ponto de parada. Porque, se não tiver um ponto de parada, o impacto estratégico, vamos dizer – que o Lula conseguiu no seu segundo governo –, se não tiver esse impacto estratégico, dificilmente, nós vamos escapar dessas armadilhas: baixa os juros, aumenta a dívida, sobe os juros, aumenta a dívida e a austeridade, e assim por diante. E a sociedade brasileira cada vez mais classificada, cada vez mais dividida e cada vez mais fragmentada.

Esse é o problema que estamos enfrentando, na minha opinião. Acho que isso remete para uma Frente, seja o nome que ela venha a ter, com tarefas imediatas relacionadas, inclusive, a uma pressão sobre a questão da austeridade; pressão sobre a questão da terceirização; pressão sobre a questão dos juros. Mas tem um momento político determinante: qual é o espectro da sociedade brasileira que vai estar se reunindo para derrotar a direita em 2018? Porque é isso que eles estão preparando. Se eles não fizerem o *impeachment*, se eles não provocarem a renúncia, se eles não provocarem um golpe militar, eles querem é vencer a eleição, e governar com legitimidade para fazer um processo de “redestruição” do Estado brasileiro, que fez muitas conquistas importantes nesse período. Então é isso que eu queria precisar.

IV

APÊNDICE

Frente de esquerda na diversidade da esquerda

Tarso Genro

Como militante e quadro não arrependido do Partido dos Trabalhadores (PT), mais ainda, como militante da esquerda histórica do Brasil que, como milhares de homens e mulheres da minha geração, vêm da militância do período anterior a 1964, quero compartilhar um debate que está aberto em diversas fontes de elaboração política. Creio que este é o debate mais importante do país, para o que acontecerá nas próximas décadas.

Em *blogs*, setores de partidos, organizações da sociedade civil, nos movimentos sociais e sindicais, bem como em setores da academia, abre-se o debate sobre uma “Frente de Esquerda”. Frente que possa pensar, no médio prazo, os novos movimentos de bloqueio às reformas neoliberais de segunda geração, que estão em curso na Europa (sociedade de consumos eletivo com setores médios integrados) e já com “sucesso” em países próximos (como a Colômbia e o México) e, também, possa acordar os contornos programáticos do próximo ciclo de lutas nacionais, desta feita mais concretamente contra as desigualdades da nossa estrutura de classes.

Penso que o governo Dilma – que nós do PT temos a obrigação de apoiar e viabilizar – eleito legitimamente dentro de um sistema que obriga concessões programáticas para retomarmos o crescimento e obter mais avanços na inclusão social – produtiva e educacional – esgotará o ciclo de combate às marginalizações mais agudas no Brasil. São exclusões originárias de um sistema de poder que organizou uma sociedade à semelhança da mentalidade colonial-escravista das nossas classes dominantes: a riqueza dos 1% mais ricos do país, em 2012, alcançou mais ou menos 68% da renda declarada.

As reformas feitas até o presente – e mais algumas que ainda poderão ser feitas nos próximos anos –, somadas, tirarão da miséria e da pobreza doentia, provavelmente, 55 milhões de pessoas. É um feito histórico da ampla (e deformada) coalizão de forças, que governa o país neste período, cujo legado passará, agora, para uma fase de disputa. Defender o governo Dilma é, para nós do PT, a defesa deste legado e também a disputa pela sua herança.

Dentro do sistema de controle global do capital financeiro sobre os Estados – através da dívida pública – e do controle exercido sobre a política (através do sistema de financiamento eleitoral e da mídia ideologicamente unitária) é possível avançar, na próxima década, na redução das desigualdades sociais? A pergunta mais clara: é possível substituir (ou fazer acompanhar) as políticas de “humanização” do capitalismo (políticas sociais democratas limitadas), por políticas de caráter “socializante” (sociais democratas de esquerda), mesmo dentro do sistema mundo capitalista, que certamente vai perdurar?

Uma outra pergunta, correlacionada com esta, também se impõe para uma reflexão não voluntarista: é possível que ocorra uma “reversão” das políticas implementadas até agora, não somente em relação aos avanços democráticos do país a partir de 1988, mas também com o aumento da taxa de exploração e de desigualdades sociais e regionais? Para opinar sobre estas questões, uma avaliação da correlação de forças no plano organizativo.

Está formado, hoje, no Brasil um novo e fortíssimo centro político liberal de direita. Ele penetra, inclusive, num espaço significativo do centro democrático, traduzido no mais notável aparato hegemônico, jamais construído pelas elites brasileiras. Ele compõe-se de um conjunto de instituições empresariais e da sociedade civil, empresas de comunicação, setores de partidos e partidos de direita e centro-direita, articulados diretamente com grupos da “alta” intelectualidade na academia, na imprensa e nas organizações empresariais.

Este novo centro atende pelo nome de “Instituto Millenium”. Ele torna irrelevantes os programas e as intenções dos partidos conservadores e de direita no Brasil, porque passa a “produzir”, não só as suas agendas políticas imediatas, cooptar e contratar os seus intelectuais e formadores de opinião, mas também passa a formar novos quadros. Orienta, também, os seus programas de governo, com o paralelo bombardeamento da política partidária, face à identidade (sempre seletiva), que conferem à função pública (toda ela), como leito da corrupção e, aos partidos, como seus canais organizadores.

Esta nova configuração da ação regressiva da direita brasileira está dentro da luta democrática. E ela visa, não só breicar conquistas populares “dentro da ordem”, como dizia Florestan Fernandes, mas também impor – por meios aceitos pela democracia e dentro da democracia política – saídas econômicas, financeiras e políticas, ao seu gosto e uso.

Em outras épocas o fizeram pelas mãos dos militares, contra as “reformas de base” e com a cristalização de uma sociedade de classes profundamente desigual. Como dificilmente, hoje, encontrariam grupos de militares dispostos a novas aventuras, estão se organizando, cada vez mais, para lutar pelos seus interesses pelos métodos democráticos. E o fazem legitimados pela mesma Constituição que dá espaços para as lutas da esquerda e da chamada extrema esquerda.

Remetendo às perguntas, antes formuladas, pode-se dizer que ambas as possibilidades estão contidas no pacto democrático atual. Tanto é possível avançarmos para um novo período de conquistas populares – agora no ter-

reno da redução drástica das desigualdades sociais – como é possível uma regressão neoliberal clássica.

As reformas de “segunda geração”, apoiadas numa classe média consumista e hedonista, indiferente à sorte dos miseráveis e dos pobres, constituem o programa mínimo da direita conservadora no Brasil. Para ela, mesmo a socialdemocracia é “populismo” e atraso, e mesmo a inclusão social, se não for congelada, pode causar problemas fiscais para o Estado e na necessidade de enxugá-lo.

Mais uma vez lembro, para que não se caia em subjetivismos, que não se trata de uma conspiração “urdida”. Este novo aparato hegemônico, que substituiu os partidos conservadores e de direita, no jogo político democrático, é uma vontade política organizada para promover ações de Estado, que respondam às necessidades dos fluxos comerciais e financeiros do sistema-mundo global, cujos protocolos políticos e jurídicos não toleram “maus exemplos” ou “exceções”, para integração na sua comunidade mercantil e produtiva. “Morre ou transmuda-te”, como dizia o velho Goethe. Aliás, foi o que a Alemanha disse para a Grécia, quando esta cogitou de um plebiscito sobre as medidas ortodoxas que o governo pensava implementar.

A formação de uma Frente de Esquerda de novo tipo, no Brasil, não pode ser impedida pelas distintas visões que os partidos, facções partidárias, personalidades e movimentos de qualquer ordem, tenham sobre o governo Dilma. Sendo formada a partir de uma plataforma mínima comum, para acionar no presente algumas lutas que podem nos unificar, a Frente visará, na verdade, uma mudança na correlação de forças – no interior do campo democrático – para que um governo da União, no futuro, tenha sustentação parlamentar e social para implementar, superada a fase da “inclusão”, um programa radical de redução das desigualdades. A Frente Ampla, do Uruguai, pode servir de analogia, lembrando que analogia não é igualdade, é semelhança.

No presente podemos nos unir – partidos, facções de partidos, personalidades e movimentos de esquerda e centro-esquerda – para reformar o sistema de concessões dos meios de comunicação, regulamentar o imposto

sobre as grandes fortunas, proibir o financiamento empresarial dos partidos e campanhas eleitorais, dar progressividade ao Imposto de Renda, elevar a taxação dos ganhos da especulação financeira e abrir novas formas de participação popular, na produção e na gestão das políticas públicas.

Um programa de esquerda, que seja capaz de reestruturar profundamente a sociedade de classes no Brasil, necessariamente deve responder a questões estratégicas mais complexas e difíceis. E este debate sereno deve começar logo, sem que cada um dos integrantes da Frente perca a sua personalidade política ou opte por apoiar, ou não, o governo da presidenta Dilma, o que nós do PT o faremos.

Como será financiado o Estado, no próximo período, considerando que são impossíveis taxas mais significativas de crescimento, com o atual endividamento do país e considerando que é impossível qualquer programa econômico-financeiro nacional, desconectado da economia global? Quais os setores privados que “ganham” com estas mudanças, cujos incentivos financeiros e tecnológicos devem dar origem a uma elevação da produção, da produtividade e do emprego? Quais os setores da produção industrial e dos serviços, que serão estatais, públicos ou públicos não estatais? E que tipo de estímulos são necessários às cooperativas, micro, pequenas e médias empresas, para a promoção de políticas, ao mesmo tempo distributivas de renda e de crescimento da economia?

Lukács disse, na década de 1960, que Nixon estava fazendo no Vietnã – apoiado na democracia americana tolerante com a barbárie – o mesmo que Hitler fez, apoiado na violência de Estado, no racismo e na mais pura ilegalidade. O nosso desafio é, dentro da democracia política, promover mais democracia e mais igualdade, enfrentando o novo pacto hegemônico do conservadorismo modernizante no Brasil, cujo nome verdadeiro é neoliberalismo. Um regime de desenvolvimento econômico compatível com a democracia política, mas incompatível com a promoção da igualdade e com a consideração do outro, como meu irmão e meu igual. A esquerda pode pensar uma unidade, ao mesmo tempo, de resistência e avanço. Ou vamos para o retrocesso.

Aonde vamos?¹²

Epitácio Brunet

276

A SERPENTE SEM CASCA

O porquê e o como de uma carta intitulada "Aonde vamos?"

Logo após as eleições de 2014, especialmente as majoritárias, aquelas quando tememos pelo pior – a destruição e o retrocesso social e econômico do realizado nos últimos 12 anos –, mas não menos advertidos sobre os riscos que envolviam as eleições proporcionais. Aqui, pelo avanço do conservadorismo no Congresso Nacional.

Tememos – as esquerdas em geral, os progressistas e, em especial, aqueles que foram social e economicamente beneficiados no período – tanto na dimensão ideológica, como na dimensão política, social e econômica.

Todavia, o temor não se dissipou na noite do 2º turno e nos dias seguintes; prosseguiu, mesmo após a vitória de Dilma Rousseff. Era como se não tivessem vencido os setores progressistas e os milhões de eleitores que, a despeito da violenta campanha promovida pela reação, ainda conseguiram, em meio a um cenário de turbilhão de acusações e previsões sombrias, fazer a sua inequívoca e histórica escolha.

Quanto às eleições proporcionais, sequer poderia ter havido algum sentimento de termos vencido ou de ter superado, no limite, um quadro de crise dos partidos de esquerda, que tem se manifestado há muito anos; seja no campo das ideias, seja no campo da organização.

Desse modo, saem os partidos de esquerda e os setores populares com uma vitória na eleição presidencial em condições de alta fragilidade frente ao surgimento de uma direita e de setores conservadores mais organizados como nunca nas últimas décadas; e colhem uma séria derrota na representação parlamentar.

12. Carta convocatória de encontro aberto ao público realizado no dia 2 de março de 2015, no auditório do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

Uma tempestade perfeita então se forma quando, a esse cenário, se junta uma crise econômica para a qual somente haverá respostas nas escolhas políticas, como, de resto, sempre soubemos.

Nesse contexto, colocou-se para um grupo de brasileiros progressistas, de esquerda, mesmo alguns liberais, logo após as eleições, uma questão que trazia tanto perguntas, impasses, perdas e fraturas – raízes históricas nestes últimos 30 anos, desde a queda do Muro de Berlim –, como questões imediatas.

Afloravam, ao mesmo tempo, como genuinamente em processos dialéticos, o velho e o novo imbricados. A negação da negação. Uma resposta não viria sem outra, foi colocado. Daí vieram reuniões nas quais, superada a angústia de alguns que temiam um golpe de Estado pedido e brandido pelos perdedores, foram dados alguns passos na forma de debate livre, aberto, sem reservas. Houve, sim, uma sequência de reuniões – quando, para nossa tranquilidade, pois então não estávamos sós, fomos informados que ocorriam outras paralelamente – o que levou, conseqüentemente, a um encontro ampliado no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, no dia 2 de março de 2015, no Centro do Rio.

Nesse dia, com a presença do prof. Roberto Amaral, que, por seu turno, já vinha liderando uma série dessas reuniões, do ex-ministro Luís Dulci, representando o Instituto Lula, dos deputados federais Glauber Braga e Jandira Feghalli, de dezenas de militantes independentes ou vinculados a partidos políticos, sindicalistas, estudantes e profissionais de distintas áreas foi lançado um documento, aprovado consensualmente a partir dos debates anteriormente realizados. Intitulou-se: “Aonde vamos?”. Não poderia ser diferente.

Aonde vamos?

As expectativas no Brasil e no mundo para os próximos anos, tanto para as sociedades em geral como para os governos, agentes políticos e econômicos, estão carregadas da consciência de que vivemos período de fortes mudanças que não são simplesmente conjunturais – crises sociais,

econômicas, políticas. Trata-se do afloramento de um processo mais grave, porque profundo, de ruptura de paradigmas longamente enraizados, de modelos que vão do campo do tangível e mensurável – o instável valor da produção de bens caminha na razão inversa da concentração de renda jamais vista, quando 1% da população mundial já controla mais de 48% da riqueza do planeta – ao campo do intangível e do não mensurável, como o das representações ideológicas, culturais e simbólicas.

As tentativas de previsibilidade – quase sempre desmentidas pela história real – têm permitido, quando muito, a certeza de que ainda teremos, no horizonte de médio prazo, um processo crítico nas dimensões sociais, políticas e econômicas. O pensamento de esquerda compreende que a verdade está no próprio processo.

A “Crise de 2008-2009” não terminou, ao contrário do que diziam aqui no Brasil os economistas do tucanato na campanha presidencial recém-fimada, como tampouco foi a “marola/marolinha” prevista por Lula. De uma forma ou de outra, prossegue, determinando medidas reativas dos governos, bem ao gosto do mercado e do pensamento econômico-político conservador e opostas ao desenvolvimento planejado que tende a equalizar socialmente os benefícios do crescimento material dos países. E opostas, principalmente, às necessidades brasileiras de crescimento, aumento da produção de bens e de serviços, trabalho e emprego. Derrotadas pela história, ressurgem nas teses do neoliberalismo, responsáveis pela tragédia que já vivenciamos na América Latina; tragédia que vive agora a Europa, esmagada por uma recessão provocada e apresentada como a única saída para a ‘salvação’. Tragédia à qual o povo grego acaba de dizer “Não”.

Na década passada, na América do Sul, os países que se desenvolveram social e economicamente foram exatamente os que romperam com o catecismo do FMI. Houve um avanço de programas progressistas na maior parte dos nossos países, permitindo a adoção de agendas sociais, econômicas e políticas próximas de um programa à esquerda. Ou seja, afastado o risco de golpes de Estado, retomou-se o caminho, tantas vezes violentado e desmantelado pela reação conservadora, de busca de justiça social e da soberania

nacional. Projetos nacionais historicamente formulados e retomados, mas que, certamente, terão que vir a considerar novas questões que estão se apresentando – a construção de um mundo multipolar; a estruturação de novos modos e formatos da representação, organização e expressão políticas; a radicalização da democracia. Um desafio para reflexão e resposta, e que não sejam para o amanhã e sim já para o processo em curso.

Concretamente, é o que temos no Brasil e no mundo: esquerdas, em profunda crise conceitual e de organização, têm-se arrastado nas últimas três décadas. Não cabe, aqui, uma análise das causas e origens dessa crise. Mas, certamente, seu corolário está presente, por um lado, na desarticulada forma de lidar com a dinâmica da realidade; por outro lado, nas espontâneas e distintas formas mediante as quais as lutas políticas têm se apresentado nas suas mobilizações, suas reivindicações e palavras de ordem. Em tempo, a destacar aqui, aspectos positivos de organizações populares e se não partidárias que presenciamos no período, demonstrando que o processo político está mais vivo do que nunca; como de resto não poderia deixar de ser, pois a história segue.

Nesse curso, não obstante a crise estrutural da organização do pensamento e de partidos de esquerda, foi possível alcançar resultados com êxitos inegáveis na América Latina nestas quase duas décadas recentes, e, em especial no Brasil, a começar, pela eleição presidencial de 2002. Isto é, foram, apesar de tudo, assumidas responsabilidades, com resultados bastante positivos, na condução de governos nacionais nesse continente. Relativamente ao nosso país, faz-se necessário registrar que, nesses últimos 12 anos, os resultados mais concretos se deram no campo das ações do governo federal, enquanto o fracasso das esquerdas brasileiras se registra no plano político, e no plano político partidário e organizacional, mas, principalmente, no plano da conscientização e da mobilização social; mobilizações as quais, quando ocorreram, se deram a despeito dos partidos de esquerda. O certificado desse fracasso partidário organizacional foi atestado pelas dramáticas condições eleitorais nas quais disputamos o pleito de 2014.

Na verdade, as eleições presidenciais de 2014, e os riscos vividos de um retrocesso histórico nas conquistas sociais, levaram as esquerdas à percepção de suas limitações, e de que a realidade e suas dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas, eram mais complexas e intensas do que se supunha.

Em 2015, impõe-se para as esquerdas brasileiras um caráter de mobilização no plano do pensamento e das ideias, que leve ao modo como vai operar no plano político e de organização. Uma reflexão sem *parti pris*, sem condicionantes partidários, livre, verdadeira obra aberta a definir-se no processo, revendo a crise geral da política; a crise do pensamento, do ser e do atuar como esquerda; a crise do socialismo; a crise partidária e, em nosso caso objetivamente, a crise da representação, imbricada com esse deplorável quadro de presidencialismo de coalizão ou cooptação. A proposta é, tomando para nós a vontade de Darcy Ribeiro, “passar o país a limpo”, revendo nossas experiências de governos, encarando os erros e não apenas exaltando os acertos, olhando centradamente para o passado recente de forma a buscar, no futuro próximo, caminhos mais consequentes e sólidos.

É inquestionável a necessidade de dar sustentação, através do pensamento e da ação das esquerdas brasileiras, ao governo Dilma Rousseff. Quando os partidos políticos que integravam a coligação de apoio à candidata Dilma, perplexos, mostraram-se incapazes de conter a diabólica aliança entre a direita, os conservadores e a mídia, foram setores autônomos, progressistas e da esquerda na sociedade que se mobilizaram fortemente em defesa da candidata. É justíssimo evocar o apoio de partidos e organizações de esquerda que, apesar de estarem de fora da base oficial e de terem sido críticos e ácidos em relação ao governo, contribuiu decisivamente para a reeleição de Dilma Rousseff; destacaram-se, também, dezenas de milhares de combativos anônimos – homens, mulheres, jovens e gente de todas as idades em distintas regiões do Brasil – que tiveram papel crucial nesse já histórico e singular processo eleitoral. E, quanto aos milhões de votos, estes vieram, em sua grande maioria, dos pobres e dos

assalariados de baixa renda. Um processo no qual a luta de classes – que nunca deixou de existir, claro está – mostrou seu rosto, num país pouco acostumado a reconhecê-la.

Portanto, esse é o contexto no início do segundo mandato da presidenta Dilma, e que se estenderá pelos próximos anos. Agora mesmo, surgem manifestações, ainda tímidas, por assegurarem os ganhos obtidos em políticas sociais frente aos riscos de aumentos no custo de serviços, de desemprego, e do corte de benefícios. Para tanto, devemos afirmar que não há qualquer incompatibilidade – ao contrário do que querem fazer crer as forças do mercado – entre a justiça social e a correta condução da economia na direção do crescimento econômico.

O que não deve fazer um debate à esquerda é aceitar que a política econômica – como ocorreu enquanto se debatia o famoso “tripé macro econômico” – seja um fim em si mesmo.

Como defender que metas de inflação, câmbio flutuante, e *superávit* fiscal sejam determinadas pelas forças do mercado? Somente o Estado – e o Banco Central, a ele subordinado – é que deve estabelecer essas metas, e estas subordinadas a objetivos estratégicos, assegurando-se que cumpre o papel de defesa do interesse maior do país. São questões de princípios.

Não devemos fazer esse debate restrito a um eixo economicista, uma vez que não temos divergências relativamente às políticas econômicas que visem ao crescimento; mesmo porque, nas condições da mais grave crise do capitalismo desde 1929, houve uma escolha, por parte do governo Dilma, pela preservação do emprego e o não corte dos recursos orçamentários previstos para a área social. Esforços houve através de oferta de crédito às indústrias, ao financiamento à infraestrutura, desonerações para diversos setores da economia; e um variado conjunto de medidas de estímulo e preservação da atividade econômica do país. Se merece críticas é, de um lado, por haver apostado demasiadamente na resposta do empresariado e, de outro, por não haver evidenciado para a população que aquele verdadeiro trabalho de “apagar um enorme incêndio” teria que ser pago por toda a nação.

É com esse cenário, mas não restrito a ele, que estamos lidando. Uma

conjuntura de instabilidades nesses anos – que tem seu escopo mais claro nesses últimos três anos – que formaram o pano de fundo das eleições. E que ainda se colocam como condicionantes objetivos da governabilidade.

No plano político-institucional, a governabilidade, nesse 2º mandato de Dilma Rousseff, foi colocada em xeque já ao final do pleito, seguido que foi de ameaças até mesmo de golpes e *impeachment*, que segue sendo brandido. De outro lado, junto ao governo, há os apoios dos partidos de sua base que não lhe dão garantias, senão aquelas obtidas em composições de alto preço ideológico, político e administrativo, num arcabouço no qual o próprio partido da presidenta encontra-se fragilizado; com um Congresso Nacional ainda mais conservador.

Nosso propósito, sem pretensões de organicidade, exclusivismos ou liderança, é contribuir com um pensamento comprometido com o debate e formulação sobre o Brasil que queremos. Identificamos que há a imperativa necessidade dessa discussão aberta. Esse é, a nosso ver, o móvel de distintos setores de esquerda que tem dado origem à formação espontânea de grupos de discussão, nos últimos meses, por todo o país.

Como afirmado, temos, positivamente, constatado e acompanhado os esforços de setores de esquerda, em diferentes cidades brasileiras, no mesmo sentido do chamamento que lançamos aqui, o que para nós revela a autenticidade e a legitimidade dessas discussões. Trata-se, portanto, de um conjunto de debates e encontros que convergem para um único ponto: o respaldo consistente e propositivo, crítico sempre que necessário for, no horizonte dos próximos quatro anos, ao governo Dilma; paralelamente, é um debate que tem como horizonte o longo prazo da história, as esquerdas e o seu amanhã.

Esta carta é assinada por um grupo de brasileiros, sem ou com vinculação partidária, profissionais de distintas áreas, sindicalistas, militantes, acadêmicos, que têm em comum haverem participado da campanha que reelegeu Dilma Rousseff.

V

FRENTE BRASIL POPULAR

Manifesto ao Povo Brasileiro

Vivemos momento de crise econômica, política e social. Uma crise internacional do capitalismo que afeta o Brasil e todos os países vizinhos.

Estão em riscos os direitos e aspirações do povo brasileiro: ao emprego, ao bem-estar social, às liberdades democráticas, à soberania nacional, à integração com os países vizinhos.

Para defender nossos direitos e aspirações, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país, milhares de brasileiras e de brasileiros de todas as regiões do país, cidadãos e cidadãs, artistas, intelectuais, religiosos, parlamentares e governantes, assim como integrantes e representantes de movimentos populares, sindicais, partidos políticos, organizações de base religiosa, indígenas e quilombolas, negros e negras, LGBT, mulheres e juventude, realizamos esta Conferência Nacional na qual decidimos criar a Frente Brasil Popular.

Nossos objetivos são:

1. Defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras: melhorias das condições de vida, emprego, salário, igualdade de gênero, aposentadoria, moradia, saúde, educação, cultura, terra, segurança e transporte públicos.

Lutamos por uma política econômica que assegure o desenvolvimento sustentável do País, com distribuição de renda, geração de empregos, inclusão social.

Lutamos contra o atual ajuste fiscal e contra todas as medidas que retiram direitos, eliminam empregos, reduzem salários, elevam tarifas de serviços

públicos, estimulam a terceirização, fazendo os pobres pagarem a conta da crise.

Lutamos contra a especulação financeira nacional e internacional, que transfere para uma minoria, por vias legais ou ilegais, através da corrupção e de contas bancárias secretas, parte importante da riqueza produzida pelo povo brasileiro.

Lutamos por uma reforma tributária, pela auditoria da dívida, por justiça fiscal. Quem tem mais paga mais, quem tem menos paga menos. Somos a favor de reduzir os impostos indiretos, injustos, concentradores e regressivos, para que os tributos recaiam, diretamente e de forma progressiva, sobre grandes fortunas, grande heranças e ganhos de rentistas, banqueiros e especuladores financeiros.

2. Ampliar a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro de nosso país.

Lutamos contra o golpismo — parlamentar, judiciário ou midiático — que ameaça a vontade expressa pelo povo nas urnas, as liberdades democráticas e acena, inclusive, com a volta do regime militar.

Lutamos por uma reforma política soberana e popular, que fortaleça a participação direta do povo nas decisões políticas do país, garanta a devida representação dos trabalhadores, negros e mulheres, impeça o sequestro da democracia pelo dinheiro e proíba o financiamento empresarial das campanhas eleitorais.

A luta democrática inclui com destaque a luta contra a corrupção sistêmica, reforçada pelo financiamento empresarial dos partidos e eleições que, além de deformar fortemente a representação em desfavor dos setores populares, captura e privatiza o Estado, superfatura obras, corrompe o fisco e desvia verbas que deveriam nutrir as políticas públicas de interesse social.

Lutamos contra a criminalização dos movimentos sociais e da política e em defesa dos direitos humanos, contra a corrupção e a partidarização da justiça, contra a redução da maioria penal e o extermínio da juventude pobre e negra das periferias, contra o machismo e a homofobia, contra o racismo e a violência que abate indígenas e quilombolas!

3. Promover reformas estruturais, para construir um projeto nacional de desenvolvimento democrático e popular: reforma do Estado, reforma política, reforma do poder judiciário, reforma na segurança pública com desmilitarização das Polícias Militares, democratização dos meios de comunicação e da cultura, reforma urbana, reforma agrária, consolidação e universalização do Sistema Único de Saúde, reforma educacional e reforma tributária.

Lutamos pela democratização dos meios de comunicação de massa e pelo fortalecimento das mídias populares, para que o povo tenha acesso a uma informação plural, tal como está exposto na Lei da Mídia Democrática.

Lutamos em defesa da soberania energética, a começar pelo Pré-Sal, pela Lei da Partilha e do conteúdo nacional, pela Petrobras, pelo desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da engenharia e por uma política de fortalecimento da indústria nacional.

Lutamos pela soberania alimentar e em defesa do meio ambiente, sem o qual não haverá futuro.

Lutamos pela unidade e integração latino-americana e caribenha, contra as forças do capital internacional, que tentam impedi-la.

Convidamos a todas e a todos que se identificam com esta plataforma a somar-se na construção da Frente Brasil Popular.

O povo brasileiro sabe que é fácil sonhar todas as noites. Difícil é lutar por um sonho. Mas sabe, também, que sonho que se sonha junto pode se tornar realidade.

Vamos lutar juntos por nossos sonhos!!!

Viva a Frente Brasil Popular!!!

Viva o povo brasileiro!!!

Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

Setembro de 2015

Carta aos militantes do Partido Socialista Brasileiro

Prezada amiga e prezado amigo:

Dirijo-me a vocês pela última vez como militante do Partido que tenho o orgulho de haver ajudado a reorganizar-se, e a cuja construção dediquei três décadas da minha vida. Despeço-me da legenda para poder continuar defendendo o socialismo e sua proposta de fazer de nosso país uma nação soberana, desenvolvida e socialmente inclusiva. O Partido que ajudei a refundar-se em 1985 era o PSB

herdeiro da Esquerda Democrática, fundado em 1947 por João Mangabeira para empunhar a bandeira do Socialismo com liberdade.

Em 1985 éramos poucos, meia dúzia de intelectuais movidos por uma convicção ideológica: vencida a ditadura, findara com ela o papel dos partidos-frente, abrindo caminho para os partidos programáticos. A História dizia que podíamos ter no Brasil um partido socialista e democrático, e nos entregamos a essa faina. Já naquele ano vestibular disputávamos as eleições municipais e em 1986 elegemos nossos primeiros deputados. No comando, liderando-nos, o senador Jamil Haddad que, num desprendimento de que só são capazes os socialistas de boa cepa, dedicava seu mandato à construção partidária.

Os fatos, sempre generosos comigo, apresentaram-me com a missão de convidar Evandro Lins e Silva (que vinha da Esquerda Democrática e do PSB de Mangabeira), Jamil Haddad (deputado socialista cassado pelo o regime militar), Evaristo de Moraes Filho, o grande advogado de perseguidos políticos, e Antônio Houaiss, militante socialista e diplomata cassado. Tive a honra de estar em todos os momentos seguintes ao lado de Jamil, que presidiu a Comissão Provisória após Antônio Houaiss, nosso primeiro presidente, e foi seu grande construtor até decidir, por extrema magnanimidade e invulgar desprendimento, passar o bastão a Miguel Arraes, que nos presidiria até sua morte. A trajetória de nosso Partido, da refundação até agosto de 2014, foi muito difícil, e muito difícil foi a vida política. Ainda a braços com nossa organização, frágil, e arduamente lutando pela sobrevivência legal, enfrentamos desafios que pareciam superiores às nossas forças. Tivemos, porém, atuação destacadíssima, pela esquerda, na Constituinte. Éramos poucos – é preciso lembrar as atuações de Jamil Haddad, Ademir Andrade, José Carlos Saboya e Raquel Capiberibe – mas conseguimos marcar a presença do pensamento socialista. Concomitantemente, exercemos corajosa oposição, sempre pela esquerda, ao governo Sarney, a lembrança da ditadura no Brasil redemocratizado.

Coube-me, em 1989, na companhia de Ronaldo Lessa e Walteir Silva, convidar o governador Miguel Arraes, que acabara de anunciar suas divergências com a candidatura de Ulysses Guimarães, a ingressar no PSB. Sua filiação, sem condicionantes, valeu-nos, então, como o certificado da correção de nossa política. Nas memoráveis eleições daquele ano, fomos dos principais construtores da Frente Brasil Popular, e participamos da chapa majoritária com a indicação do senador José Paulo Bisol como vice de Luiz Inácio Lula da Silva. Combatemos com

firmeza o governo Collor e nos destacamos no seu *impeachment*. No Parlamento nossas vozes principais eram Jamil Haddad e José Paulo Bisol; no julgamento do ex-presidente no Senado Federal eram nossos companheiros Evandro Lins e Silva e Sérgio Sérvulo os advogados da sociedade brasileira. Apoiamos a transição, participando do governo Itamar Franco com Jamil Haddad assumindo a pasta da Saúde e Antônio Houaiss a da Cultura. Desse governo nos afastamos, a pedido de Miguel Arraes, quando Fernando Henrique Cardoso tomou para si as funções de virtual primeiro-ministro e impôs uma política neoliberal, a mesma que em 2014 seria defendida pelo candidato do PSDB. Disputamos, sempre no campo das esquerdas, apoiando a candidatura Lula, as eleições de 1994 e 1998. Crescemos política e eleitoralmente, obtivemos nosso registro definitivo e vencemos a ‘cláusula de desempenho’. Após havermos ousado entrar na disputa eleitoral com candidatura própria, em 2002, levando a cabo uma campanha à esquerda do espectro que então disputava as eleições, apoiamos a candidatura Lula no segundo turno e participamos de seus dois governos, integrando seu ministério, como apoiamos a candidatura de Dilma Rousseff em 2010 e participamos de seu governo até o momento em que decidimos disputar com ela, com candidatura própria, as eleições de 2014. Naquele ano, lançamos à liça nosso próprio presidente.

O projeto eleitoral do PSB, que ensejou ao povo brasileiro a possibilidade de alternativa de poder foi, todavia, decepado pela tragédia conhecida. Nas circunstâncias, presidindo o partido, dediquei-me a conduzir a campanha eleitoral e lutar pela unidade partidária. É preciso pôr de manifesto, naqueles momentos difíceis, a grandeza e o sacrifício da companheira Luiza Erundina. Pondo em risco sua própria reeleição, mas pensando acima de tudo no coletivo, assumiu a difícil coordenação de nossa campanha presidencial, quando o posto, em plena crise, foi abandonado pelo seu antigo titular. A inevitabilidade da candidatura majoritária de Marina Silva criou a expectativa de um projeto eleitoral promissor, ao final desperdiçado, ao tempo em que aprofundava nossa crise ideológica, cuja fermentação, ressalte-se, não era recente, nem muito menos superficial. O caruncho da reação roía nossas entranhas sem que muitos se dessem conta, enquanto outros o alimentavam. O grau de degradação ficou evidente quando o partido, no segundo turno do pleito de 2014, traíndo seu programa, rasgando sua história, decidiu-se por apoiar o projeto da classe dominante. O pior de tudo é que essa decisão esdrúxula afigurou-se como um desdobramento natural do que vinha sendo a política partidária.

Decaído ideologicamente, o PSB se alia ao projeto elitista, e agora também golpista, que sempre combatera. Combateram-no a vida toda nossos fundadores e seus continuadores, como João Mangabeira, Hermes Lima, Osório Borba, Domingos Vellasco, Antonio Candido, Joel Silveira, Rogê Ferreira, Jamil Haddad, Antônio Houaiss, Evandro Lins e Silva. Combateram-no nossos ícones Barbosa Lima Sobrinho, Francisco Julião, Miguel Arraes, Pelópidas da Silveira, Aurélio Viana, Jáder de Carvalho.

A crise ideológica mergulha o Partido, afinal, na crise ética.

Sem projeto, tentando seguir a direção dos ventos conforme sopram, o Partido de hoje negocia alianças eleitorais no varejo da pequena política; abriga quadros que em nada se aproximam das bandeiras da esquerda democrática. É esse PSB que agora tenciona navegar na onda da retomada do poder pelos derrotados nos pleitos de 2002, 2006, 2010 e 2014 – retomada que pleiteiam não pela via legítima do voto, mas pela escapadela espúria do golpe midiático-jurídico, que atropela direitos e garantias individuais, vilipendia a soberania popular e visa a deter a emergência das massas.

Esse PSB de hoje nega o PSB histórico, aquele que lutou contra a ditadura do Estado Novo, defendeu o monopólio estatal do petróleo e a Petrobras, defendeu a posse (1951) e o governo Vargas que combatera eleitoralmente, defendeu a posse de JK (1955), combateu a tentativa de golpe de 1961 e defendeu o governo Jango, do qual participaria com a presença de João Mangabeira no ministério da Justiça. Esse PSB não se compadece do regresso social.

Estes nossos tempos são a hora da resistência e do avanço, e quando mais difíceis parecem ser as condições de luta – ante o avanço das teses do neoliberalismo e das forças de direita, em todo o mundo – maior deve ser nossa convicção de que o Socialismo é a única alternativa para futuro da humanidade.

Despeço-me do PSB que se nega a si mesmo para manter-me coerente com minha vida. Faço-o de alma leve, certo de que escolho a melhor senda rumo ao futuro.

Vida longa à militância socialista!

Rio de Janeiro, 10 de março de 2016.

Roberto Amaral

SOBRE O AUTOR

Roberto Amaral (Roberto Atila Amaral Vieira) nasceu em Fortaleza, em 24 de dezembro de 1939. Menino ainda, aluno do então curso ginásial do Ginásio Agapito dos Santos, fundado por Lauro Oliveira Lima, foi orador e presidente do grêmio escolar Centro de Estudos Anísio Teixeira e editor do jornal *O Pensador*, dos quais foi fundador. Ainda ginásiano, ingressa (1953) no Departamento Estudantil da UDN, do qual mais tarde seria presidente. Ali atua ao lado de muitos outros líderes estudantis que, anos passados, na sua maioria, se destacariam pela esquerda no movimento popular e de massas, como Luiz Edgard Cartaxo de Arruda, Luciano Magalhães e Aytan Miranda Sipahi. Participa das campanhas eleitorais dos candidatos Paulo Sarasate (1954) e Virgílio Távora (1958), apoiadas ao mesmo tempo pela UDN e pelos comunistas.

Engaja-se em campanhas populares em defesa do monopólio estatal do petróleo (Lei 2004 de 1953) e, a seguir, da defesa da Petrobras. Militou, como dirigente, da União Cearense dos Estudantes Secundários (UCES), do Centro Estudantil Cearense (CESC), principal organização estudantil de massa do Estado e participou de todos os congressos de estudantes secundaristas e universitários de sua época. Liderou passeatas, protestos e lutas populares, ora contra o aumento do preço das passagens dos ônibus, ora em defesa de política de subsídio estudantil, ora contra a carestia.

Com outros colegas funda (1953) a agremiação literária 'Academia dos Novos' e, aos 14 anos, participa, como ensaísta, de sua *Antologia dos novos* (poesias), editada (1955) pelo Instituto do Ceará.

No curso clássico (colegial), no Liceu do Ceará, foi dirigente do Centro Lical de Educação e Cultura-CLEC e orador na formatura de sua turma (1958), a qual, significativamente, levava o nome "*Com a Petrobras pelo Brasil*" e tinha como paraninfo Adail Barreto Cavalcante, deputado nacionalista cearense, vitimado com a cassação de seu mandato pelo golpe militar de 1964. Em viagem ao Rio de Janeiro, comemorativa da formatura, conhece Luiz Carlos Prestes e outros dirigentes comunistas, como Giocondo Dias. Ainda no Colégio Estadual, é um dos editores da revista *A Idéia* e do jornal *O Liceu*; foi premiado pela tradução de "*I Hear America Singing*", de Walt Whitman, e conquista o concurso de oratória realizado em 1956, cuja banca julgadora era presidida pelo professor e filólogo Martinz de Aguiar. Em 1958 publica *Um herói sem pedestal*, ensaio sobre a abolição da escravatura no Ceará, saga de que seu avô, Isaac Amaral, personagem central da obra, foi um dos artífices. Aos 17 anos é nomeado Oficial de Gabinete do governador Paulo Sarasate, cargo no qual é mantido na administração de seu sucessor, governador Flávio Marcílio. Ainda aluno do Liceu, ingressa no jornalismo: primeiro no jornal *O Estado*, como revisor e logo repórter, colaborando em seu *Suplemento Literário* dominical; mais tarde, em 1959, no primeiro ano da Faculdade de Direito, integra a equipe que comandaria o *Diário do Povo*, jornal de oposição aos governos municipal, estadual e federal, fundado e dirigido por Jäder de Carvalho, ex-líder comunista e um dos fundadores da Esquerda Democrática e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1947. Jäder e Roberto Amaral estariam novamente juntos, em 1985, na reorganização do PSB, pós-ditadura. No jornal, responsável por uma coluna diária – na qual se destaca na oposição aos governos estadual e municipal –, teria como mestra a cronista e escritora Margarida Sabóia de Carvalho. É dessa época sua aproximação do padre Hélio Barros, vigário do Pirambu, então imensa favela à beira-mar, na capital cearense onde, desempenhando ao mesmo tempo os papéis de jornalista e agitador social, atua na organização popular. Já estava em construção seu prontuário na Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Participa do Pacto de Unidade e Ação reunindo lideranças sindicais, camponesas e estudantis.

Estudante de Direito na UFC, tornou-se liderança universitária, atuando no Centro Acadêmico Clóvis Beviláqua, no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC e na União Estadual dos Estudantes (UEE) do Ceará. Estimulado por Heribaldo Dias da Costa, seu professor de Introdução à Ciência do Direito, e futuro grande amigo, participa (1959) da Semana de Estudos Jurídicos comemorativa do centenário de Clóvis Beviláqua. No segundo ano do curso de Direito é um dos autores de coletânea de estudos constitucionais, escrevendo sobre o sistema eleitoral norte-americano. Sua liderança o levou, depois da União Estadual dos Estudantes, a eleger-se vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) para o mandato 1961-62, quando ingressa no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Na UNE, atua na resistência à intentona militar de 1961 e é um dos organizadores da UNE-Volante, que em seis meses percorreu o país preparando a famosa “Greve do 1/3”, que pleiteava a participação de representantes estudantis nos colegiados universitários. Tem como colegas de diretoria Aldo Arantes (presidente) e Marco Aurélio Garcia e no CPC da UNE, entre outros, Oduvaldo Vianna Filho e Carlos Estevam Martins. Na assessoria à diretoria da UNE atuava Herbert José de Souza, o Betinho. É dessa fase seu encontro com o primeiro ministro Hermes Lima, com o presidente João Goulart e com o governador Leonel Brizola, que conhece em Porto Alegre nos idos da Rede da Legalidade e da resistência ao golpe de 1961.

Numa das muitas visitas a Pernambuco reúne-se, em 1961, com Miguel Arraes de Alencar, então prefeito de Recife (com quem militaria politicamente a partir de 1990, agora no PSB), e com Paulo Freire e Germano Coelho, dirigentes do Movimento de Cultura Popular (MCP). Conhece as ligas camponesas organizadas por Francisco Julião. Com os colegas de diretoria e os companheiros do CPC da UNE e do cineasta Eduardo Coutinho participa, ainda em Pernambuco, na cidade do Cabo e em Sapé, de atos de massas em protesto contra o assassinato de João Pedro Teixeira, líder camponês paraibano, saga narrada no filme *Cabra marcado para morrer*. Muitos anos passados reencontra-se com Elizabeth Altino Teixeira (viúva de João Pedro e na clandestinidade desde 1964) quando, com Silvio Tendler, dirige (1987) o primeiro programa de televisão do Partido Socialista Brasileiro, do qual era, então, secretário-geral). Representando a UNE, participa de comício, em Recife, em defesa da SUDENE, ameaçada de corte de

verbas. No palanque, o prefeito Miguel Arraes e os governadores Cid Sampaio e Aluísio Alves e Celso Furtado, então superintendente da autarquia. Percorre o país em campanha em defesa da autodeterminação dos povos e da revolução cubana. O período como vice-presidente da UNE foi de intensa atividade política, num ativismo, porém, que não dispensou a formação teórica. Descobre o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e Álvaro Vieira Pinto. Convive com Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, João Goulart, Osny Duarte Pereira, conhece Josué de Castro, Roland Corbusier, Max da Costa Santos.

Convive com a oposição portuguesa exiladana companhia de dirigentes nacionais do PCB, como Prestes, Giocondo Dias, Zuleika d’Alembert e Marcos Jaimovich. Findo o mandato na UNE, e após longa viagem às repúblicas socialistas do Leste europeu (1962) – Tchecoslováquia, Iugoslávia, Romênia, Polônia e URSS (onde participou, na então Leningrado, de Congresso Internacional de Estudantes) e à França (no retorno, tenta visitar Lisboa, mas é expulso pela PIDE, a Polícia Internacional de Defesa do Estado), regressa a Fortaleza, retoma seu curso na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará e ingressa na Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Continua atuando no movimento estudantil e, dirigente da Juventude Comunista, divergindo de sua linha tática, afasta-se, pela primeira vez, do PCB. Com outros companheiros, como Valton Miranda Leitão, funda um grupamento de universitários socialistas. Filia-se, posteriormente, à seção estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB) presidida pelo jornalista e poeta Antônio Girão Barroso, de quem fôra aluno de Economia Política no primeiro ano da Faculdade de Direito. Continua participando dos seminários e dos Congressos da UEE e da UNE até 1963, ano em que assume o cargo de Oficial de gabinete-assessor sindical e estudantil do governador Virgílio Távora (Ceará), de onde, com o golpe de 1º de abril de 1964, se afasta. É denunciado pela imprensa como “comunista infiltrado no gabinete do governador”. Começa aí uma longa saga de luta/sobrevivência e enfrentamentos com a repressão que só terminaria com o fim do regime militar, em 1984, embora voltasse a ser preso, em plena democracia (governo José Sarney, ministro da Justiça o jurista liberal Paulo Brossard) no episódio da exibição proibida do filme “*Je vous salue, Marie*”, de Jean-Luc Godard, no Rio de Janeiro (1985).

Apesar dos IPMs e processos a que respondia, inclusive na Universidade

Federal do Ceará e na Faculdade de Filosofia, consegue concluir o curso de Direito (1964) e obter o título de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFC, em 1964. Tem, porém, seu nome excluído do quadro de concludentes e foi proibido de participar da ‘Solenidade Única de Colação de Grau’, grau que lhe será conferido mais tarde, na Secretaria da Faculdade, na presença de apenas dois professores (Wagner Barreira e Roberto Martins Rodrigues). Ainda como estudante de Direito, com a carteira de Solicitador, dedicou-se à defesa de perseguidos políticos e entregou-se quase que exclusivamente a esta tarefa após a conclusão do curso, agora como advogado. Foi defensor de trabalhadores, ex-colegas estudantes e de políticos como deputados cassados pela Assembleia Legislativa do Ceará, por determinação do Comando militar. Chega a atuar no STF.

Em 1965 ingressou no Doutorado de Direito Público da Universidade Federal do Ceará.

Com a ascensão do regime militar, volta a atuar no Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Ceará e depois no Rio de Janeiro, para onde se desloca em dezembro de 1965 para escapar da repressão militar em sua terra natal, após frustrado projeto de exílio na França. Em 1968, outra vez em conflito com a linha do PCB, ingressa no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e vai atuar ao lado de Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho, Aytan Miranda Sipahi e Valton Miranda Leitão. Participa das famosas passeatas – as primeiras contestações de massas à ditadura – e escreve um livro (*Juventude em crise*) sobre a irrupção estudantil.

De seu último processo, condenado, no STM, foi retirado graças a *habeas corpus* interposto junto ao STF. Foi seu advogado o jurista e seu futuro grande amigo José Aguiar Dias, ministro aposentado e cassado do então TFR pelo regime militar. A turma que o julgou era constituída por Evandro Lins e Silva (Relator), Hermes Lima e Victor Nunes Leal.

No Rio de Janeiro, fica por muito tempo impedido de obter inscrição na OAB e, assim, sem condições de voltar à advocacia. Ingressa (1966) como redator na Fundação Getúlio Vargas, e, pela mão de Aguiar Dias, colabora no *Repertório enciclopédico do direito brasileiro*. Ingressa na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro como professor de Economia Política. Na Fundação Getúlio Vargas coor-

dena a estruturação de sua Editora, empreendendo um largo trabalho de modernização. Promoveu autores brasileiros, abriu espaço para autores de fora do eixo Rio-São Paulo, e criou condições de trabalho informal para companheiros de luta clandestina. Por diversas vezes é denunciado como subversivo às autoridades militares e policiais. É chamado a depor no quartel da Barão de Mesquita, na Tijuca (apontado por um colega de trabalho como chefe de uma célula do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR), e na sede do antigo Ministério da Guerra e por diversas vezes intimado a depor no DOPS, na rua da Relação.

Em 1971 integra o corpo docente da Escola de Comunicação-ECO da UFRJ, quando publica o livro *O futuro da comunicação* – uma das muitas obras que, para se preservar, assina como R.A. Amaral Vieira. Deixando essa escola, passa a lecionar na Faculdade Hélio Alonso e no Curso de Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), em cujos quadros permanece, hoje como professor licenciado. Professor de Direito Constitucional e Economia Política da Universidade Gama Filho, participa, como um de seus líderes, ainda na ditadura (1979), da primeira greve de professores universitários de estabelecimentos de ensino privado do Rio de Janeiro e, na sequência, lidera o movimento pela criação da Associação dos Docentes da Universidade Gama Filho. O preço seria sua demissão. Continua, paralelamente, suas atividades políticas, ainda clandestinas, e viaja frequentemente a São Paulo, para reuniões com os dirigentes do PCBR, até o desmantelamento dessa organização, pela ditadura, com as prisões de Apolonio de Carvalho, Jacob Gorender e Aytan Sipahi e o assassinato, sob tortura, de Mário Alves em 1970.

Durante o governo Geisel e parte do governo Figueiredo é articulista do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, assinando duas vezes por semana uma coluna de crítica à política econômica do governo militar. Dessa colaboração resultou o livro *Crônica dos anos Geisel* (assina os artigos e o livro ainda como R.A. Amaral Vieira), publicado pela Editora Forense Universitária e prefaciado por Antônio Houaiss, com quem iniciava uma longa parceria política e literária. Em 1975 é eleito presidente da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, ABEPEC e edita a revista *Cadernos de Comunicação*. Realiza diversos seminários no país e no exterior e lança o livro *Comunicação de massas: o impasse brasileiro*,

editado pela Forense Universitária. Antes, com Antônio Houaiss, Herbert José de Souza (o Betinho) e outros funda, em 1982, o Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos – Cebela (do qual seria presidente em diversos mandatos), entidade dedicada ao desenvolvimento de pesquisas, cursos e publicações, voltada politicamente à defesa da democratização dos meios de comunicação de massa no Brasil. No Cebela cria a revista acadêmica *Comunicação&Política*, em circulação até 2015, onde publica grande parte de sua produção científico-acadêmica e em 2004 lança a revista *pensarBrasil*, ‘destinada a promover permanente discussão sobre o projeto nacional’.

Depois de breve passagem pela advocacia, além de atuar como professor de Direito Constitucional e Economia Política, volta-se cada vez mais para o magistério de Comunicação e Ciência Política. Concilia as atividades de professor na ECO-UFRJ (ainda na Praça da República), na PUC-Rio e na FACHA com as de coordenador (sucendo a José Aguiar Dias) do *Repertório enciclopédico do direito brasileiro* e ainda como advogado e coordenador de comunicação da recém-criada (1974) Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), da qual é demitido em 1983, após liderar a fundação de sua Associação de Servidores (ASFEEMA), de cujo Conselho Superior fôra eleito presidente.

Em 2013, após um processo de discussões que se iniciara no ano anterior, funda – com Luís Pinguelli Rosa, Marcio Pochmann, Pedro Celestino, Renato Guimarães, Samuel Pinheiro Guimarães, Mauro Santayana e outros – o Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP), entidade civil sem fins lucrativos destinada a promover a análise e o estudo dos problemas brasileiros. É eleito seu primeiro presidente.

Com a redemocratização, retorna à atividade política legal, tornando-se um dos refundadores do Partido Socialista Brasileiro (PSB), em 1985. Assim, convida Jamil Haddad, Antônio Houaiss e Evandro Lins e Silva para, com ele, Evaristo de Moraes Filho e outros, integrarem a primeira Comissão Nacional Provisória do Partido. Será seu primeiro secretário-geral.

Com a posse, em 1986, de Jamil Haddad no mandato de senador pelo Rio de Janeiro, fecha o escritório de consultoria que fundara com alguns colegas ao deixar a FEEMA e praticamente se transfere para Brasília, onde comanda o processo de organização nacional do PSB. Exerce, ainda, as tarefas de advogado do PSB junto

ao TSE e de assessor da bancada socialista na Constituinte, elaborando mais de mil emendas ao projeto de Constituição Federal em suas diversas fases, apresentadas pelos parlamentares do PSB. Cria e edita o jornal partidário *Brasil Socialista*. Dirige e produz, inicialmente com Silvio Tendler, os programas de televisão do Partido e elabora seus seguidos Programas de Governo. É de sua responsabilidade a produção teórica partidária.

Do PSB foi seu secretário-geral entre 1985 e 1993 e em seguida vice-presidente, assumindo a Presidência em três ocasiões: em 2005, quando Miguel Arraes adoece e posteriormente falece; em 2006, quando Eduardo Campos se afasta para dedicar-se à primeira campanha para o governo de Pernambuco; e com a trágica morte deste em acidente de avião, durante a campanha presidencial de 2014, até renunciar ao posto.

Em 1988 tem início sua amizade com Luiz Inácio Lula da Silva e torna-se amigo de Florestan Fernandes. Nas eleições presidenciais de 1989 foi, com Jamil Haddad, um dos idealizadores da Frente Brasil Popular, reunindo PSB, PT e PCdoB. Em 1989, em 1994 e em 1998, no segundo turno de 2002 e em 2006, representou o PSB na coordenação das campanhas eleitorais de Luiz Inácio Lula da Silva e em 2010 da campanha presidencial de Dilma Rousseff. Nos dois primeiros mandatos do presidente Lula e no primeiro mandato da presidente Dilma, representou o PSB no Conselho Político da Presidência da República.

No PSB, além de um de seus refundadores em 1985, foi dirigente estadual (RJ) e secretário-geral da Executiva Nacional, vice-presidente, coordenador de relações internacionais, fundador e dirigente da Fundação João Mangabeira e presidente nacional. Como seu delegado, foi fundador e Secretário-Geral da Coordenadoria Socialista Latino-americana (CSL) e um dos fundadores e membro ativo do Foro São Paulo.

Renuncia à presidência nacional do PSB e afasta-se de todos os cargos partidários no início do segundo turno da corrida presidencial de 2014, quando o PSB decide apoiar a candidatura de centro-direita do ex-governador Aécio Neves. Lidera, então, a dissidência pela esquerda e é um dos idealizadores e promotores da segunda fase da Frente Brasil Popular (cuja criação propõe no âmbito do Projeto 'Grupo Brasil'), que se estruturaria em 2015 como instrumento de reagluti-

nação das forças progressistas e de esquerda, reunindo partidos, centrais sindicais e movimentos sociais em geral, com o objetivo tático de travar a luta em defesa do mandato da presidenta Dilma Rousseff. Visando a promoção da Frente, escreve o livro *A serpente sem casca, da crise à Frente* que autografa em todo o país participando de debates sobre a crise política.

Exerceu o cargo de ministro da Ciência e Tecnologia de janeiro de 2003 a 2004, no governo Lula, implantando uma nova política voltada ao combate à exclusão e pela redistribuição federativa dos recursos destinados ao desenvolvimento da ciência e tecnologia. Deu ênfase à pesquisa, defendeu e expandiu os programas nuclear e espacial. Contra o acordo Brasil-EUA (negociado no governo FHC) para a exploração da base de Alcântara, impediu sua execução. Criou, no MCT, a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social.

Em 2007 assume, como diretor-geral brasileiro, a missão de montar e instalar a Alcântara Cyclone Space (ACS), empresa binacional criada pelos governos do Brasil e da Ucrânia para construir, operar e comercializar uma base de lançamentos dos foguetes da família Cyclone, a partir de Alcântara, no Maranhão, e assim fazer deslanchar o programa espacial brasileiro. Deixa a empresa em 2011 após dar início às obras civis na Península de Alcântara. A convite da presidenta Dilma Rousseff, é nomeado membro dos conselhos administrativos da Itaipu Binacional e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), cargos dos quais se afasta quando o PSB rompe com o governo federal, em 2013.

É professor adjunto (licenciado) da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professor titular da Faculdade Hélio Alonso. É membro titular do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), do Pen Clube do Brasil, da Internacional Political Science Association e da International Association of Judicial Methodology. Integrou (2004) o Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro.

Com Samuel Pinheiro Guimarães, Pedro Celestino, Mauro Santayana e outros foi um dos fundadores (2013) e é o primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IBEP), reunindo professores, acadêmicos e intelectuais em geral, comprometidos com a reflexão crítica sobre a política brasileira.

Cientista político, jornalista, escritor, conferencista e militante político, tem artigos científicos publicados em revistas acadêmicas do Brasil e do exterior, com

vasta colaboração na imprensa brasileira. Colabora semanalmente na versão *online* da revista *Carta Capital* e mantém um sítio eletrônico no endereço *ramaral.org.br*. Publicou obras na área de ficção, como o romance *Não há noite tão longa* (Record) e os livros de contos *Limites* (Record) e *Viagem* (Brasiliense). Sua bibliografia inclui ainda mais de 30 livros nas áreas do Direito, da Ciência Política, da Segurança Nacional, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e participação em antologias e coletâneas publicadas no Brasil, nos EUA, na Inglaterra e na Espanha.

Alguns de seus títulos: *Introdução ao estudo do Estado e do Direito* (Forense); *Manual das eleições* (Saraiva); *Textos políticos da história do Brasil* (11 volumes, em colaboração com Paulo Bonavides. Edições Técnicas do Senado Federal); *Ciência e tecnologia a serviço do progresso e da inclusão social* (UNESCO); *Controvérsias socialistas*; *O papel do intelectual na política* (Edições Demócrito Rocha); *Em defesa da utopia ou A necessidade de defender Dom Quixote dos Sanchos Panças* (Fundação João Mangabeira, FJM) e *Democracia e socialismo* (FJM). Com Antônio Houaiss publicou ainda *Socialismo, vida, morte e ressurreição*; *A modernidade no Brasil: conciliação ou ruptura?* (ambos pela Editora Vozes); *Socialismo e liberdade* e *Variações em torno do conceito de liberdade*. Realizou pesquisas como “*Macrocefalia da comunicação de massa no Brasil*”; “*Os meios de comunicação na América Latina*”; “*A TV no Brasil*”; “*O parque gráfico brasileiro e a produção de livros no Brasil*”; “*As perspectivas brasileiras na América do Sul*”; “*Ciência, tecnologia e ética*”, “*Perspectivas do desenvolvimento científico-tecnológico brasileiro*”. Coordena a pesquisa ‘*Dispersos de Antônio Houaiss*’.

OUTRAS OBRAS DE ROBERTO AMARAL (LIVROS)

ENSAIOS

- Propaganda política: 16 leis e mais uma.* Brasília: Fundação João Mangabeira. 2ª edição. 2014
- Ciência, tecnologia e soberania nacional: dificuldades para a construção de um projeto nacional.* Brasília. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2011
- Socialismo & democracia.* Brasília, Fundação João Mangabeira. 2011
- Manual das eleições.* (em colaboração com Sérgio Sérvulo). São Paulo. 4ª edição. Saraiva. 2010
- Em defesa da utopia ou A necessidade de defender Dom Quixote contra a ameaça dos Sancho Pança.* Brasília. Fundação João Mangabeira. 2006
- A esquerda socialista: impasses e alternativas (Mensagem aos que acreditam que outro mundo, melhor, é possível).* Rio de Janeiro. Cebela. 2005.
- O papel do intelectual na política.* Fortaleza. Edições Demócrito Rocha. 2005.
- Ciência e tecnologia a serviço do progresso e da inclusão social.* Brasília: UNESCO, 2003.
- Ciência e tecnologia: desenvolvimento e inclusão social.* Brasília: UNESCO, 2003.
- Manual das eleições.* (em colaboração com Sérgio Sérvulo). São Paulo. Saraiva. 2002.
- Textos políticos da história do Brasil* (em colaboração com Paulo Bonavides). Brasília. Edições Técnicas do Senado Federal (11 vols.) 2002.
- Socialismo, vida, morte e ressurreição* (em colaboração com Antônio Houaiss. Petrópolis. Vozes. 2ª edição. 1982.
- A modernidade no Brasil: conciliação ou ruptura?* (em colaboração com Antônio Houaiss). Petrópolis. Vozes. 1995.
- FHC: os paulistas no poder* (Org.) Rio de Janeiro. Casa Jorge Editorial. 1995.
- Legislação eleitoral comentada.* Rio de Janeiro. Revan. 1996.
- Introdução ao estudo do estado e do direito.* Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Forense. 1990.
- Crônica dos anos Geisel.* Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1987.
- Poluição, alienação e ideologia.* (em colaboração com Ailton Benedito de Souza). Rio de Janeiro. Achiamé. 1983.
- O futuro da comunicação.* Rio de Janeiro. 2ª edição. Achiamé. 1981.
- Comunicação de massa, o impasse brasileiro* (Org.). Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1978.
- Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro.* Rio de Janeiro. Borsó (Coordenador dos volumes 38 a 49)
- Introdução ao estudo do direito.* Rio de Janeiro. Zahar. 1976.
- Intervencionismo e autoritarismo no Brasil.* São Paulo. Difel. 1975.
- Juventude em crise* (de Sartre a Marcuse). Rio de Janeiro. Bit Editora. 1972.
- Sartre e a revolta do nosso tempo.* Rio de Janeiro. Forense. 1967.

FIÇÃO ROMANCE

- Não há noite tão longa.* Rio de Janeiro. Record. 1996.

CONTOS

- Limites.* Rio de Janeiro. Record. 1999.
- Viagem e outras histórias.* São Paulo. Brasiliense. 1991.

Este livro foi impresso na gráfica Graphium para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares. O texto foi composto em Palatino Linotype em corpo 11/17. A capa foi impressa em Cartão Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.